

PLANO ESTRATÉGICO LOCAL

DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS

CRIANÇAS



COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE
MACEDO DE CAVALEIROS

PLANO ESTRATÉGICO LOCAL
DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS

**COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE
MACEDO DE CAVALEIROS**

Ficha Técnica

Entidade Promotora	Comissão de Crianças e Jovens de Macedo de Cavaleiros
Coordenação	Elias de Jesus Monteiro Afonso
Equipa de projeto	Assunção Gemelgo Cristina Pires Elias Afonso Nélia de Jesus Susana Matias Susana Viana (Paula Martins)
Equipa Redatora	Assunção Gemelgo Elias Afonso
Colaboradores Indiretos	Membros da Comissão Alargada Crianças e Jovens Pais Entidades locais
Aprovado	Reunião da Comissão Alargada do dia 28/04/2022

Agradecimentos

Agradecemos a todos quantos contribuíram para a realização deste trabalho de forma direta ou indireta.

Agradecemos especialmente

- a todas as crianças e jovens do concelho que de forma empenhada responderam aos questionários aplicados;
- a todos os pais/encarregados de educação que deram o seu importante contributo;
- a todas as entidades que contribuíram para a realização deste trabalho

Por último, agradecemos à CNPDPCJ pela disponibilidade demonstrada sempre que era solicitada. Este agradecimento estende-se aos técnicos Judite Pregueiro e Carlos Peixoto pela disponibilidade e afabilidade constantemente demonstradas.

Bem hajam!

RESUMO

O trabalho que seguidamente se apresenta integra-se no âmbito da parentalidade positiva e tem como objetivo principal a elaboração de um Plano Estratégico Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e do Jovem.

Para chegarmos a esse desiderato tivemos que olhar para dentro de nós e autoavaliarmo-nos de forma a percebermos o que estávamos a fazer de bem e o que estávamos a fazer de menos bem.

Depois tivemos que olhar para a realidade da infância e da juventude do nosso concelho, Macedo de Cavaleiros, para traçarmos o seu retrato.

Recolhemos dados quantitativos, aplicamos questionários e recolhemos dados qualitativos e produzimos conhecimento. Os questionários serviram também para avaliarmos o grau de implementação das atitudes inerentes à parentalidade positiva no seio das famílias do nosso concelho.

No final, concebemos o referido Plano para aplicar em quatro anos e que permitirá melhorar as condições gerais das nossas crianças e jovens.

Índice

INTRODUÇÃO	16
1. <i>A Parentalidade</i>	18
1.1 Definição e âmbito do conceito	18
1.2 Estilos e práticas parentais	21
1.3 A parentalidade positiva	24
2. <i>Quadro Metodológico</i>	29
2.1 Autodiagnóstico	29
2.2 Diagnóstico da realidade infantojuvenil	31
3. <i>Autodiagnóstico</i>	34
3.1 Preâmbulo	34
3.2 Apresentação e discussão de Resultados	36
3.2.1 Questionário 1 – Presidência	36
3.2.2 Questionário 2 – Comissão Restrita	41
3.2.3 Questionário 3 – Comissão Alargada	50
3.2.4 Questionário 4 – Autoavaliação	56
3.3 Apresentação de resultados globais e conclusões.	70
4. <i>Diagnóstico local da realidade infantojuvenil</i>	73
4.1 Situação demográfica e familiar	73
4.1.1 População residente.	74
4.1.1.1 Total, grupos etários e sexo.	74
4.1.1.2 Dos 0-19. Estimativa a 31 de dezembro de cada ano.	75
4.1.1.3 Peso Populacional de Macedo de Cavaleiros no total da população das TTM	77
4.1.1.4 Peso populacional dos grupos etários no total da população de cada grupo	78
4.1.1.5 Índice de envelhecimento	79
4.1.1.6 Estrangeira:	80
4.1.1.7 Famílias clássicas segundo os censos: total, geral e por número de indivíduos.	83
4.1.1.8 Número de famílias monoparentais	84
4.1.1.9 Número de divórcios	85
4.2 A situação das crianças/jovens em confronto com o direito à sobrevivência	87
4.2.1 Ganho médio mensal dos/as trabalhadores/as por conta de outrem	87
4.2.2 Poder de compra	89
4.2.3 Pessoas inscritas nos Centros de Emprego	90
4.2.3.1 Desempregados Inscritos: Total e por grupo Etário	90
4.2.3.2 Desempregados Inscritos: por Sexo	91

4.2.3.3	Desempregados Inscritos: % de beneficiários do subsídio de desemprego	92
4.2.3.4	Desempregados Inscritos: % de beneficiários do subsídio social de desemprego	93
4.2.4	Beneficiários de RSI: % de beneficiários sobre total população	94
4.2.4.1	Totais e por grupo etário	94
4.2.4.2	Por sexo	95
4.2.5	Beneficiários do Abono de Família: % sobre a população residente	96
4.2.6	Abordagem do Direito à Sobrevivência nos questionários aplicados:	98
4.2.6.1	O Direito à saúde	98
4.2.6.2	Direito à habitação	101
4.3	A situação das crianças/jovens em confronto com o direito ao desenvolvimento	105
4.3.1	Alunos matriculados	105
4.3.1.1	Total e por sexo	105
4.3.1.2	Por sexo e níveis de ensino	106
4.3.2	Número de alunos estrangeiros matriculados por sexo e ciclos de ensino	107
4.3.3	Número de alunos com Necessidades Educativas Especiais, por nível de ensino	108
4.3.4	Número de alunos de comunidade cigana, por ciclo de ensino e sexo	109
4.3.5	Percentagem de Abandono e Retenção	110
4.3.6	Abordagem do Direito ao Desenvolvimento nos questionários aplicados	113
4.3.6.1	O Direito a Brincar	113
4.3.6.2	A Relação com os Pares	117
4.3.6.3	Direito à Educação	118
4.4	A situação das crianças/jovens em confronto com o direito à proteção	124
4.4.1	Evolução do volume processual da CPCJ	124
4.4.2	Número/percentagem de crianças sinalizadas: total, por sexo e grupo etário	125
4.4.3	Problemáticas diagnosticadas por ano de análise	126
4.4.4	Problemáticas diagnosticadas por escalões etários, nos anos em análise	126
4.4.5	Problemáticas: número de ocorrências por escalão etário	131
4.4.6	Número de processos arquivados por motivo	132
4.4.7	Medidas de promoção e proteção aplicadas nos anos em análise	133
4.4.8	Abordagem do Direito à Proteção a partir dos questionários aplicados	135
4.4.8.1	Proteção e segurança	135
4.4.8.2	Proteção na vida pessoal	138
4.5	A situação das crianças/jovens em confronto com o direito à participação.	143
4.6	A situação das crianças/jovens em confronto com o direito à não discriminação	148
4.7	A parentalidade positiva: visão dos intervenientes.	151
5.	<i>Síntese geral: problemas, desafios, recursos e potencialidade.</i>	163
5.1	Análise SWOT	164
5.2	As linhas estratégicas	165
5.3	Plano estratégico	167

5.3.1	O Planeamento	169
5.3.2	As fichas	177
Referências		182
ANEXOS		184

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Presidência, dimensão 1	36
Gráfico 2: Presidência, dimensão 2	37
Gráfico 3: Presidência, dimensão 3	38
Gráfico 4: Presidência, resultados globais	39
Gráfico 5: Comissão Restrita, dimensão 1	41
Gráfico 6: Comissão Restrita, dimensão 2	42
Gráfico 7: Comissão Restrita, dimensão 3	43
Gráfico 8: Comissão Restrita, dimensão 4	44
Gráfico 9: Comissão Restrita, dimensão 5	45
Gráfico 10: Comissão Restrita, dimensão 6	46
Gráfico 11: Comissão Restrita, dimensão 7	47
Gráfico 12: Comissão Restrita, resultados globais	48
Gráfico 13: Comissão Alargada, dimensão 1	50
Gráfico 14: Comissão Alargada, dimensão 2	51
Gráfico 15: Comissão Alargada, dimensão 3	52
Gráfico 16: Comissão Alargada, dimensão 4	53
Gráfico 17: Comissão Alargada, resultados globais	54
Gráfico 18: Autoavaliação, dimensão 1	57
Gráfico 19: Autoavaliação, dimensão 2	58
Gráfico 20: Autoavaliação, dimensão 3	59
Gráfico 21: Autoavaliação, dimensão 4	60
Gráfico 22: Autoavaliação, dimensão 5	61
Gráfico 23: Autoavaliação, dimensão 6	63
Gráfico 24: Autoavaliação, dimensão 7	64
Gráfico 25: Autoavaliação, dimensão 8	65
Gráfico 26: Autoavaliação, dimensão 9	66
Gráfico 27: Autoavaliação, dimensão 10	67
Gráfico 28: Autoavaliação, resultados globais	68
Gráfico 29: Resultados globais agregados	70
Gráfico 30: Resultados Globais, ocorrência níveis respostas	71
Gráfico 31: População Residente, evolução	74
Gráfico 32: População Residente, evolução II	75

Gráfico 33: População Residente, dos 0 aos 19	75
Gráfico 34: População Residente, dos 0 aos 19 II	76
Gráfico 35: População Residente, peso sobre a população das TTM	77
Gráfico 36: População Residente, peso dos grupos etários na população residente	78
Gráfico 37: População Residente, envelhecimento	79
Gráfico 38: População Residente, estrangeiros, sexo	80
Gráfico 39: População Residente, estrangeiros, sexo II	80
Gráfico 40: População Residente, estrangeiros, nacionalidade, europa	81
Gráfico 41: População Residente, estrangeiros, nacionalidade, fora europa	82
Gráfico 42: População Residente, estrangeiros, nacionalidade, fora europa II	82
Gráfico 43: População Residente, famílias clássicas	83
Gráfico 44: População Residente, famílias monoparentais	84
Gráfico 45: População Residente, divórcios	85
Gráfico 46: Direito Sobrevivência, ganho médio mensal	87
Gráfico 47: Direito Sobrevivência, poder de compra	89
Gráfico 48: Direito Sobrevivência, inscritos nos centros de emprego	90
Gráfico 49: Direito Sobrevivência, inscritos nos centros de emprego por sexo	91
Gráfico 50: Direito Sobrevivência, subsídio de desemprego	92
Gráfico 51: Direito Sobrevivência, subsídio social de desemprego	93
Gráfico 52: Direito Sobrevivência, rsi grupos etários	94
Gráfico 53: Direito Sobrevivência, rsi por sexo	95
Gráfico 54: Direito Sobrevivência, beneficiários do Abono de Família	96
Gráfico 55: Direito à Sobrevivência, crianças, saúde	99
Gráfico 56: Direito à Sobrevivência, jovens, saúde	99
Gráfico 57: Direito Sobrevivência: famílias, saúde	100
Gráfico 58: Direito Sobrevivência: crianças, habitação	102
Gráfico 59: Direito Sobrevivência: jovens, habitação	102
Gráfico 60: Direito Desenvolvimento: alunos matriculados, total e por sexo	105
Gráfico 61: Direito Desenvolvimento: alunos matriculados, sexo e ciclos de ensino	106
Gráfico 62: Direito Desenvolvimento: alunos estrangeiros, sexo e ciclos de ensino	107
Gráfico 63: Direito Desenvolvimento: alunos NEE, sexo e ciclos de ensino	108
Gráfico 64: Direito Desenvolvimento: alunos comunidade cigana, ciclos de ensino e sexo.	109
Gráfico 65: Direito Desenvolvimento: alunos matriculados, diferentes grupos.	110
Gráfico 66: Direito Desenvolvimento: percentagens de abandono	111
Gráfico 67: Direito Desenvolvimento: percentagens de retenção por grupo de alunos	111

Gráfico 68: Direito Desenvolvimento: retenção por ciclos	112
Gráfico 69: Direito Desenvolvimento: crianças, brincadeira e lazer	113
Gráfico 70: Direito Desenvolvimento: jovens, brincadeira e lazer	114
Gráfico 71: Direito Desenvolvimento: famílias, brincadeira e lazer	115
Gráfico 72: Direito Desenvolvimento: crianças, cidadania	117
Gráfico 73: Direito Desenvolvimento: jovens, cidadania	117
Gráfico 74: Direito Desenvolvimento: famílias, cidadania	118
Gráfico 75: Direito Desenvolvimento: crianças, educação	119
Gráfico 76: Direito Desenvolvimento: jovens, educação	120
Gráfico 77: Direito Desenvolvimento: famílias, educação	121
Gráfico 78: Direito Proteção: CPCJMC, volume processual	124
Gráfico 79: Direito Proteção: CPCJMC, sinalizações	125
Gráfico 80: Direito Proteção: CPCJMC, problemáticas	126
Gráfico 81: Direito Proteção: CPCJMC, problemáticas 0-2	127
Gráfico 82: Direito Proteção: CPCJMC, problemáticas, 3-5	127
Gráfico 83: Direito Proteção: CPCJMC, problemáticas, 6-8	128
Gráfico 84: Direito Proteção: CPCJMC, problemáticas, 9-10	128
Gráfico 85: Direito Proteção: CPCJMC, problemáticas, 11-14	129
Gráfico 86: Direito Proteção: CPCJMC, problemáticas, 15-17	130
Gráfico 87: Direito Proteção: CPCJMC, problemáticas, 18-21	130
Gráfico 88: Direito Proteção: CPCJMC, problemáticas. ocorrências por escalão etário	131
Gráfico 89: Direito Proteção: CPCJMC, arquivamentos	132
Gráfico 90: Direito Proteção: crianças, proteção e segurança	135
Gráfico 91: Direito Proteção: jovens, proteção e segurança	136
Gráfico 92: Direito Proteção: famílias, proteção e segurança	137
Gráfico 93: Direito Proteção: instituições, política de proteção	138
Gráfico 94: Direito Proteção: crianças, vida pessoal, proteção	139
Gráfico 95: Direito Proteção: jovens, vida pessoal, proteção	140
Gráfico 96: Direito Participação: crianças, participação	143
Gráfico 97: Direito Participação: jovens, participação	144
Gráfico 98: Direito Participação: famílias, participação	145
Gráfico 99: Direito Participação: instituições, participação	146
Gráfico 100: Direito não Discriminação: Instituições, não discriminação	148
Gráfico 101: Direito não Discriminação: Instituições, formação e informação	149
Gráfico 102: Parentalidade Positiva: Crianças	152

Gráfico 103: Parentalidade Positiva: Jovens	154
Gráfico 104: Parentalidade Positiva: Famílias	156
Gráfico 105: Parentalidade Positiva: instituições, trabalho com as famílias	160

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Os estilos parentais cruzados com a exigência e a responsividade	23
Tabela 2: Direito Proteção: CPCJMC, medidas aplicadas anos em análise.....	133

SIGLAS

AEMC – Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros.

CNPDP CJ - Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.

CPCJMC - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Macedo de Cavaleiros.

AS - Aliciamento Sexual.

CAESP- A criança está abandonada ou entregue a si própria.

CDTR – A criança está aos cuidados de terceiros em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais

CI – Concordo Inteiramente

CJACABEB - A criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada: Bullying; Comportamentos graves antissociais ou/e de indisciplina; Consumo de bebidas alcoólicas; Consumo de estupefacientes; Gambling (jogo a dinheiro); Gaming (jogo de entretenimento); Outros comportamentos.

CV – Completamente Verdade.

Conc – Concordo.

DC- Discordo Completamente

Disc – Discordo.

ECPCBEDC – Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança: Consumo de bebidas alcoólicas; Consumo de estupefacientes; Prostituição; Violência doméstica.

MT - Mau trato: mutilação genital; ofensa física em contexto de violência doméstica; ofensa física por castigo corporal

MTPIA – Maus-tratos psicológicos ou indiferença afetiva: castigos não corporais; depreciação/humilhação; discriminação; exercício abusivo da autoridade; privação de relações afetivas e de contactos sociais próprios do estágio de desenvolvimento da criança; hostilização e ameaças; instigação a condutas contrárias a valores sociais e morais que afetam o bem-estar e a integridade da criança.

NA- Não aplicável.

NEE – Necessidades Educativas Especiais.

NEG – Negligência: NEG ao nível educativo; NEG-face comportamentos criança; NEG ao nível psicoafetivo; NEG ao nível saúde; NEG ao nível da supervisão e acompanhamento; NEG grave

NS – Não sei.

NSp – Nem Sempre.

NVNA – Não é verdade, nunca aconteceu.

OAFE - Organização de um ambiente familiar estruturado.

OAFPE - Organização de um ambiente familiar positivo e estimulante

PAA- Plano Anual de Atividades.

PALIJ – Plano de Ação Local para a Infância e Juventude.

PELPPDCJ- Plano Estratégico Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e do Jovem.

SPDE – Situações de perigo em que esteja em casa o direito à educação: SPDE-absentismo escolar; SPDE - Insucesso escolar; SPDE – abandono escolar

RSI – Rendimento social de inserção.

SDP - Supervisão e disciplina positiva.

SE – Serviço de emprego.

SEMC – Serviço de emprego de macedo de cavaleiros.

SNACS - Satisfação das necessidades de afeto, confiança e segurança.

SNB – Satisfação das necessidades básicas.

TTM – Terras de trás-os-montes.

INTRODUÇÃO

No âmbito das Competências da Comissão Alargada plasmadas no artigo 18.º da Lei n.º147/99, de 01 de setembro, e em resposta ao desafio da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJC) lançado às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens no Encontro Regional realizado em 2019, em Peso da Régua – adesão ao projeto da Adélia - Parentalidade Positiva –, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Macedo de Cavaleiros (CPCJMC) abraçou esta causa com o objetivo de ver fortalecida a sua missão preventiva e protetora através da construção de um Plano Estratégico Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e do Jovem (PELPPDCJ).

Partindo da dinamização da Comissão Alargada, o projeto foi desenhado em três etapas: a reflexão e avaliação diagnóstica sobre a missão, organização e funcionamento da CPCJMC; o diagnóstico da realidade infantojuvenil do concelho de Macedo de Cavaleiros e, como resultado final, e a edificação de um plano estratégico local sustentável, privilegiando a intervenção colaborativa da comunidade local e o envolvimento das instituições públicas e particulares, bem como as famílias, crianças e jovens do concelho.

Para o efeito adotou-se uma metodologia assente na formação de grupos de trabalho com tarefas definidas para cada etapa do projeto e utilização dos documentos disponibilizados para consecução das mesmas. Estes grupos foram orientados por uma comissão organizadora criada para o efeito que orientou, planeou e dinamizou a elaboração deste trabalho. Desta forma, foram realizados momentos de encontro para análise, ajuste e reavaliação dos diferentes procedimentos inscritos na realização do autodiagnóstico desta comissão. De igual modo, a mesma metodologia foi utilizada no estudo da realidade para a elaboração do diagnóstico local do concelho de Macedo de Cavaleiros, no atinente à área da infância e juventude.

O PELPPDCJ pretende ser uma referência local enquanto instrumento de trabalho potenciador da criação de respostas multidisciplinares eficazes na promoção e proteção das crianças e jovens deste concelho.

Assim o nosso trabalho está agrupado em cinco pontos chave. um primeiro, onde discorreremos sobre o conceito de parentalidade, estilos e práticas parentais; um segundo onde definimos a metodologia seguida na realização deste trabalho; um terceiro onde

apresentamos e discutimos os dados relativos à Autoavaliação realizada à CPCJMC por forma a perceber o mérito do trabalho que desenvolve; uma quarta, onde procuramos traçar o retrato da realidade infantojuvenil do concelho de Macedo de Cavaleiros, nas suas diferentes dimensões. A esta atribuímos o título de Diagnóstico da realidade infantojuvenil. Por último, no quinto momento apresentamos ao Plano Estratégico delineado com os contributos surgidos do autodiagnóstico e do diagnóstico.

Conscientes de que todo o trabalho heurístico peca por redutor, gostaríamos de contribuir com o nosso esforço para melhorar as condições sociais, económicas e educativas das crianças e dos jovens de Macedo de Cavaleiros.

Sabemos que não estamos *no País das Maravilhas*, mas ouvimos o Gato Cheshire dizer à Alice que se ela não sabe para onde ir, qualquer caminho lhe serve. A nós não nos serve qualquer caminho, apenas aquele que nos pode levar ao País das Maravilhas!

1. A Parentalidade

1.1 Definição e âmbito do conceito

Parentalidade é, morfológicamente, um substantivo masculino e, semanticamente, de acordo com o dicionário Priberam, designa a qualidade do que é parental e o estado ou condição de quem é pai ou mãe. A experiência de ser pai ou mãe, ou seja, da parentalidade é das mais gratificantes do ser humano (Cruz, 2014). A mesma autora, citando Zigler (1995), continua dizendo que aquele facto não impede que a parentalidade seja considerada a tarefa mais desafiante e complexa da idade adulta.

Com efeito, a parentalidade assumiu, pela sua importância, uma dimensão basilar na construção do ser humano, na medida em que ela é antes do mais o processo pelo qual uma geração transmite à seguinte os valores, as competências e as atitudes necessários à nossa sobrevivência como espécie (Lima, 2018). Por seu lado, Cruz (2005), citada por (Albuquerque, 2016) defende que a parentalidade é um conjunto de ações tomadas pelos pais para a promoção de um bom desenvolvimento dos seus filhos fazendo uso dos recursos de que a família dispõe [e os] disponibilizados pela comunidade. Efetivamente, a Convenção dos Direitos da Criança (UNICEF, 2019) define no ponto 2 do artigo 27.º que cabe aos pais e às pessoas que têm a criança a cargo a responsabilidade de assegurar, dentro das suas possibilidades e disponibilidades económicas, as condições de vida necessárias ao desenvolvimento da criança. Por outras palavras, exercer a parentalidade.

Neste sentido, a sociedade espera que os pais cumpram, de forma ideal, um conjunto de tarefas que permitam garantir a sobrevivência, a segurança e o desenvolvimento harmonioso da criança ou do jovem. A prossecução desses objetivos obriga, por vezes, os pais/mães a um conjunto de ações e decisões bastante difíceis, cuja dificuldade pode ser amplificada pelas configurações das sociedades atuais.

Os filhos, a partir do seu nascimento, até à sua idade adulta, vão exigir dos pais tarefas e comportamentos para os quais estes nem sempre estão preparados. Ser pai ou mãe é tão mais difícil na medida em que não é possível sabermos, a priori, se estamos a fazer bem ou mal. Só o futuro o poderá dizer, mas aí, já é tarde. Pode remendar-se, mas não se pode

construir! Não obstante, não existe uma forma certa de exercer a parentalidade, (...) não há manuais ou receitas que possam ser impostas. Cada cultura e cada família pode ter os seus pontos de vista e ideias próprias não necessariamente coincidentes. Aspetos como a autonomia das crianças, a sua conformidade a valores, o lidar e exprimir estados emocionais, são exemplos de domínios do desenvolvimento e comportamento em que as expectativas e as ideias parentais podem diferir consideravelmente em função do que desejam para os seus filhos e da cultura onde se inserem (Lima, 2018).

Apesar desta dispersão, é tarefa primordial dos pais decidir sobre o querem para os seus filhos e definir[-lhes] um projeto educativo (Lima, 2018). No entanto, a par desta, foram identificadas outras tarefas e funções que têm o objetivo de assegurar a sobrevivência, o desenvolvimento e o bem-estar das crianças e jovens. Estas tarefas e funções essenciais da parentalidade foram identificadas por Bradley e Caldwell (1995) citados por Lima (2018) e consistem: na manutenção da vida; na estimulação; no apoio socio-emocional; na estrutura e na supervisão.

A **manutenção da vida** consiste em ações cuja finalidade é assegurar a viabilidade do organismo, fornecendo condições para a sobrevivência bem como a proteção, manutenção e promoção da saúde física, e a prevenção de possíveis riscos.

A **estimulação**, proporcionada a um nível adequado – nem de mais, nem de menos – é essencial para garantir a integridade neurológica do indivíduo e a capacidade reguladora da atenção, com óbvias implicações no desenvolvimento cognitivo.

O **apoio emocional** refere-se à capacidade dos pais para responderem adequadamente às necessidades emocionais da criança, proporcionando um clima de afeto positivo, confiança e segurança essencial a um desenvolvimento psicológico saudável.

A **estrutura** abarca todas as ações parentais que têm como finalidade a organização e controle dos estímulos (objetos, acontecimentos e trocas sociais) no tempo e espaço, permitindo à criança apreender o mundo como algo de previsível e ordenado, onde há regras, rotinas, estabilidade e regularidade.

A tarefa de **supervisão** assegura um controlo adequado por parte do sistema regulador, através da vigilância e da monitorização. O exercício adequado desta função permite aos pais reajustar outras tarefas, se necessário.

Segundo Cruz (2005) citado por Lima (2018) a este conjunto de tarefas ou funções deve acrescentar-se uma outra tarefa, que abrange as **necessidades de interação social** da criança e de integração na comunidade. Os pais funcionam a este nível como charneira entre o meio familiar e o meio social mais vasto, desempenhando uma função **socializadora** que possibilita à criança a aprendizagem de regras e normas sociais e a sua adaptação a contextos extrafamiliares.

Em virtude das exigências e vicissitudes da sociedade atual o desafio da parentalidade pode ser mais estressante, mais complexo e mais dinâmico do que há décadas. Por isso, para (Negrão), é muito premente que os pais:

- i) **Invistam no autocuidado e previnam a sua exaustão** – não poderemos cuidar bem dos outros, se, primeiramente, não cuidarmos de nós;
- ii) **Equilibrem a vida familiar e a profissional** – não devemos descurar uma em detrimento da outra, nem sobrepor uma à outra. “No meio é que está a virtude”
- iii) **Trabalhem alguns mitos: existência de pais perfeitos e a necessidade de superproteção:**
 - a. Pais **perfeitos** não existem. Existem pais que tentam ser os melhores para os seus filhos/as, oferecendo-lhes afeto, segurança, estrutura e inculcando-lhes confiança, dentro das suas limitações e circunstâncias. Estas são as bases que sustentaram o adulto em potência.
 - b. A **superproteção** é o código postal da insegurança, da desconfiança e da desmotivação. Por isso, é necessário, desde cedo, ensinar as crianças a lidarem com o risco, com a imprevisibilidade, com a incerteza, claro que de acordo com o respetivo grau de desenvolvimento. Desta forma promover-se-á a resiliência, e a confiança nas capacidades individuais.

Todas estas tarefas ou funções inerentes à parentalidade podem ser exercidas de formas bem diferentes. É isso que veremos no seguimento.

1.2 Estilos e práticas parentais

Apesar de, como acima dissemos, não podermos definir uma forma certa de exercer a parentalidade, a verdade é que estudos de referência conseguem associar determinados resultados educativos a diferentes estilos parentais (Rinhel-Silva, Constantino, & Rondini, 2012); (Weber, 2004); (Satúrio-Pires, 2009). A ideia de que estilos parentais potenciam determinados resultados tem ocupado os cientistas desde o início do século passado e os estudos de Darling & Steinberg tentaram definir as consequências provocadas pelos diferentes estilos parentais no desenvolvimento das crianças (Weber, 2004).

Antes de continuarmos, contudo, urge distinguir, apesar da copulativa, estilos e práticas parentais. Darling & Steinberg (1993) citados por Weber, (2004) definiram estilos parentais como o contexto em que os pais influenciam seus filhos através de suas práticas de acordo com as suas crenças e valores. (...) As práticas parentais correspondem a comportamentos definidos por conteúdos específicos e por objetivos de socialização. Sistematizando, podemos dizer que os estilos parentais serão estruturantes do comportamento dos pais para com os filhos e as práticas serão conjunturais, dependem do momento.

Baumrind (1971), graças aos estudos realizados em crianças de idade pré-escolar, conseguiu associar graus de competência social a diferentes estilos parentais. (Albuquerque, 2016). Os resultados destes estudos indicaram três tipos de controlos parentais, mais tarde chamados de estilos. (Rinhel-Silva, Constantino, & Rondini, 2012): os estilos autoritativo, autoritário, e permissivo.

O estilo **Autoritativo** (participativo/democrático) descreve os pais que tentam direcionar as atividades das suas crianças de maneira racional e orientada, incentivando o diálogo e partilhando com a criança o racional que sustenta cada tomada de decisão (Weber, 2004). Os pais deste grupo regulam a interação, mas integram nas suas decisões, que não são tomadas por consenso, nem de acordo com os desejos das crianças, a perspectiva e os interesses das crianças. Não descurando a disciplina, é a autonomia que estes pais procuram incutir nas crianças, utilizando o afeto, a partilha e o reforço das qualidades (Satúrio-Pires, 2009), de forma a criar um ambiente estimulante. De acordo com a literatura específica, os filhos de pais autoritativos conseguem os melhores desempenhos nos estudos e detêm um maior grau de otimismo, ou seja, são vistos como socialmente e instrumentalmente mais competentes do que os filhos de pais não autoritativos (Weber, 2004).

O estilo **Autoritário**, descreve os pais que modelam, controlam e avaliam a criança de acordo com as normas por eles absolutamente estabelecidas (Weber, 2004). Instituem a obediência como uma virtude e elegem a punição, verbal ou física, como prática recorrente, sempre que as atitudes ou as crenças das crianças entrem em conflito com as suas idiossincrasias. Este grupo de pais limita a autonomia e a criatividade da criança já que mantê-la dentro da ordem tradicional é um valor primordial, por isso não se encoraja nem a comunicação nem a reflexão, já que os pais são os únicos detentores do saber. As manifestações de afeto são quase inexistentes (Satúrio-Pires, 2009). De acordo com os estudos realizados, os filhos de pais autoritários apresentam comportamentos de externalização (agressão verbal ou física, mentiras...) e de internalização (retração social, depressão, ansiedade); têm tendência para um desempenho escolar moderado, embora não apresentem problemas comportamentais; possuem pouca habilidade social, baixa autoestima e alto índice de depressão (Weber, 2004).

O estilo **permissivo** engloba os pais que não moldam a criança aos seus próprios valores e crenças, mas que funcionam, para a criança, como um recurso para a realização dos seus desejos. Os pais permissivos transferem para a criança a regulação da interação. A criança age de acordo com os seus desejos e motivações e os pais não impõem limites ou regras (Albuquerque, 2016). Esta não será uma forma de promover nem a maturidade das crianças, nem a comunicação familiar. As conclusões da investigação definiram que os filhos de pais permissivos tendem a consumir tabaco e álcool, a demonstrar baixa capacidade de autorregulação e baixa habilidade de reação a conflitos (Weber, 2004).

Nos anos 80 do século passado Maccoby e Martin (1983) debruçando-se sobre a classificação de estilos parentais de Baumrind vão manter os dois primeiros e dividir este último em dois: o estilo Indulgente e Negligente.

O estilo **Indulgente** caracteriza os pais que respondem aos pedidos das crianças carinhosamente. Não são exigentes quanto a normas e deveres nem atuam como modelos de comportamento.

O estilo **Negligente** define-se pela não envolvência dos pais nas suas funções parentais havendo uma desresponsabilização crescente ao longo da vida da criança, mantendo apenas a satisfação de necessidades básicas.

Divididos os pais permissivos em **Indulgentes** e **Negligentes**, aqueles cujos filhos apresentam resultados mais negativos são os do estilo **negligente**. Com efeito, estes são os que apresentam menos desempenhos em todos os domínios: baixo rendimento escolar; baixa

autoestima e sentimentos depressivos; problemas afetivos e comportamentais e, ainda, maiores índices de estresse (Weber, 2004).

A divisão atrás referida realizada por Maccoby e Martin foi consequência do facto dos autores cruzarem os estilos parentais definidos por Baumrind com as dimensões da exigência e da responsividade. A dimensão da exigência caracteriza os pais que de alguma forma procuram controlar o comportamento dos filhos impondo limites e estabelecendo regras; a dimensão da responsividade está relacionada com a capacidade em atender as necessidades e às particularidades dos filhos (Rinhel-Silva, Constantino, & Rondini, 2012). A exigência e responsividade, cruzada com os diferentes estilos parentais, pode ser traduzida na tabela abaixo apresentada em (Albuquerque, 2016).

Estilos Parentais	Exigência	Responsividade
Autoritativo	+	+
Autoritário	+	-
Indulgente	-	+
Negligente	-	-

Tabela 1: Os estilos parentais cruzados com a exigência e a responsividade

Percebemos garças a esta esquematização que o estilo parental melhor cotado é, sem dúvida, o Autoritativo já que é aquele que equilibra a exigência e a responsividade, é o que mais perto está do meio termo. Portanto, se não existe a forma certa de exercer a parentalidade, existe, pelo menos, uma forma melhor do que as restantes de a exerce. Com efeito, a pesquisas desenvolvidas na área da parentalidade demonstram que o estilo autoritativo sempre se mostrou como aquele que produz melhores efeitos na formação dos filhos como: melhor desempenho escolar (...), alto índice de competência psicológica e baixo índice de disfunção comportamental e psicológica... Adotar um estilo parental autoritativo é bastante adequado para uma educação saudável dos filhos. Para adotar este estilo é preciso que os pais se envolvam na educação, respondendo às necessidades que a criança tem de atenção, incentivo, auxílio, diálogo e diversão (responsividade), bem como supervisionar e monitorar os comportamentos do filho, exigindo a obediência de regras e limites e o cumprimento de deveres (exigência). Ao mesmo tempo em que os pais precisam ser respeitados em seus papéis, também devem respeitar os direitos dos filhos. Portanto, de um lado há uma posição de controle e de outro uma posição de compreensão e bi-direcionalidade, que oferece à criança maior autonomia e auto-afirmação (Weber, 2004).

1.3 A parentalidade positiva

Depois de termos chegado à conclusão de que o estilo parental autoritativo é o que, de acordo com os estudos, melhores resultados educativos têm evidenciado, debruçemos um pouco sobre o que se entende por parentalidade positiva.

A primeira coisa que se nos oferece dizer sobre o assunto é que a utilização do aposto *positiva* ao substantivo parentalidade parece uma tautologia. Com efeito, a parentalidade deve, tem por obrigação, ser positiva. Então, por que razão este aposto? Porque, efetivamente, nem todos os pais praticam a parentalidade, ou seja, praticam uma parentalidade diferente da desejada. Por isso a necessidade de esclarecer que a parentalidade desejada é a positiva em detrimento da negativa. Definindo a positiva, logo estaremos a definir, por contradição, a negativa.

O conceito de parentalidade positiva é definido por (Dias) como uma filosofia que promove a relação entre pais e filhos com base no respeito mútuo e, porque esse respeito mútuo existe, a educação da criança é feita de forma altamente construtiva. Por outras palavras, a Parentalidade Positiva, é a forma como qualquer pai quer educar (...) com firmeza e também com muita empatia generosidade. (...) A Parentalidade Positiva não humilha nem usa qualquer tipo de violência, (...) olhando para as crianças como seres humanos inteiros. Antes de serem filhos, são pessoas pequenas, em crescimento e que, por isso, precisam de apoio e orientação. Este ensinar a crescer e a transformar crianças em adultos íntegros e integrados não rima com punição, humilhação ou castigo.

O conceito de parentalidade positiva, dizíamos, entrou no domínio público e, sobretudo, no político a partir de 2006 quando o Comité de Ministros do Conselho da Europa produz e aprova em 2006 a recomendação 19. Nesta os Ministros reconhecem que a parentalidade (...) deve ser designada como um domínio de política pública e todas as medidas necessárias deverão ser adotadas para o apoio da parentalidade e para a criação de condições necessárias para a parentalidade positiva. Por isso recomendam aos governos dos Estados-Membros que criem as condições necessárias para a parentalidade positiva no interesse superior da criança (Comité de Ministros do Conselho da Europa, 2019) e que tomem todas as medidas necessárias para essa implementação. Este documento, para lá de uma clara tomada de posição é um alerta para a necessidade de pensar diferente sobre os desafios da Parentalidade e como lhes dar resposta, no sentido de promover práticas positivas (Lima, 2018).

Segundo (Cruz, 2014) não existe uma única fórmula que defina essa filosofia relacional entre pais e filhos. Contudo, é possível, segundo a autora, destacar cinco princípios educativos fundamentais que subjazem à atuação dos pais executantes da parentalidade positiva.

A **satisfação das necessidades básicas** como a alimentação, o aconchego, a saúde e segurança são vitais para a sobrevivência do ser humano e constituem condição básica para o desenvolvimento harmonioso das crianças;

A **satisfação das necessidades de afeto, confiança e segurança** implica a construção de um ambiente relacional caloroso e responsivo. Caloroso porque marcado pelo carinho, humor e reforços positivos, adequados à idade da criança. Responsivo porque responde às ações, aos interesses, às necessidades, à perspectiva e à curiosidade das crianças. A responsividade porque respeita a criança/jovem na sua individualidade, porque permite a partilha de formas de pensar e sentir as situações, porque permite perceber o desafio que a criança/jovem está a enfrentar e assim poder ajudá-la(o) ultrapassá-lo, é, porventura, a atitude parental mais importante para a promoção do desenvolvimento de uma criança. (Cruz, 2014);

A **organização de um ambiente familiar estruturado** que se traduz na clareza da organização familiar. Esta organização implica aspetos ao nível do espaço, do tempo e das regras de funcionamento;

A **organização de um ambiente familiar positivo e estimulante** que capte a atenção da criança e lhe permita construir conhecimento acerca do meio que a envolve. Para isso é necessário que essa estimulação seja aplicada de forma consistente (contexto organizado) e de forma positiva e responsiva (contexto de afeto positivo e contingente às necessidades e interesses das crianças);

A **supervisão e a disciplina positiva**. A supervisão reside na recolha de informação sobre o que a criança faz, onde faz e com quem faz. A forma de chegar a esta informação deve ter em conta a idade e a matéria supervisionada. Se, fruto dessa recolha resultar o conhecimento de que os comportamentos não estão a ser adequados ou consistentes com as regras previamente definidas, será necessário atuar em conformidade. É aqui que entra a disciplina positiva, ou seja, conjunto de estratégias comportamentais não agressivas que procuram modelar comportamentos socialmente adequados e não eliminar comportamentos desadequados através de estratégias punitivas.

A par destes cinco princípios associados à parentalidade positiva deve considerar-se o ânimo de cada elemento parental nas suas diferentes dimensões: a pessoal, a conjugal e a profissional. Por isso é importante olhar para os subsistemas familiares em especial para a forma como o subsistema parental se articula com o subsistema conjugal. Com efeito para cuidarmos bem dos outros temos que, primeiramente cuidar bem de nós.

Aqui chegados percebemos que a Parentalidade Positiva acaba por ser uma evolução do estilo parental Autoritativo, mas, tal como esse estilo, a Parentalidade Positiva não é inata. Os pais não nascem com as competências que a definem, nem as adquirem de forma automática com o nascimento de um filho. As atitudes exigidas pela Parentalidade Positiva são, então, adquiridas graças à aprendizagem, tal como se aprende a ler, a escrever e a contar.

Entramos, assim, no domínio da educação parental definida como uma tipologia de intervenção social. Apesar deste movimento se ter criado na transição do séc. XIX para o XX, foi, ao longo deste último que foram criadas diversas organizações relacionadas com a parentalidade das quais se destaca o atual National Congress of Parents and Teachers, nos EUA (Quingostas, 2011). Desde essa data várias instituições e vários programas de educação parental foram criados e implementados fruto de um novo paradigma que se institui:

assume-se que os pais são os atores principais e os mais capazes para lidar com os seus filhos, e que a qualidade das relações pais-filhos não depende apenas dos genes ou da biologia. Os pais são aprendizes ativos, capazes de alterar, se for o caso, as suas práticas, no sentido de resultados desenvolvimentais mais positivos quer para os filhos, quer para eles próprios (...), sendo por isso alvos naturais das intervenções. Presume-se ainda que todos os pais podem beneficiar de uma intervenção adequada, embora em doses diferentes, de acordo com a configuração específica dos fatores internos e externos que determinam o seu grau de competência e necessidade. (Sanders & Mazzucchelli, 2018) citados por (Lima, 2018).

É de acordo com esta ordem de ideias que aparecem vários programas de Educação Parental que atualmente são agrupados em três grandes modelos: o reflexivo, o comportamental e o Adleriano.

No modelo reflexivo enquadram-se os programas:

- Treino em eficácia Parental;
- Triplo P – Positive Parenting Program;

- Projeto Pais Orientados;
- Ouvir as Crianças;

No modelo Comportamental enquadram-se os programas:

- Responsive Parenting Program;
- Portage Project;
- Head Star;
- Winning;
- Program Webster-Stratton e Hebert;
- Incredible Years Parents;
- Treino de Pais em Habilidades Sociais;
- Star;

No modelo Adleriano enquadram-se os programas:

- Parent study Group Leadership Training Parogram;
- STEP – Systematic Training for Effective Parenting;
- Parentalidade Ativa;

Programas desenvolvidos em Portugal:

- O Tesouro das Famílias;
- Missão C;
- Mais Família. (Quingostas, 2011)

Apresentaremos, sumariamente, o Triple P por ser o que mais se adequa à temática subjacente a este trabalho: a parentalidade positiva. Como vimos, insere-se no modelo reflexivo e foi desenvolvido por Mat Sanders da Universidade de Queensland, na Austrália, e tem como objetivo geral prevenir problemas comportamentais, emocionais e desenvolvimentais graves nas crianças promovendo os conhecimentos, competências e confiança dos pais (..). Podemos acrescentar apresentando outros objetivos não menos importantes como:

promover o pleno desenvolvimento da criança num ambiente construtivo e positivo para todos; promover um ambiente caloroso, seguro, não violento e não conflituoso; possibilitar a aprendizagem de conhecimentos, competências e a autossuficiência nos pais, ajudá-los a desenvolver estratégias eficazes e positivas de gestão do comportamento dos filhos, e promover as competências sociais, emocionais, intelectuais e de linguagem das crianças (Lima, 2018).

O modelo apresenta cinco níveis de atuação:

O nível 1, Universal Triple P, tem como objetivo desenvolver campanhas de informação e é dirigido a todos os pais interessados em aprofundar questões sobre o desenvolvimento e práticas educativas de acordo com os diferentes estádios...

O nível 2, Triple P e Teen Triple P, tem uma intervenção breve e seletiva. É dirigido a pais com determinada preocupação ou preocupações sobre o comportamento ou desenvolvimento do filho...

O nível 3, Primary Care Triple P e Primary Care Teen Triple P, tem como objetivo a formação da mãe, é dirigido ao comportamento da criança e requer consultas ou treino ativo de competências...

O nível 4 tem vários tipos de intervenção, Standard Triplo P, Grupo Triplo P, Shake Triple Grupo P e, Self-Directed Triple P. Têm como objetivo a formação dos pais em competências parentais positivas para lidar com graves problemas de comportamento sendo realizado de forma intensiva...

O nível 5, Enhanced Triplo P é uma intervenção em módulos dirigida à mudança de comportamentos da família (disfunção familiar, depressão parental ou stress ou conflitos entre casal, crianças com problemas de comportamento... (Quingostas, 2011).

Definidos que foram os conceitos, embora sumariamente, seguiremos com a apresentação do quadro metodológico que subjazeu à compilação dos dados de análise. No final estaremos em condições de perceber se as nossas famílias praticam a parentalidade positiva e em que grau.

2. Quadro Metodológico

Como já anteriormente referido, este trabalho de conhecimento da realidade, visa a elaboração final de um **Plano Estratégico Local de Promoção e Proteção das Crianças e Jovens** circunscrito ao concelho de Macedo de Cavaleiros. Como também anteriormente referido, o Plano Estratégico beberá dos conhecimentos alcançados nas duas partes essenciais deste trabalho: o autodiagnóstico e o diagnóstico da realidade infantojuvenil. Assim sendo, de uma forma geral, o trabalho que seguidamente se apresenta assentou na recolha de dados de diversas procedências, na sua interpretação e na produção de conclusões. Os dados recolhidos agrupam-se em quantitativos e qualitativos

Desta forma, apresentaremos primeiramente a metodologia adotada na realização do autodiagnóstico, seguida daquela que serviu o desenho do diagnóstico da realidade infantojuvenil. Por fim, apresentaremos a forma de elaboração do Plano Estratégico.

2.1 Autodiagnóstico

O autodiagnóstico teve como principal objetivo conhecer as dinâmicas internas na CPCJMC. Para isso recorreu-se a uma abordagem qualitativa assente em quatro questionários distintos aplicados aos membros que compõem a CPCJMC e disponibilizados pelo Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS) e pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPDJ). Os questionários foram dirigidos a públicos diferentes, mas todos pertencentes à CPCJMC. Assim, tivemos um questionário dirigido à Presidência¹, outro à Comissão Restrita², outro, ainda, à Alargada³ e um último designado de autoavaliação⁴ dirigido a todos os elementos anteriores.

Estes questionários apresentavam uma escala de resposta tipo Likert⁵, utilizando como itens Likert (wikipedia, 2021): **Discordo completamente; Discordo; Concordo; Concordo inteiramente; Não sei** e **Não se aplica** que não segue o formato típico (wikipedia, 2021).

¹ Anexo 1

² Anexo 2

³ Anexo 3

⁴ Anexo 4

⁵ Também denominadas escalas de opinião (Lucien, 2016)

Esta escala é mais usada em pesquisas de opinião (wikipedia, 2021), uma vez que ao responder-se está-se a definir o nível de concordância ou discordância com uma dada afirmação permitindo, como instrumento científico (...) medir as atitudes por meio das opiniões de forma objetiva (Lucien, 2016).

Esta escala apresenta, contudo, algumas limitações inerentes à sua bipolaridade. Com efeito, ela mede uma respostas como positiva ou negativa a uma afirmação. E, por vezes, os inquiridos evitam o uso de respostas extremas por forma a tornarem a situação mais favorável. Por isso,

diz-se que, os dados oriundos de uma escala de Likert, permitem apenas ordenação dos indivíduos por meio da favorabilidade de sua atitude com relação a determinado objeto, mas não revelam uma base para se dizer quanto um indivíduo é mais favorável que outro, nem para medir a quantidade de mudança de certa experiência (Lucien, 2016).

Assim sendo, estes questionários permitir-nos-ão, então, conhecer as opiniões, dentro das limitações acima enunciadas dos diferentes intervenientes na CPCJMC e, a partir delas, tentar perceber as limitações e as mais valias da intervenção desta instituição junto das crianças e jovens de Macedo de Cavaleiros.

Os questionários estavam elaborados por dimensões que compreendiam várias afirmações para as quais era necessário responder segundo a escala anteriormente referida. Decidiu-se que a apresentação dos dados resultantes desta aplicação seria feita por questionário e por dimensão. Para a apresentação foi elaborado um gráfico por dimensão contendo o resultado global de cada afirmação. Para a construção desses gráficos foi decidido atribuir níveis ao item Liker. Assim, **Discordo completamente** corresponde a 1; **Discordo** a 2; **Concordo** a 3 e **Concordo inteiramente** a 4, sendo que 1 e 2 são negativos, por isso aparecem no gráfico a tons de vermelho e 3 e 4 são positivos aparecendo a tons de verde. Às respostas **Não sei** e **Não se Aplica** não foi atribuído qualquer nível, mas foram, de acordo com o contexto, entendidas como negativas e aparecem no gráfico com uma textura específica.

A ordem de apresentação dos questionários seguiu a direção do particular para o geral: presidência, comissão restrita, comissão alargada e autoavaliação. No final da apresentação de cada questionários sistematizaremos os aspetos positivos e os negativos registados ao longo da apresentação dos dados.

2.2 Diagnóstico da realidade infantojuvenil

Este diagnóstico teve como principal objetivo conhecer a realidade infantojuvenil do concelho de Macedo de Cavaleiros. Para isso recorreremos a dados qualitativos e a dados quantitativos.

Os dados quantitativos foram selecionados de forma a definir a estrutura demográfica e familiar do concelho de Macedo de Cavaleiros e, ainda, o grau de implementação dos direitos das crianças: o direito à sobrevivência; o direito ao desenvolvimento; o direito à proteção; o direito à participação e o direito à não discriminação. Por último teve-se em conta as condições para o exercício da parentalidade positiva.

Para a recolha dos dados relativos aos temas referidos anteriormente foram selecionados os anos de 2011, 2013, 2017 e 2020 ou último em que houver dados. Foram selecionados estes anos por forma a analisar diacronicamente a evolução de cada assunto. Só dessa forma poderá ser possível traçar tendências e padrões que melhor permitam conhecer a realidade em análise. Esses anos também não foram escolhidos ao acaso. 2011 foi o ano dos últimos censos gerais da população portuguesa; 2013 e 2017 foram anos de eleições autárquicas. Saber se houve alterações nos indicadores nesses anos, ou seguintes, pode ser importante para o diagnóstico que se quer levar a cabo. Referir, ainda que os dados quantitativos relativos ao concelho de Macedo de Cavaleiros foram analisados em comparação com as localidades que compõem as terras de Trás-os-Montes (TTM). Só assim nos foi possível posicionar Macedo de Cavaleiros em relação aos seus vizinhos facto que aumentou o nosso conhecimento da realidade na medida em que uma avaliação também é contrastiva.

Os dados quantitativos foram recolhidos no portal PORDATA, na secção municípios, à exceção daqueles relativos à educação que foram fornecidos pelo Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros e os relativos ao Direito à Proteção que tiveram por base os registos da aplicação da CPCJ. Neste caso, recolhemos os dados dos últimos quatro anos: 2018, 2019, 2020 e 2021. Desta forma foi também possível estabelecer padrões e tendências.

Quanto aos dados qualitativos que serviram para o diagnóstico da realidade infantojuvenil resultaram da aplicação de quatro questionários distintos fornecidos pelas

mesmas instituições e aplicados às crianças⁶, aos jovens⁷, às famílias⁸ e às instituições⁹ que trabalham com crianças e jovens. Estes questionários apresentavam também uma escala tipo Likert sendo que o item Liker, no questionário das Instituições era igual aos dos questionários do autodiagnóstico, mas nos restantes era composto por **Completamente Verdade (CV)**; **Nem sempre (NSp)**; **Não é verdade ou Não acontece (NVNA)** e **Não sei (NS)**. A escala de resposta não foi transformada em níveis, como realizado anteriormente, mas a CV e a NSp foram entendidas como caindo no campo positivo, as restantes, como caindo no campo negativo.

Os questionários diferiam entre si:

O das crianças e o dos jovens eram compostos por oito dimensões: brincadeira e lazer, participação, cidadania, proteção e segurança, saúde, educação e vida pessoal que nós subdividimos em vida pessoal: habitação e vida pessoal: proteção;

O das famílias era composto por sete dimensões: brincadeira e lazer, cidadania, participação, proteção e segurança, saúde, educação e conciliação vida trabalho;

O das instituições era composto por cinco dimensões: direitos das crianças: formação e informação; participação das crianças; não discriminação; trabalho com as famílias e política de proteção.

Ao questionário das crianças responderam trinta e seis, com idades compreendidas entre os dez e os doze anos. Dessas trinta e seis, dezoito eram rapazes e outras tantas raparigas.

Ao questionário dos jovens responderam cento e trinta e dois, com idades compreendidas entre os treze e os dezoito anos. Desses cento e trinta e dois, cinquenta e três eram rapazes e setenta e nove raparigas.

Ao questionário das famílias responderam cento e treze e ao das instituições, onze.

Como é possível deduzir, o corpus de análise não permite a extrapolação de conclusões pelo que apenas poderemos dizer que as conclusões a que chegarmos refletem apenas a opinião dos inquiridos.

⁶ Anexo 5

⁷ Anexo 6

⁸ Anexo 7

⁹ Anexo 8

A metodologia de apresentação dos dados destes questionários difere da utilizada para o autodiagnóstico. Neste caso não se apresentaram os resultados dos questionados de forma sequencial, mas pela dimensão integradora de cada um dos direitos.

Como já referido, os dados são apresentados em tabelas e gráficos correspondentes a categorias e respetivas frequências, de modo a identificarmos as categorias dominantes, as tendências e os padrões.

Definida, desta forma, a metodologia utilizada, passamos à apresentação e discussão dos dados recolhidos, o que será objeto dos capítulos seguintes. Primeiro, os dados referentes ao autodiagnóstico e seguidamente aos referentes ao diagnóstico da realidade infantojuvenil.

3. Autodiagnóstico

3.1 Preâmbulo

O estudo de qualquer tipo de organização procura conhecer as suas dinâmicas para otimizar os processos de forma a obter os melhores resultados. É neste domínio que se enquadra o conceito de **avaliação**, quando associado à procura sistemática do valor ou do mérito, de forma a melhorar o existente sem perder o satisfatório. Com efeito, esta é a ferramenta mais comum e mais eficaz com que qualquer organização conta para conhecer o seu estado atual na medida em que ela significa atribuir valor em sentido qualitativo ou mesmo quantitativo (Alves, 2009), já que assenta no juízo sistemático do valor ou mérito de um objeto (Clímaco, 2005). Resumindo, avaliar é determinar, através de um processo sistemático e judicativo, o **valor** ou o **mérito** de algo. Para (Clímaco, 2005) este processo judicativo deve resultar da análise de informação objetiva, fiável e válida. Por objetiva entende-se que a informação não pode ter interferência do modo como o sujeito vê os objetos a avaliar, ou dos seus próprios valores; por fiável entende-se que ela deve ser independente do sujeito que a recolhe e dos contextos a que se refere; por último, para que a informação seja válida deve socorrer-se de instrumentos de recolha e medida de informação. Assim, a avaliação deve permitir a cada organização conhecer o seu presente e, num momento seguinte, perspetivar o seu futuro.

Para conhecer o presente, a organização deve socorrer-se do diagnóstico organizacional ou autodiagnóstico ou autoavaliação. Este processo justifica-se pela própria existência da organização, na medida em que esta deve interrogar-se sobre a sua prática e corrigi-la se verificar que ela produz maus resultados (Meuret, 2002). O mesmo defende que, para a realização desse trabalho, os seus atores são os que estão melhor colocados para saberem o que se passa (...) e para decidirem as correções a fazer. Esta autorreflexão é ainda importante porque deve permitir à organização adaptar os seus "outputs" à especificidade do seu público, assim como às variações que podem ocorrer no seu contexto, permitindo-lhe tornar-se numa "organização aprendente" (Meuret, 2002), aquela que é capaz de aprender com os resultados da sua própria experiência, corrigindo erros ou melhorar as boas práticas.

Seguindo esta linha de raciocínio, o presente autodiagnóstico assenta num processo de recolha, análise e interpretação de informações sobre o funcionamento e os resultados da CPCJMC.

Em suma, este processo de autorreflexão há de permitir, no final, identificar os pontos fortes e fracos na atuação desta organização, assim como, a definição de uma visão estratégica, integrada e articulada da CPCJMC, resultando em mais agilidade para superar os obstáculos e, conseqüentemente, melhor a gestão dos recursos e investimento, a médio e longo prazo, contribuindo para a melhoria contínua.

3.2 Apresentação e discussão de Resultados

Ao longo deste ponto iremos apresentar os resultados decorrentes da aplicação dos questionários começando pelo da Presidência, passando para o da Comissão Restrita, seguindo-se o da Comissão Alargada e, terminando com o da Autoavaliação.

3.2.1 Questionário 1 – Presidência

Começando, então pelo da Presidência, refira-se inicialmente que este era composto por **três** dimensões. A saber:

- 1.1 Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ – duas afirmações;
- 1.2 Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99) – seis afirmações, sendo que quatro são condicionais;
- 1.3 Sobre a Liderança – dezoito afirmações.

Ao questionário respondeu apenas uma pessoa, a presidente à data.

Isto dito, iniciemos esta apresentação pelos resultados da primeira dimensão através da análise do gráfico seguinte.

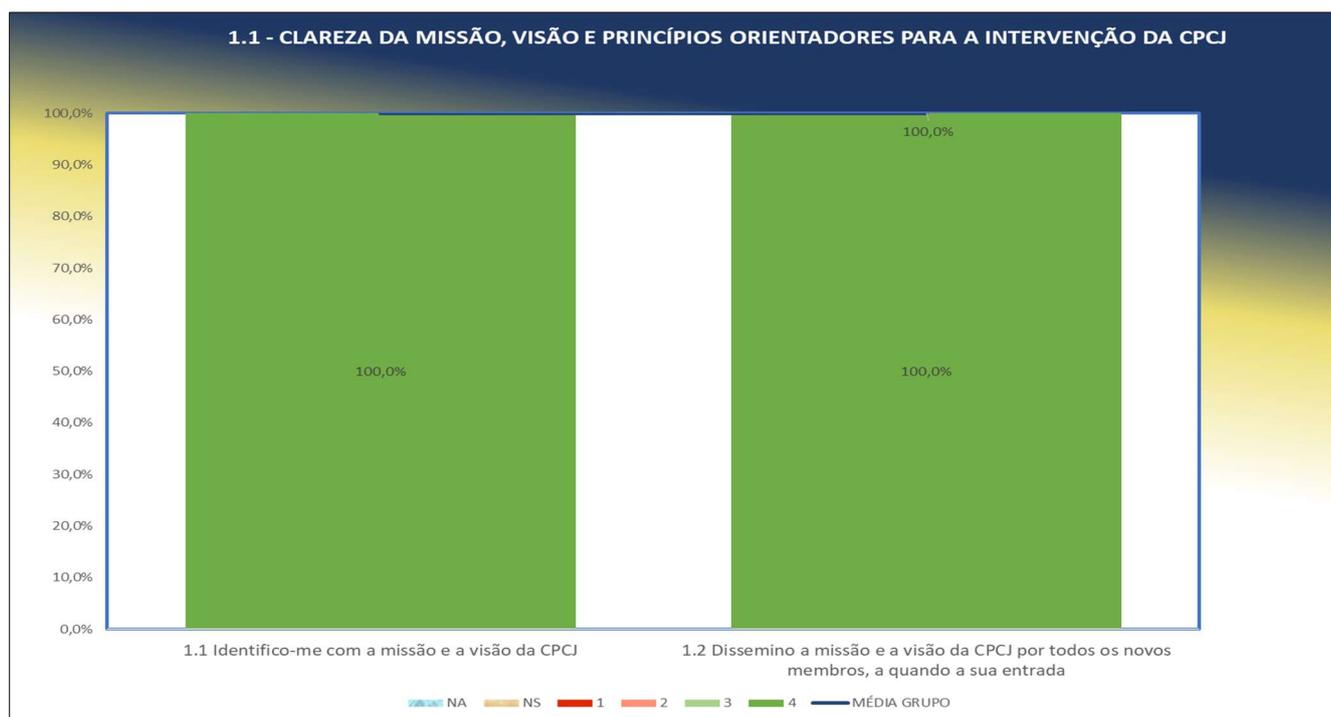


Gráfico 1: Presidência, dimensão 1

O Gráfico acima apresenta os resultados relativos à primeira dimensão do questionário, cujos valores se situam nos 100%. Portanto, a presidente identifica-se com a missão e visão da CPCJMC e transmite-as a todos os membros entrados.

Analisemos, no seguimento, os princípios orientadores da intervenção.

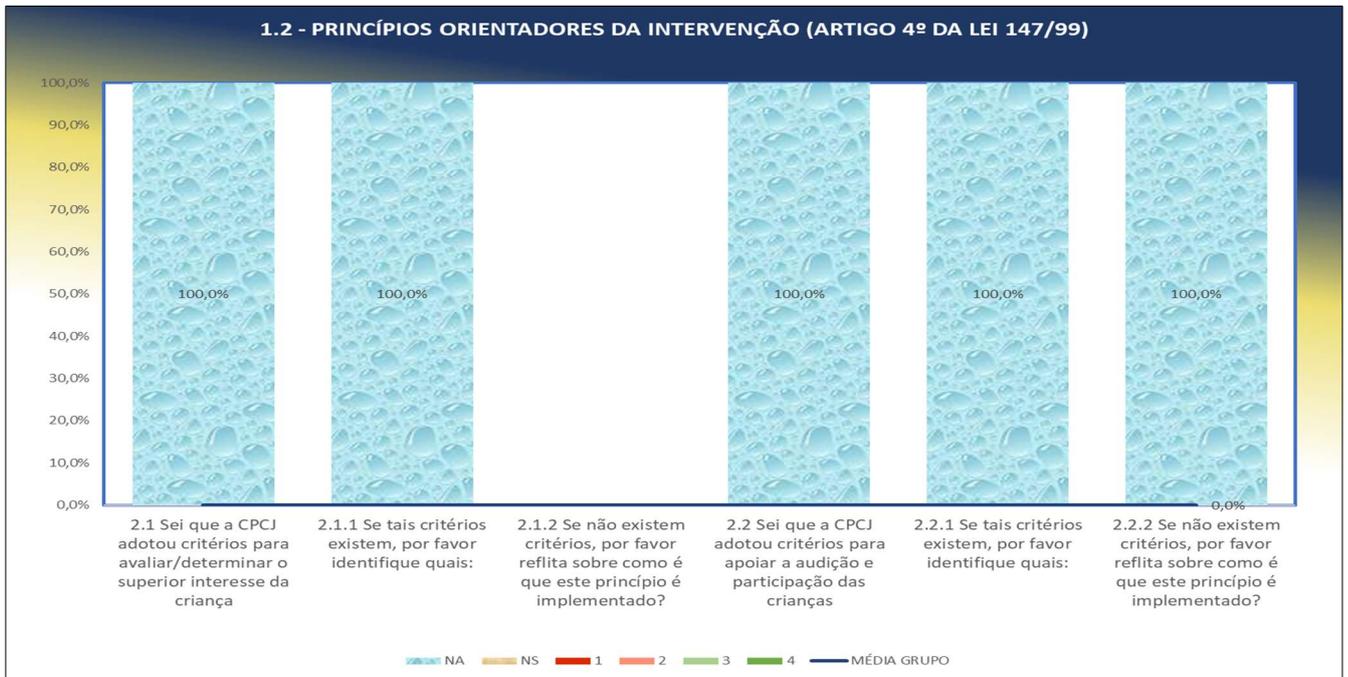


Gráfico 2: Presidência, dimensão 2

Os resultados da segunda dimensão deste questionário são opostos aos da primeira, como a análise do gráfico acima nos demonstra. Com efeito, o gráfico 2 regista que as respostas às afirmações recaíram todas no “NA”, o que, de acordo com a metodologia aplicada, corresponde a uma avaliação negativa.

Assim sendo, conclui-se que não existiam critérios para determinar o superior interesse da criança nem para a sua audição ou participação no âmbito do trabalho da CPCJMC.

Passemos para a última dimensão deste questionário com a análise dos dados refletidos no gráfico abaixo.

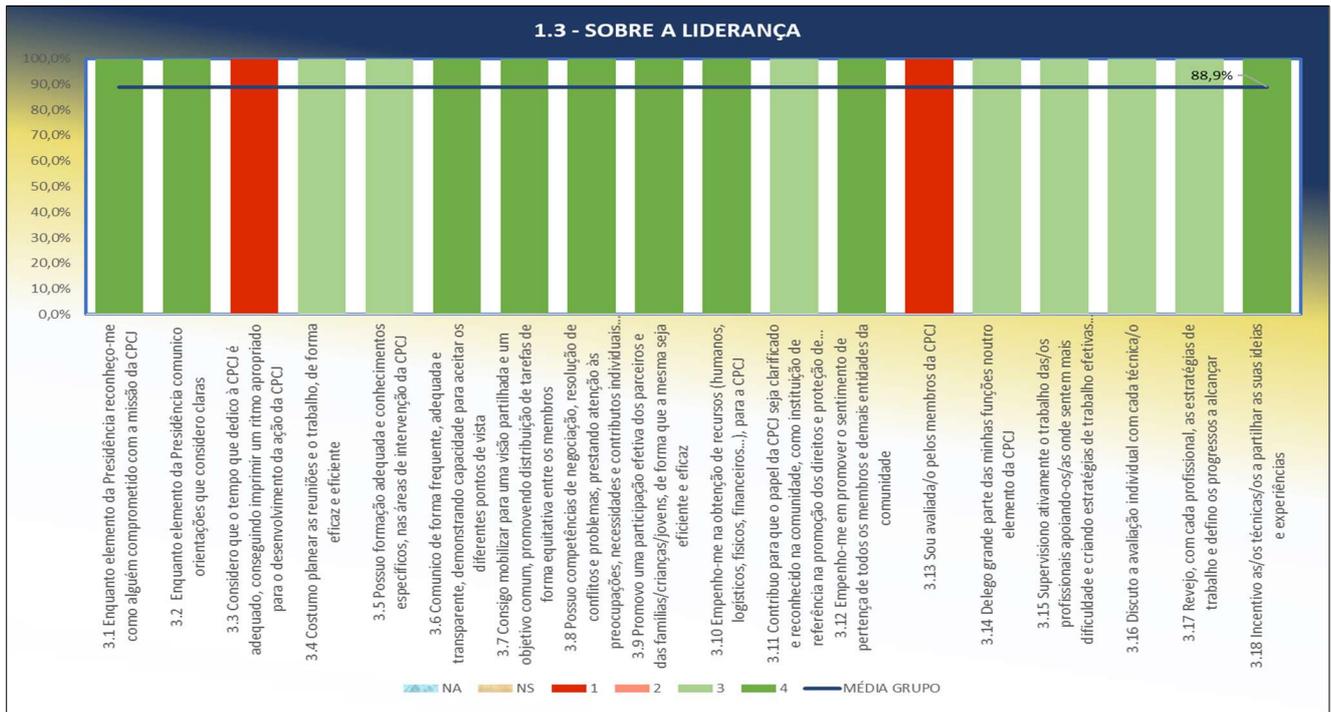


Gráfico 3: Presidência, dimensão 3

Os resultados da terceira e última dimensão demonstram, então, que, à exceção das afirmações 3.3 e 3.13, as restantes foram respondidas positivamente, alternando entre os níveis 3 e 4, o que correspondem a 89% do total. Assim sendo, apenas a percentagem de tempo dedicado à CPCJMC e o ser avaliado pelos membros de CPCJ é que foram avaliados negativamente por parte da presidente.

Assim sendo, concluímos que o tempo dedicado à CPCJMC é considerado insuficientes pela própria e a sua avaliação não é realizada pelos respetivos membros.

Finalizando esta apresentação, analisemos os resultados globais deste questionário, observando os dados constantes no gráfico abaixo.

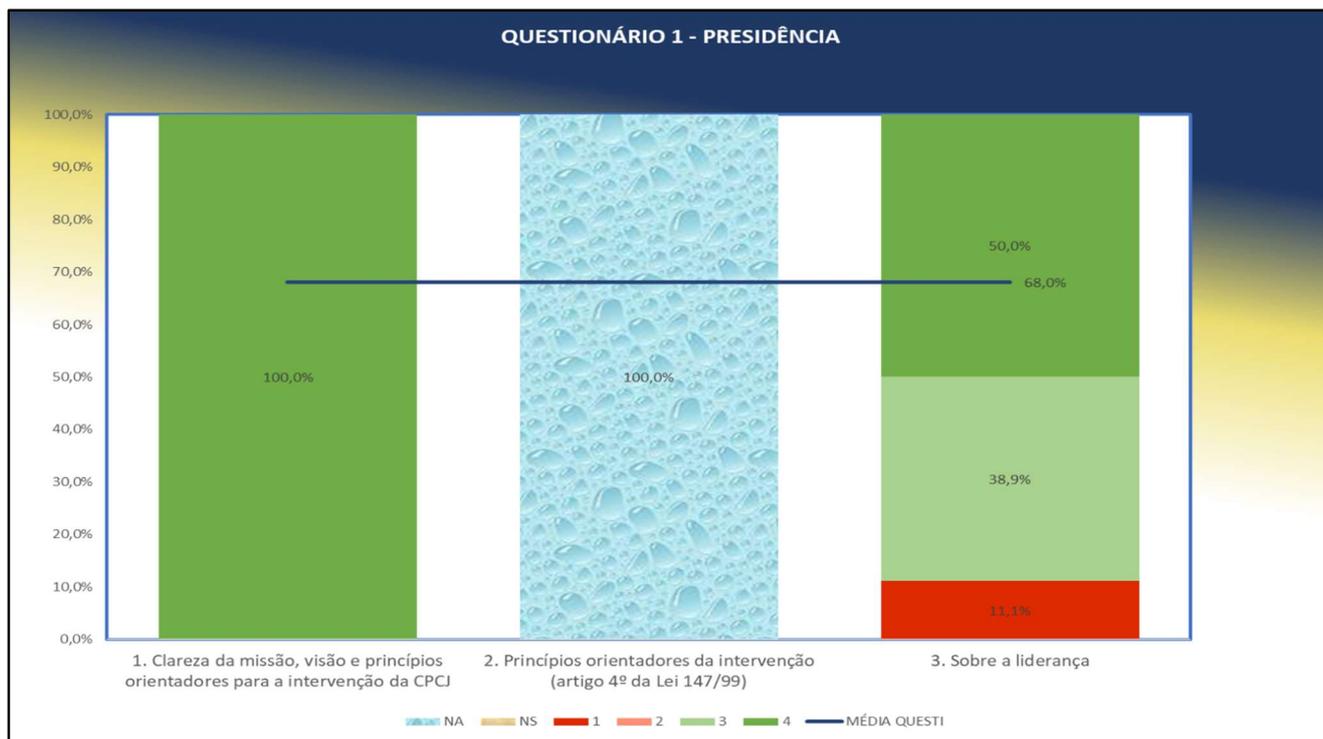


Gráfico 4: Presidência, resultados globais

O gráfico 4 apresenta os resultados globais por dimensão, do questionário em análise. Assim, à semelhança do anteriormente dito, a primeira dimensão apresenta um resultado positivo de 100%; a segunda, um resultado negativo de 100% e a terceira um resultado positivo de cerca de 89%. Com efeito, nesta dimensão as afirmações sobre o tempo despendido para a CPCJMC e a possibilidade de avaliação pelos pares foram avaliados negativamente. Isto tudo coloca o resultado global do questionário na ordem de 68% de valores positivos.

Concluimos, então, que:

Pontos Fortes:

- A missão e a visão da CPCJMC estão adquiridas e são disseminada pelos seus membros;

Pontos Fortes:

- a dimensão 2. deste questionário deve ser objeto de uma atenção redobrada por parte desta CPCJ;
- ao nível da liderança:
 - o tempo despendido para o trabalho na CPCJ deve ser superior ao atual;

- a presidente não é avaliada pelos membros da CPCJ.

3.2.2 Questionário 2 – Comissão Restrita

Ao longo deste ponto apresentaremos os resultados do questionário aplicado à Comissão Restrita que era composto por **sete** dimensões:

- 2.1 Princípios orientadores para a intervenção da CPCJ – 17 afirmações;**
- 2.2 Outros princípios fundamentais dos direitos da criança – 8 afirmações;**
- 2.3 Sobre a Liderança – 18 afirmações;**
- 2.4 Planeamento e Avaliação – 16 afirmações;**
- 2.5 Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo - 16 afirmações;**
- 2.6 Desenvolvimento e capacitação dos membros – 7 afirmações;**
- 2.7 Recursos humanos e logísticos – 7 afirmações.**

Ao questionário responderam 6 pessoas de um total de 9, o que perfaz uma percentagem de 66%.

Iniciemos, então, esta apresentação pelos resultados da primeira dimensão.

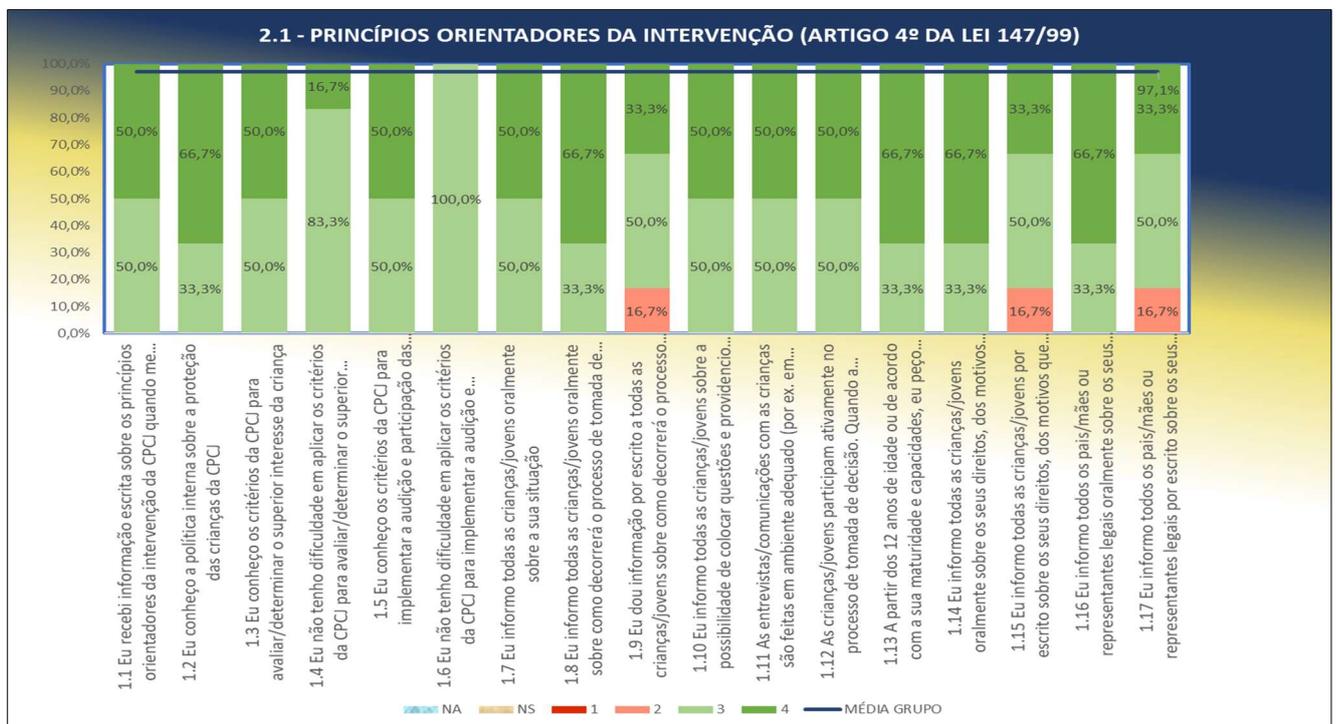


Gráfico 5: Comissão Restrita, dimensão 1

De acordo com os dados fornecidos pelo gráfico, constata-se que as respostas às afirmações se situaram no campo positivo, distribuindo-se pelos níveis três e quatro, de uma forma sensivelmente equitativa. No entanto, nas afirmações 1.9, 1.15 e 1.17 encontramos

resultados que se situam no nível 2, ainda que em percentagens baixas, uma vez que estas respostas atingem os 16,7%.

Em síntese, no que respeita ao conhecimento e aplicação dos princípios orientadores na atuação da CPCJ, a esmagadora maioria das respostas a esta dimensão atinge valores francamente positivos, já que os níveis iguais ou superiores a três têm uma percentagem de 97.1%. Assim sendo, as respostas negativas foram consideradas meramente residuais.

Os resultados da segunda dimensão estão patentes no gráfico seguinte.

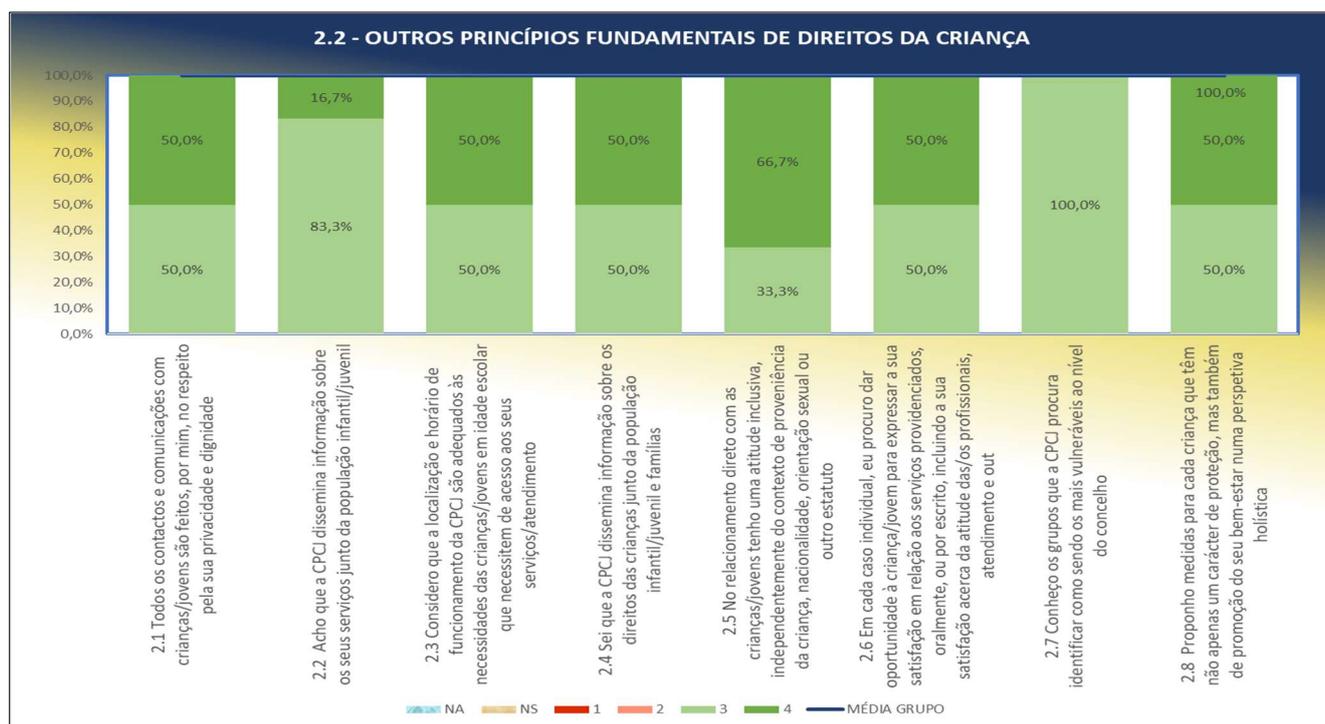


Gráfico 6: Comissão Restrita, dimensão 2

Os dados registados no gráfico 6 revelam que as respostas às afirmações se situaram, exclusivamente no campo positivo, distribuindo-se pelos níveis três e quatro, sendo que o maioritário é o três. Destaca-se a afirmação 2.7 que regista a totalidade das respostas no nível 3.

Concluimos, por isso, que, os respondentes conhecem e atuam em conformidade com outros princípios fundamentais dos direitos da criança,

A terceira dimensão deste questionário debruçou-se sobre a liderança. Os resultados são apresentados no gráfico que se segue.

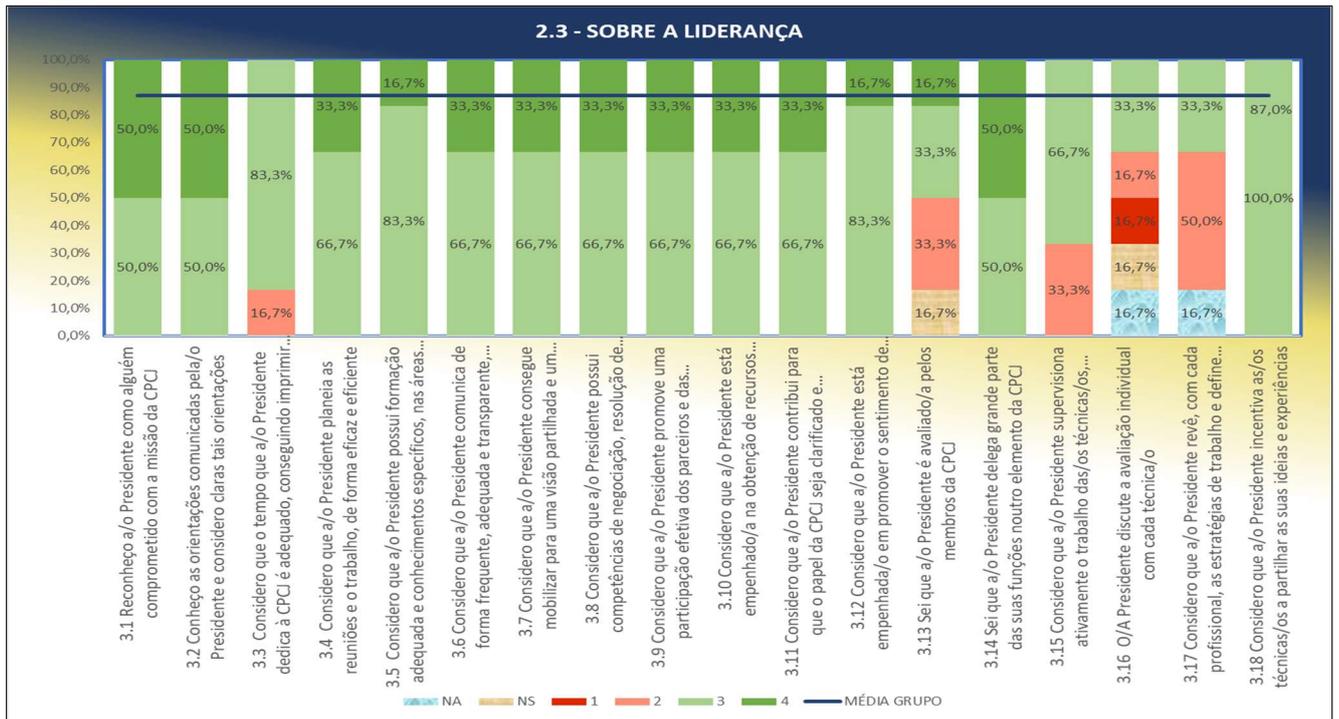


Gráfico 7: Comissão Restrita, dimensão 3

Sobre a liderança, de acordo com os dados fornecidos pelo gráfico, verifica-se uma variabilidade nos níveis de resposta às afirmações do questionário. No campo positivo, encontra-se a maioria das respostas, uma vez que estes níveis atingem os 87%. No entanto, destacam-se as afirmações 3.3, 3.13, 3.15, 3.16 e 3.17 nas quais se registam valores negativos. Destas devem isolar-se as respostas às duas últimas, porque os valores negativos ultrapassam largamente os 50%.

De acordo com estes dados podemos concluir que o Presidente não apresenta, para uma larga maioria, uma atitude democrática no que concerne à avaliação dos técnicos da CPCJMC; a mesma maioria considera deficitário o trabalho do(a) Presidente no que respeita às estratégias de trabalho e aos objetivos a alcançar; metade dos respondentes considera que o/a Presidente é avaliado/a pelos membros da CPCJMC; ao nível da supervisão do trabalho dos/as técnicos/as e do apoio que lhes é dado, deve o/a Presidente investir um pouco mais de forma a abranger todos. Por último, registar que os respondentes consideram adequado o tempo dedicado à CPCJMC pelo/a Presidente.

Apresentadas estas conclusões devemos cruzá-las com aquelas resultantes da análise da segunda dimensão do questionário da Presidência. Com efeito, nestas concluímos que o/a Presidente considera não ser avaliada pelos membros da CPCJMC ou passo que 50% dos respondentes a este questionário considera que avalia o/a Presidente. Parece algo estranho, esta discrepância. O mesmo acontece quanto ao tempo dedicado à CPCJMC. O/a Presidente

considera ser pouco, ao passo que a esmagadora maioria dos respondentes considera ser adequado. Apesar de discrepante, esta atitude parece ser mais plausível que a anterior. Com efeito, autoavaliando-se a Presidente considera que deveria dar mais tempo à CPCJMC, mas os comissários respondentes avaliam essa situação muito positivamente.

Concluía a análise desta terceira dimensão, passemos à próxima atentando nos dados registados no gráfico abaixo.

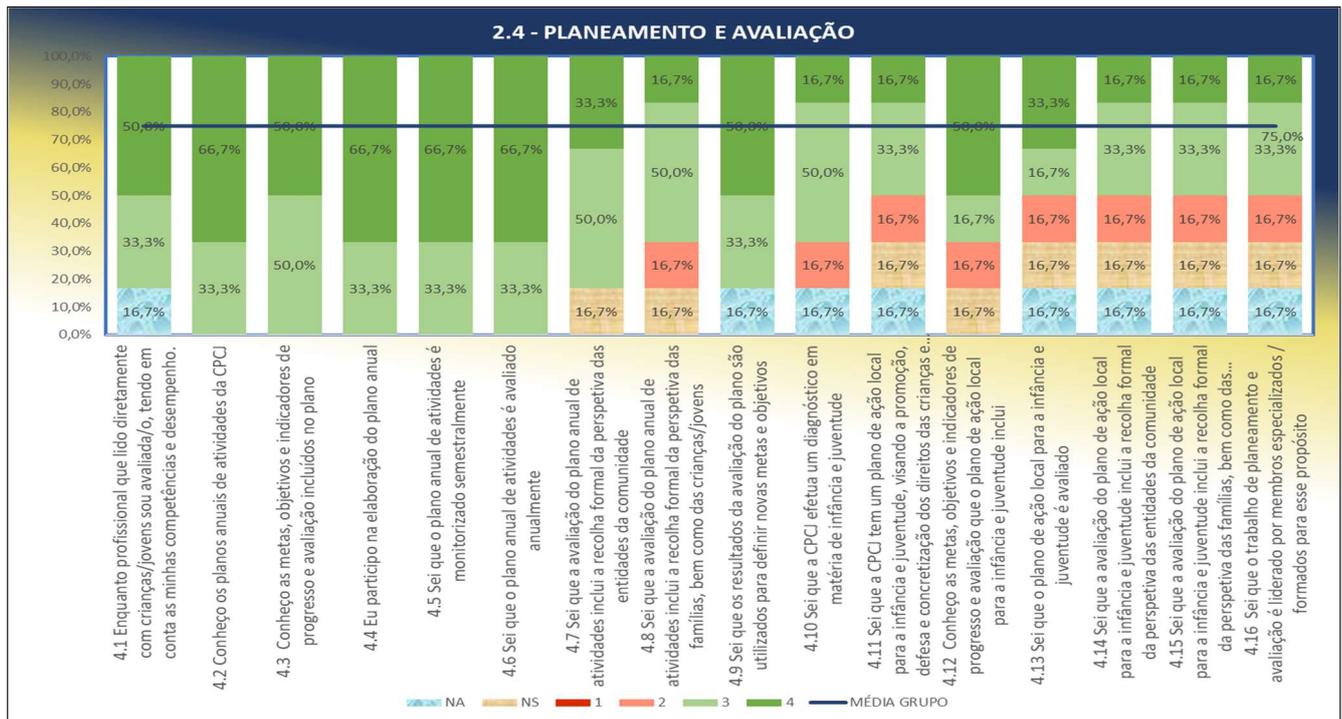


Gráfico 8: Comissão Restrita, dimensão 4

Analisando os resultados correspondentes a esta dimensão devem referir-se, imediatamente, os resultados das afirmações 4.11 e 4.13 a 4.16. Estas cinco afirmações apresentam resultados negativos na ordem dos 50%, ou seja, metade das respostas situa-se em níveis negativos. Na mesma linha, embora com uma percentagem menor de resultados negativos, encontramos as respostas às afirmações 4.8, 4.10 e 4.12 com cerca de 33% de respostas negativas e, por último, as respostas às afirmações 4.1, 4.7 e 4.9 com cerca de 16% de respostas negativas. As restantes afirmações foram avaliadas positivamente, sendo que o nível de avaliação se situa maioritariamente no nível 4.

Apresentados os dados, concluímos que as afirmações que incidem sobre o Plano Anual de Atividades (PAA) são positivamente avaliadas, pelo que ele é conhecido, participado e avaliado. Por outro lado, aquelas que incidem sobre o Plano de Ação Local para a Infância e Juventude (PALIJ) apresentam valores concordantes que não estão de acordo com a realidade. Com efeito, a CPCJMC elabora, anualmente, um PAA, mas não produziu, nunca

um PALIJ. Portanto, só podemos entender os valores concordantes com as afirmações em causa pela confusão entre o PAA com o PALIJ. Na mesma linha, também nunca foi feito um diagnóstico em matéria de infância e juventude. Finalizamos a análise desta dimensão dizendo que o trabalho desenvolvido em volta do PAA deve ser continuado, procurando, contudo, incrementar a participação das famílias e das crianças na sua avaliação. A elaboração de um PALIJ é o objetivo central deste trabalho.

Vejamos, no seguimento, as perceções sobre a eficácia das intervenções da CPCJMC junto das crianças e jovens, utilizando os registos do gráfico abaixo.

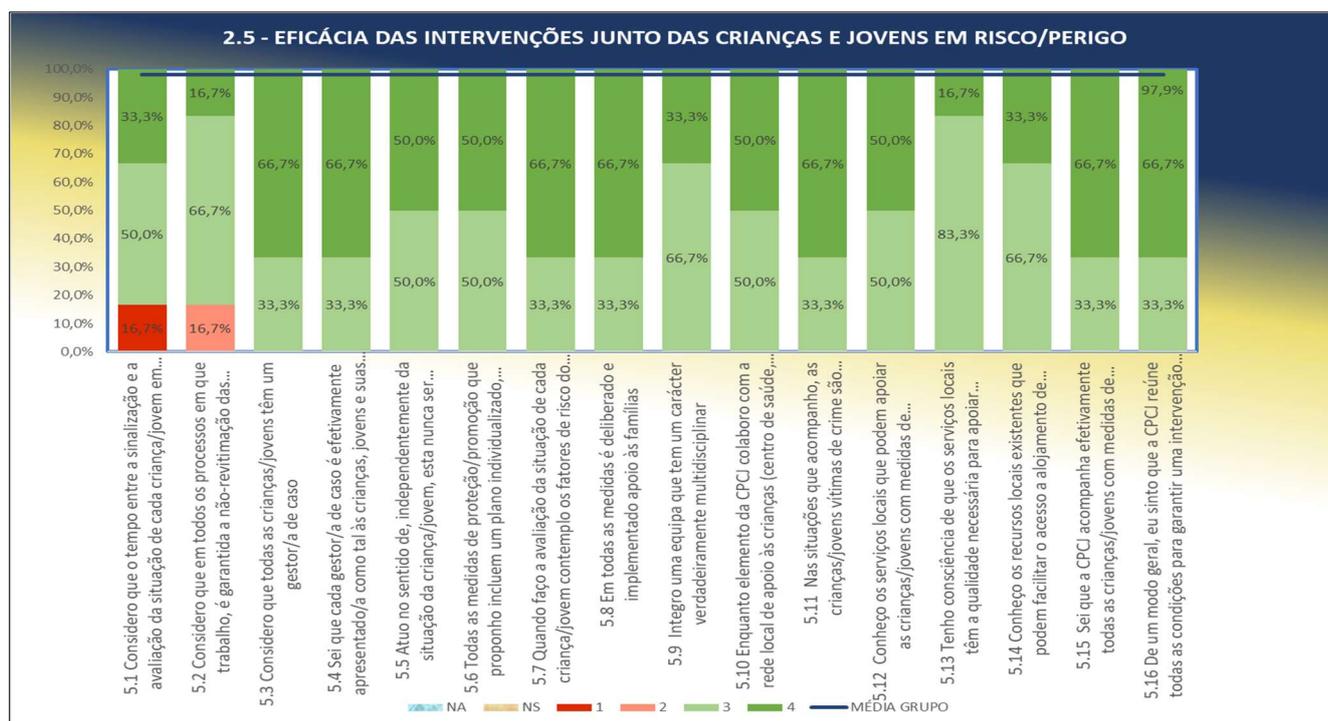


Gráfico 9: Comissão Restrita, dimensão 5

As respostas às diferentes afirmações desta dimensão caíram nos níveis positivos em todas elas, à exceção das afirmações 5.1 e 5.2 que apresentam 16,7% de valores negativos. Desta forma, podemos concluir que a esmagadora maioria das respostas se situa nos níveis positivos, sendo, dentro destes, o 4 predominante. Os valores negativos apresentados são meramente residuais. Não é, por isso, de estranhar a percentagem de 97,9% de valores positivos.

Poderemos, pois, concluir que a Comissão Restrita avalia como muito boa a eficácia das intervenções da CPCJMC junto das crianças e jovens em risco.

Para percebermos a perceção dos respondentes sobre eles mesmos, analisemos os dados registados no gráfico abaixo, correspondente à sexta dimensão deste questionário.

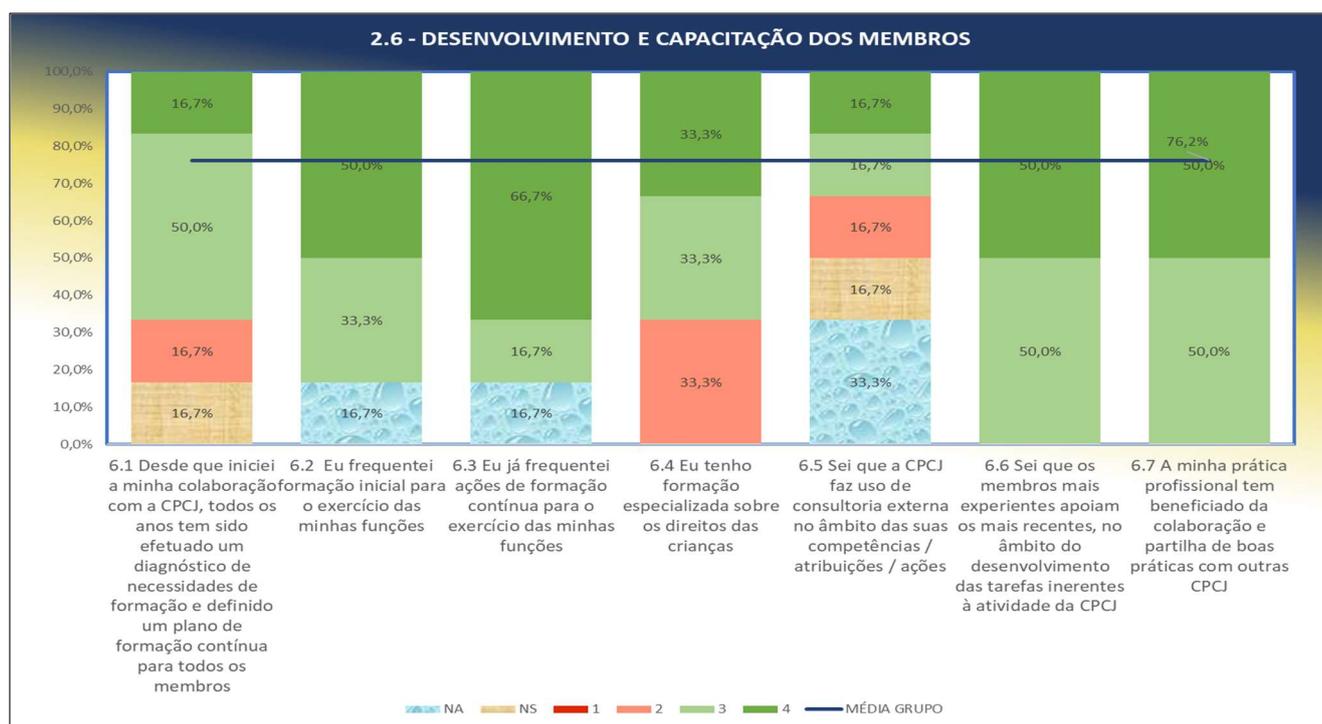


Gráfico 10: Comissão Restrita, dimensão 6

Quanto à dimensão 6 observa-se, a partir dos dados apresentados acima, que as respostas às duas últimas afirmações caíram de forma repartida nos dois níveis positivos. As restantes incidiram em níveis negativos sendo que a afirmação 6.5 é aquela que apresenta uma maior percentagem, 66,6%, de níveis negativos; no seguimento aparecem aquelas correspondentes às afirmações 6.1 e 6.4, cada qual com 33,3% de níveis negativos e, por último, aquelas correspondentes às afirmações 6.2 e 6.3 com 16,7% de níveis negativos. Em consequência destas ocorrências, os níveis positivos atingem, apenas, 76,2%.

Isto dito poderemos concluir que os respondentes, na sua maioria, não têm conhecimento que a CPCJMC faça uso de consultadoria externa; uma percentagem significativa de comissários não concorda que se efetue um diagnóstico de necessidades de formação, nem que tenha formação especializada sobre direitos das crianças. Por outro lado, uma percentagem significativa de comissários, 83,3%, frequentou formação inicial ou ações de formação para o exercício das funções que desempenha.

No seguimento atentemos à perceção existente sobre os recursos humanos, analisando os dados relativos à sétima dimensão.

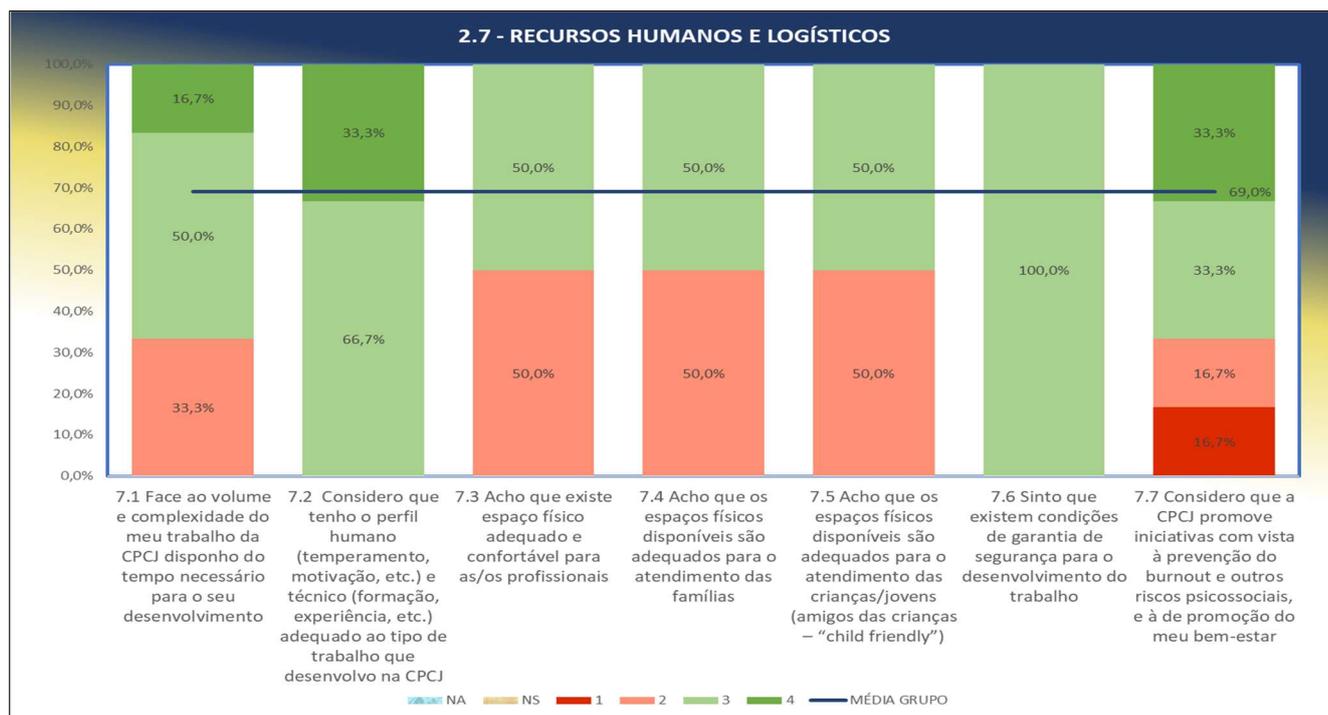


Gráfico 11: Comissão Restrita, dimensão 7

Os dados correspondentes a esta dimensão demonstram que as respostas a cinco das sete afirmações caíram em níveis negativos. Em três delas, 7.3, 7.4 e 7.5, os níveis negativos atingiram, mesmo, os 50%; nas restantes duas, 7.1 e 7.7 ficaram-se pelos 33,3%. As respostas às afirmações 7.2 e 7.6 recaíram totalmente em níveis positivos. Em consequência destes factos, os níveis positivos, nesta dimensão, ficaram-se pelos 69,0%

Assim sendo, podemos concluir que os comissários respondentes consideram ter o perfil humano adequado ao trabalho que desenvolvem na **CPCJMC** e que se sentem em segurança no desenvolvimento desse trabalho. Por outro lado, as afirmações relativas aos espaços físicos são percecionadas, numa grande percentagem, de forma negativa; também, uma percentagem significativa de comissários respondentes considera não ter o tempo suficiente para o desenvolvimento do seu trabalho na **CPCJMC** e, ainda, que a **CPCJMC** não promove iniciativas de promoção do bem-estar psicossocial dos colaboradores.

Para terminar a apresentação dos dados relativos a este questionário, analisemos os seus resultados globais graças à análise do gráfico abaixo.

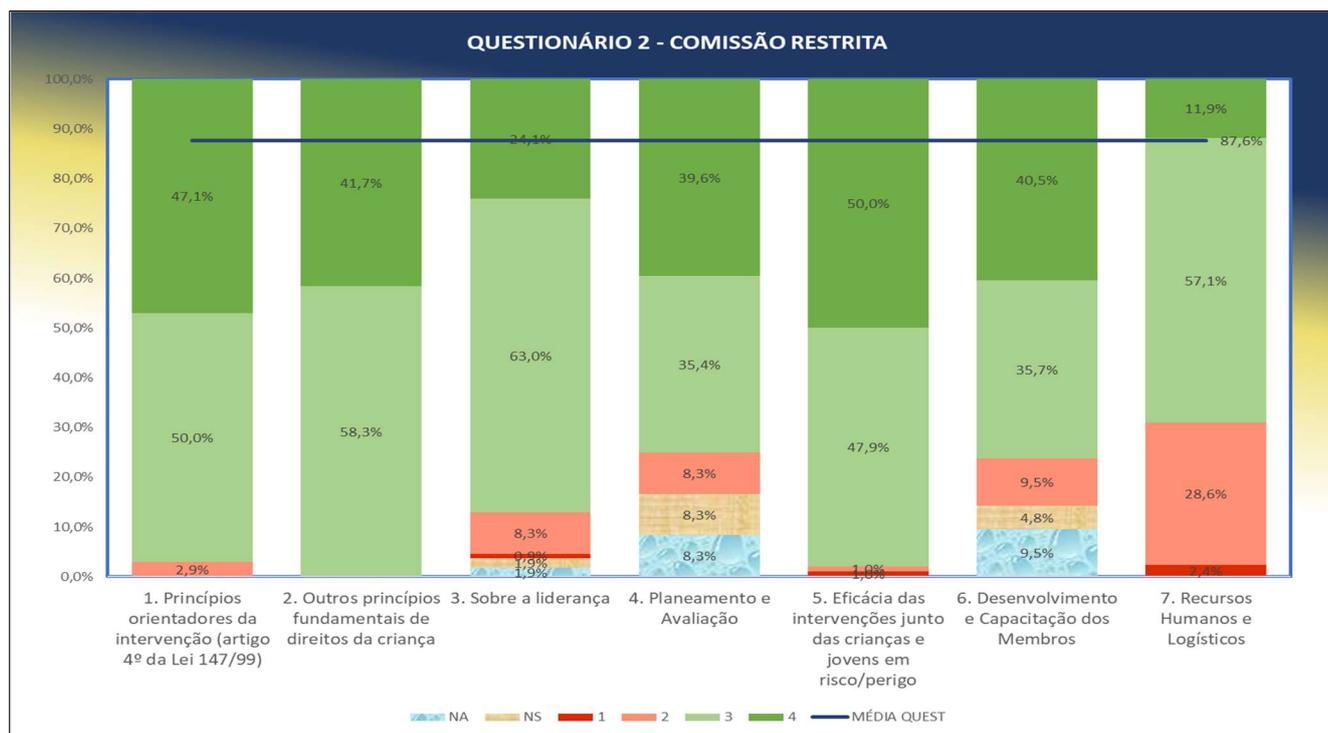


Gráfico 12: Comissão Restrita, resultados globais

Por último, detenhamo-nos nos dados relativos à totalidade do questionário em análise. Estes demonstram que apenas a dimensão 2 regista unicamente valores positivos. As restantes dimensões registam valores negativos, sendo que a dimensão 7 é a que regista maior percentagem, 31,0%, de valores negativos; seguem-se as 4 e 6 com 24,9% e 23,8%, respetivamente; seguidamente aparece a dimensão 3 com 13,0% e, por último, as dimensões 1. e 5. com 2,9% e 2,0%, respetivamente.

Isto dito, parece que a CPCJMC deve investir primordialmente na dimensão relativa aos recursos humanos de forma a desenvolver e capacitar os respetivos membros, sem descurar os recursos logísticos necessários à sua atuação. Por outro lado, a dimensão do planeamento e avaliação também deve ser vista com mais acuidade.

Assim sendo, podemos identificar como:

Pontos fortes

- Os princípios orientadores da intervenção, no que diz respeito ao conhecimento e aplicação, estão devidamente assimilados pelos comissários;
- Na mesma linha se situa o conhecimento ao nível dos direitos das crianças;
- O trabalho do(a) presidente da CPCJMC é reconhecido de forma positiva pelos comissários;

- A elaboração, monitorização e implementação do Plano Anual de Atividade são percecionadas de forma positiva;
- A intervenção junto de crianças e jovens em risco/perigo é caracterizada como eficaz;
- Os comissários são detentores de formação para o exercício das funções que desempenham;
- Todos os comissários consideram ter perfil humano adequado para o trabalho que desenvolvem;

Pontos fracos

- A avaliação do presidente e dos técnicos é percecionada de forma negativa;
- A avaliação do PAA não tem em conta a perceção das famílias nem das crianças/jovens
- Inexistência de Planos de ação local para a infância e juventude;
- Ausência de um diagnóstico de necessidades de formação para os membros da Comissão Restrita;
- Os espaços físicos adstritos às necessidades da CPCJMC são percecionados como inadequados;
- O tempo que os comissários dispõem para o trabalho da CPCJMC é considerado de insuficiente;
- A CPCJMC não promove iniciativas de promoção do bem-estar psicossocial dos seus colaboradores.

3.2.3 Questionário 3 – Comissão Alargada

Apresentaremos, no seguimento, os resultados do questionário da Comissão Alargada que era composto por **quatro** dimensões. A saber:

3.1 Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ – 6 afirmações;

3.2 Composição e estrutura da CPCJ – 6 afirmações;

3.3 Funcionamento da CPCJ – 8 afirmações;

3.4 Sobre a Liderança – 14 afirmações.

Ao questionário responderam 5 pessoas de um total de 8, o que perfaz uma percentagem de 63%. Deve, contudo, esclarecer-se que a Comissão Alargada era composta por dezassete comissários. Contudo, por imposição metodológica, quem pertencesse também à Comissão Restrita deveria responder apenas a esse questionário. Ora, nove comissários porque pertencem às duas Comissões, só poderiam responder ao questionário da Comissão Restrita. É desta forma que chegamos ao total de oito.

Feito este esclarecimento, iniciemos a apresentação dos resultados deste questionário pela sua primeira dimensão, analisando os dados registados no gráfico abaixo.

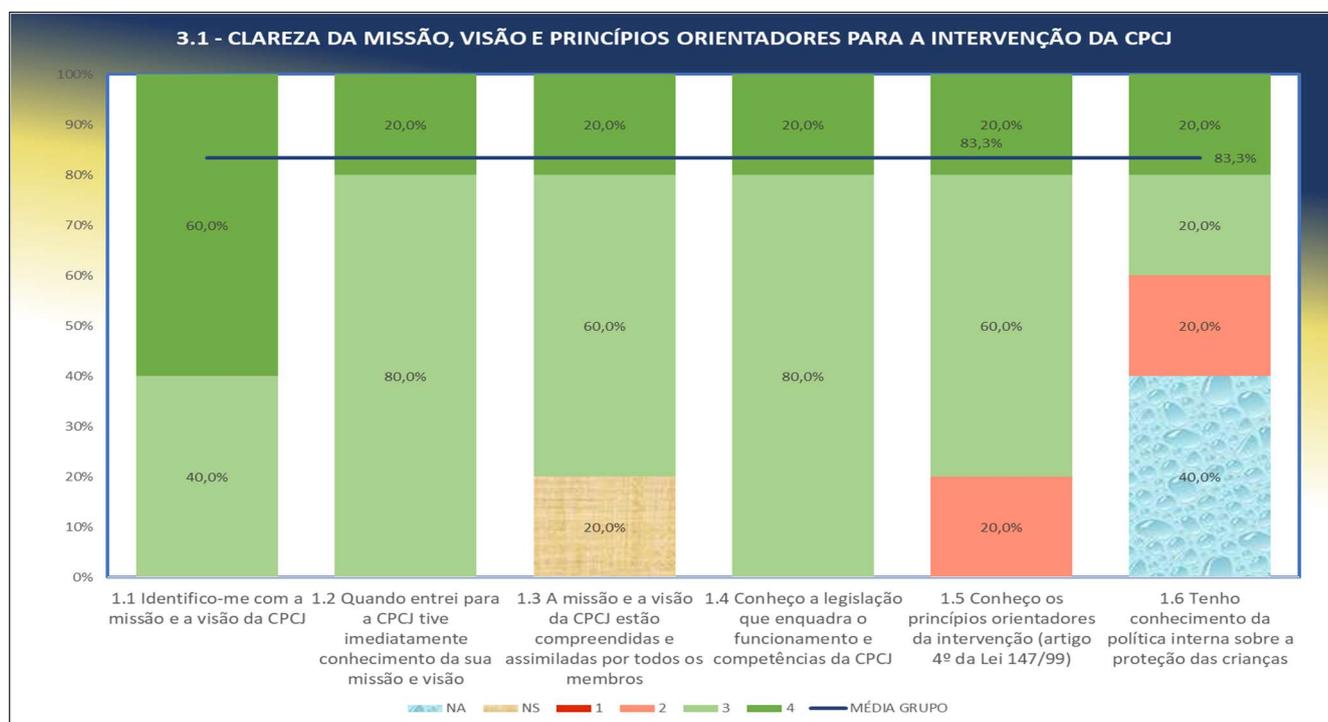


Gráfico 13; Comissão Alargada, dimensão 1

De acordo com a observação dos dados fornecidos pelo gráfico 13, constatamos, primeiramente, que as respostas às afirmações 1.1, 1.2 e 1.4 se situaram, exclusivamente, no campo positivo, distribuindo-se pelos níveis três e quatro, sendo que o maioritário é o três. No extremo oposto encontramos os resultados da resposta à afirmação 1.6. Com efeito, nesta, os resultados situam-se maioritariamente em valores negativos, num total de 60%. Em valores positivos, embora com respostas negativas, na ordem dos 20% encontramos as afirmações 1.3 e 1.5. No cômputo geral, as respostas a este grupo de afirmações atingem valores francamente positivos já que se localizam nos 83% de níveis iguais ou superiores a três.

Posto isto, podemos concluir que os comissários respondentes se identificam com a visão e missão da **CPCJMC** e que são conhecidas e estão assimiladas; é também do seu conhecimento a legislação que enquadra o funcionamento da **CPCJMC**.

Por outro lado, 60% dos comissários considera não conhecer a política interna da CPCJMC sobre a proteção das crianças.

O gráfico que se segue apresenta as perceções dos respondentes sobre a segunda dimensão do questionário em análise.

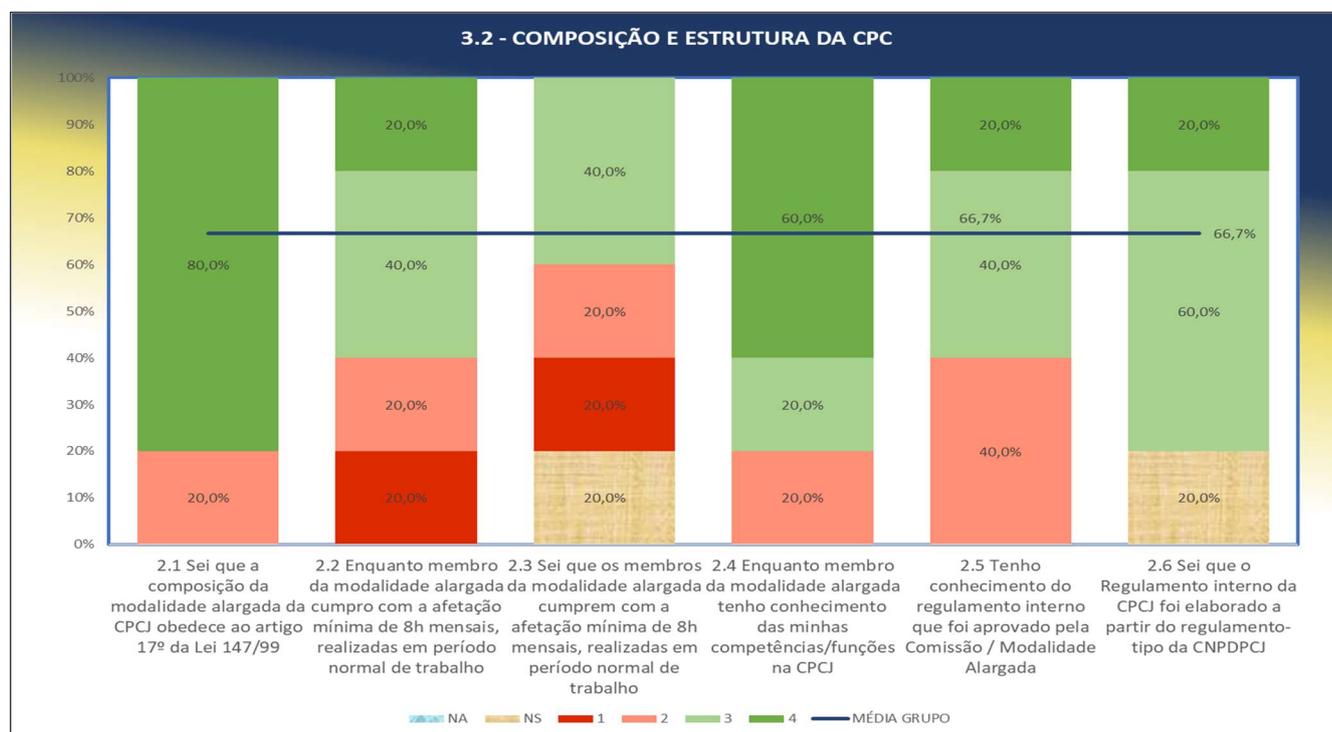


Gráfico 14: Comissão Alargada, dimensão 2

Os dados recolhidos sobre esta dimensão permitem, desde logo, assinalar que todas as afirmações apresentam respostas de níveis negativos. A afirmação 2.3 é a que sobressai neste aspeto com 60% de níveis negativos, seguida pelas afirmações 2.2 e 2.5 com 40% de

respostas negativas, por último, as afirmações 2.1 e 2.6 com 20% de respostas negativas. Esta situação faz com que os níveis positivos globais se situem apenas nos 66,7%.

Isto dito, podemos concluir que a esmagadora maioria dos comissários respondentes conhece a composição da Comissão em causa e as competências inerentes aos seus membros. Por outro lado, uma percentagem significativa não cumpre com as 8 horas mensais de afetação mínima para a CPCJMC e afirma não conhecer o Regulamento Interno da CPCJMC, apesar da sua existência e divulgação pela presidência.

Percebemos pelas conclusões enunciadas acima que a estrutura e as competências da Comissão Alargada são conhecidas pelos respondentes. E o seu funcionamento? É o que veremos a seguir.

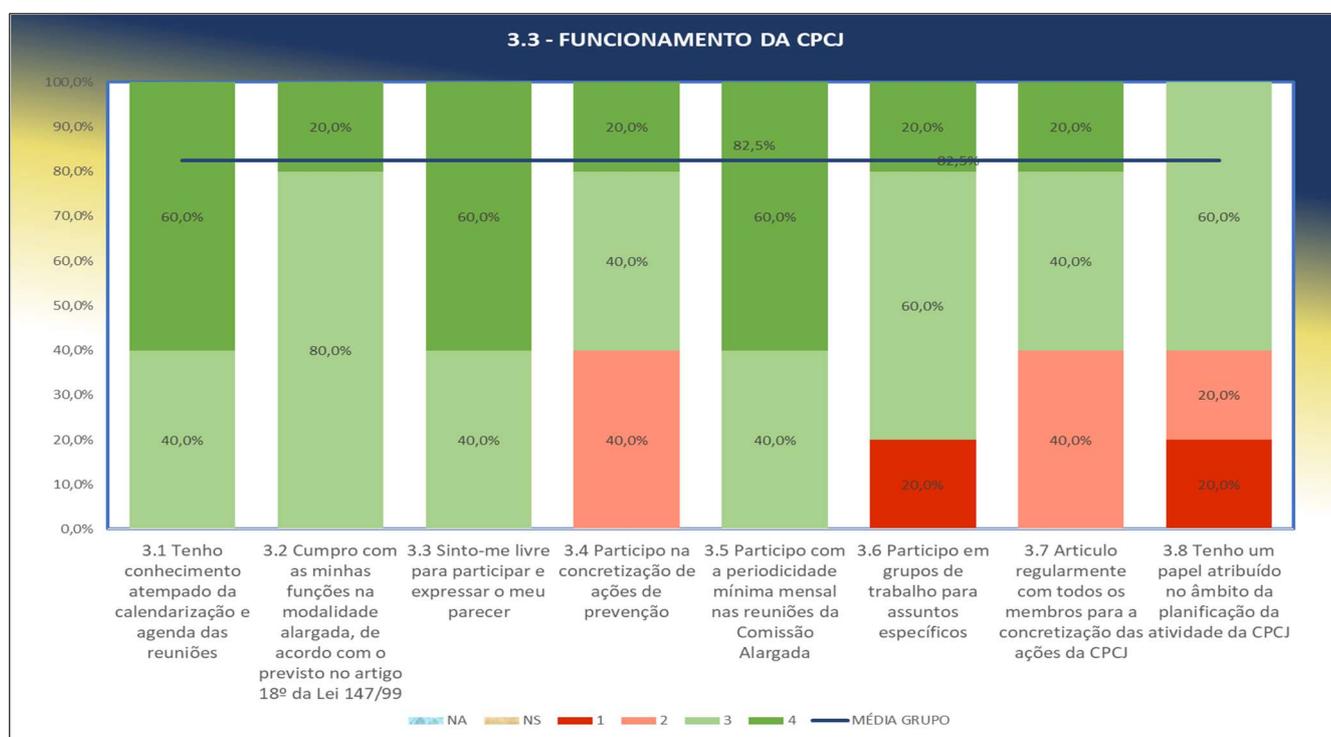


Gráfico 15: Comissão Alargada, dimensão 3

Os dados apresentados sobre o funcionamento da CPCJMC permitem observar que metade das afirmações têm respostas totalmente positivas; as restantes apresentam registos de valores negativos. Com resultados negativos temos as afirmações 3.4, 3.7 e 3.8 cujos atingem 40% das respostas; a afirmação 3.6 fica-se pelos 20% de resultados negativos. No cômputo geral os valores positivos situaram-se nos 82,5%.

Isto dito, podemos concluir que, no geral, a perceção sobre o funcionamento da CPCJMC é muito positiva. No entanto, a participação em ações de prevenção, a articulação com os membros comissários com vista à concretização das ações e a definição de papéis no

âmbito da atividade da **CPCJMC** são vistos de forma negativa por uma percentagem significativa de comissários.

Finalizando a apresentação dos dados relativos a este questionário atentemos nas perceções registadas no âmbito da liderança.

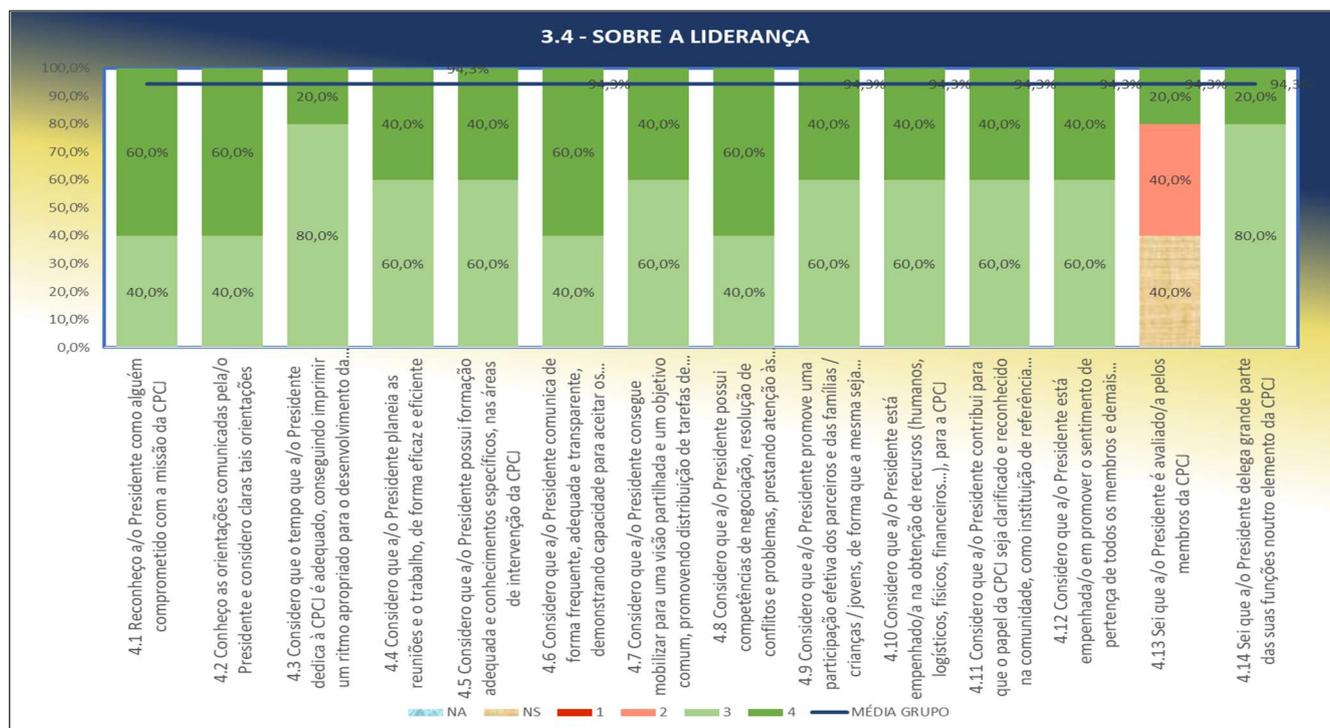


Gráfico 16: Comissão Alargada, dimensão 4

Os dados apresentados sobre a dimensão em análise registam valores negativos apenas nas respostas à afirmação 4.13, na qual atingem uma percentagem de 80,0%.

Isto dito podemos concluir que a liderança do(a) Presidente é percecionada de forma muito positiva. Contudo, a grande maioria dos membros não sabe que o/a presidente é avaliado/a pelos membros da CPCJMC.

Tal como fizemos aquando da apresentação dos resultados da Comissão Restrita sobre a dimensão que versava sobre esta temática, também aqui devemos ler estes dados em paralelo com aqueles. Assim, ao contrário da Presidente e de uma percentagem dos respondentes do questionário da Comissão Restrita, os respondentes a este questionário consideram que o tempo disponibilizado pela Presidente é adequado. As respostas à afirmação 4.13 estão em maior sintonia com as respostas da Presidente. Assim sendo, os respondentes a este questionário revelaram uma maior aproximação com as respostas ao questionário da Presidência, o que revela alguma harmonia nas opiniões.

Terminando esta apresentação atentemos aos resultados globais.

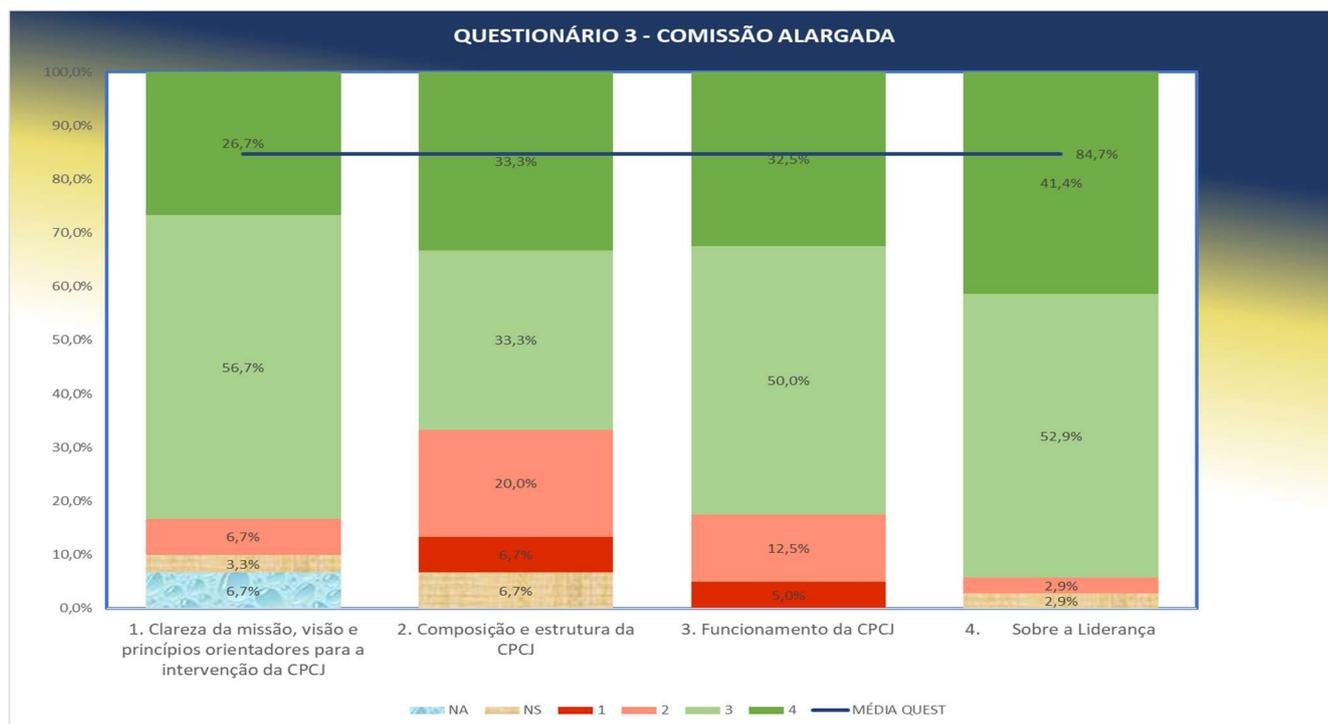


Gráfico 17: Comissão Alargada, resultados globais

Por último, detenhamo-nos nos dados relativos à totalidade do questionário em análise. Estes demonstram que todas as dimensões registam valores negativos, sendo a dimensão 2 a que regista maior percentagem, 32,4%, de valores negativos; seguem-se as 3 e 1 com 17,5% e 16,7%, respetivamente; por último, as dimensões 4 com 5,8%.

Assim sendo, deve direcionar-se a atenção dos membros da **CPCJMC** para a dimensão 2, sobretudo no que respeita ao cumprimento da afetação mínima de horas. No que concerne à dimensão 1 deve estabelecer-se e publicitar a política interna de proteção; no âmbito da dimensão 2 deve incentivar-se a participação em ações de formação, a articulação e a definição de papéis no seio da **CPCJMC**.

Assim sendo, sistematizemos:

Pontos fortes

- Os comissários conhecem e identificam-se com a visão e missão da CPCJMC;
- A perceção sobre o funcionamento da CPCJMC é muito positiva;
- A liderança do(a) Presidente é percecionada de forma muito positiva.

Pontos fracos

- Uma percentagem significativa dos comissários refere não conhecer a política interna da CPCJMC sobre a proteção das crianças;
- A maioria dos comissários não cumpre com as 8 horas mensais de afetação à CPCJMC;
- O Regulamento Interno da CPCJMC não é conhecido por todos os comissários porque não existe;
- A participação e a articulação dos membros com vista à concretização das ações são vistas de forma negativa por uma percentagem significativa de comissários;

3.2.4 Questionário 4 – Autoavaliação

Passemos, para finalizar esta apresentação para o questionário de autoavaliação que era composto por **dez** dimensões:

- 4.1 Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ - 9 afirmações;**
- 4.2 Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99) – 7 afirmações;**
- 4.3 Outros princípios fundamentais de direitos da criança – 7 afirmações;**
- 4.4 Funcionamento da CPCJ – 9 afirmações;**
- 4.5 Planeamento e Avaliação – 16 afirmações;**
- 4.6 Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo – 13 afirmações;**
- 4.7 Divulgação e Participação de Intervenientes-Chave na Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens – 3 afirmações;**
- 4.8 Desenvolvimento e Capacitação dos Membros – 9 afirmações;**
- 4.9 Identificação, Valorização e Concertação em Rede – 7 afirmações;**
- 4.10 Recursos Humanos e Logísticos – 12 afirmações.**

Ao questionário responderam 8 pessoas de um total de 9, o que perfaz uma percentagem de 88,8%.

Passemos, pois, à apresentação dos dados relativos a este questionário iniciando pela primeira dimensão.

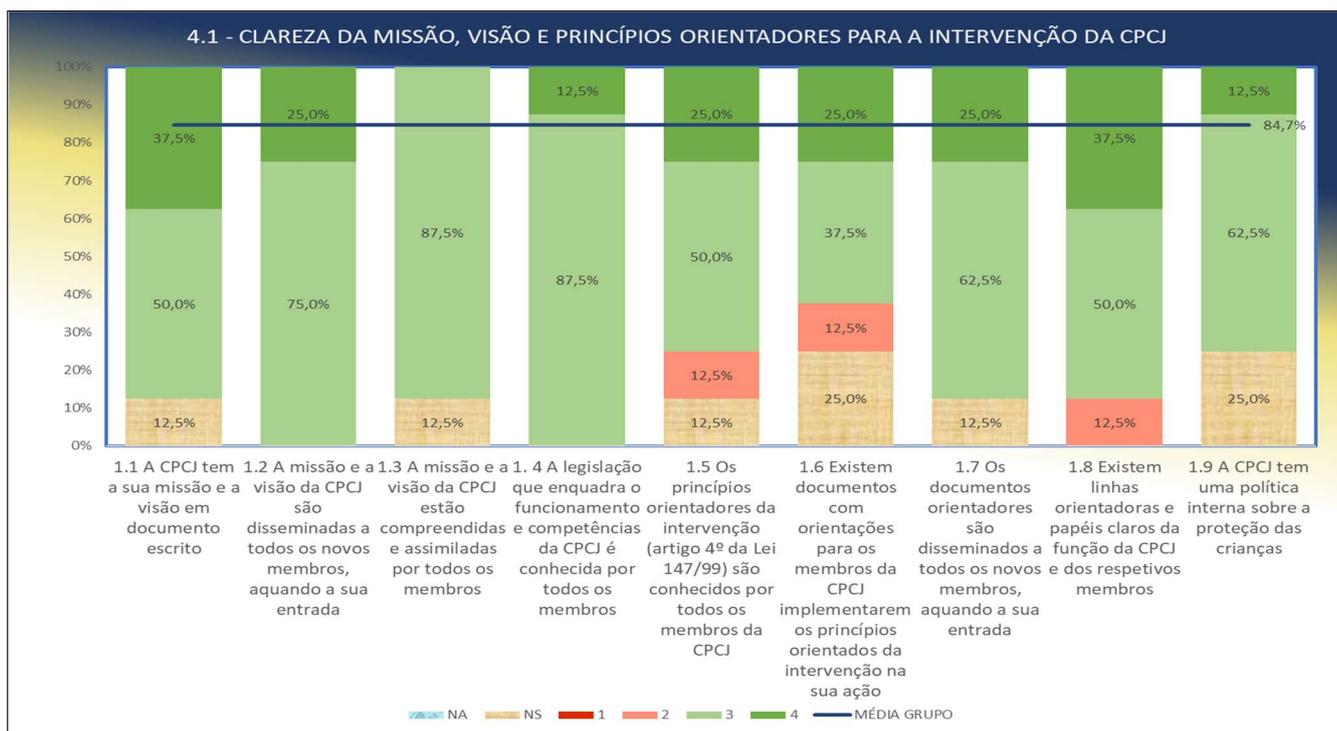


Gráfico 18: Autoavaliação, dimensão 1

O gráfico acima permite-nos perceber que duas afirmações, a 1.2 e a 1.4, foram percecionadas como totalmente positivas, sendo que o nível três é maioritário nas duas. As restantes foram, todas, objeto de níveis negativos. Destas, a que sobressai é a 1.6 com, 37,5% de níveis negativos, seguida pelas 1.5 e 1.9 com 25% cada e, por último as afirmações 1.1, 1.3, 1.7 e 1.8 com 12,5%. Não obstante, os níveis positivos atingem uma percentagem de 84,7%

Isto dito, poderemos concluir que a esmagadora maioria dos comissários respondentes afirma que a missão e a visão da **CPCJMC** se encontram em documento escrito e elas foram difundidas, à semelhança dos documentos orientadores, a todos os membros e assimiladas por estes. Afirmam, ainda, que a legislação reguladora do funcionamento e definidora das competências da **CPCJMC** é conhecida de todos. Por outro lado, uma percentagem significativa de comissários considera não existirem documentos orientadores da ação; uma percentagem relevante considera que os princípios orientadores da intervenção não são conhecidos por todos os comissários e que a **CPCJMC** não tem uma política interna sobre a proteção das crianças.

Antes de avançarmos devemos cruzar estes resultados com aqueles registados aquando da análise da dimensão 1 do questionário da Comissão Alargada. De acordo com este cruzamento perceberemos rapidamente que as respostas às afirmações 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5 são paralelas, situação que reforça a sua veracidade. Ao contrário, a afirmação 1.9 que cruza

com a 1.6 do questionário da Comissão Alargada tem diferenças consideráveis. Parece-nos, contudo, que as respostas à afirmação 1.6 poderão ser mais fidedignas, uma vez que requerem conhecimento pessoal, ao passo que a 1.9 é mais aberta. Assim sendo, podemos afirmar com algum grau de certeza que não está definida na **CPCJMC** uma política interna de proteção das crianças.

Parece-nos pertinente, antes de terminar, assinalar algumas incongruências nestas respostas. A primeira afirmação deste questionário obteve mais de 80% de respostas positivas, ou seja, mais de 80% dos respondentes considera que a CPCJMC tem a sua missão e visão registada em documento escrito, facto que não corresponde à verdade. Esse documento não existe. Por outro lado, 37.5% dos respondentes considera não existirem documentos orientadores, mas apenas 12.5% considera que eles não são disseminados pelos membros. Os restantes 25% consideram, então, que eles são disseminados, mesmo considerando não existirem. Estas contradições corroboram a inexistência destes documentos e a sua fraca assimilação pelos membros.

Na continuação da nossa apresentação passemos para a dimensão 2.

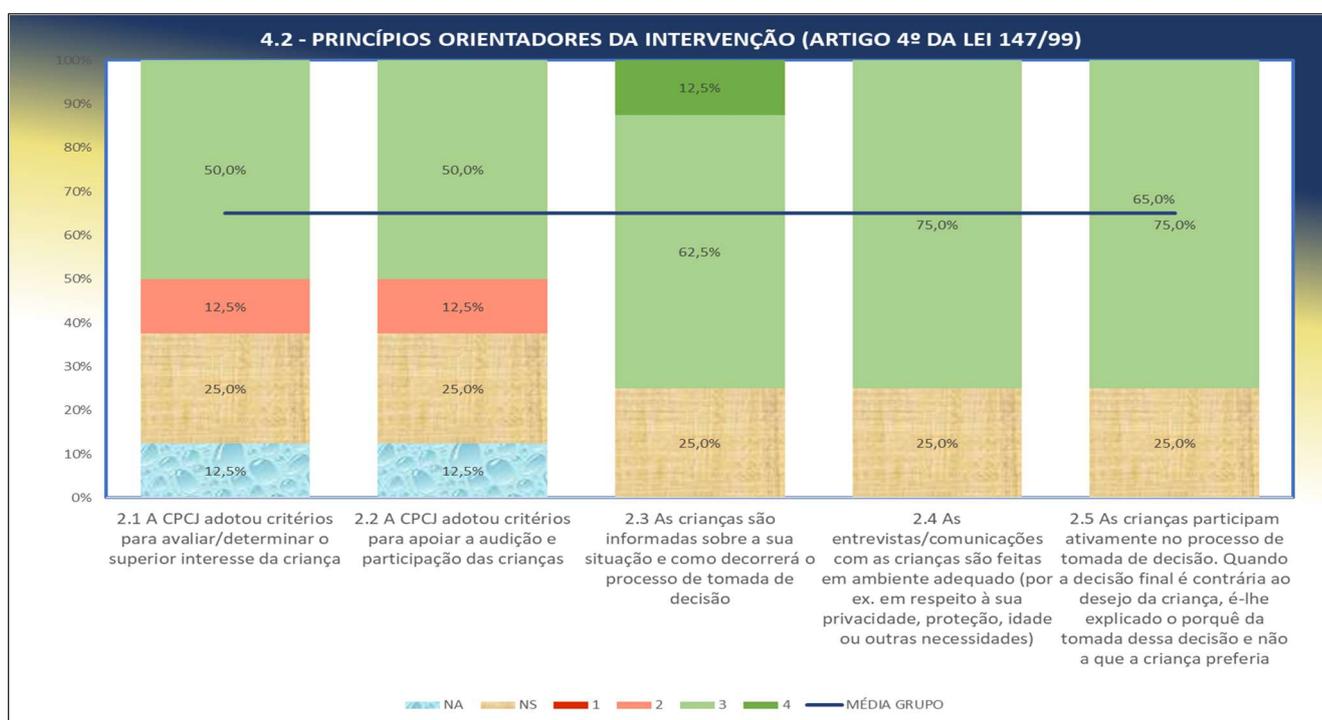


Gráfico 19: Autoavaliação, dimensão 2

Constatamos, pela observação dos dados apresentados no gráfico que todas as afirmações foram sujeitas a respostas negativas. As afirmações 2.1 e 2.2 obtiveram 50,0% de respostas negativas e as restantes, 25%. Isto faz com que, no geral, os níveis positivos se situem nos 65%.

Assim sendo, podemos concluir que será necessário intervir nesta dimensão, sobretudo na adoção de critérios que permitam determinar o superior interesse da criança e a sua audição e participação na **CPCJMC**.

Estes dados devem ser cruzados, neste caso com os resultados obtidos na dimensão 1 do questionário da Comissão Restrita e com os resultados da dimensão 2 do questionário da Presidência. A afirmação 2.1 em análise, cruza-se com a 1.3 daquele e os seus resultados são algo contraditórios. Naquele todos conhecem esses critérios, neste, 50% dos respondentes afirma que a **CPCJMC** não adotou esses critérios. Se atentarmos, ainda, aos resultados da afirmação 2.1 e 2.1.1 do questionário da Presidência então percebemos que, efetivamente, esses critérios não existem. E nós sabemos que efetivamente eles não existem. O mesmo se passa com a afirmação 2.2 em análise, que cruza com a 1.5. Nestas, os resultados são os mesmos, assim como as conclusões que são consolidadas pelos resultados das afirmações 2.2 e 2.2.1 do questionário da Presidência. As restantes afirmações da dimensão em análise cruzam-se, respetivamente, com as afirmações 1.8, 1.11 e 1.12 do questionário da Comissão Restrita. Neste questionário as perceções sobre os assuntos abordados são menos positivas que naquele. Estas discrepâncias devem alertar-nos para a necessidade de cruzar informação pelos membros da **CPCJMC**.

Vejamos, no seguimento, o que acontece com a dimensão seguinte.

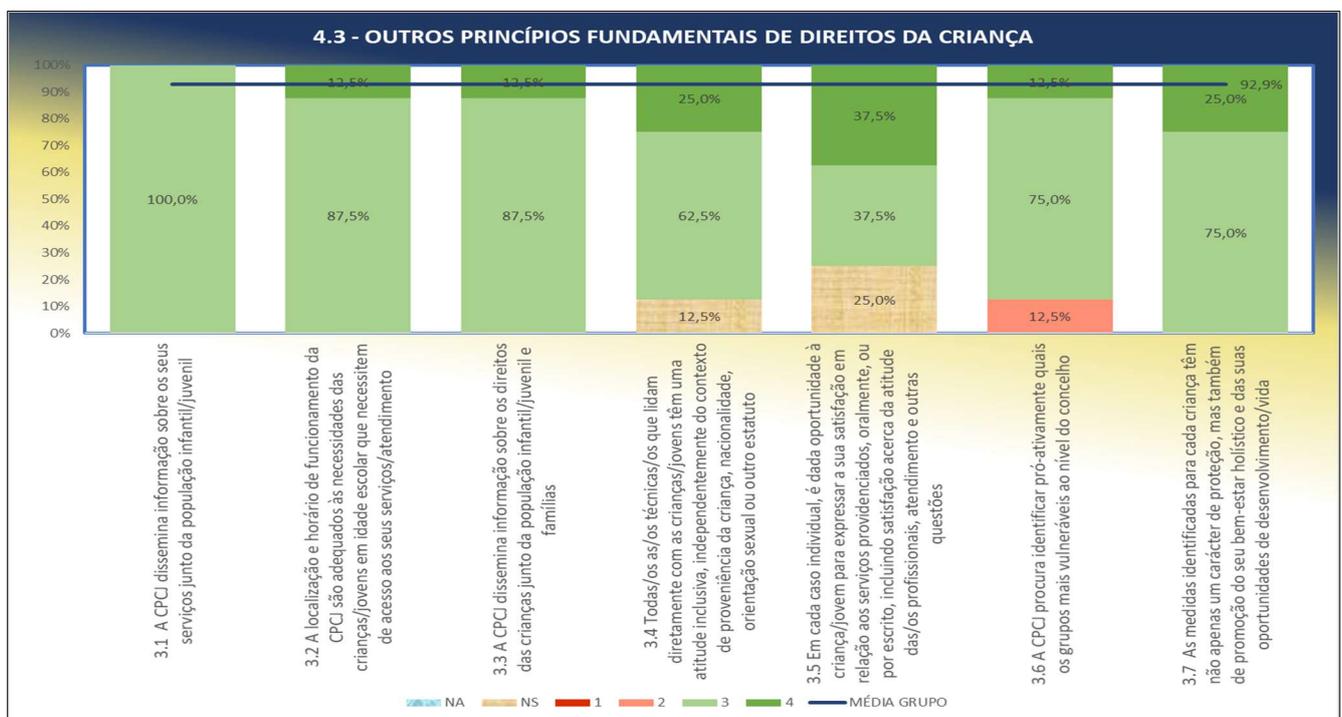


Gráfico 20: Autoavaliação, dimensão 3

Da observação dos dados apresentados no gráfico acima regista-se que apenas três afirmações foram sujeitas a respostas negativas. Destas, salienta-se a 3.5 com 25,0% de respostas negativas. As duas restantes registam 12,5% de respostas negativas. Por isso, os níveis positivos atingem os 92,9%.

Assim sendo, conclui-se que, no geral, esta dimensão é percecionada de forma muito positiva. Cruzando estes dados com os registados na dimensão 2 do questionário da Comissão Restrita salientamos as respostas à afirmação 3.5 que cruza naquele com a 2.6. Ora, se neste caso esta afirmação obteve 25% de respostas negativas, naquele as respostas foram 100% positivas. A nossa conclusão é a mesma que a apresentada acima.

Na continuidade deste trabalho de apresentação de dados, passemos para a dimensão 4, analisando os dados registados no gráfico abaixo.

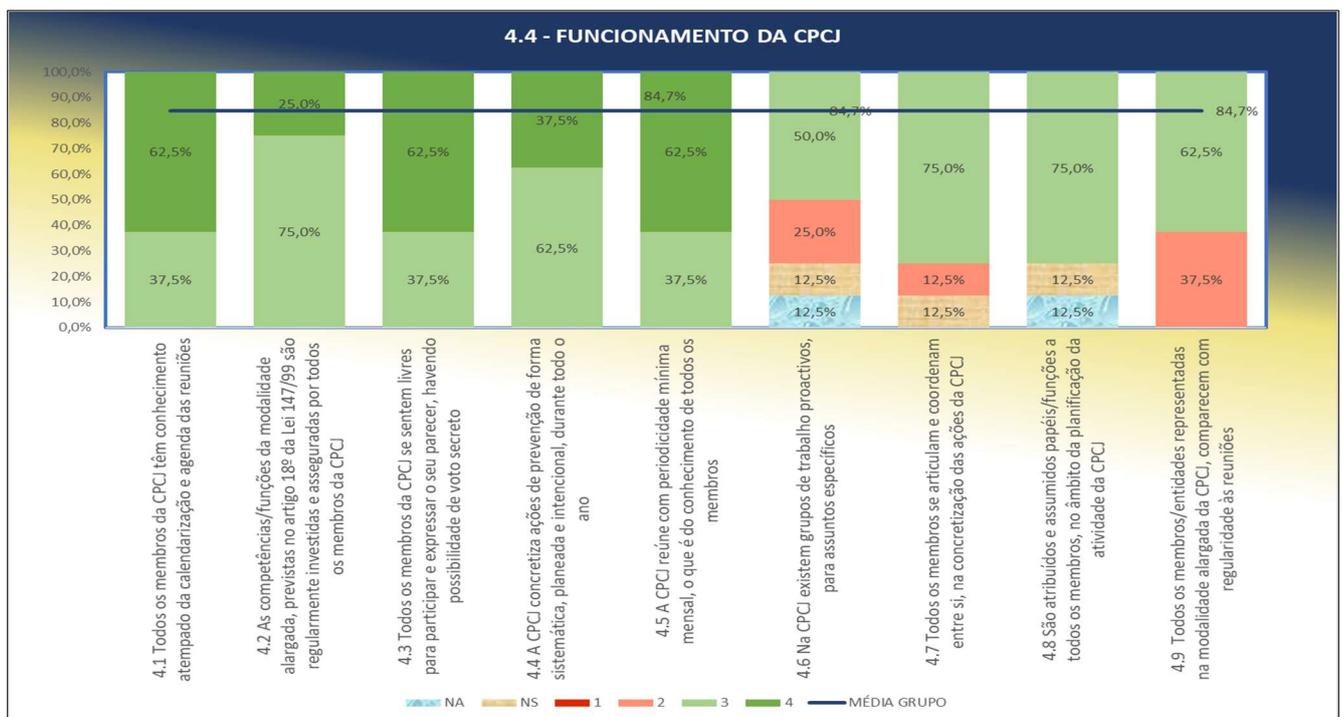


Gráfico 21: Autoavaliação, dimensão 4

Os dados apresentados registam avaliações totalmente positivas para as cinco primeiras afirmações, nas quais o nível 4 aparece de forma maioritária. As três últimas registam valores negativos, sendo que a afirmação 4.6 atinge 50,0% desses valores, seguida da 4.9 com 37,5% e as duas restantes com 25,0%. Isto faz com que os valores positivos atinjam 84,7%.

Pode, assim, concluir-se que existe conhecimento atempado das reuniões; que existe liberdade para expressar o pensamento individual; que existe uma planificação de ações de

prevenção e que a periodicidade das reuniões mensais se concretiza efetivamente. Por outro lado, são aspetos a melhorar o trabalho proativo e articulado dos membros da **CPCJMC**, bem como a promoção da participação empenhada de todos os membros e a comparência regular às reuniões.

Cruzando estes resultados com aqueles correspondentes à dimensão 3 do questionário da Comissão Alargada podemos dizer que estas respostas se aproximam das dadas às afirmações correspondentes naquele questionário, o que concorre para a consistência das perceções e das conclusões.

Para entendermos as perceções correspondentes ao planeamento e à avaliação no seio da **CPCJMC** atentemos ao gráfico seguinte.

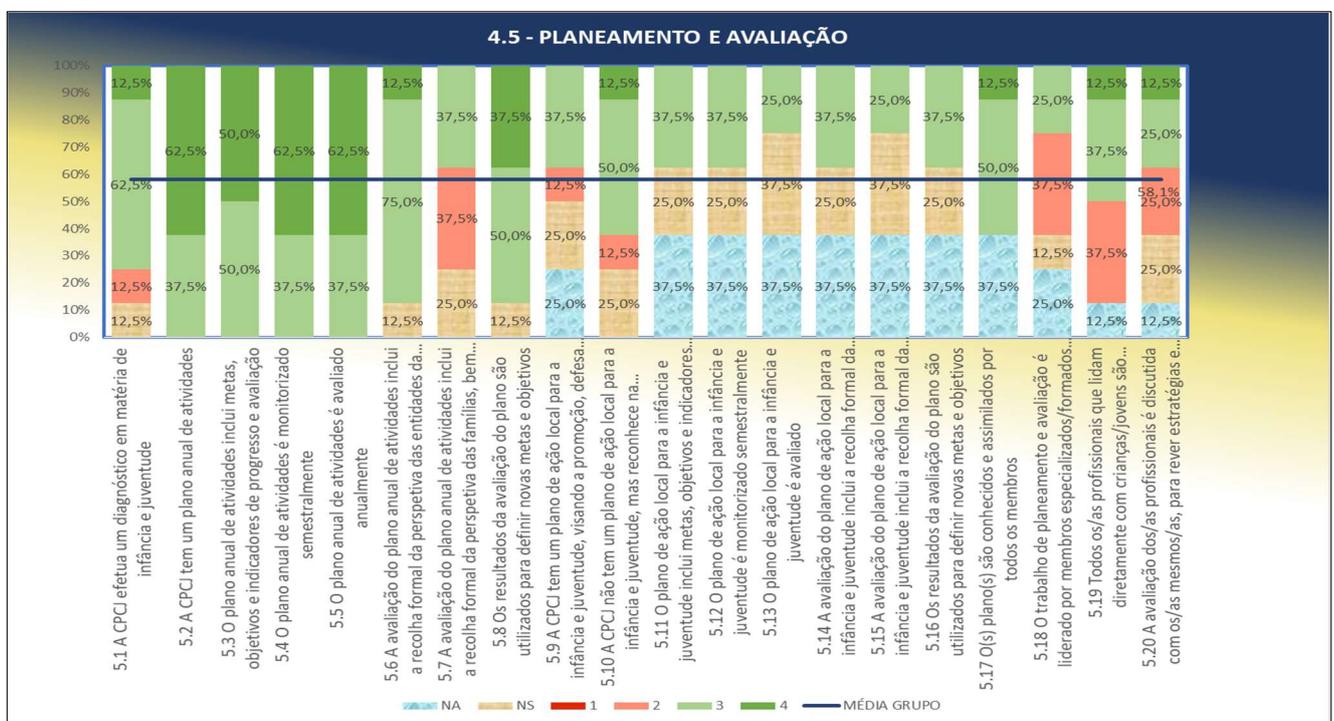


Gráfico 22: Autoavaliação, dimensão 5

Os dados registados sobre esta dimensão permitem-nos observar que apenas quatro das vinte afirmações registam, apenas, valores positivos, sendo, dentro destes, o nível quatro o maioritário. Neste sentido, os níveis positivos atingiram uma média de 58,1%.

As restantes afirmações foram sujeitas a perceções negativas, sobressaindo, a perceção de “NA”. Deste grupo salientam-se a 5.18, 5.15 e 5.13, todas com 75,0% de perceções negativas. Deve, contudo, isolar-se, neste grupo de afirmações a 5.18, uma vez que regista três valores, sendo que o mais elevado, 37,5%, concentra-se no nível 2, ao contrário das duas restantes que apenas registam os valores de “NA” e “NS” com 37,5% cada.

No seguimento, com 62.5% de perceções negativas temos as afirmações 5.7, 5.20, 5.9, ordenadas da maior para a menor percentagem de perceções de nível 2. Com a mesma tipologia de resposta as afirmações 5.11, 5.12, 5.14, 5.16, 37.5% de “**NA**” e 25,0% para “**NS**”. No seguimento temos a afirmação 5.19, com 50,0% de valores negativos, distribuídos pelos níveis “**NA**”, 12,5% e nível 2 com 37,5%. A afirmação 5.10 e 5.1 com 27,5% e 25,0% de valores negativos respetivamente. Por último salientar que em mais de 50,0% das afirmações registaram-se várias ocorrências de “**NA**”.

Isto dito, poderemos concluir que os comissários afirmam que a CPCJMC define anualmente um Plano de Atividades com metas, objetivos e diferentes indicadores; o Plano de Atividades é monitorizado semestralmente e avaliado, no final da sua implementação.

Por outro lado, a avaliação do **PAA** não inclui a perspetiva das famílias nem a das crianças. Todas as afirmações que incidem sobre um hipotético **PALIJ** são percecionadas de forma negativa, o que não é de estranhar porque, como afirmámos, ele não existe. Salientámos, acima, a afirmação 5.18 como tendo sido a que atingiu a pior avaliação. Assim sendo, os comissários entendem que o trabalho de planeamento e de avaliação é feito por pessoas sem formação para o efeito. Será importante ter este aspeto em linha de conta. A avaliação dos profissionais da **CPCJMC** também é percecionada de forma negativa. Esta visão negativa recai quer sobre o conteúdo, quer sobre o método da avaliação. Por último deve referir-se que as ocorrências de “**NA**” estão desajustadas ao conteúdo das afirmações. Com efeito, as afirmações têm cabimento e pertinência, pelo que não será abusivo concluir que quem respondeu “**NA**” é porque não sabia as respostas. Para finalizar, dizer que os resultados desta dimensão encontram eco naqueles apresentados sobre a dimensão 4 do questionário da Comissão Restrita. Este facto transmite às conclusões maior consistência.

Percebamos, no seguimento, a perceção existente sobre a eficácia da intervenção da CPCJMC junto das crianças e dos jovens, pela análise do gráfico 23, abaixo.

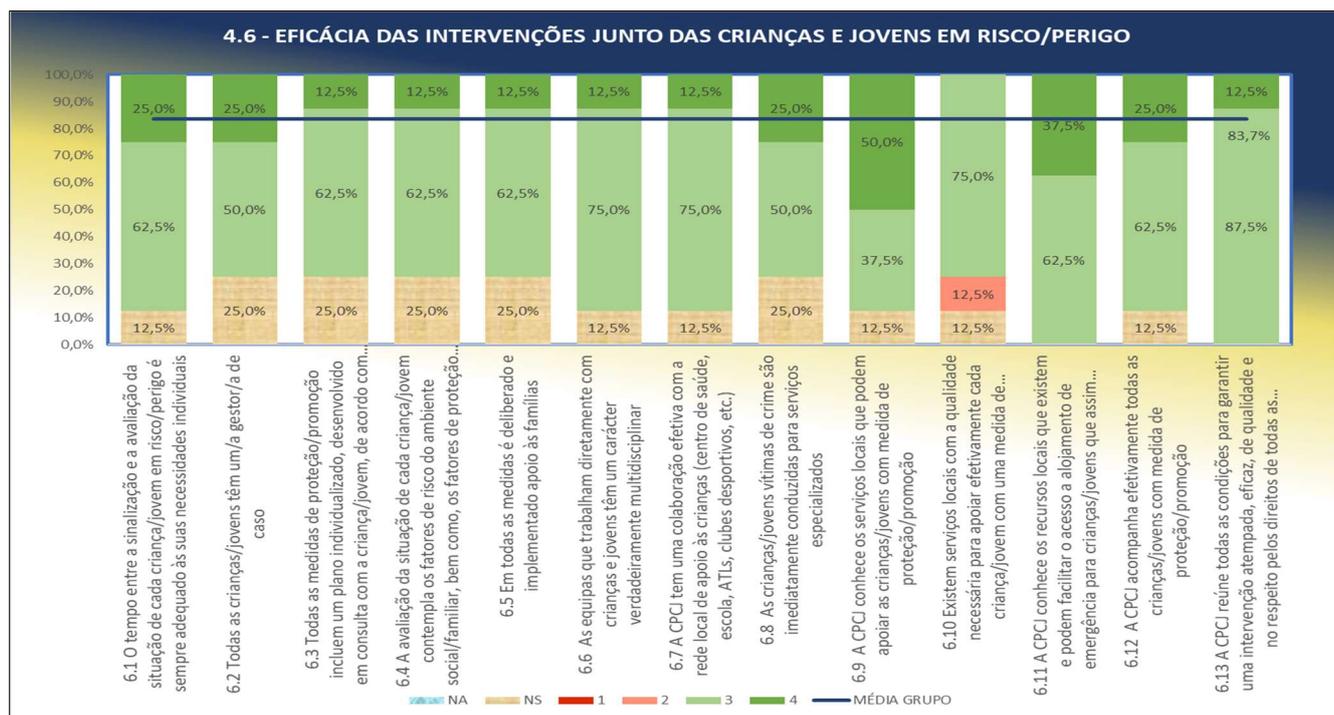


Gráfico 23: Autoavaliação, dimensão 6

As respostas às afirmações desta dimensão permitem perceber que, na maioria, recaíram sobre o nível 3, havendo alguns registos de nível 4. Registam-se duas afirmações, 6.11 e 6.13, com apenas níveis positivos. Os níveis positivos apresentam uma percentagem de 83,7%.

Onze das treze afirmações registam respostas negativas que não ultrapassam, em nenhuma, os 25,0%. De salientar, ainda que estas respostas negativas se situam no nível “NS”, havendo, apenas um registo nível 2.

Assim sendo, conclui-se que a eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco é percecionada de forma bastante positiva pelos membros respondentes. Deve-se apenas investir um pouco mais na informação tendo em conta o número de registos de “NS”. Esta conclusão é, no nosso entender, fortalecida pelos resultados da dimensão 5 do questionário da Comissão Restrita.

Chegados à dimensão sete do questionário em análise, analisemos os seus resultados recorrendo ao gráfico abaixo.

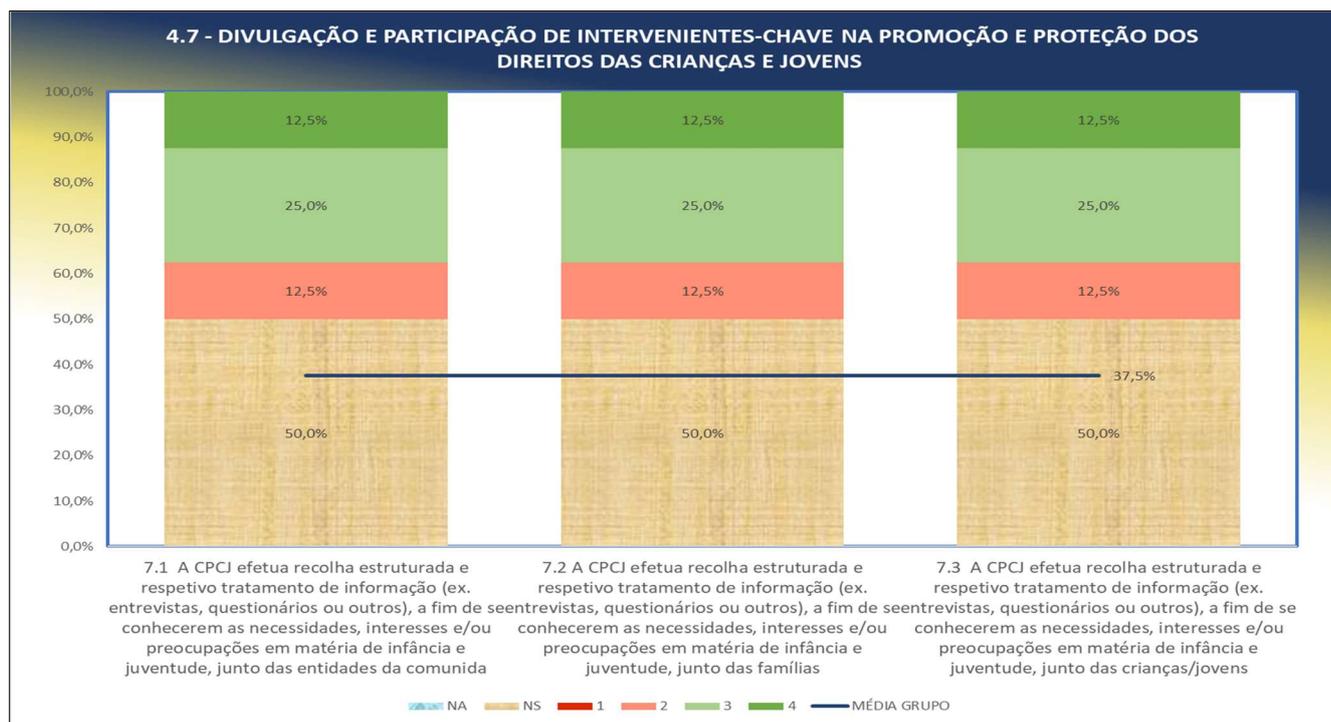


Gráfico 24: Autoavaliação, dimensão 7

Esta dimensão apresenta os mesmos resultados nas três afirmações que a compõem. Todas registam respostas positivas na ordem 37,5%, o que faz com que as respostas negativas tenham atingido os 62,5%.

Isto quer dizer que os comissários, na sua maioria, consideram que a **CPCJMC** não conhece as necessidades, interesses ou preocupações das entidades comunitárias, das famílias e das crianças/jovens.

Vejamos, no seguimento, a perceção existente sobre a dimensão 8.

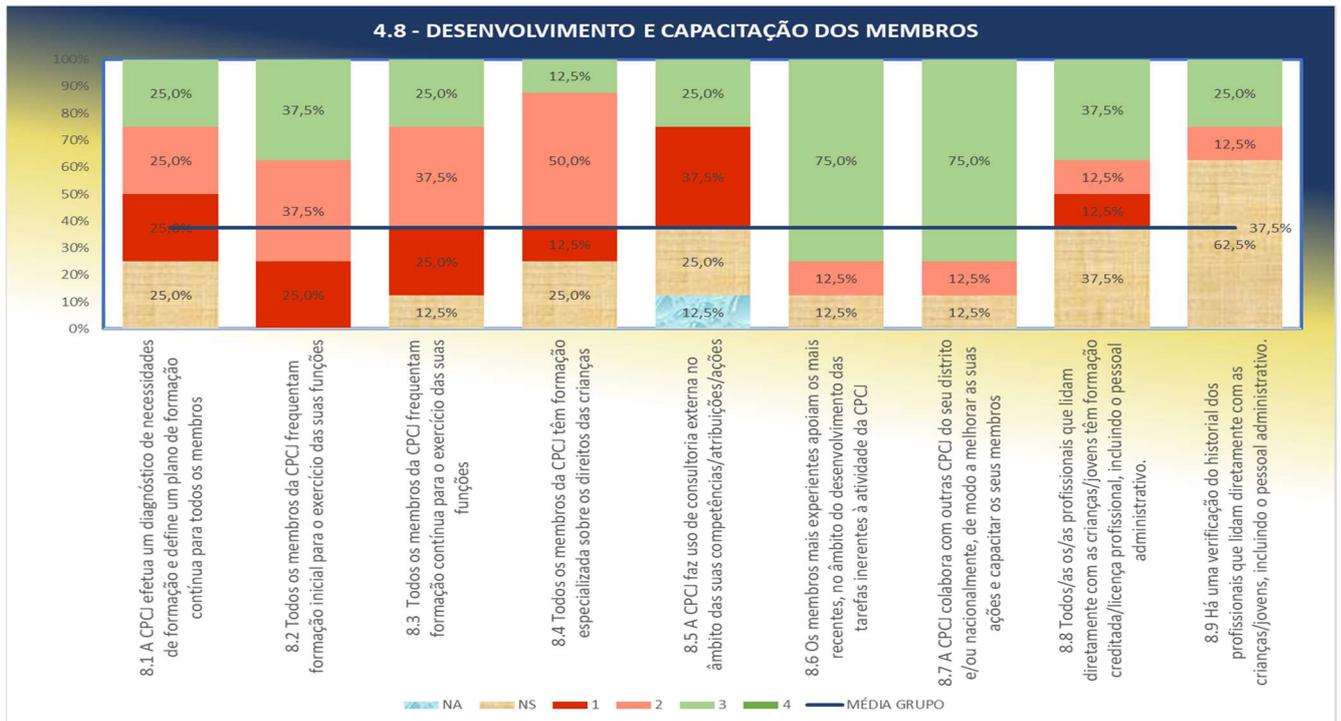


Gráfico 25: Autoavaliação, dimensão 8

À semelhança dos dados apresentados para a dimensão anterior, também nesta, os níveis positivos não foram além de 37,5%. As afirmações melhor cotadas foram as 8.6 e 8.7 com 75% de respostas positivas. As restantes obtiveram mais de 62% de respostas negativas. Destas salientam-se as respostas às afirmações 8.4, com 87,5% de respostas negativas; às afirmações 8.5, 8.3, 8.1 e 8.9 com 75% e, por último às afirmações 8.2 e 8.8, com 62,5%. De salientar, ainda que o nível 1 é bastante recorrente, o que enfatiza as respostas negativas.

Isto dito, conclui-se que para os comissários existe algum trabalho colaborativo quer no seio da comissão quer inter-comissões. No extremo oposto existe uma clara consciência de que os membros não dispõem de formação especializada sobre os direitos das crianças, assim como de um diagnóstico de necessidades de formação e de um plano de formação. Também são percecionadas negativamente a possibilidade da Comissão fazer consultoria externa e a ausência de verificação do historial dos profissionais que lidam com as crianças e jovens. Numa análise contrastiva com os resultados da dimensão 6 do questionário da Comissão Restrita percebemos que as perceções aqui registadas são muito mais negativas do que as registadas naquela dimensão. Mais uma vez podemos deduzir que a informação, a partilha de conhecimentos e a articulação entre os membros da **CPCJMC** é deficiente.

E assim chegamos à penúltima dimensão do questionário em análise.

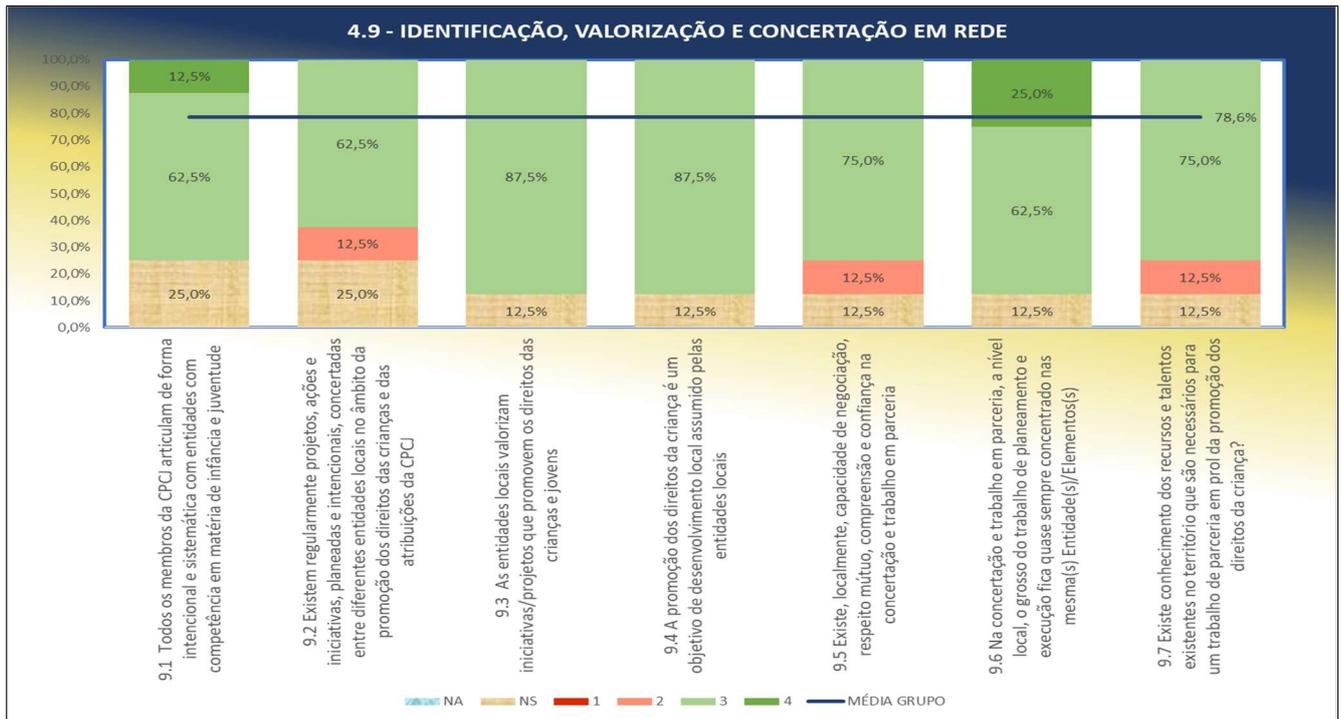


Gráfico 26: Autoavaliação, dimensão 9

As respostas a esta dimensão concentraram-se no nível três pelo que os níveis positivos atingiram uma percentagem de 78,6%, apesar de todas as respostas apresentarem níveis negativos. Destas salienta-se a 9.2 com 32,5% e as 9.1, 9.5 e 9.7 com 25%.

Em suma, podemos concluir que se valorizam as ações que promovem os direitos das crianças e que esta promoção é um objetivo assumido pelas entidades locais. Contudo, nem sempre estas ações são planeadas e concertadas com as diferentes entidades.

A última dimensão do questionário em análise debruça-se sobre os recursos humanos e logísticos. Vejamos a perceção destes membros sobre este aspeto.

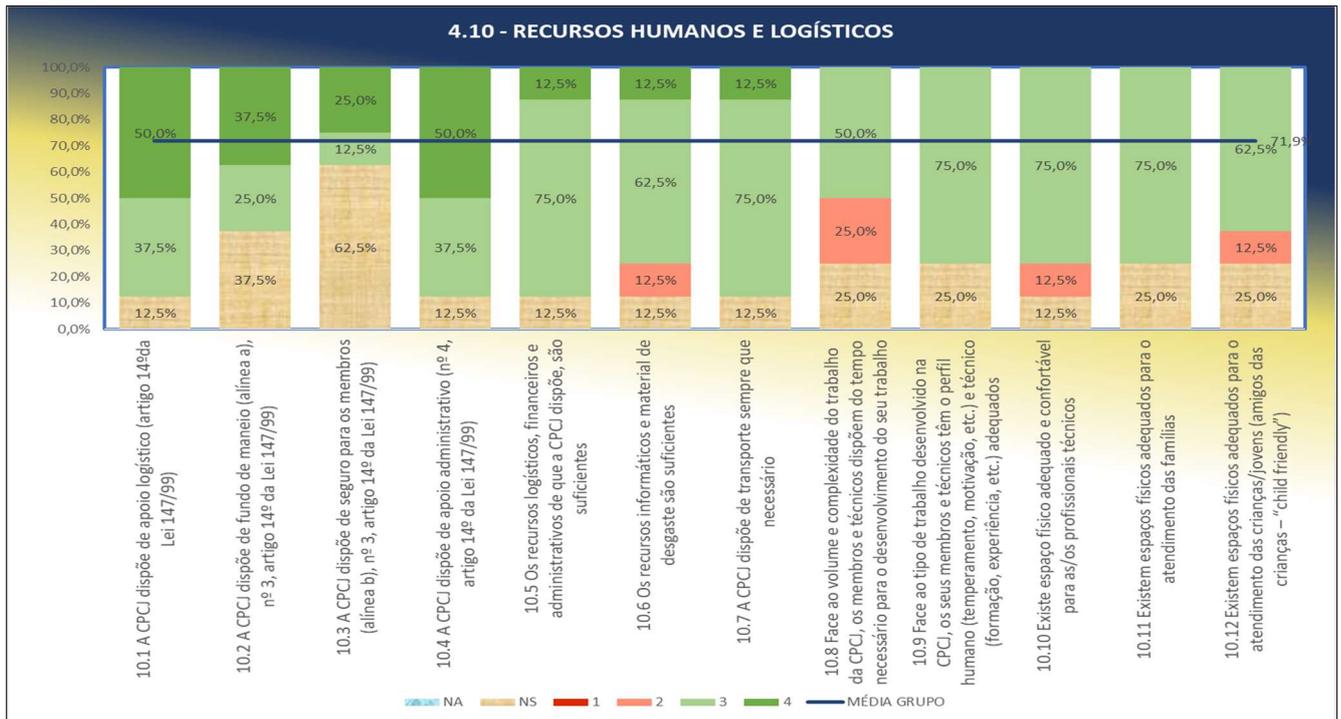


Gráfico 27: Autoavaliação, dimensão 10

A última dimensão deste questionário regista em todas as respostas, excetuando-se a da afirmação 10.3, 50% ou mais de respostas positivas pelo que a média situou-se nos 71.9%, apesar de todas elas apresentarem valores negativos. Além da 10.3 com 62,5% de valores negativos, devemos salientar as 10.8 com 50%, a 10.12 e a 10.2 com 37,5% e as 10.6, 10.9, 10.10 e 10.11 com 25%.

Isto dito conclui-se que a **CPCJMC** dispõe do apoio logístico necessário à sua intervenção. No outro extremo, a maioria dos membros não sabe se a **CPCJMC** dispões de seguro para os seus membros; o tempo disponível é escasso e insuficiente; o espaço físico não satisfaz totalmente as condições de trabalho necessárias para os que nele trabalham, nem se ajusta satisfatoriamente enquanto espaço adequado ao atendimento de crianças e jovens. Estas conclusões são corroboradas pelos resultados correspondentes à dimensão 7 do questionário da Comissão Restrita.

Chegados ao fim da apresentação das dimensões devemos, no seguimento, deter-nos sobre os resultados globais do questionário em análise. É o que faremos com a ajuda do gráfico abaixo.

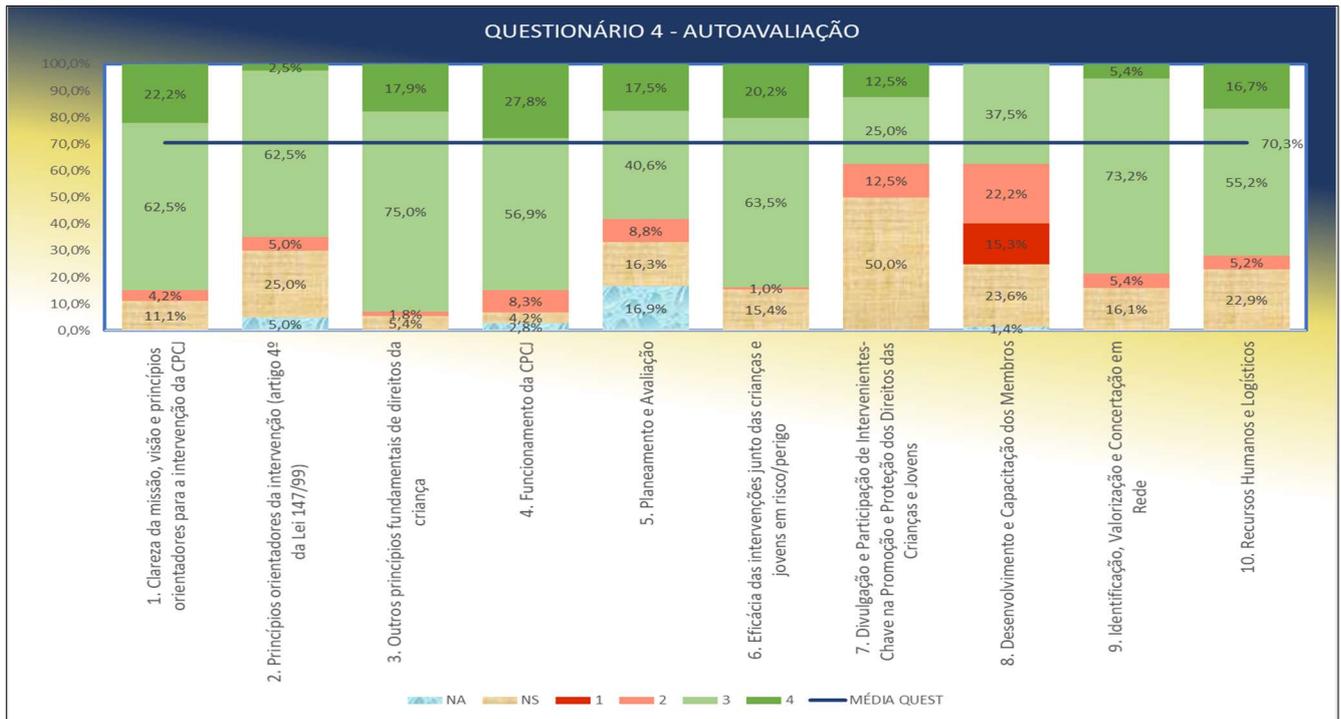


Gráfico 28: Autoavaliação, resultados globais

Os resultados globais deste questionário permitem-nos referir que as dimensões 3, 4, 1, 6 e 9 são as que aparecem com melhores resultados, pelo que a média dos níveis positivos situa-se nos 70,3%. No extremo oposto aparecem as dimensões 8 e 7 com 62,5% de níveis negativos, seguidas da 5 com 41,9%, a 2 com 35% e a 10 com 28,1%. Isto dito, devemos ter atenção redobrada para com as dimensões 7 e 8, 5, 2, por ordem de importância.

Finalizando, podemos registar que:

Pontos fortes

- Todos conhecem a legislação reguladora do funcionamento da CPCJMC assim como a sua missão e visão;
- Os outros princípios fundamentais de direitos da criança são fortemente aplicados;
- O funcionamento da CPCJMC é percecionado de formas bastante positiva;
- Existência de um Plano de Atividades anual com metas, objetivos e diferentes indicadores;
- O Plano de atividades é monitorizado semestralmente e avaliado no final da sua implementação;
- A intervenção da CPCJMC junto das crianças e jovens em risco/perigo é eficaz;
- As ações que promovem os direitos das crianças são valorizadas pelas entidades locais;
- A CPCJMC dispõe do apoio logístico necessário à sua intervenção

Pontos fracos

- Deficiente conhecimento sobre os documentos orientadores da ação da CPCJMC;
- Ausência de uma política interna sobre proteção das crianças;
- Ausência de critérios que permitam determinar a sua participação e audição na CPCJMC com vista ao superior interesse da criança;
- Fraca participação ao nível de grupos de trabalho para atividades de carácter colaborativo entre os membros da CPCJMC;
- O Plano de Atividades não inclui a perspetiva das famílias nem das crianças;
- Inexistência de um Plano de Ação Local para a Infância e Juventude;
- Deficiente formação no âmbito da planificação e avaliação;
- Ausência de avaliação dos profissionais;
- Desconhecimento das necessidades, interesses e preocupações das entidades locais, das famílias e das crianças/jovens;
- A maioria dos membros não dispõem de formação especializada sobre os direitos das crianças;
- Ausência de um diagnóstico de necessidades de formação;

3.3 Apresentação de resultados globais e conclusões.

Depois de termos apresentados as diferentes dimensões que compunham cada um dos questionários, devemos, neste momento, em jeito de conclusão deste capítulo apresentar os dados globais de cada questionário, pondo em contraponto os seus resultados. Isso será feito com a ajuda do gráfico abaixo.

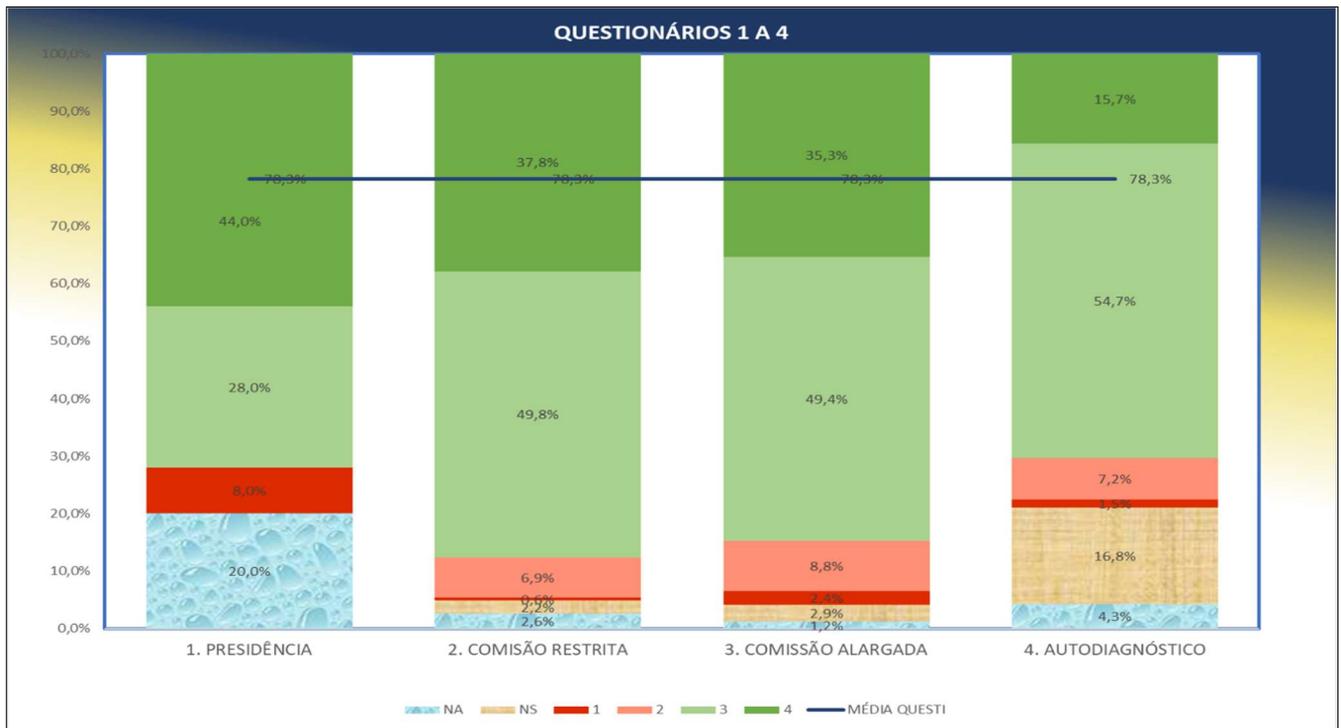


Gráfico 29: Resultados globais agregados

Centrando-nos, agora, nos resultados agrupados por questionário percebemos que em todos os questionários, claramente, maioritários são os níveis positivos, cujos valores atingem uma percentagem de 78,3%, o que faz com que os níveis negativos se tenham ficado pelos 21,7%. Quer isto dizer que os níveis negativos representam pouco mais de $\frac{1}{4}$. O questionário que registou maior percentagem que respostas positivas foi o aplicado à Comissão Restrita com 87,6%, seguido do aplicado à Comissão Alargada, com 84,7%, seguido do aplicado à presidência, com 72,0% e, por último, o de Autodiagnóstico com 70,4%. Conclui-se, por isso, que os valores positivos se sobrepõem em larga medida aos negativos e que os aspetos positivos a identificar são muito mais consistentes do que os negativos, na medida em que as percentagens negativas são regularmente abaixo dos 50%. Isso mesmo poderemos confirmar pela análise dos dados registados no gráfico abaixo.

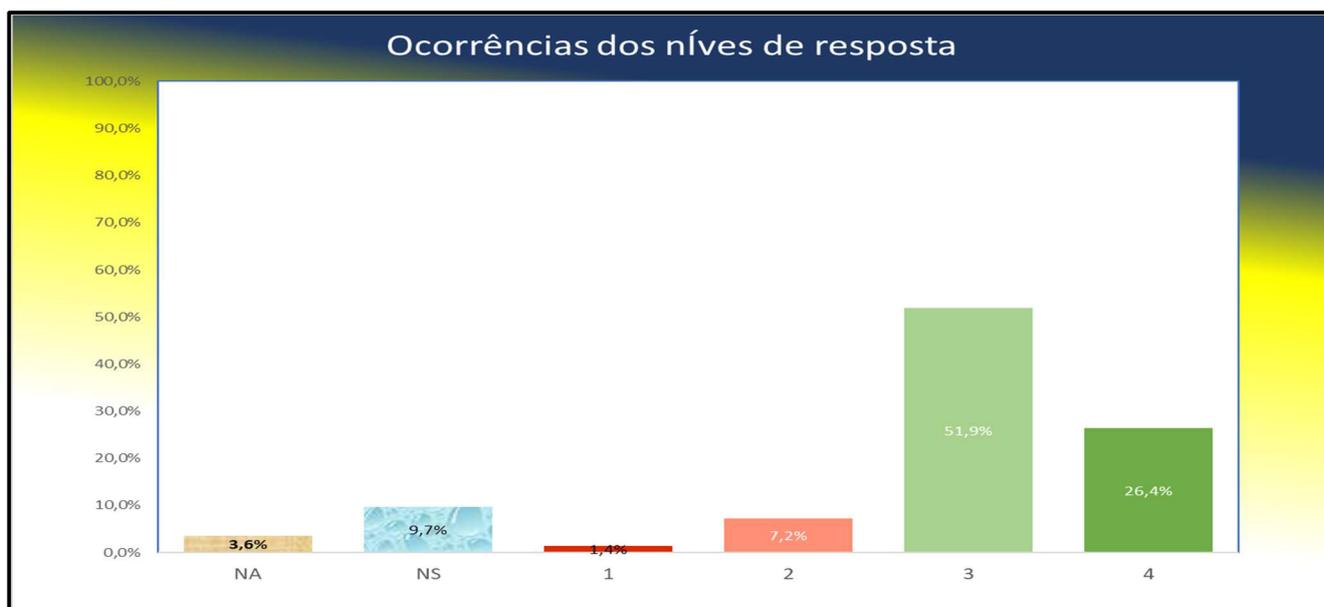


Gráfico 30: Resultados Globais, ocorrência níveis respostas

Com efeito, o gráfico 30 regista a percentagem de ocorrência dos diferentes níveis de análise. Assim, percebemos que os níveis positivos, 3 e 4, à semelhança do afirmado, são maioritários, atingindo, então os 78,3% sendo que o nível 3 é também ele maioritário com 51,9%, ficando-se, o nível 4, com 26,4%. Relativamente aos níveis negativos percebemos que registam, então 21,7%, ou seja, pouco mais de $\frac{1}{4}$ das respostas. Nestes, o “NS” aparece com maioritário com 9,7%, seguido do nível 2, com 7,2%, seguido pela “NA” com 3,6% e, por último, o nível 1, com 1,4%. Estes dados confirmam, então, o afirmado acima. Os aspetos positivos adquirem uma consistência relevante, ao passo que os negativos terão um peso menos significativo, porém importante. Desta reflexão excluem-se as conclusões relativas às dimensões 5, 7 e 8 do questionário da Autoavaliação.

Registemos, em jeito de finalização, as conclusões mais importantes a que fomos chegando ao longo desta apresentação:

Pontos fortes

- Os princípios orientadores da intervenção, no que diz respeito ao conhecimento e aplicação, estão devidamente assimilados pelos comissários;
- Os Direitos das Crianças são conhecidos e estão assimilados;
- A elaboração, monitorização e implementação do Plano Anual de Atividade são percecionadas de forma positiva;
- O trabalho do(a) presidente da CPCJMC é reconhecido de forma positiva pelos comissários;

- A intervenção junto de crianças e jovens em risco/perigo é caracterizada como eficaz;
- A perceção sobre o funcionamento da CPCJMC é muito positiva;
- Todos conhecem a legislação reguladora do funcionamento da CPCJMC assim como a sua missão e visão;
- O Plano de atividades é monitorizado semestralmente e avaliado no final da sua implementação;

Pontos fracos

- Ausência de princípios orientadores da intervenção;
- A avaliação do PAA não tem em conta a perceção das famílias nem das crianças/jovens
- Inexistência de Planos de ação local para a infância e juventude;
- Os espaços físicos adstritos às necessidades da CPCJMC são percecionados como inadequados;
- O tempo que os comissários dispõem para o trabalho da CPCJMC é considerado de insuficiente;
- Uma percentagem significativa dos comissários refere não conhecer a política interna da CPCJMC sobre a proteção das crianças;
- O Regulamento Interno da CPCJMC não é conhecido por todos os comissários porque não existe;
- Deficiente conhecimento sobre os documentos orientadores da ação da CPCJMC;
- Ausência de uma política interna sobre proteção das crianças;
- Ausência de critérios que permitam determinar a sua participação e audição na CPCJMC com vista ao superior interesse da criança;
- Ausência de um diagnóstico de necessidades de formação;

Definidas as conclusões das conclusões, utilizá-las-emos para a análise SWOT a registar à frente.

4. Diagnóstico local da realidade infantojuvenil

No quarto ponto deste trabalho procuraremos traçar um retrato sincrónico tendo em conta a evolução diacrónica da realidade juvenil do concelho de Macedo de Cavaleiros, de acordo com o definido na metodologia. Com efeito, qualquer decisão estratégica depende da recolha e análise de dados, produzindo informação útil para a tomada de decisões (Carvalho, 2012). Assim, para a definição desse retrato abordaremos, em primeiro, a demografia e a estrutura familiar e seguidamente procuraremos avaliar o grau de execução dos direitos das crianças decorrentes da Convenção sobre os Direitos da Crianças: o direito à sobrevivência; ao desenvolvimento; à proteção; à participação; à não discriminação.

4.1 Situação demográfica e familiar

Ao longo deste ponto procuraremos traçar as características específicas da população residente no concelho de Macedo de Cavaleiros. Número total de residentes distribuídos por idade e sexo. Tendo em linha de conta que a **CPCJMC** segue crianças e jovens, tentaremos perceber o número de residentes dos 0 aos 19 anos. Por uma questão de comparação tentaremos demonstrar o peso da população de Macedo de Cavaleiros no total da região em que se insere, Terras de Trás-os-Montes (**TTM**), e o peso dos grupos etários no total da população de Macedo de Cavaleiros. Por ser uma característica relevante para a definição da população residente procuraremos definir o índice de envelhecimento da população em análise. Saber se a população residente é composta por comunidades estrangeiras e qual o peso das mesmas parece-nos ser um conhecimento indispensável para uma ação mais eficaz da **CPCJMC**. Por isso procuraremos, também, esse número e características. O número e tipo de famílias que compõem essa população residente é também uma informação imprescindível para uma ação consistente e adaptada às sinalizações que possam existir de forma a podermos prevenir em vez de agir. Os dados anteriormente referidos serão apresentados ao longo deste ponto.

4.1.1 População residente.

4.1.1.1 Total, grupos etários e sexo.

Iniciemos, então, pela apresentação do total de elementos que compõem a população residente de Macedo de Cavaleiros.

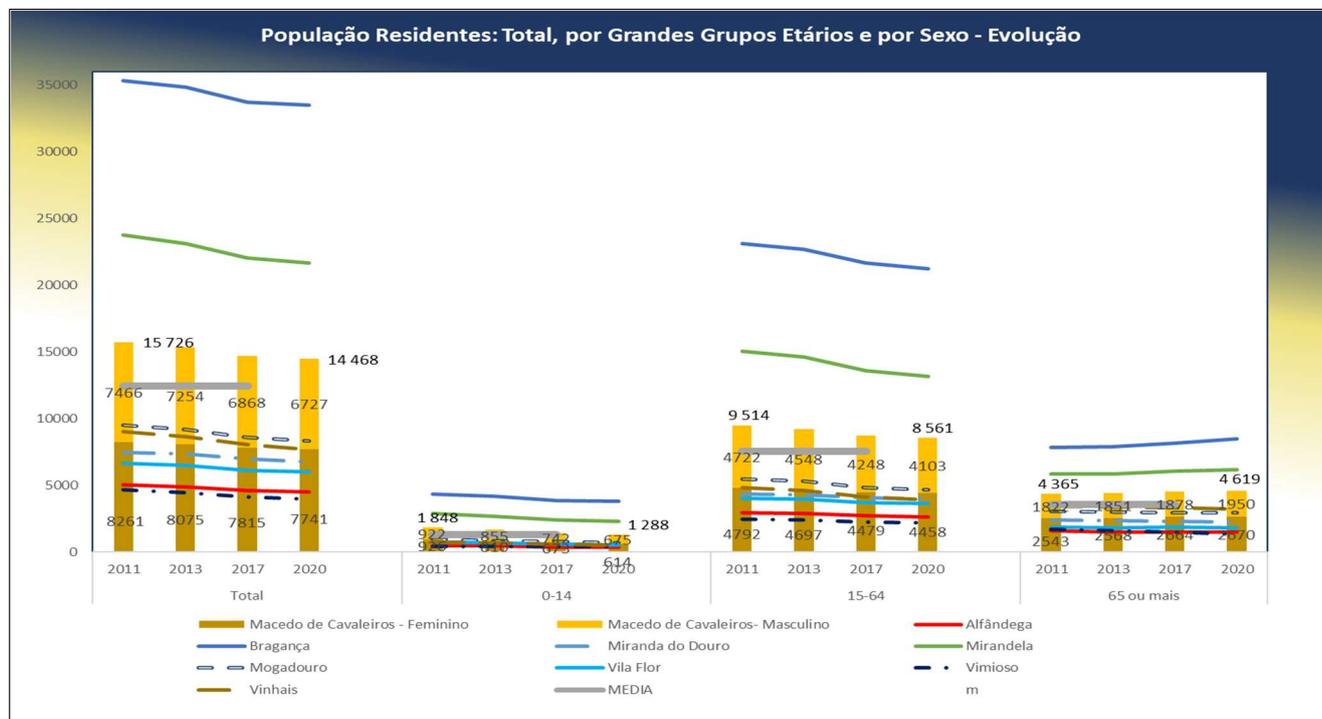


Gráfico 31: População Residente, evolução

De acordo com os dados apresentados observamos que houve um decréscimo de população desde 2011 em todos os concelhos das **TTM**. Percebe-se ainda que três concelhos, Macedo de Cavaleiros, Bragança e Mirandela, em termos de população total, estão acima da média do grupo que se situa nos 12 433 habitantes. Esta situação repete-se nos grupos etários em análise. Observa-se, contudo, que Macedo de Cavaleiros, no grupo etário dos “**0-14**”, apresenta resultados muito semelhantes à média do grupo. Todos os concelhos em análise apresentam o mesmo padrão nos diferentes grupos etários em análise: o grupo dos 0-14 e dos “**15-64**” apresentam uma redução de população. Ao contrário, o grupo dos “**65 ou mais**” apresenta um aumento de população. Por último referir que o grupo dos “**0-14**” é o menos significativo, quando deveria ser ao contrário.

No que concerne a Macedo de Cavaleiros percebemos que esse decréscimo apresenta os marcos de 15.726 e 14.468, resultando num decréscimo de 1.258 habitantes. No respeitante aos grupos etários analisados, percebemos que o de menor número é o dos “**0-14**” anos, seguindo-se a faixa etária dos “**65 ou mais**”. O grupo etário “**15-64**” regista o maior número de residentes. De destacar que, à exceção do grupo dos “**0-14**” anos, nos restantes

grupos, Macedo de Cavaleiros situa-se acima da média do conjunto dos concelhos que

compõem as **TTM**. Portanto, Macedo de Cavaleiros, à semelhança dos seus vizinhos, tem uma população, hoje, menos numerosa que em 2011 em todos os grupos, à exceção do de 65 ou mais. Outra situação a assinalar é o facto da população residente ser constituída por um número superior de mulheres em detrimento dos homens. Esta situação apenas não acontece no

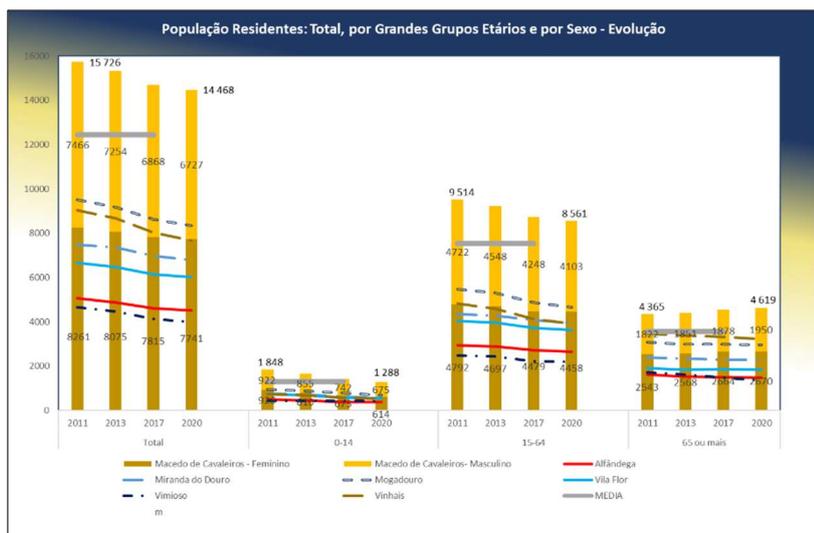


Gráfico 32: População Residente, evolução II

grupo etário dos “0-14”.

Vejamos, seguidamente, como se comporta a população até aos 19 anos.

4.1.1.2 Dos 0-19. Estimativa a 31 de dezembro de cada ano.

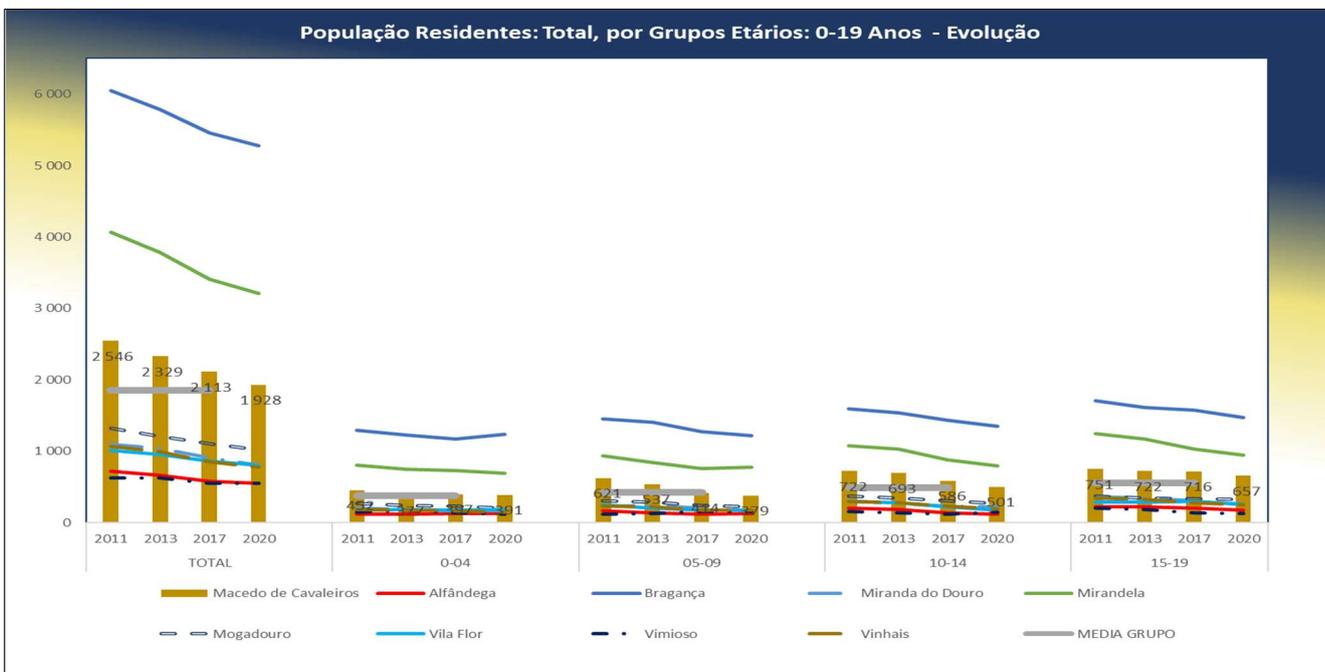


Gráfico 33: População Residente, dos 0 aos 19

De acordo com os dados apresentados, no gráfico 33, observamos que houve um decréscimo de população desde 2011 em todos os concelhos das **TTM**, à semelhança do que

aconteceu no total da população. Percebe-se que os três concelhos, Macedo de Cavaleiros, Bragança e Mirandela, em termos de população total, estão acima da média do grupo que se situa nos 1 851 habitantes. Esta situação repete-se nos grupos etários em análise, à exceção da faixa dos “0-4” anos, onde essa perda é menos significativa. Relativamente ao grupo de concelhos em análise, os dados totais mostram um decréscimo populacional.

Contudo, no que respeita a Macedo de Cavaleiros, em termos evolutivos, nos níveis etários “0-4” anos, “5-9” e “10-14”, no que reporta aos anos de 2011 a 2017, os níveis

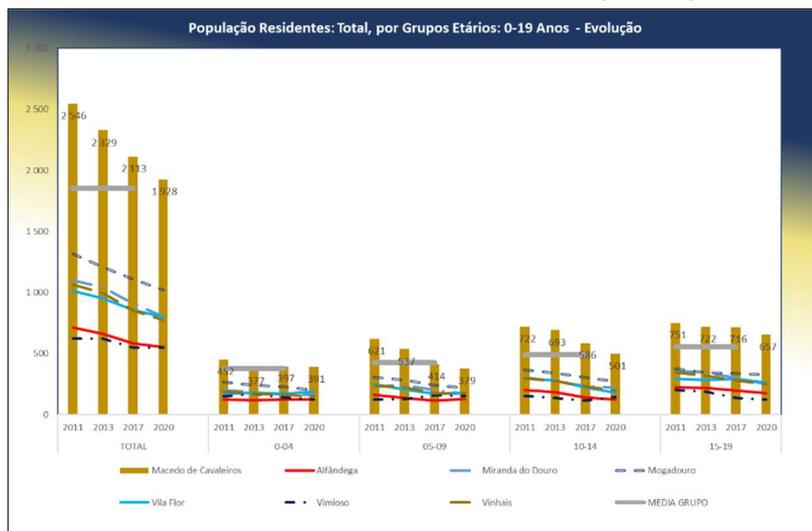


Gráfico 34: População Residente, dos 0 aos 19 II

populacionais situam-se ou acima da média ou na média do grupo. O mesmo não acontece no ano em análise de 2020. Este padrão não se regista no grupo etário dos 15-19, onde o concelho se situa acima dessa média. Analisando estes dados, perspetiva-se uma continuada perda populacional. Com efeito, o grupo “0-14”, aquele que alimenta a população, apesar de ter atingido uma certa estabilização, continua a perder elementos e, mais grave, o número dos seus elementos é muito inferior comparando-o com o número dos grupos seguintes.

Não obstante esta perda populacional, será importante perceber como se situa a população de Macedo de Cavaleiros quando comparada com a população das TTM. É precisamente isso que pretendemos fazer através da análise dos dados registados no gráfico seguinte.

4.1.1.3 Peso Populacional de Macedo de Cavaleiros no total da população das TTM

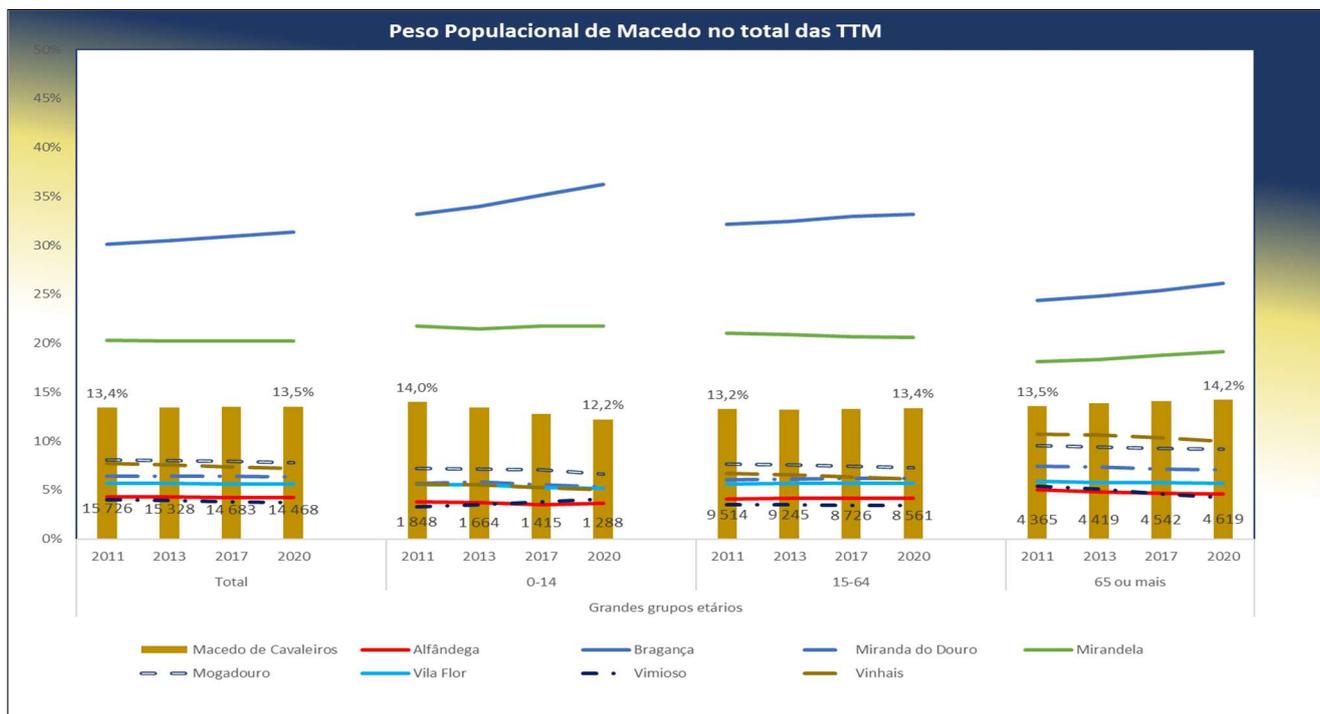


Gráfico 35: População Residente, peso sobre a população das TTM

Os dados apresentados no gráfico 35 registam que Macedo de Cavaleiros, ao nível da sua população total, representa cerca de 13,5% da população total das TTM. Percebe-se, ainda, que esse peso aumentou, embora pouco, desde 2011. Nota-se que o mesmo acontece nos restantes concelhos, à exceção de Bragança que regista um significativo aumento. À semelhança do grupo “Total” temos o dos “15-64” que apresenta um peso e uma evolução semelhantes. Excetua-se a percentagem dessa evolução uma vez que a mesma se situa nos 0,2%. Apesar de pouco significativo, regista-se um aumento desse peso. O mesmo não aconteceu nos restantes grupos. O dos “0-14” sofreu uma redução de 1,8%, situando-se em 2020 nos 12,2%. Em movimento inverso, registam-se os dados correspondentes ao grupo “65 ou mais” anos. Com efeito, neste grupo registou-se um aumento de peso nos 0,7%, passando de 13,5% para 14,2%.

Conclui-se, então, que o peso populacional desceu no grupo dos “0-14” anos e subiu nos restantes, sendo que sem grande significado nos grupos “Total” e “15-64”. Esta subida do peso populacional diz-nos, uma vez que sabemos que os residentes de Macedo de Cavaleiros reduziram, que a população das TTM reduziu em maior número. A subida de 0,7% no grupo “65 ou mais” é significativa, contribuindo significativamente para o envelhecimento da população.

Vejam, no seguimento, o comportamento dos grupos etários em análise no total da população residente de Macedo de Cavaleiros.

4.1.1.4 Peso populacional dos grupos etários no total da população de cada grupo

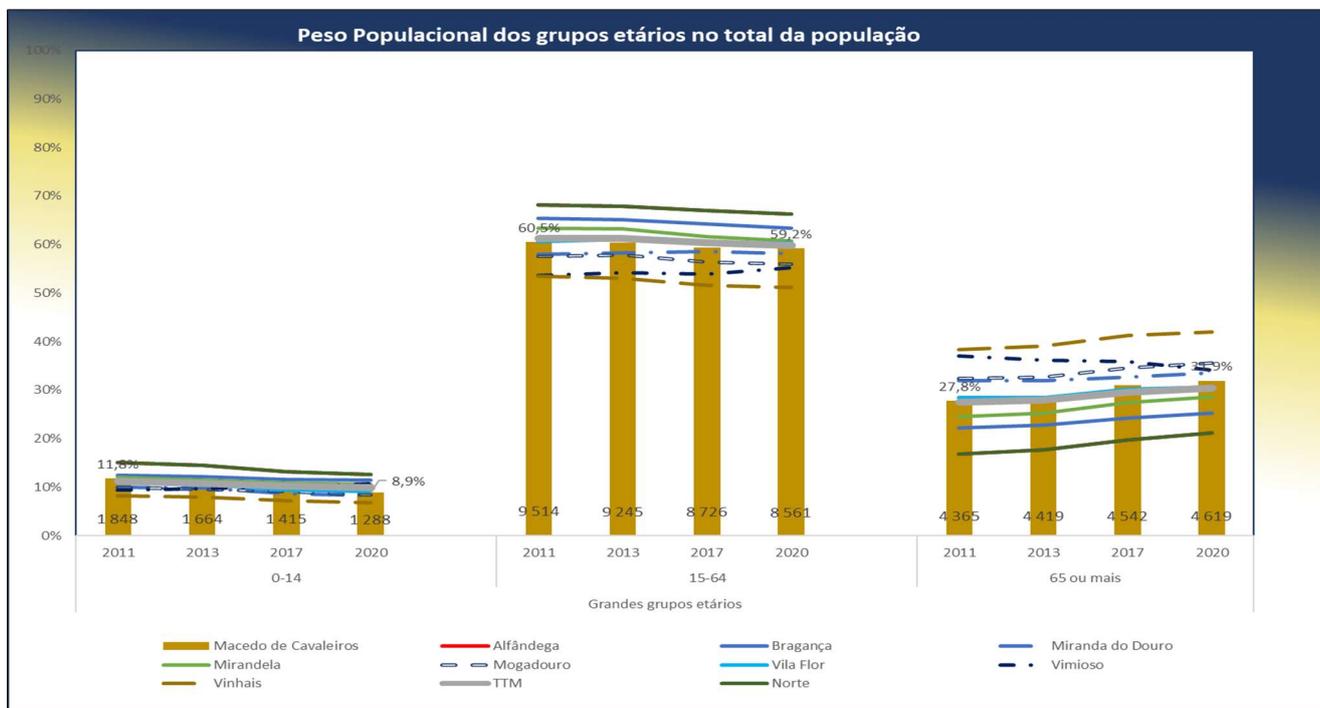


Gráfico 36: População Residente, peso dos grupos etários na população residente

Analisando, agora, o peso populacional dos grupos etários no total da população de Macedo de Cavaleiros, percebemos que o grupo populacional “0-14” teve uma queda significativa, 2,9%. Acompanha este grupo, na queda, o dos “15-64”, contudo, em menor percentagem, 1,3%. Ao contrário, o grupo “65 ou mais” teve um aumento de 4,1%. Se, em comparação com as **TTM**, Macedo de Cavaleiros está na média ou muito próximo dela, o mesmo já não acontece quando este aspeto se compara com a população do “Norte”. Com efeito, em todo o norte, o peso dos grupos “0-14” e “15-64” é percentualmente superior àquele registado nas **TTM**. O grupo “65 ou mais” é, contudo, aquele que mais se distancia nessas terras. O seu peso percentual é significativamente menor do que nas **TTM**. Isto quer dizer que no seu conjunto, a população do “Norte”, é menos envelhecida do que a das **TTM**. Devemos, contudo, sublinhar que a trajetória dos anos em análise apresenta o mesmo sentido da observada nas **TTM**.

Concluimos, então, que a população de Macedo de Cavaleiros perdeu jovens em número significativo e, também, pessoas em idade ativa. Por outro lado, ganhou significativamente pessoas com idades mais avançadas. Este indicador permite-nos inferir o envelhecimento da população. Analisemos seguidamente esse aspeto.

4.1.1.5 Índice de envelhecimento

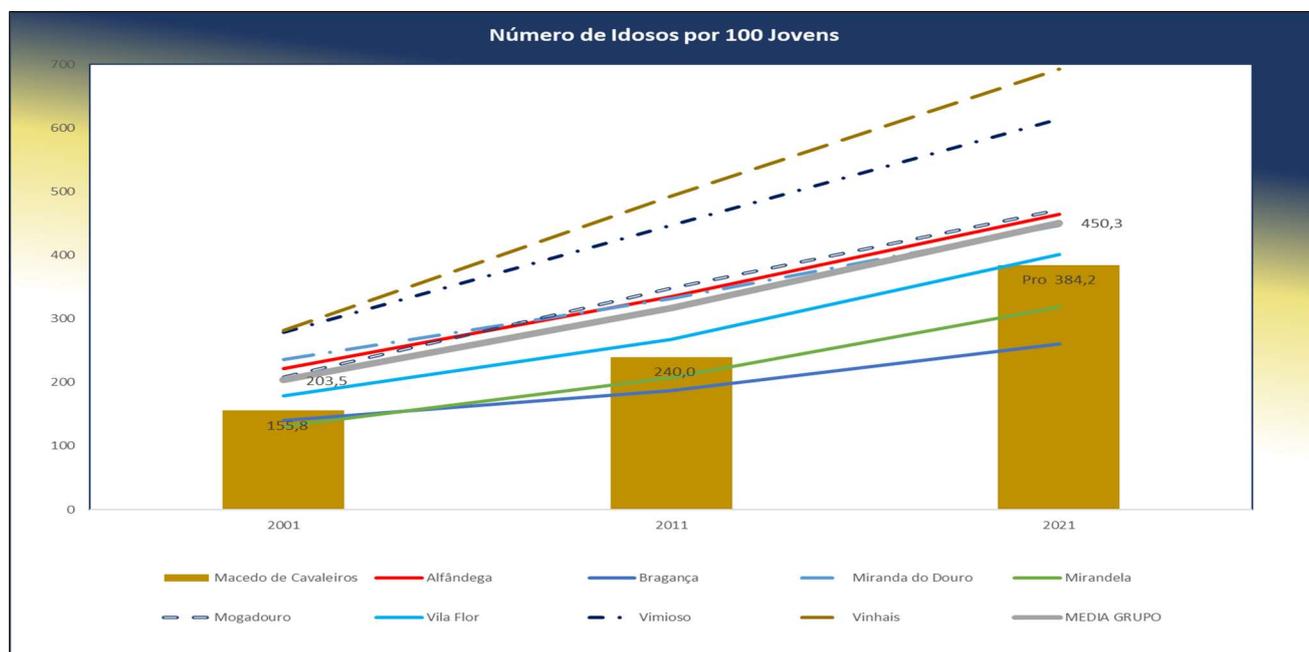


Gráfico 37: População Residente, envelhecimento

Os dados apresentados no gráfico acima mostram a evolução do número de idosos na população de Macedo de Cavaleiros ao longo de 20 anos: de 2001 a 2021. Percebe-se que o número de idosos por referência ao número de jovens mais do que duplicou, passando de 155,8 idosos por cada 100 jovens para 384,2. Conclui-se, assim que, como se vem demonstrando ao longo desta análise que estamos na presença de uma população bastante envelhecida. Poucos jovens e muitos idosos.

Deve, contudo, salientar-se que, apesar destes resultados pouco satisfatórios, a população de Macedo de Cavaleiros revela-se mais jovem do que a média da população das **TTM**. Melhor que Macedo de Cavaleiros, apenas Bragança e Mirandela. Os restantes concelhos estão a larga distância. Se, como vimos, a população macedense apresenta um défice relativamente à do “**Norte**”, podemos dizer que no conjunto do seu grupo, **TTM**, está muito acima da média. Deve, porém, assinalar-se que a população de Macedo de Cavaleiros tem vindo a distanciar-se, no aspeto em análise, dos dois concelhos melhor colocados: Bragança e Mirandela. Com efeito, se em 2001 a variável em análise tinha um número muito próximo nos três concelhos, em 2021, a situação agravou-se. A distância numérica aumentou consideravelmente.

Podemos, assim, concluir que a população de Macedo de Cavaleiros apresenta um grau significativo de envelhecimento. Mais, este grau de envelhecimento agravou-se desde 2011 distanciando-se dos dois concelhos que a acompanhavam de perto.

Passemos à análise de um outro importante aspeto da população macedense: os migrantes.

4.1.1.6 Estrangeira:

a) Total e por sexo

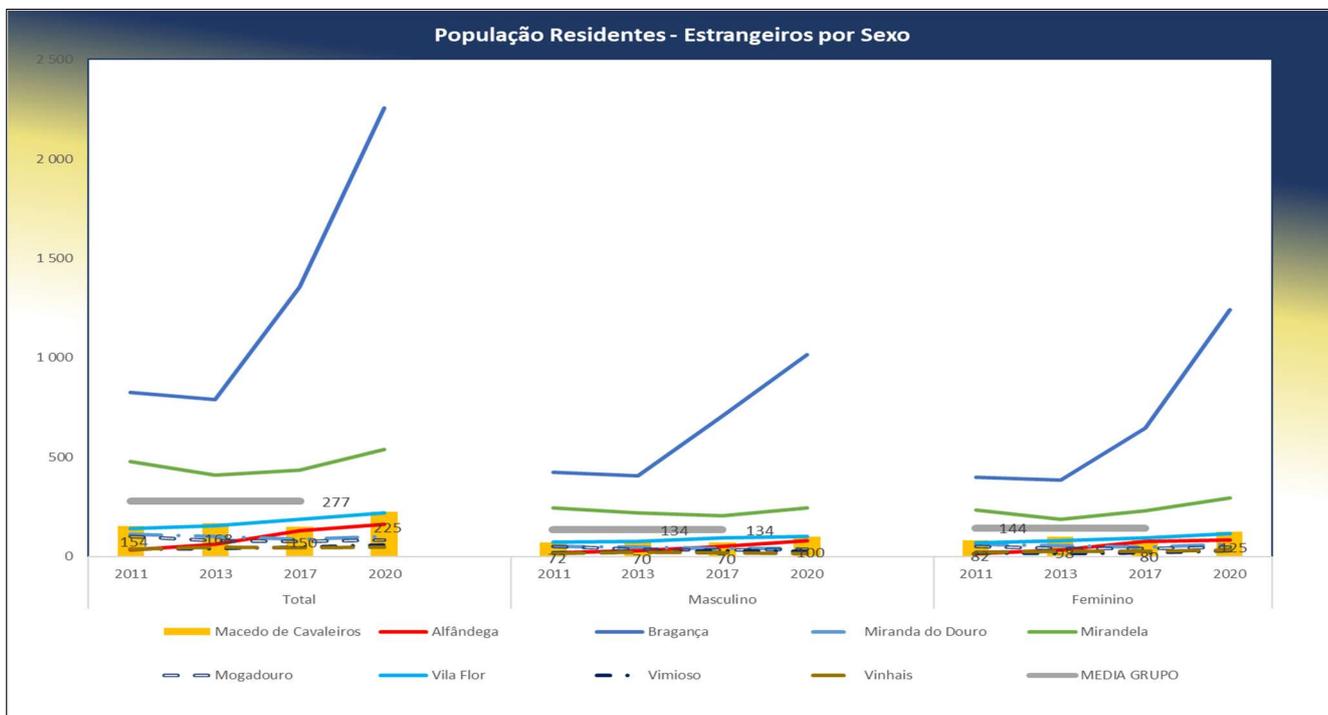


Gráfico 38: População Residente, estrangeiros, sexo

Da observação dos dados ressalta que no grupo “**Total**” há um aumento da população estrangeira residente, no ano de 2020. Comparativamente aos concelhos do grupo, Macedo de Cavaleiros está abaixo da média do grupo, que é muito influenciada pelo número de estrangeiros em Bragança e Mirandela.



Gráfico 39: População Residente, estrangeiros, sexo II

Observando ao pormenor, regista-se o significativo aumento de estrangeiros no ano de 2020. Quando se divide a população total de estrangeiros, por sexos, observa-se que o número da população feminina é superior em todos os anos em análise, culminando numa diferença de 25% no ano de 2020. As curvas

evolutivas são semelhantes nos concelhos de Alfândega e Vila Flor.

Pode, assim, concluir-se que existe uma comunidade significativa de estrangeiros na população de Macedo de Cavaleiros e que essa população é maioritariamente feminina. Será, então, importante percebermos as nacionalidades dessa população. Esse será o objeto dos gráficos seguintes.

a) Por nacionalidade – Europa

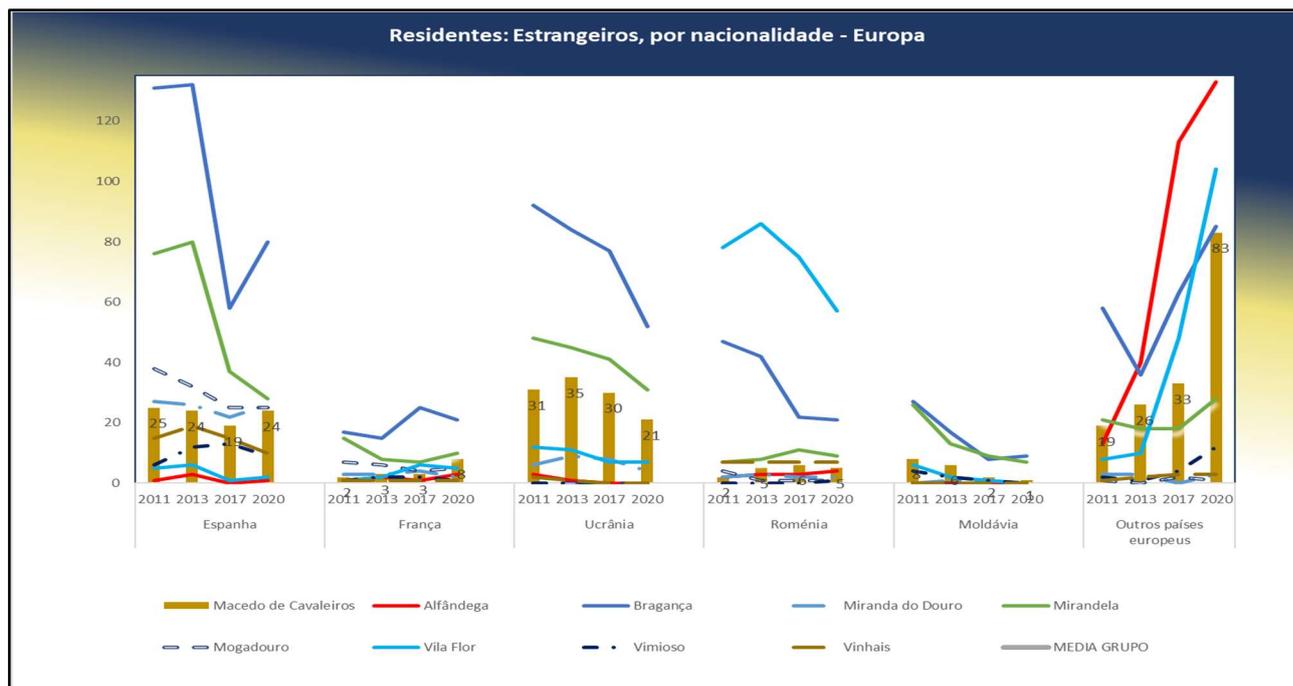


Gráfico 40: População Residente, estrangeiros, nacionalidade, europa

Os dados registados no gráfico acima revelam existir comunidades significativas de espanhóis e ucranianos na população residente de Macedo de Cavaleiros.

Constata-se que a comunidade ucraniana reduziu, com alguma significância para 2020, ao passo que a espanhola se manteve nos níveis de 2011. Regista-se um aumento significativo de emigrantes de outros países europeus. Neste grupo devemos incluir a comunidade búlgara que chegou a Macedo de Cavaleiros no ano de 2020. Apesar de já existir essa nacionalidade, o boom aconteceu nesse ano.

b) Por nacionalidade – fora da europa

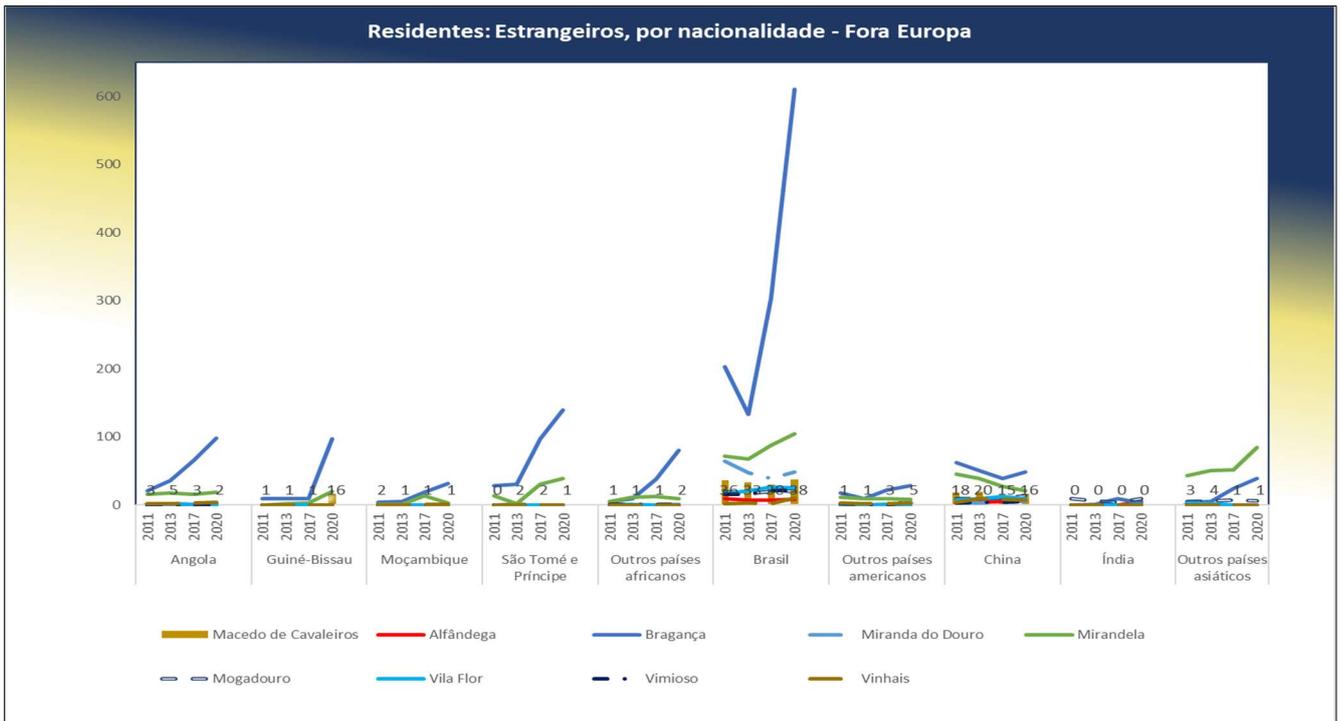


Gráfico 41: População Residente, estrangeiros, nacionalidade, fora europa

Os dados apresentados revelam que a comunidade brasileira é significativa nesta variável e tem mesmo vindo a aumentar. Outra comunidade que fez a sua aparição em 2020 foi a guineense.

Podemos, assim, concluir que de acordo com estes dados estatísticos o concelho regista alguma heterogeneidade de população estrangeira, apresentando nacionalidades europeias e não europeias; o número de cidadãos estrangeiros que residem neste concelho

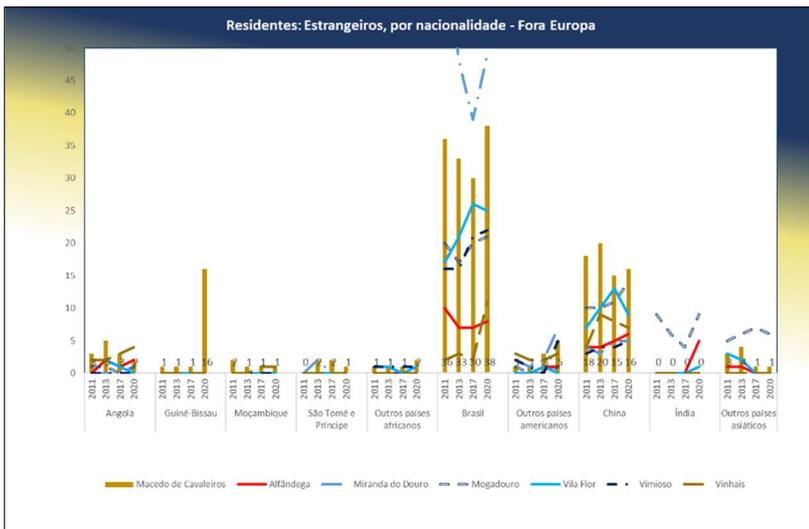


Gráfico 42: População Residente, estrangeiros, nacionalidade, fora europa II

tem vindo a aumentar desde 2011. Relativamente à nacionalidade da população estrangeira residente, é notória a brasileira quando considerados países fora da Europa. Dentro dos países europeus, o concelho regista um número significativo de residentes espanhóis, ucranianos e de outros países da europa, onde se enquadra, provavelmente, a comunidade búlgara que tem vindo a aumentar no concelho.

Passemos, depois desta análise populacional no conjunto dos habitantes, para a tentativa de definição das características inerentes aos núcleos familiares dessa população.

4.1.1.7 Famílias clássicas segundo os censos: total, geral e por número de indivíduos.

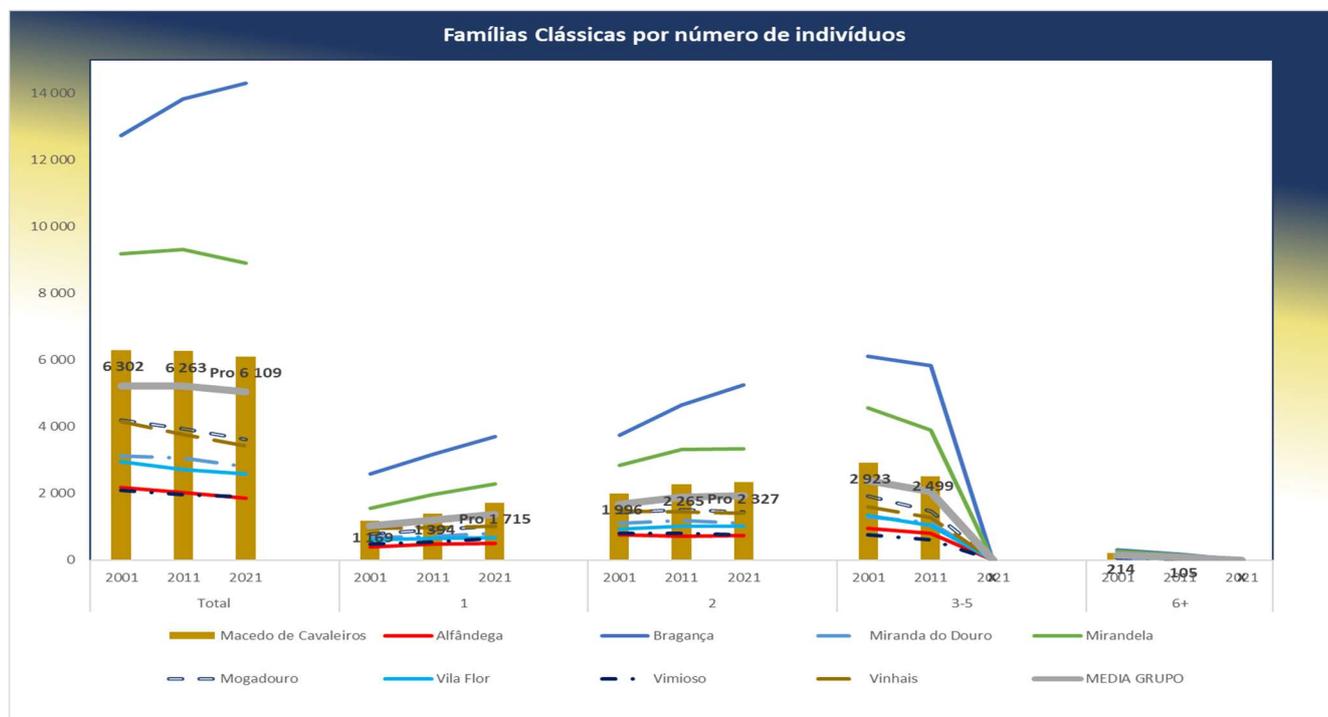


Gráfico 43: População Residente, famílias clássicas

Os dados fornecidos pelo gráfico demonstram uma redução do número de famílias nos últimos 20 anos em cerca de 200. No respeitante ao número de dependentes, regista-se um aumento das famílias com 1 ou 2, e uma diminuição das famílias com 3 a 5 dependentes. Esta redução aconteceu também nas famílias com 6 ou mais elementos. Este é mais um facto que concorre para o envelhecimento populacional. Em contrapartida, as famílias poderão ter uma atenção mais efetiva relativamente aos seus dependentes, na medida em que o seu número é cada vez menor.

Dentro deste assunto, será pertinente abordarmos o tema das famílias monoparentais por serem estruturas sociais, muitas vezes, necessitadas de apoios comunitários.

4.1.1.8 Número de famílias monoparentais

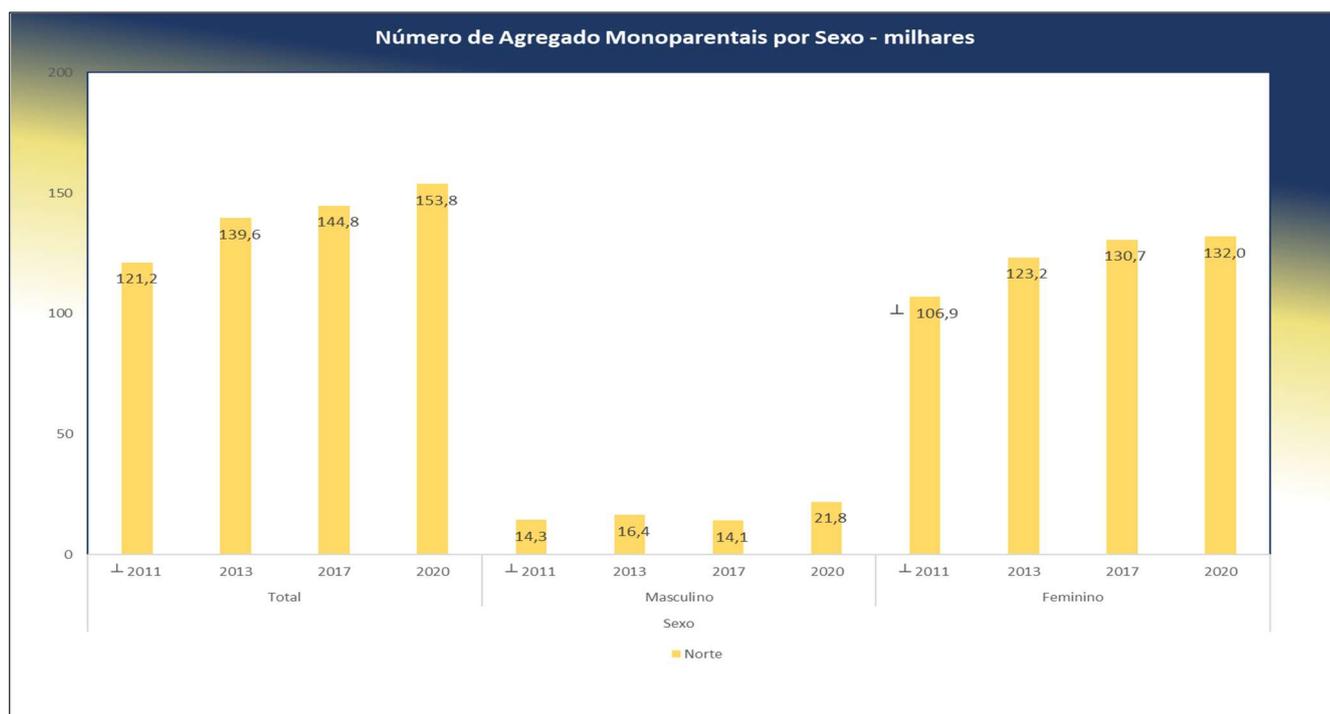


Gráfico 44: População Residente, famílias monoparentais

Primeiramente deve referir-se que os dados apresentados dizem respeito à NUT II, Norte, uma vez que não foi possível o seu acesso desmembrado por concelhos. Feita esta ressalva, registamos que os dados constantes no gráfico desta variável indicam um aumento considerável das famílias monoparentais, nos últimos 20 anos, se considerarmos o seu total. Desmembradas por sexo, percebemos que a esmagadora maioria de famílias monoparentais são constituídas pelo elemento do sexo feminino e também se regista um aumento gradual nos últimos 20 anos, apesar da sua evolução a partir de 2017 ter diminuído drasticamente. No lado oposto temos as famílias constituídas pelo elemento do sexo masculino, que registam números abismalmente inferiores. De salientar, contudo, que se regista um aumento significativo destas famílias para 2020.

Assim, conclui-se que, na NUT II, Norte, teve um crescimento de famílias monoparentais na ordem dos 24%, na sua globalidade, desde 2011. No desmembramento por sexos observamos que as constituídas por elementos do sexo masculino tiveram um aumento de 36% e aquelas constituídas por elementos do sexo feminino um aumento de 19%.

Acreditamos que este padrão não estará longe do registado em Macedo de Cavaleiros. Com efeito acreditamos no aumento do número de famílias monoparentais e que estas serão essencialmente constituídas por elementos do sexo feminino. Não temos ideia quanto ao número de famílias monoparentais constituídas por elementos do sexo masculino. Para esta crença concorrem os dados dos divórcios registados no gráfico abaixo.

4.1.1.9 Número de divórcios

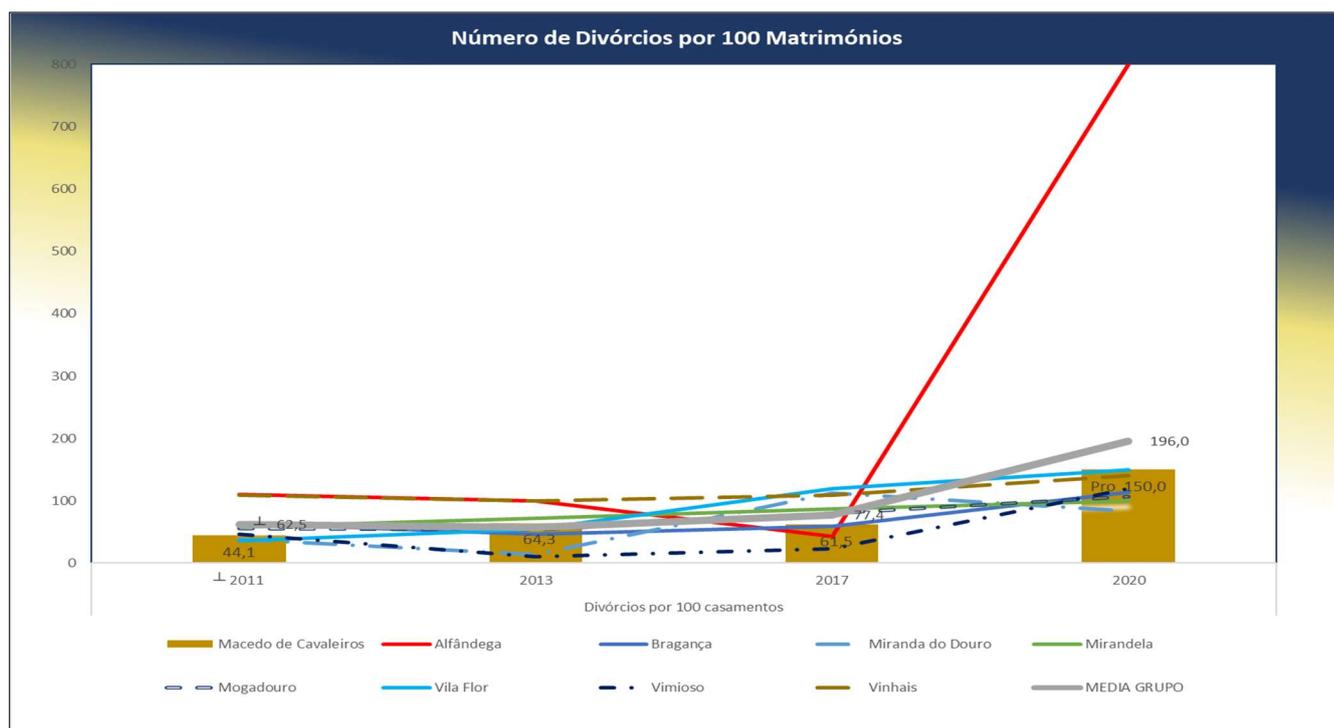


Gráfico 45: População Residente, divórcios

Os dados apresentados revelam um aumento significativo dos divórcios de 2011 para 2020, na ordem dos 70%. Com efeito, em 2011 tínhamos cerca de 44 divórcios para cada 100 casamentos e em 2020 temos 150. Isto quer dizer que em 2020 houve mais 50% de divórcios relativamente ao número de casamentos.

Se bem que não podemos inferir diretamente que um divórcio origina uma família monoparental, a verdade é que estes valores deixam antever um crescimento acentuado das famílias monoparentais no concelho.

Finalizamos este ponto, sistematizemos as conclusões essenciais:

Pontos fortes

- Na generalidade das variáveis em análise, a população de macedo de cavaleiros situa-se acima ou na média das TTM;
- A perda de população no grupo etário de "0-4" é pouco significativa nos últimos nove anos;
- A população de Macedo de Cavaleiros apresenta um peso significativo relativamente à população das TTM;

Pontos fortes

- Diminuição da população jovem e da população ativa;
- Aumento significativo da população sénior;
- Diminuição da população no grupo dos “0-4”;
- O peso populacional do grupo 0-14 em Macedo de Cavaleiros apresenta uma diminuição significativa para 2020 em relação à população das TTM;
- O peso populacional do grupo “65 ou mais” em Macedo de Cavaleiros apresenta um aumento significativo para 2020 em relação à população das TTM;
- No conjunto da população de Macedo de Cavaleiros, os grupos “0-14” e dos “15-64” diminuiu o seu peso para 2020;
- No conjunto da população de Macedo de Cavaleiros, o grupo “65 ou mais” aumentou o seu peso para 2020;
- A população de Macedo de Cavaleiros apresenta um elevado índice de envelhecimento;

Outros indicadores

- A população estrangeira, que tem vindo a aumentar desde 2011 e é constituída maioritariamente por pessoas do sexo feminino
- As comunidades estrangeiras mais significativas são a espanhola, a ucraniana, a brasileira e, porventura, a búlgara;
- O número de dependentes, por família clássica tem vindo a diminuir;
- A população estrangeira aumentou para 2020
- O número de famílias monoparentais tem vindo a aumentar;
- O número de divórcios aumentou drasticamente.

4.2 A situação das crianças/jovens em confronto com o direito à sobrevivência

Para a análise da concretização deste direito concorrem as capacidades financeiras das famílias na medida em que estão subjacentes ao mesmo não só a satisfação das necessidades biológicas indispensáveis ao crescimento e desenvolvimento das crianças, como também o direito à saúde e à habitação.

Para tentarmos perceber, então, o grau de cumprimento deste direito relativamente às crianças e jovens de Macedo de Cavaleiros tentaremos, primeiramente, perceber as condições económicas das famílias macedenses. Para isso, tentaremos conhecer o valor do salário médio dos trabalhadores por conta de outrem e o poder de compra per capita”. Tentaremos conhecer o número de pessoas inscritas no Serviço de Emprego de Macedo de Cavaleiros; a respetiva percentagem sobre a população ativa; a percentagem de inscritos beneficiários de subsídio de desemprego; de subsídio social de desemprego e de rendimento social de inserção. Finalizamos a apresentação dos dados quantitativos pela análise dos beneficiários do abono de família.

O direito à saúde e à habitação serão analisados recorrendo aos resultados da aplicação dos questionários descritos na metodologia.

Iniciemos, então, pela apresentação dos valores médios das remunerações.

4.2.1 Ganho médio mensal dos/as trabalhadores/as por conta de outrem

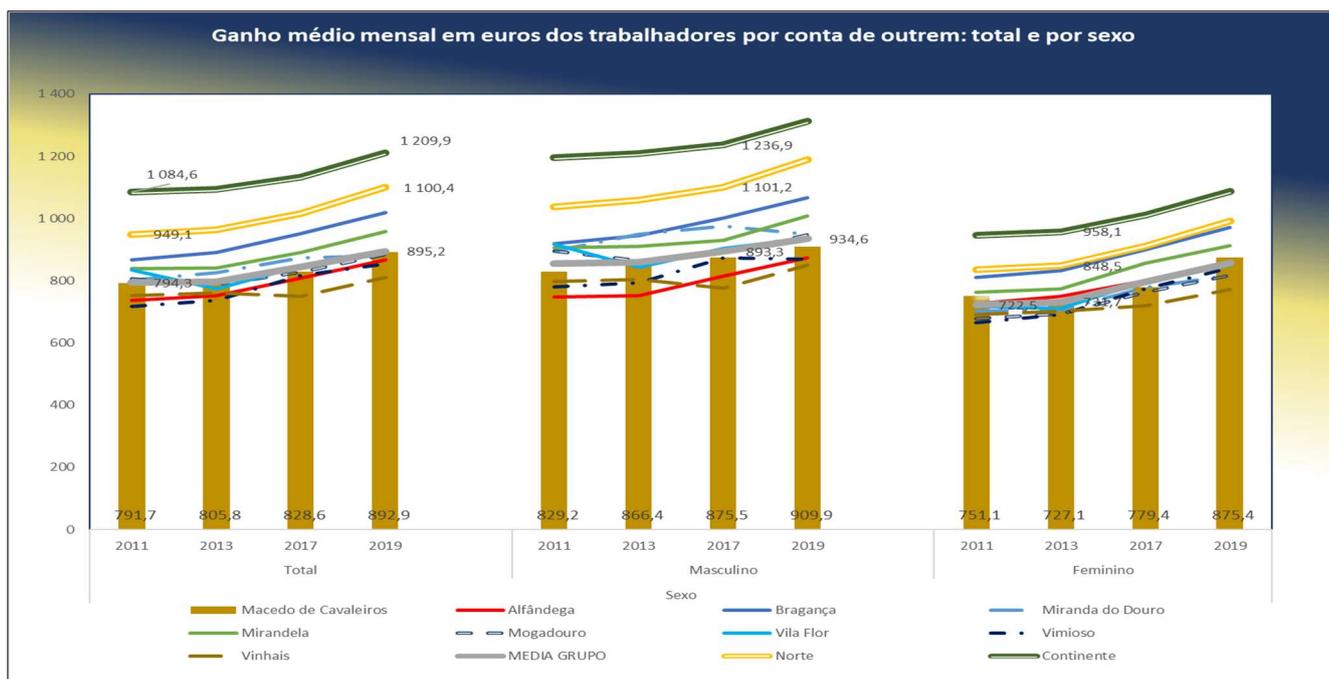


Gráfico 46: Direito Sobrevivência, ganho médio mensal

Os dados acima revelam que houve uma melhoria das remunerações, de 2011 para 2019, na ordem dos 11% para os trabalhadores do concelho. Desmembrando esse total em sexos registamos que as remunerações dos homens aumentaram cerca de 9% e as das mulheres cerca de 14%. Este significativo aumento das remunerações do sexo feminino veio a esbater a diferença ainda existente entre os dois sexos. Não obstante este aumento, em 2019 as mulheres ganhavam menos 78 € que os homens, o que perfaz uma diferença de cerca de 8%. Regista-se, ainda, que as remunerações em Macedo de Cavaleiros estão na média das praticadas nas **TTM**. Registe-se, ainda, o comportamento das remunerações dos homens no concelho de Miranda do Douro. Estas estavam em linha com as registadas para o concelho de Bragança até 2017, tendo invertido essa tendência para 2019. O mesmo não acontece relativamente às mulheres. Observa-se, ainda, que as remunerações praticadas nas **TTM** estão muito distantes daquelas praticadas na NUT II “**Norte**” e ainda mais na NUT I “**Continente**”.

Pode assim concluir-se que o nível de remunerações tem vindo a aumentar de forma gradual; que as remunerações em Macedo de Cavaleiros estão na média das praticadas nas **TTM**; que o sexo feminino teve um aumento significativo nas suas remunerações o que permitiu reduzir a diferença, ainda existente, para as remunerações do sexo masculino; que as remunerações praticadas em Macedo de Cavaleiros estão distantes daquelas praticadas no “**Norte**” e mais ainda das praticadas no “**Continente**”.

Tendo em conta esta ordem de ideias, vejamos como se comporta o poder de compra.

4.2.2 Poder de compra

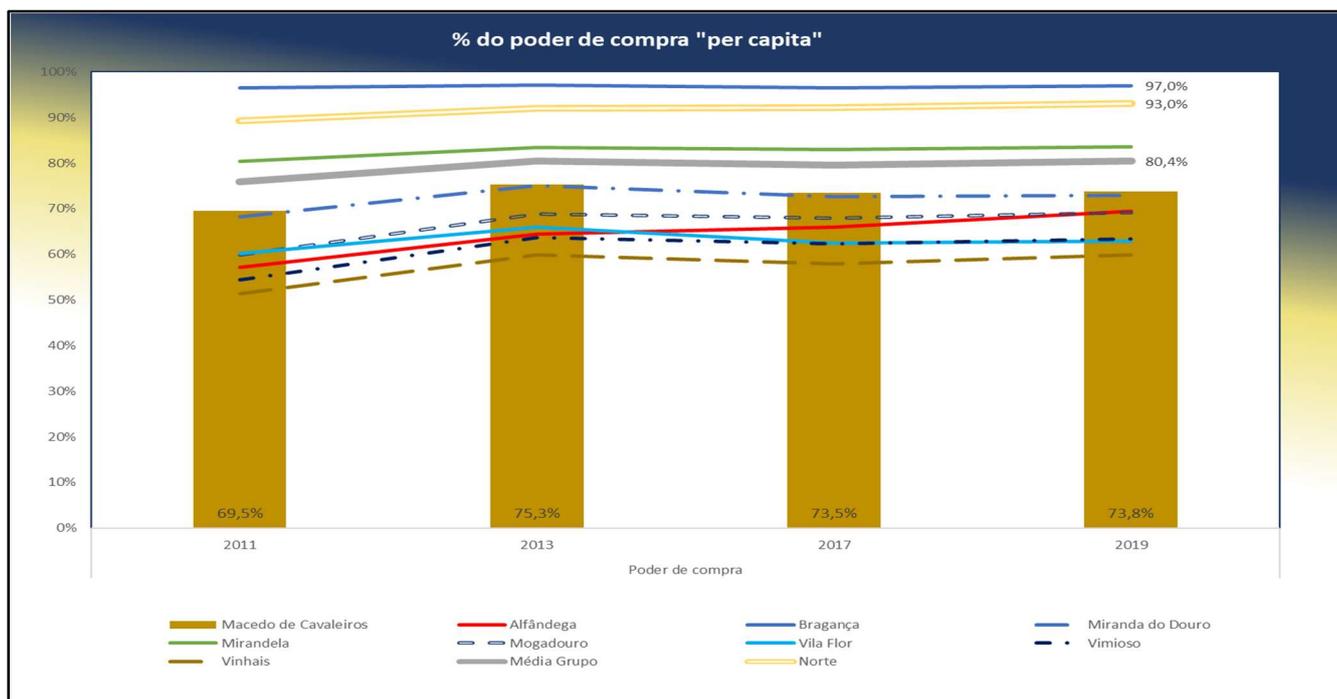


Gráfico 47: Direito Sobrevivência, poder de compra

Ao nível da variável em análise regista-se que o poder de compra dos macedenses aumentou desde 2011, quando se situava no 69,5%, para 2019, situando-se nos 73,8%. Regista-se que em 2013 atingiu o valor mais elevado, 75,3%, dos anos em análise. No respeitante às **TTM** Macedo situa-se abaixo, cerca de 7%. Esta diferença aumenta quando comparamos Macedo de Cavaleiros com Mirandela ou Bragança. Esta última é mesmo aquela que apresenta a percentagem mais alta do poder de compra, 97% em 2019, mesmo mais elevada do que a registada para a NUT II "**Norte**" que se situa nos 93%, em 2019.

Concluimos, assim que ao nível do poder de compra, a população de Macedo de Cavaleiros apresenta um défice significativo, quando comparada com a das cidades das **TTM**, sobretudo Bragança, já que se situa a cerca de 23 pontos percentuais a baixo dessa. Por outro lado, o poder de compra da população macedense está bem acima da do Concelho de Vinhais. Se quiséssemos definir uma posição nesta classificação diríamos que Macedo de Cavaleiros aparece em terceiro lugar, empatado com a população do Concelho de Miranda do Douro. Embora esta posição de Macedo de Cavaleiros seja recorrente no conjunto das **TTM**, a verdade é que a distância para as duas cidades "concorrentes" não é tão grande como aqui.

Vejamos, então, seguidamente se esta distância se mantém ao nível dos inscritos nos Serviços de Emprego.

4.2.3 Pessoas inscritas nos Centros de Emprego

4.2.3.1 Desempregados Inscritos: Total e por grupo Etário

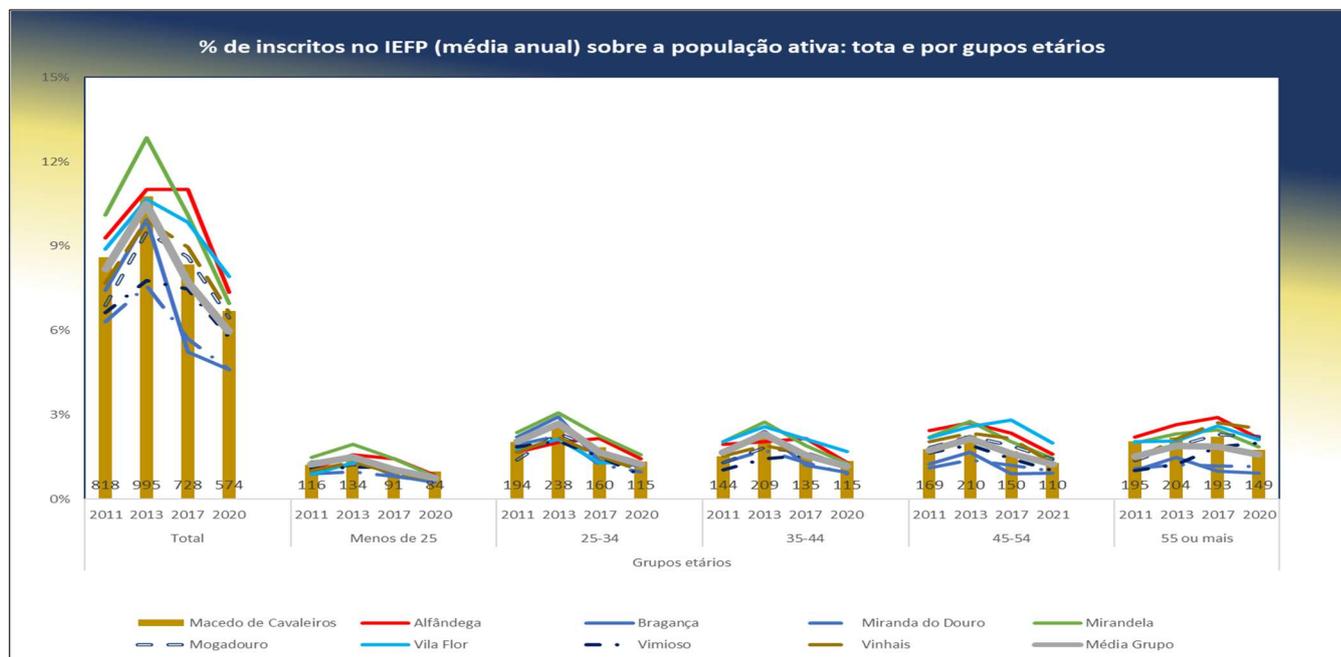


Gráfico 48: Direito Sobrevivência, inscritos nos centros de emprego

No que respeita à variável representada, verifica-se um decréscimo do número total de inscritos nos Serviços de Emprego (**SE**), em todos os concelhos em análise, desde 2013. O concelho de Macedo de Cavaleiros regista, inclusivamente, em qualquer ano de análise, valores ligeiramente acima da média do grupo. Regista-se que a redução de inscritos nos **SE** de 2011 para 2020 cifrou-se na ordem dos 30%, mas se considerarmos o ano de 2013 esse número atinge os 43%. A redução de inscritos foi, pois, significativa, o que nos leva a perspetivar um aumento do emprego e por consequência um aumento do poder de compra das famílias.

Quanto à variável considerada por grupos etários, regista-se que os superiores aos 25 anos revelam um certo equilíbrio no número de desempregados, tendo atingido em todos mais de 200, no ano de 2013, que é o de maior incidência. No entanto, a tendência decrescente desde 2011 acompanha todos os grupos etários e todos os concelhos, sendo que essa descida é mais acentuada se tivermos em linha de conta o ano de 2013. O grupo que atingiu um maior número de desempregados foi o dos “**25-34**”, seguido do dos “**45-54**”. O grupo dos “**55 ou mais**” é o que apresenta maior equilíbrio ao longo dos anos. De 2011 a 2017 a alteração de inscritos foi pouco significativa, tendo havido uma redução para 2020. Mas,

apesar desta, é o grupo que no último ano em análise, apresenta maior número de inscritos, 149.

No extremo oposto, literalmente, situa-se o grupo dos “**Menos de 25**” que é aquele com menos inscritos em todos os anos da análise. No entanto, o padrão que encontramos na maioria dos outros, também aqui se encontra. De referir, ainda que, a taxa de desemprego rondava os 9% para subir para cerca dos 11% em 2013 e descer para a ordem dos 7% em 2020, situando-se, assim muito próxima da média nacional, que, no ano rondou os 6,6%

Isto dito, podemos concluir que em todos os grupos etários houve uma redução significativa de inscritos e que os dois grupos limites são os que apresentam menos e mais inscritos. Mais inscritos, o grupo dos “**55 ou mais**” o que pode confirmar a dificuldade de inserção na vida profissional destas pessoas e menos inscritos, o grupo dos “**Menos de 25**”. Este dado acaba por ser surpreendente, na medida em que este grupo etário é, normalmente, bastante numeroso. A taxa de desemprego ronda a taxa nacional.

Portanto, a disparidade encontrada ao nível do poder de compra não se faz sentir ao nível do desemprego, global, vejamos se acontece o mesmo quando analisarmos a variável por sexo.

4.2.3.2 Desempregados Inscritos: por Sexo

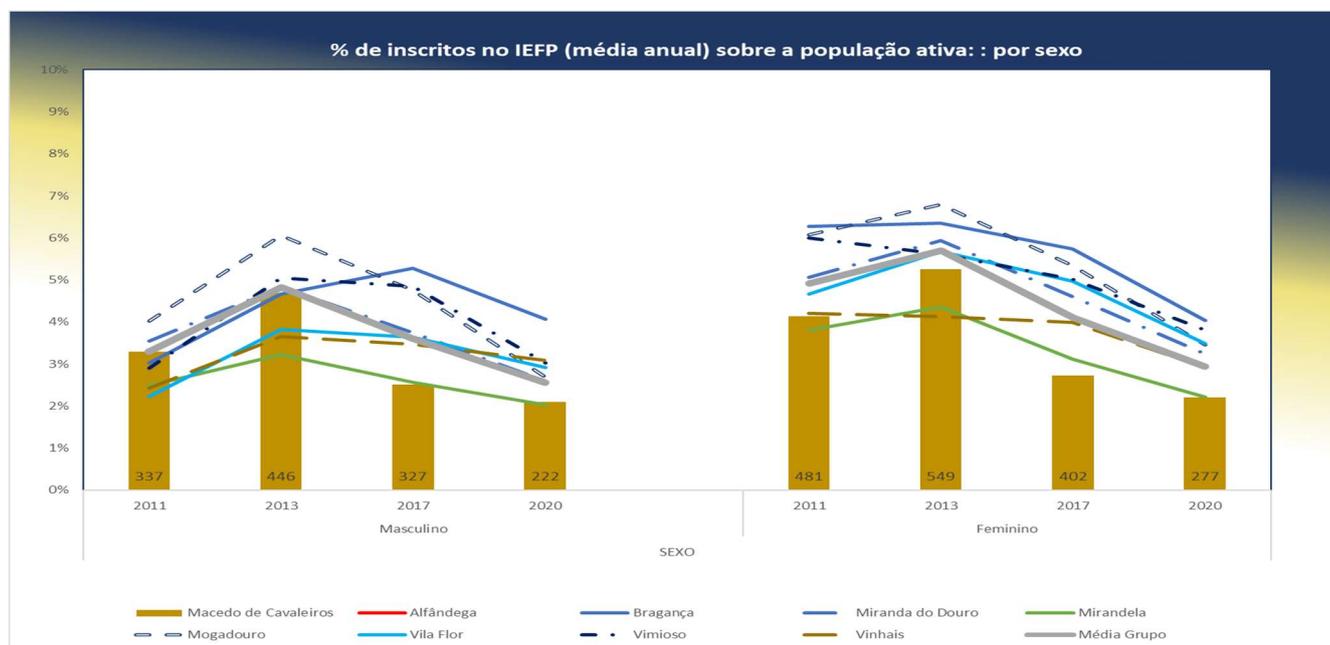


Gráfico 49: Direito Sobrevivência, inscritos nos centros de emprego por sexo

Quanto à variável em análise, verifica-se que o sexo feminino é o que regista um número maior de inscritos em todos os anos em análise. Uma vez mais, em ambos os sexos, a tendência é decrescente desde 2013.

Os dados evidenciam, ainda, que, no concelho de Macedo de Cavaleiros, o número de inscritos, do sexo masculino, entre 2017 e 2021 regista um valor significativamente abaixo da média do grupo, o mesmo acontecendo no sexo feminino, mas em todos os anos em análise.

Concluimos que nos últimos 10 anos houve mais mulheres do que homens, inscritas no Serviço de Emprego de Macedo de Cavaleiros (**SEMC**).

Neste âmbito será importante conhecermos a percentagem de inscritos no **SEMC** beneficiários do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego. Será esse o objeto dos dois gráficos seguintes.

4.2.3.3 Desempregados Inscritos: % de beneficiários do subsídio de desemprego

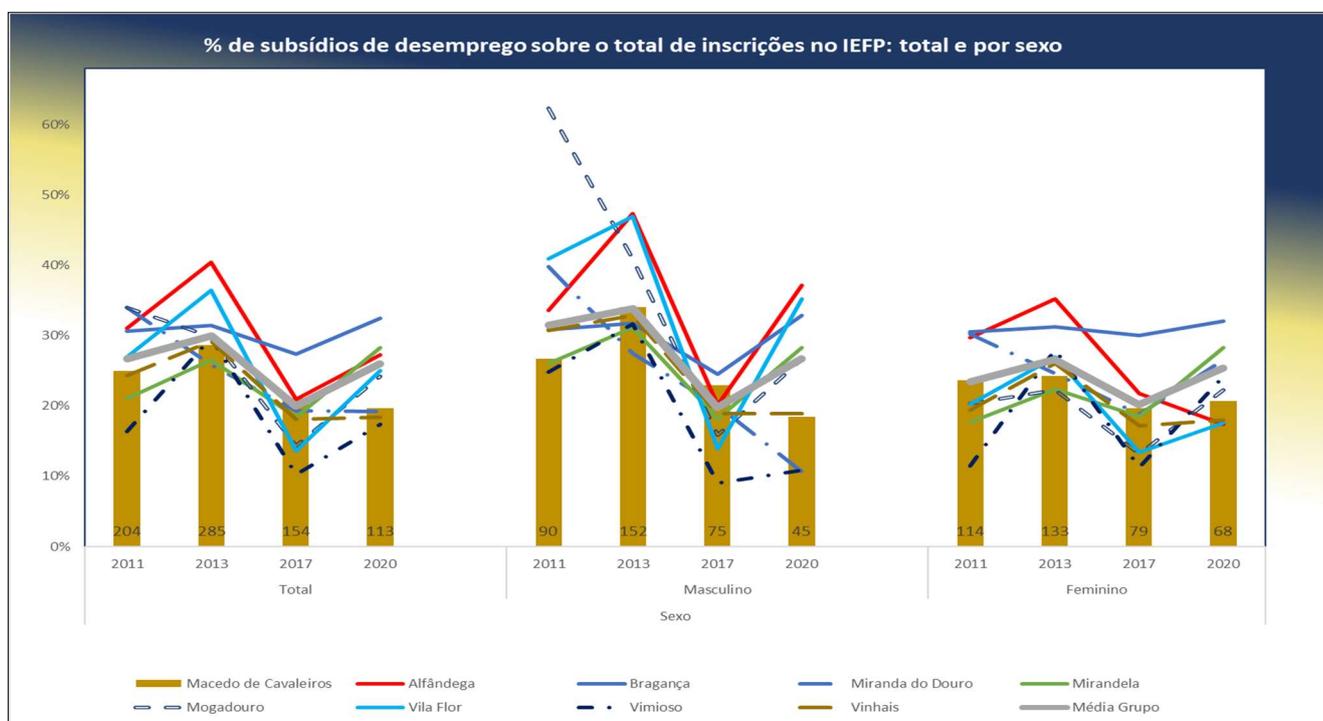


Gráfico 50: Direito Sobrevivência, subsídio de desemprego

De acordo com os dados do gráfico 50, no que concerne aos beneficiários de subsídio de desemprego, mantém-se a tendência decrescente desde 2013 na totalidade dos beneficiários, sendo que no ano de 2020 o decréscimo situa-se mesmo abaixo da média do grupo, como já tinha acontecido em 2011. Saliente-se que o ano de 2020 aparece em contraciclo com a média do grupo. Na maior parte dos concelhos das **TTM**, nesse ano, os subsídios de desemprego aumentaram. Realce-se que no ano de 2013 a percentagem de subsidiados sobre os inscritos foi apenas de cerca de 28%. Em 2020 essa percentagem cai para cerca de 20%. Assim, 80% dos desempregados não tem apoio no desemprego.

De acordo com os géneros, percebe-se que apenas no ano de 2020 as mulheres ultrapassaram significativamente os homens em número, mas também em percentagem. Nos restantes anos, a percentagem de mulheres a receber subsídio de desemprego, cerca de 20%, foi sempre inferior à dos homens. Assim, 80% das mulheres desempregadas não tem apoio no desemprego. Este facto, conjugado com aquele em que os agregados monoparentais são maioritariamente femininos, deixa, antever algumas dificuldades económicas em alguns agregados familiares.

4.2.3.4 Desempregados Inscritos: % de beneficiários do subsídio social de desemprego

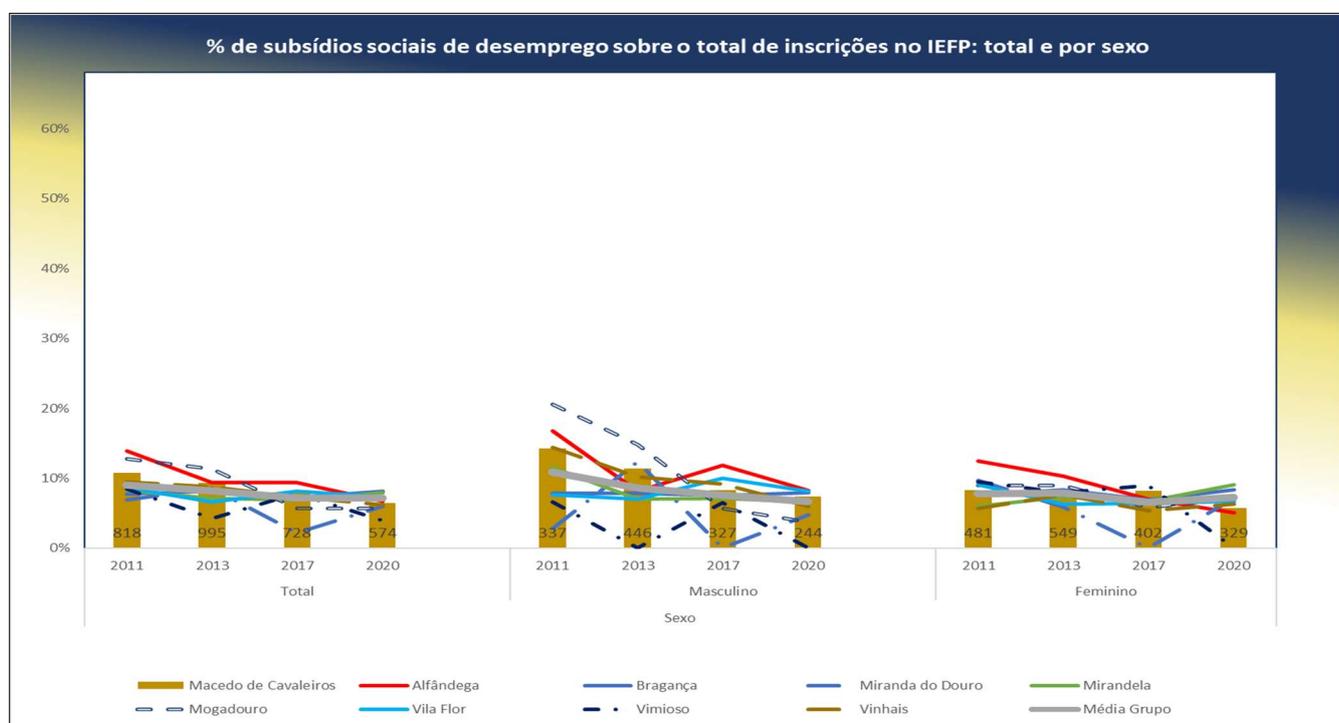


Gráfico 51: Direito Sobrevivência, subsídio social de desemprego

A mesma tendência decrescente é verificável nos beneficiários de subsídio social de desemprego, nos anos em análise e no concelho de Macedo de Cavaleiros quer no sexo masculino quer no feminino, exceção feita ao ano de 2013 em que o sexo feminino regista uma muito ténue subida.

Comparativamente com os concelhos do grupo e considerando a média total do grupo, Macedo de Cavaleiros regista um número ligeiramente acima da média, tendência que se inverte apenas no último ano em análise. Considerando os beneficiários por sexo o número de subsídios sociais regista valores acima da média do grupo no sexo masculino. Já no sexo feminino, só o ano de 2017 regista um número acima da média.

Também, neste caso, o sexo feminino é o que, em percentagem, menos subsidiados tem. Com efeito, as percentagens rondam os 8%, terminando perto dos 6%. Juntando a esta percentagem aquela do subsídio de desemprego temos cerca de 26% das mulheres a receberem alguma proteção no desemprego, mas 74% delas não a recebem.

Ainda sobre prestações sociais será importante conhecer a percentagem de beneficiários de Rendimento Social de Inserção (**RSI**) objeto dos dois gráficos que se seguem

4.2.4 Beneficiários de RSI: % de beneficiários sobre total população

4.2.4.1 Totais e por grupo etário

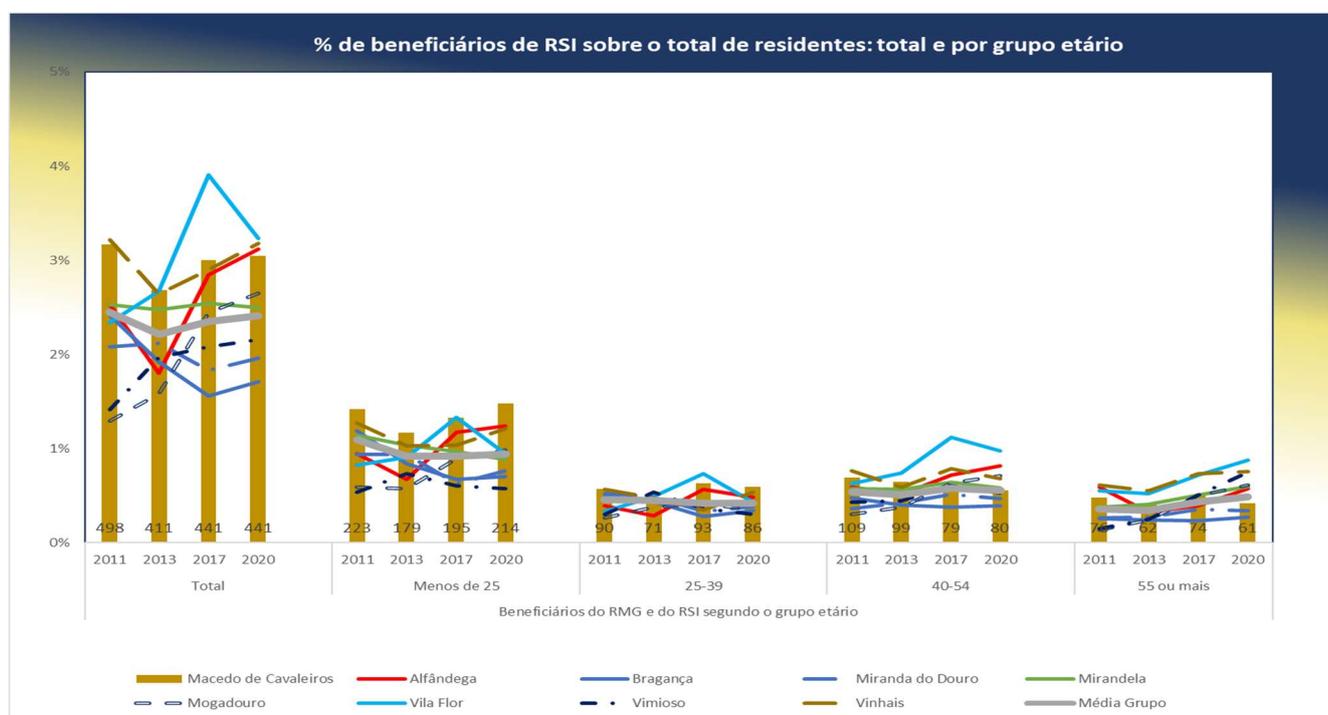


Gráfico 52: Direito Sobrevivência, rsi grupos etários

Ao contrário das variáveis anteriores referentes às situações de desemprego, no que respeita ao RSI, a tendência é para uma certa estabilidade no número de beneficiários nos anos em análise, se tivermos em linha de conta a totalidade dos mesmos. Particularmente, o grupo “**Menores de 25**” apresenta uma curva ascendente desde 2013, ano em que, neste grupo, no “**25-39**” e no “**55 ou mais**”, atingiu o valor mais baixo de beneficiários. O grupo “**Menos de 25**” é o mais numeroso, tendo chegado a cerca de 1,5% da população residente. Nos restantes grupos, o número de beneficiários ronda os 0,5% da população, sendo que o total de beneficiários anda na ordem dos 3%. Saliente-se que em todos os grupos da variável houve um ou mais anos que ultrapassou a média das **TTM**. Nesta situação salientam-se,

sobretudo o grupo “**Total**” que está cerca de 0,5% acima da média e o grupo “Menos de 25” onde todos os anos estão acima da média e apresentando uma tendência de subida desde 2013, ao contrário da média das **TTM**. Refira-se, por último, que não há um padrão uniforme no grupo que compõem as **TTM**. O padrão de Macedo de Cavaleiros é acompanhado muito de perto pelo de Vinhais, mas distancia-se do de Bragança, Mirandela e Vimioso. Importa referir que no grupo dos mais jovens, estão incluídas as crianças pertencentes aos agregados das famílias beneficiárias.

Nos grupos etários acima dos 39 anos, a curva apresenta uma inclinação descendente, em particular no grupo acima dos 55 anos.

Dentro destas variáveis em análise, o concelho de Macedo de Cavaleiros apresenta um número de beneficiários acima da média do grupo, ainda que da totalidade dos mesmos, o concelho representa apenas 3%.

4.2.4.2 Por sexo

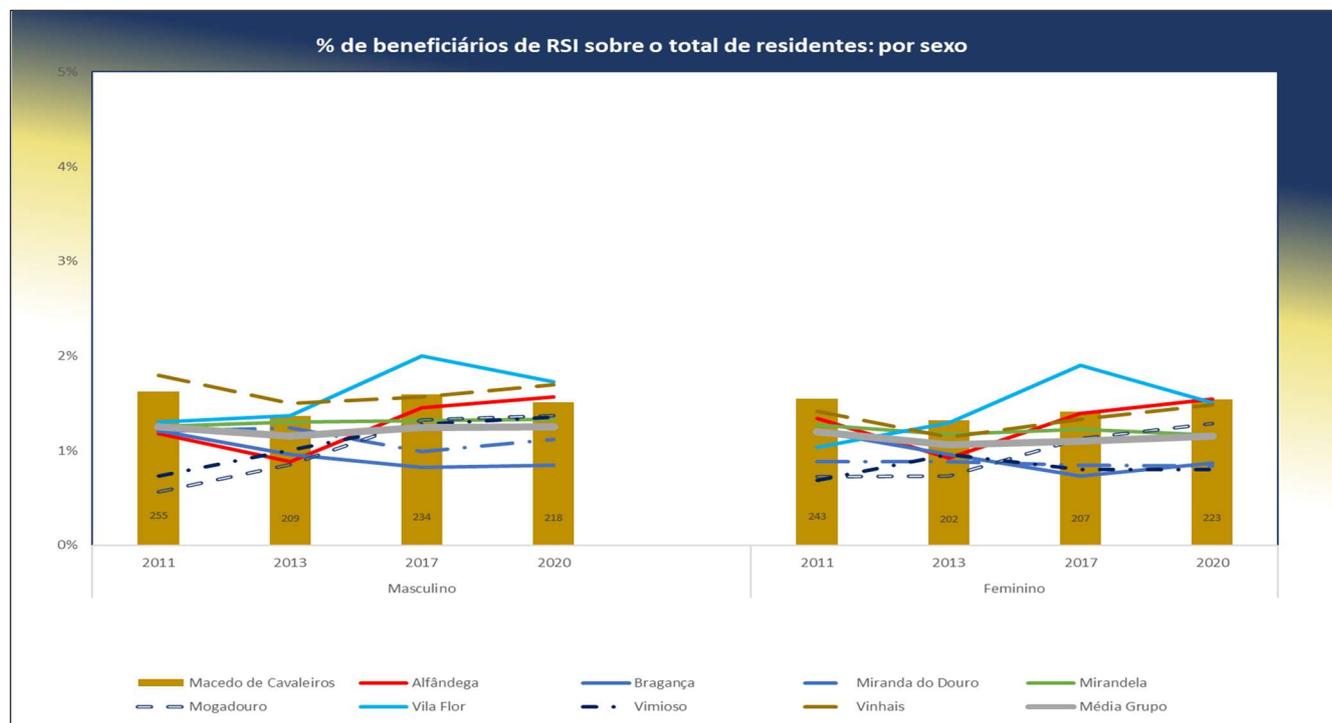


Gráfico 53: Direito Sobrevivência, rsi por sexo

Os dados registados no gráfico 53 estabelecem um paralelo entre os beneficiários homens e as beneficiárias mulheres, ou seja, o número de pessoas do sexo masculino a receber RSI é muito idêntico ao número de pessoas do sexo feminino. Evolutivamente, percebe-se que os dados relativos às pessoas do sexo feminino registam uma ligeira subida

desde 2013, ao passo que aqueles relativos ao sexo masculino registam uma ligeira queda de 2017 para 2020.

Finalizaremos a abordagem quantitativa dos dados relacionados com o direito em análise pela referência aos beneficiários do abono de família¹⁰. Sabendo que o abono de família é uma prestação social, em dinheiro, para compensar os encargos familiares; sabendo que há um limite máximo de rendimentos das famílias, estes dados poderão dar-nos indicações sobre o número de famílias com rendimentos baixos.

4.2.5 Beneficiários do Abono de Família: % sobre a população residente

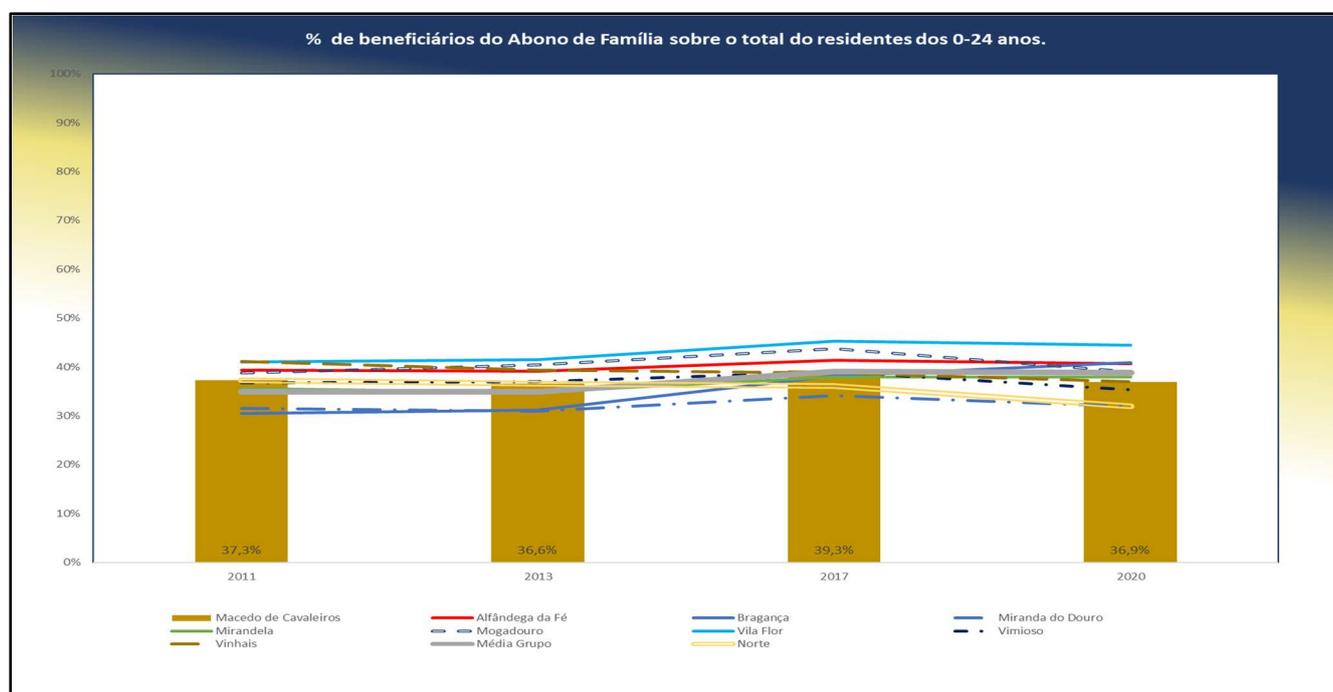


Gráfico 54: Direito Sobrevivência, beneficiários do Abono de Família

Os dados do gráfico acima registam uma certa oscilação da percentagem de beneficiários deste apoio, no que concerne ao concelho de Macedo de Cavaleiros. Essa percentagem desceu de 37,3% para 36,6 % em 2013, mas subiu para 39,3% em 2017 e voltou a descer para 36,9% em 2020. Registe-se que a tendência decrescente de 2017 para 2019 se fez sentir em todos concelhos das **TTM**, à exceção do de Bragança. Essa descida foi acompanhada em todo o “**Norte**” e de uma forma bastante significativa. O concelho que se destaca e que acaba com a mesma percentagem do “**Norte**” em 2020 é o de Miranda do

¹⁰ Sobre o assunto ver <https://www.seg-social.pt/abono-de-familia-para-criancas-e-jovens>

Douro. Com efeito, Miranda do Douro foi o concelho que, em média, obteve resultados mais baixos.

Isto dito podemos concluir que, no pior ano, 40% das crianças/jovens de Macedo de Cavaleiros eram beneficiárias de abono de família. Visto ao contrário 60% das crianças/jovens pertenciam a agregados familiares cujos rendimentos não permitem estes benefícios, ou não os solicitaram. Se atendermos ao ano de 2020 esses valores descem e sobem cerca de 3 pontos percentuais.

Aqui chegados devemos sistematizar algumas das conclusões a que chegamos pela análise dos dados quantitativos:

Pontos fortes

- O ganho médio mensal dos trabalhadores do concelho de Macedo de Cavaleiros está na média do praticado nas TTM
- O desemprego sentiu uma forte quebra desde 2013, situando em 2020 `nos 6,7%

Pontos Fracos

- O ganho médio mensal dos trabalhadores do concelho de Macedo de Cavaleiros está abaixo do praticado em Bragança e Mirandela;
- As mulheres continuam a ganhar menos do que os homens;
- O poder de compra “per capita” está cerca de 7 pontos percentuais abaixo do das TTM;
- Macedo de Cavaleiros está, recorrentemente, na média das TTM, exceto no poder de compra;
- 74% das mulheres desempregadas não têm qualquer proteção no desemprego.

Outros indicadores

- Há uma percentagem maior de mulheres desempregadas;
- Tendencialmente havia mais homens que mulheres a receber subsídio de desemprego, tendência que se alterou em 2020
- Os beneficiários de RSI são cerca de 3% da população residente;
- Cerca de 37% das crianças/jovens recebiam abono de família em 2020.

Sistematizadas estas conclusões poderemos deduzir que a população de Macedo de Cavaleiros, a nível económico, compara facilmente com as suas vizinhas, à exceção de Mirandela e Bragança que parece possuírem um maior poder de compra e logo estarem melhor monetariamente. Mas logo a seguir a essas podemos colocar a de Macedo de Cavaleiro que nos parece melhor posicionada que a dos restantes concelhos das **TTM**. Apesar de percebermos a existência de alguns problemas a nível económico – as mulheres continuam a ganhar menos do que os homens; 74% delas não possui proteção no desemprego; constituem o maior grupo de desempregados, tendo a maior probabilidade de constituírem famílias monoparentais; 37% das crianças/jovens receberem abono de famílias – parece que o direito à sobrevivência está assegurado.

Tendo, desta forma, terminado a apresentação dos dados quantitativos entendidos como essenciais para a análise da aplicação do direito à sobrevivência, debruçar-nos-emos, no seguimento, nos dados qualitativos retirados dos questionários aplicados e que estão diretamente relacionados com o direito em análise. Este será o objeto do último ponto deste desta parte.

Vejamos o que disseram os verdadeiros intervenientes quanto a este assunto.

4.2.6 Abordagem do Direito à Sobrevivência nos questionários aplicados:

4.2.6.1 O Direito à saúde

O direito à saúde foi abordado nos questionários dirigidos às crianças (6-12 anos), aos jovens (13-18) e às famílias. Primeiramente, atentaremos nos dados registados nos questionários das crianças e dos jovens e, num segundo momento, naqueles registados no questionário aplicado às famílias.

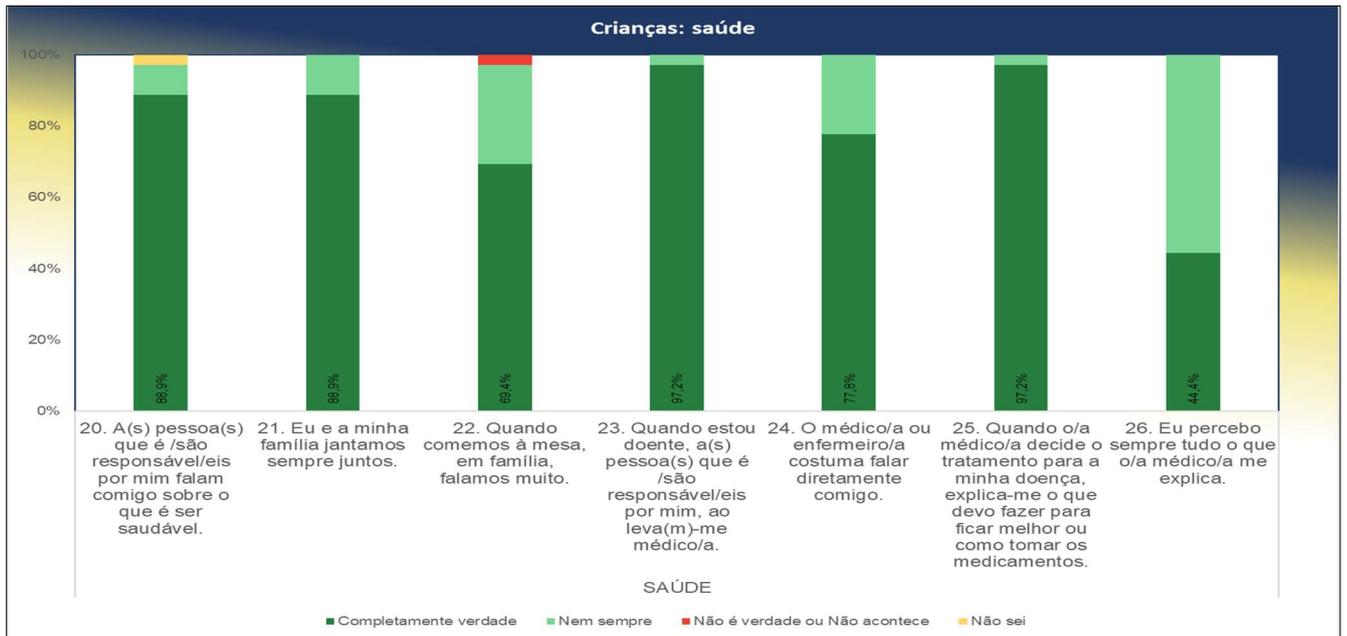


Gráfico 55: Direito à Sobrevivência, crianças, saúde

Ora, iniciando, então, sobre o questionário das crianças, chama imediatamente à atenção o facto de, praticamente, não existir qualquer resposta de “NVNA”. Na verdade, a afirmação 22 desse questionário, regista respostas desse nível, embora sem significado. Podemos, assim, concluir que o corpus do questionário das crianças revela que elas são devidamente acompanhadas e esclarecidas na doença.

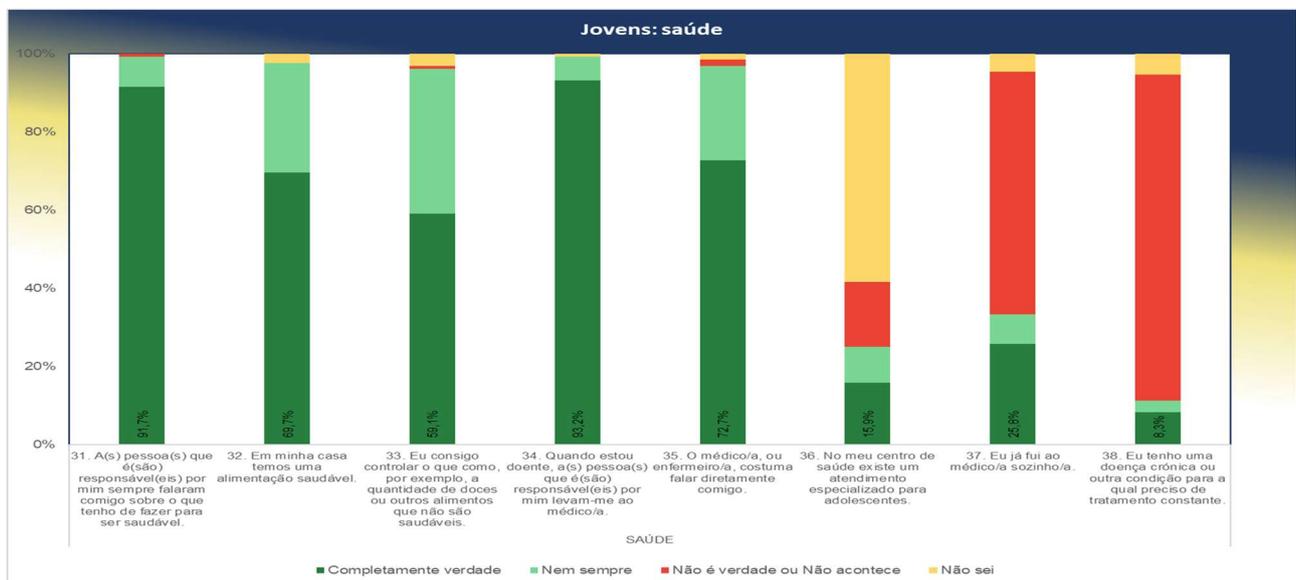


Gráfico 56: Direito à Sobrevivência, jovens, saúde

No que concerne ao questionário dos jovens, a resposta que mais sobressai é a dada à questão 36. Conjugando o “NSp” com o “NVNA” temos cerca de 80% dos jovens que não reconhecem a existência de um atendimento especializado para adolescentes, no centro de saúde. Por outro lado, as respostas à questão 37 regista que 25% dos jovens já foram ao

médico sozinhos e que cerca de 7% já foi algumas vezes. Ao nível das doenças crónicas, 8,3% dos respondentes revelaram possuí-las. Por último, referir que há uma percentagem significativa de jovens que refere nem sempre resistir à ingestão de alimentos menos saudáveis.

Analisemos agora as respostas a este tema dadas pelas famílias, através da análise do gráfico abaixo.

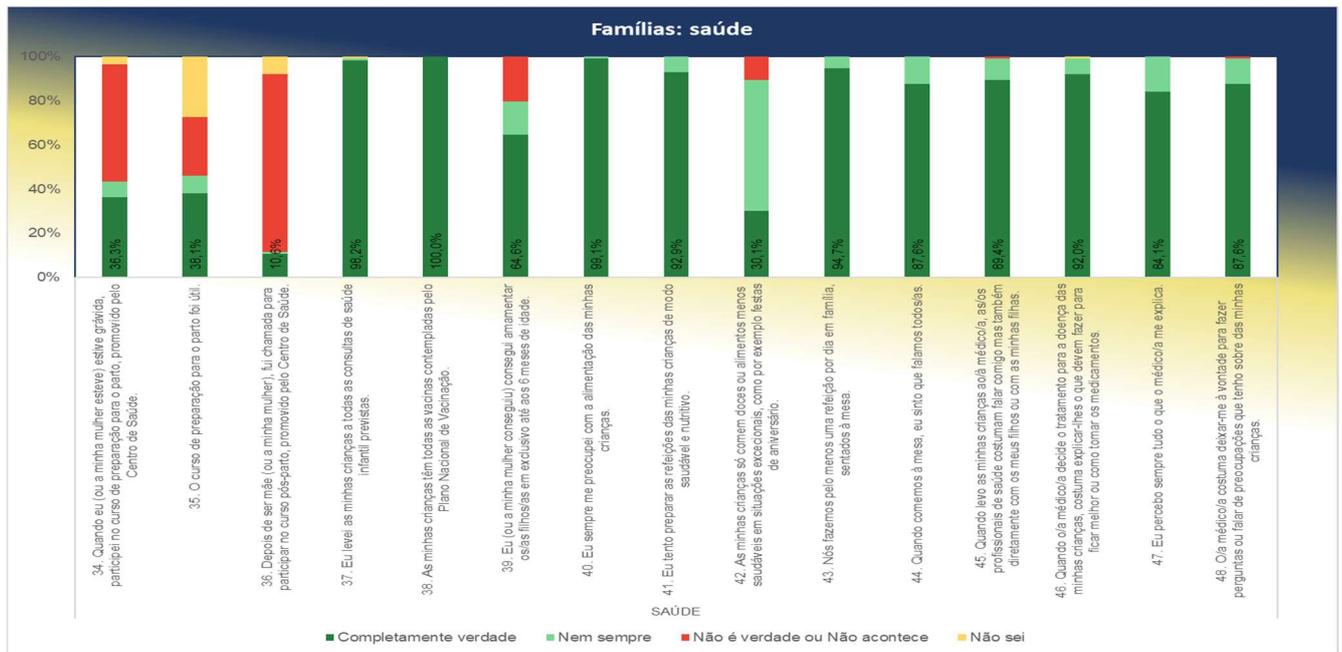


Gráfico 57: Direito Sobrevivência: famílias, saúde

Os dados registados no gráfico relativo às **famílias** mostram que cerca de 36% das grávidas participaram no curso de preparação para o parto e que apenas cerca de 38% dos respondentes consideram útil o referido curso. Com um peso ainda muito menor, cerca de 11% das mães foram chamadas a participar no curso pós-parto.

No que concerne a alimentação menos saudável, cerca de 30% responde que os seus filhos só comem doces ou alimentos menos saudáveis em situações excecionais. Devemos registar que esta percentagem choca com aquela obtida pela afirmação 40, quando 99% dos pais dizem preocupar-se com a alimentação das crianças. Há uma percentagem maioritária, 65% de respostas que dizem serem os filhos exclusivamente amamentados até aos seis meses de idade.

No extremo oposto temos o acompanhamento a consultas, o pleno das vacinas, a preocupação com a confeção de alimentação saudável e a realização de refeições em família. Os dados apresentados corroboram o anteriormente referido com o acompanhamento nas idas ao médico e o conhecimento das situações de saúde.

Isto dito, e sistematizando:

Pontos fortes

- taxa de vacinação nos 100%;
- acompanhamento a consultas médicas e conhecimento das situações;
- as refeições em família são frequentes;
- há uma percentagem maioritária de mães que exclusivamente amamentaram os filhos nos primeiros seis meses de vida;
- parece haver uma preocupação com a confeção de refeições saudáveis;
- percebemos que existe uma fraca adesão das mães aos cursos pré-parto e para os de pós-parto não são chamadas;

Pontos fracos

- as crianças sentem falta de um acompanhamento especializado no apoio salutar;
- existe uma percentagem significativa de jovens com doenças crónicas que urge acompanhar;
- apesar da maioria dos jovens estar devidamente acompanhada e esclarecida sobre as afirmações da saúde, há cerca de $\frac{1}{4}$ que não controla a ingestão de alimentos não saudáveis;
- 70% dos pais reconhecem que os filhos não têm uma alimentação saudável tão frequente quanto deviam;

Também estas conclusões nos permitem inferir que o direito à saúde esta, grosso modo assegurado.

Chegados a estas conclusões parciais, resta-nos, para terminarmos a análise ao direito à sobrevivência, abordar um direito que neste último se inclui, o direito à habitação.

4.2.6.2 Direito à habitação

O direito em causa só aparece referido nos questionários das crianças e dos jovens e versavam sobre as mesmas afirmações. Nos dois questionários essas afirmações tiveram resultados muito semelhantes.

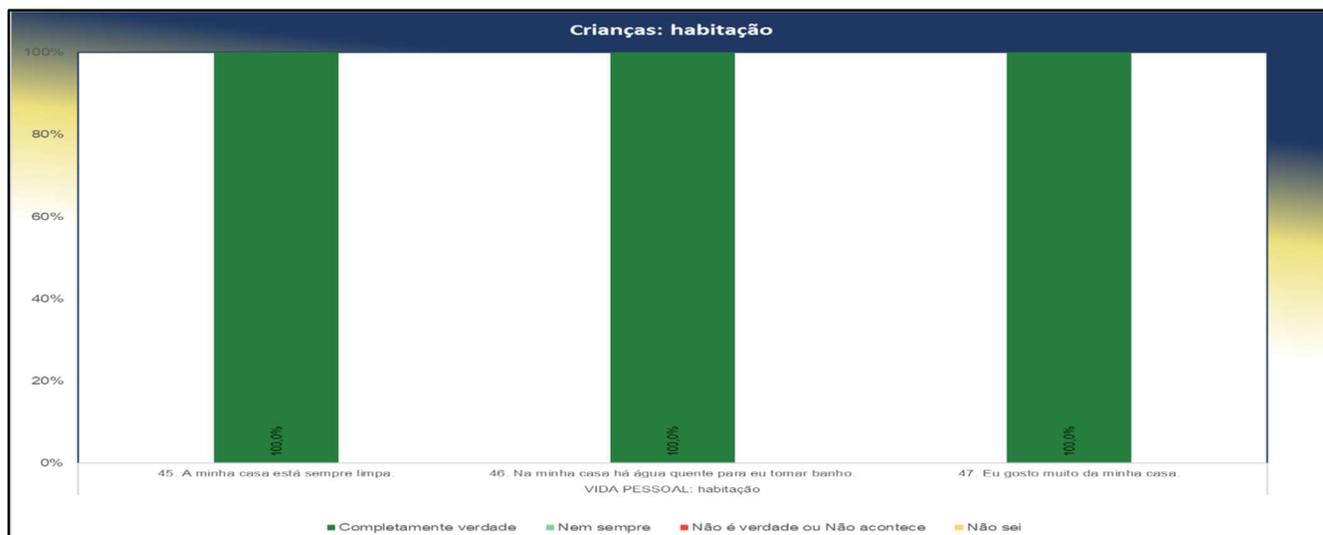


Gráfico 58: Direito Sobrevivência: crianças, habitação

No das crianças, todas foram respondidas com “CV”.

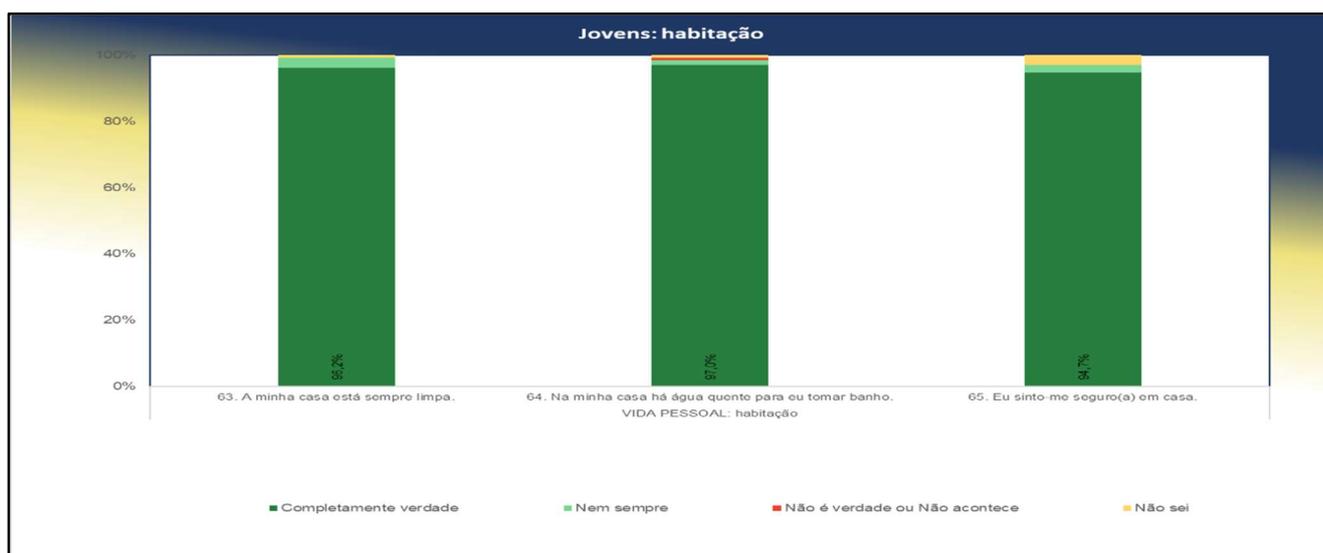


Gráfico 59: Direito Sobrevivência: jovens, habitação

No questionário dos jovens o valor mais baixo foi 94,7%. Assim sendo, podemos concluir que o direito à habitação está integralmente cumprido no grupo dos respondentes.

Assim, chegado ao fim da análise do direito à sobrevivência, traçaremos o retrato do mesmo pela identificação dos pontos fortes e fracos na aplicação deste direito:

Pontos fortes

- O ganho médio mensal de um trabalhador por conta de outrem no concelho está na média das TTM

- A percentagem de desemprego desceu consideravelmente nos últimos anos situando-se, em 2019, perto dos 6,5%
- As crianças são devidamente acompanhadas e esclarecidas na doença;
- Taxa de vacinação em 100%;
- As refeições em família são frequentes;
- Percentagem maioritária de mães que amamentam os filhos nos primeiros 6 meses;
- Parece haver uma preocupação com a confeção de refeições saudáveis;

Pontos fracos

- O ganho médio mensal de um trabalhador por conta de outrem no concelho está distante em cerca de 200€ quando comparado com a média do norte e em cerca de 300€ quando comparado com a média nacional;
- As mulheres recebem cerca de 130€ menos que os homens;
- Uma grande percentagem das mulheres não recebe proteção no desemprego;
- O poder de compra no concelho encontra-se cerca de 7% abaixo da média das TTM e em mais de 20% do concelho de Bragança que é o que mais se aproxima da média do Norte;
- Inexistência de um atendimento personalizado para jovens no centro de saúde;
- Há uma percentagem significativa de jovens que não é acompanhada nas idas ao médico;
- Existe uma fraca adesão das mães aos cursos pré-parto e para os de pós-parto não são chamadas;
- 70% dos pais reconhecem que os filhos não têm uma alimentação saudável tão frequente quanto deviam;

Outros indicadores

- As remunerações dos homens e das mulheres têm vindo a convergir;
- O setor económico predominante é a agricultura, seguido do comércio.

- O sexo feminino é o mais atingido pelo desemprego;
- O sexo feminino só no último ano em análise superou o masculino em número de subsidiados;
- Cerca de 22% das mulheres desempregadas recebem subsídio de desemprego, tendência de descida;
- O número de desempregados a receber subsídio social de desemprego, no último ano de análise, ronda os 5%, tendência de descida;
- O grupo que recebe RSI ronda os 3% do total da população;
- O grupo etário mais numeroso a receber RSI é o “menos de 25” que ronda o 1,5% da população.

4.3 A situação das crianças/jovens em confronto com o direito ao desenvolvimento

Abordar-se-á neste ponto os direitos inerentes à satisfação das necessidades de desenvolvimento pessoal, como sendo o direito à educação; o direito a brincar; o direito ao lazer e, por último, as relações que as crianças e os jovens mantêm com os seus pares e com as pessoas adultas.

Iniciaremos, então, a apresentação deste direito, abordando o direito à educação

4.3.1 Alunos matriculados

4.3.1.1 Total e por sexo

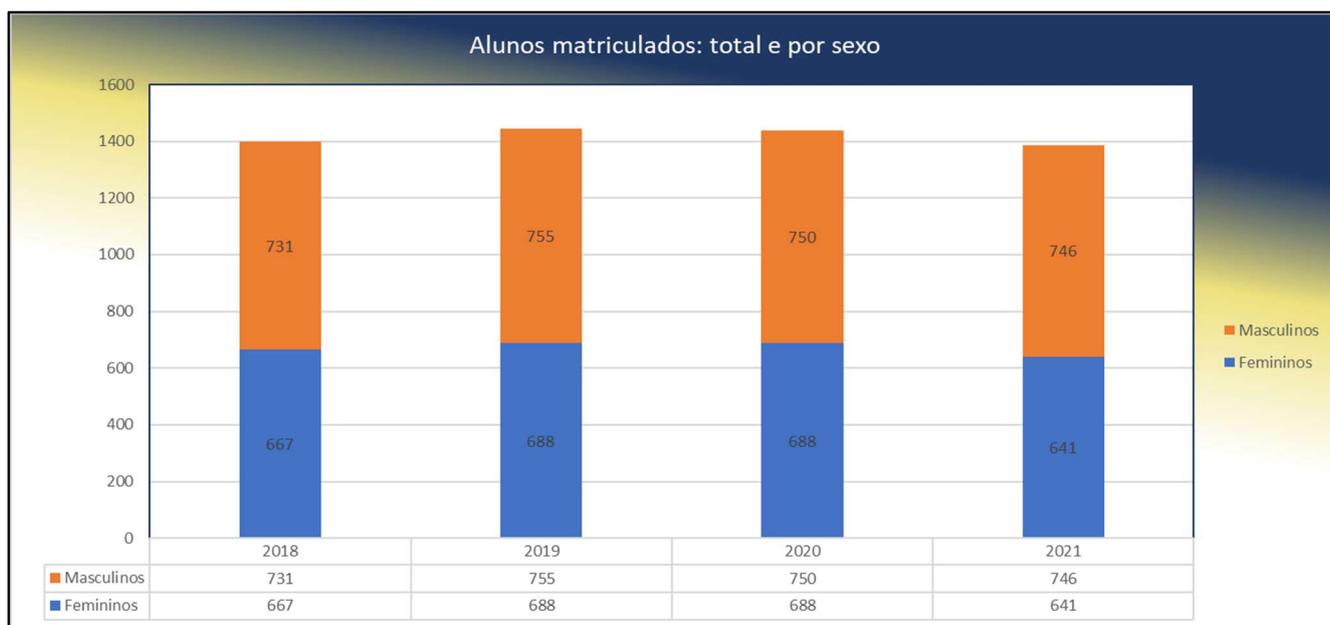


Gráfico 60: Direito Desenvolvimento: alunos matriculados, total e por sexo

Os dados constantes no gráfico acima revelam que o número total de alunos matriculados no Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros (AEMC) teve um ligeiro aumento de 2018 para 2019 e desde então tem vindo a diminuir situando-se nos 1387 em 2021. No respeitante aos sexos percebemos que o sexo masculino tem sido constantemente superior ao feminino. Tendo em conta estes números e aqueles adiantados sobre a população residente podemos dizer que a população escolar é cerca de 10% da população residente, o que se situa na média das **TTM**. Percebe-se, ainda que a oscilação do número de alunos

matriculados nos quatro anos em análise é pouco significativa pelo que se regista alguma consistência nesse número, à volta dos 1400 alunos.

4.3.1.2 Por sexo e níveis de ensino

Vejamos, agora, a distribuição desse número de alunos pelos diferentes ciclos escolares.

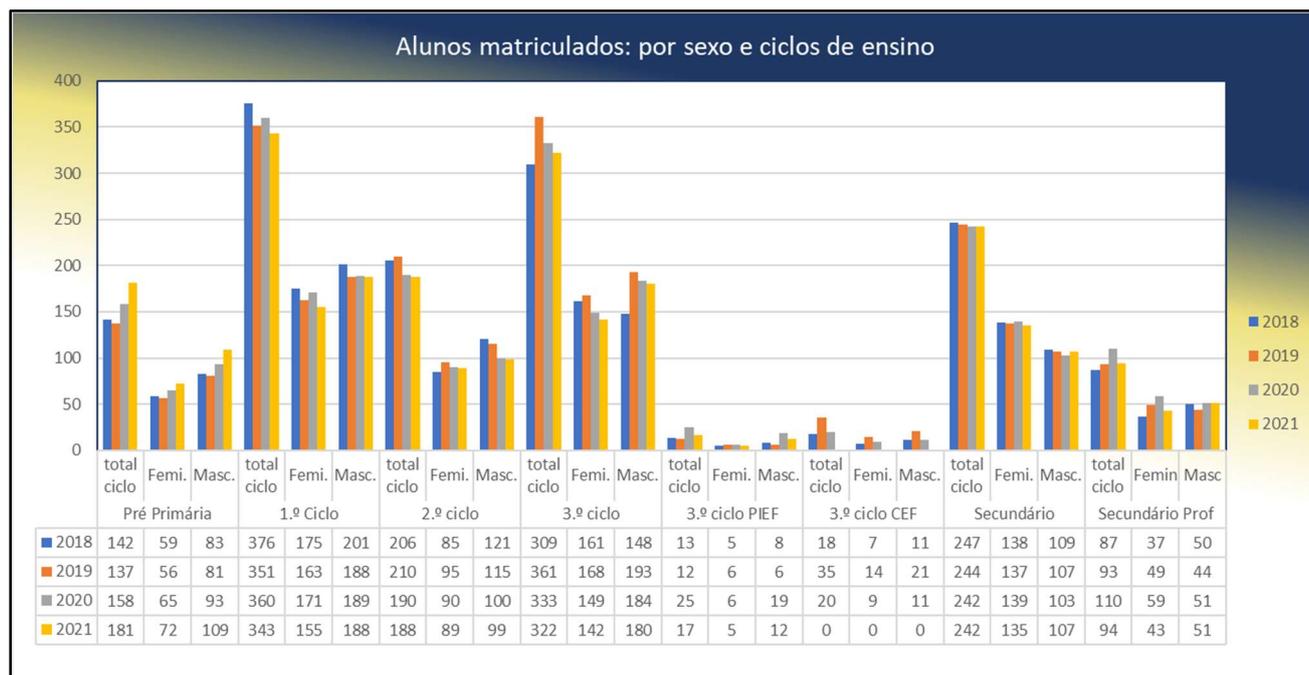


Gráfico 61: Direito Desenvolvimento: alunos matriculados, sexo e ciclos de ensino

A análise do gráfico 61 permite-nos perceber a distribuição do número total de alunos inscritos, pelos diferentes ciclos escolares. Os dados registados permitem-nos observar que apenas o Pré-escolar aumentou, constantemente, o número de matriculados desde 2018, contudo, o número de inscritos ainda fica muita aquém do registado, por exemplo, no 1.º ciclo. Depois regista-se que o 1.º e o 3.º ciclos são os que apresentam maior número de inscritos. O Ensino Secundário, no seu conjunto, também apresenta um número significativo de alunos inscritos. Se somarmos os alunos inscritos no secundário regular e no secundário profissional percebemos que esse número se aproxima muito do registado para os 1.º e 3.º ciclos. De referir, ainda, que as oscilações de inscritos no ensino secundário são pouco significativas.

Isto dito podemos concluir que um número significativo de crianças entre os quatro e cinco anos não frequenta o pré-escolar, facto que poderá influir no seu desenvolvimento.

Vejamos, seguidamente os grupos de alunos que constituem número de inscritos, começando pelos alunos estrangeiros.

4.3.2 Número de alunos estrangeiros matriculados por sexo e ciclos de ensino

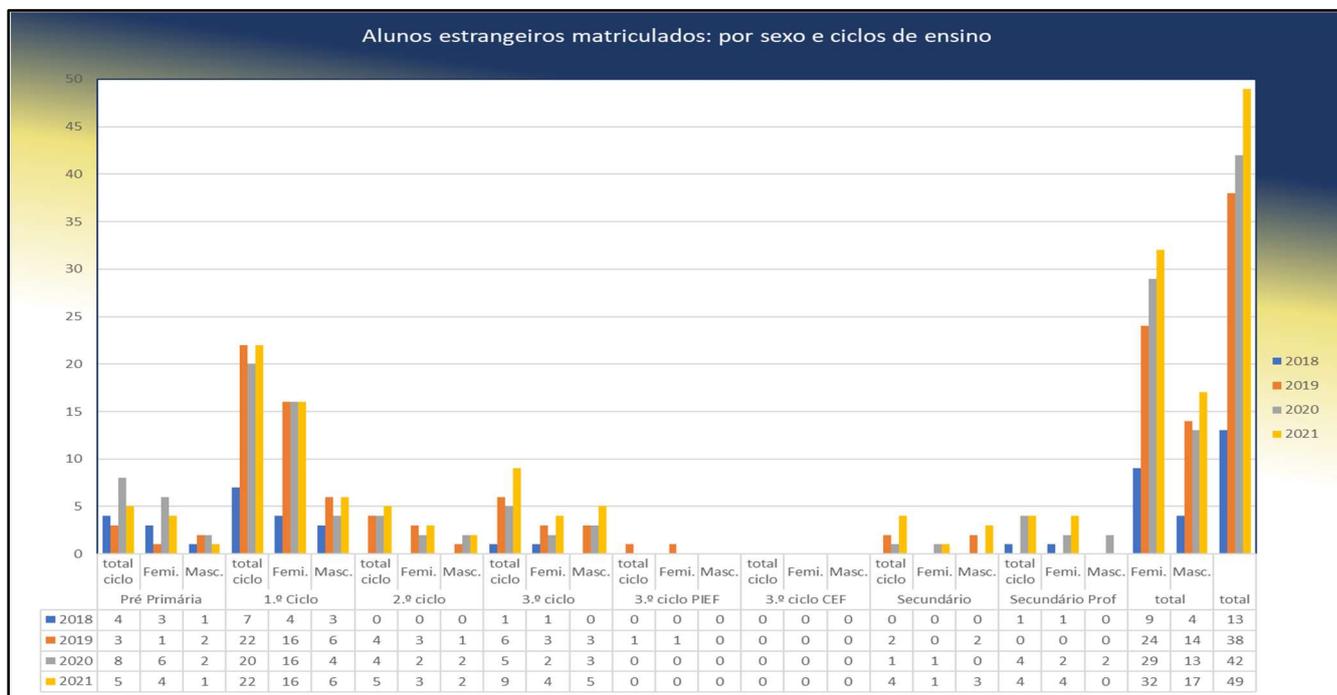


Gráfico 62: Direito Desenvolvimento: alunos estrangeiros, sexo e ciclos de ensino

Sobre o assunto em referência podemos desde logo referir que o número de alunos estrangeiros inscritos tem aumentado constantemente desde 2018, sendo que o maior aumento se deu de 2018 para 2019. Apesar disso deve referir-se que o 3.º ciclo CEF não regista qualquer inscrição destes alunos nos anos em análise e que o 3.º ciclo PEF apenas regista uma inscrição em 2019. O ciclo que regista maior número de inscrições é o Primeiro. Deve assinalar-se para finalizar que o sexo feminino é claramente maioritário neste grupo de alunos.

Desta forma podemos concluir que o aumento do número de estrangeiros na população residente ressalvado anteriormente, também aqui se nota pelo que poderemos concluir que, regra geral, as crianças e jovens estrangeiros frequentam o sistema de ensino. Percebemos, também atrás que nem sempre são tratados convenientemente. Devido ao número de alunos estrangeiros matriculados no primeiro ciclo prevê-se um aumento significativo de alunos estrangeiros nos restantes ciclos de ensino. Deve também salientar-se a clara maioria de alunos do sexo feminino neste grupo de alunos.

Debrucemo-nos, no seguimento, no grupo de alunos com Necessidades Educativas Especiais.

4.3.3 Número de alunos com Necessidades Educativas Especiais, por nível de ensino

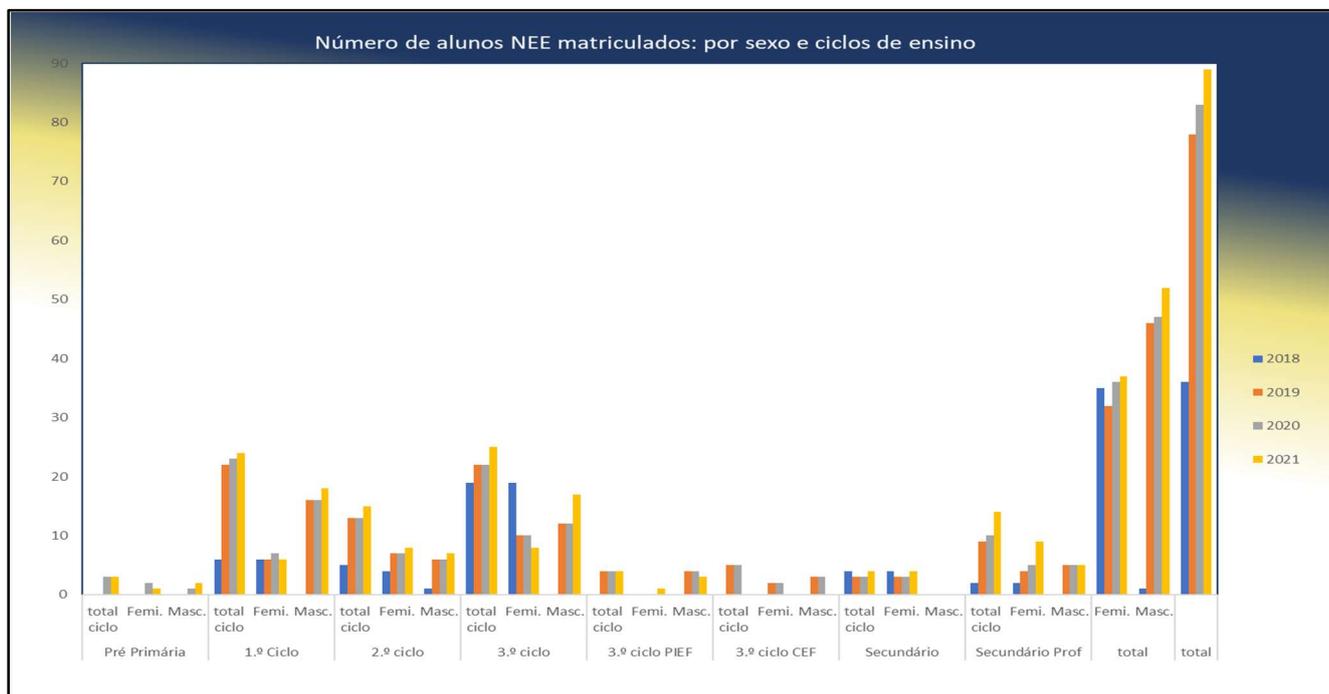


Gráfico 63: Direito Desenvolvimento: alunos NEE, sexo e ciclos de ensino

O gráfico 63 apresenta-nos os dados relativos ao grupo de alunos sinalizados com Necessidades Educativas Especiais (NEE). Destaca-se, desde logo, o aumento significativo de sinalizações desde 2018, sendo o aumento mais acentuado para o ano de 2019. Este aumento de sinalizações aconteceu, sobretudo, no primeiro ciclo. Regista-se também uma maior percentagem de alunos do sexo masculino. Percebe-se, também, que alunos deste grupo estão presentes em todos os ciclos de ensino. Sendo o seu número preponderante nos primeiro e terceiro ciclos. Atendendo ao número de sinalizações em 2021, 89, obtemos uma percentagem de 6,41% de alunos sinalizados o que, de acordo com education, (2022), está acima da média de 4,53% sinalizações.

Isto dito podemos concluir que parece haver uma cobertura adequada do ensino especial e que os alunos sinalizados serão todos aqueles que necessitam desse apoio.

No seguimento, atentemos ao gráfico abaixo que nos fornece dados sobre os alunos inscritos pertencentes à comunidade cigana.

4.3.4 Número de alunos de comunidade cigana, por ciclo de ensino e sexo

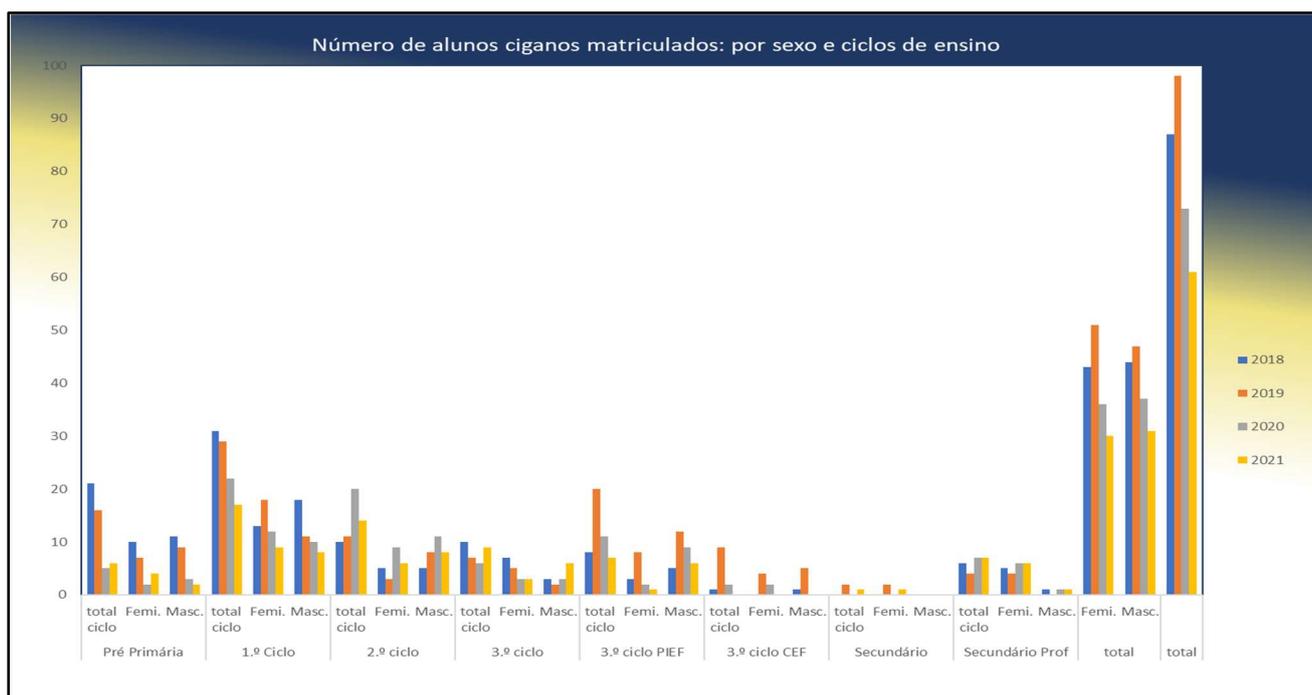


Gráfico 64: Direito Desenvolvimento: alunos comunidade cigana, ciclos de ensino e sexo.

Os dados fornecidos pelo gráfico 64 mostram que houve um decréscimo de inscritos desde 2019, caindo de 98 para 61 inscritos, o que perfaz uma percentagem de cerca de menos 37% de alunos deste grupo. O ciclo com maior número de inscritos é o Primeiro. Os ciclos onde houve maior redução de inscritos foi no Pré-primária e no 1.º Ciclo. O ciclo com menos inscritos é o secundário. Ao contrário dos restantes grupos, este apresenta um número significativo de inscrições no 3.º ciclo PIEF. Também se nota um certo equilíbrio entre os alunos de ambos os sexos.

Concluimos dizendo que estes alunos são transversais a todos os ciclos o que pode permitir a interpretação de que esta comunidade é razoavelmente acolhida na escola. Com efeito, o número de inscrições no secundário é muito reduzido, comparado com aquele do secundário profissional. Percebe-se através da análise destes dados que estes alunos são mais numerosos nos ciclos de ensino mais orientado para a prática e para a vida ativa, o que, no fundo, acaba por estar de acordo com o conhecimento que temos desta cultura da liberdade, do ar livre e da “praxis”. É de salientar a redução significativa nas inscrições desde 2019, como acima apontado. As causas inerentes a esta situação devem ser esclarecidas por esta **CPCJ** por forma a prevenir alguma situação de perigo decorrente dessa situação.

Para finalizar a análise do número de alunos matriculados, atentemos ao gráfico abaixo.

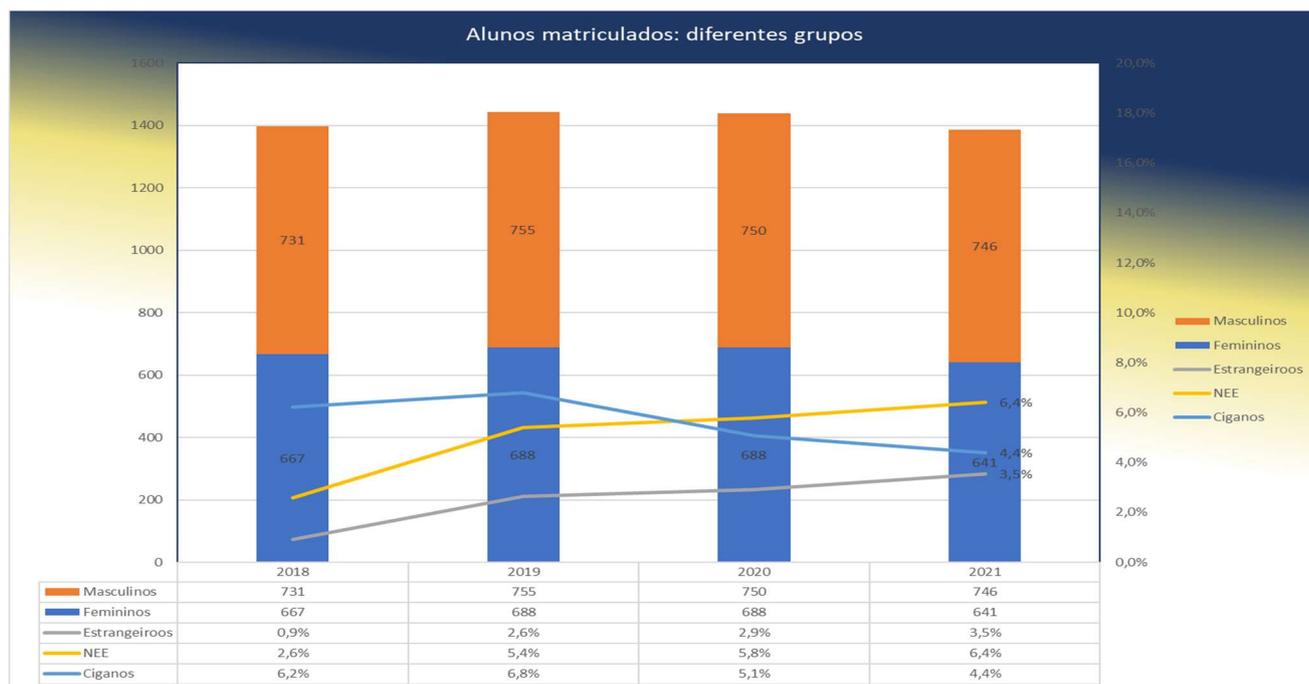


Gráfico 65: Direito Desenvolvimento: alunos matriculados, diferentes grupos.

O gráfico 65 ilustra-nos o peso percentual dos grupos anteriormente analisados no total dos alunos matriculados. Assim, percebemos que os grupos dos alunos estrangeiros e dos alunos **NEE** têm vindo a aumentar ao longo dos anos em análise, facto já anteriormente referido. Distinguem-se, contudo, no peso percentual correspondente. O grupo dos alunos estrangeiros atingiu, em 2021, um peso percentual de 3,5% e o dos alunos **NEE** de 6,4%. Por outro lado, o grupo dos alunos de etnia cigana tem vindo a diminuir, tal como anteriormente referido, cifrando-se, em 2021, em 4,4%. Parece-nos que o peso percentual destes grupos de alunos é consentâneo com uma inserção bem sucedida destes grupos, nas dinâmicas da escola. Deve, contudo, estender-se um olhar protetor a estes grupos.

Vimos os números de matrículas, vejamos, agora, os números do abandono e das retenções

4.3.5 Percentagem de Abandono e Retenção

Para a análise deste ponto, atentemos primeiramente às percentagens globais de abandono nos anos e grupos em causa. Para isso olhemos o gráfico seguinte.

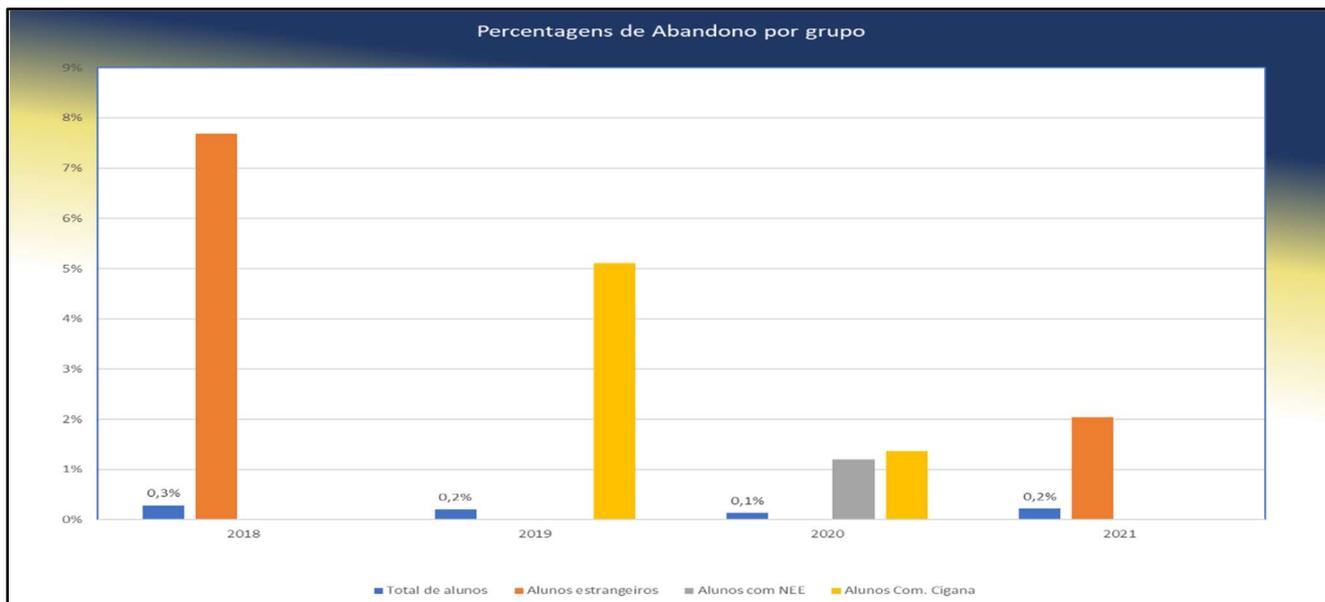


Gráfico 66: Direito Desenvolvimento: percentagens de abandono

Os dados registados no gráfico 66 demonstram que as percentagens globais de abandono são meramente residuais oscilando entre os 0,3% e os 0,1%. Os grupos mais afetados pelo abandono são os alunos estrangeiros e os de etnia cigana.

Conclui-se, assim que, praticamente, não existe abandono.

O mesmo já não poderemos afirmar quanto às percentagens de retenção.

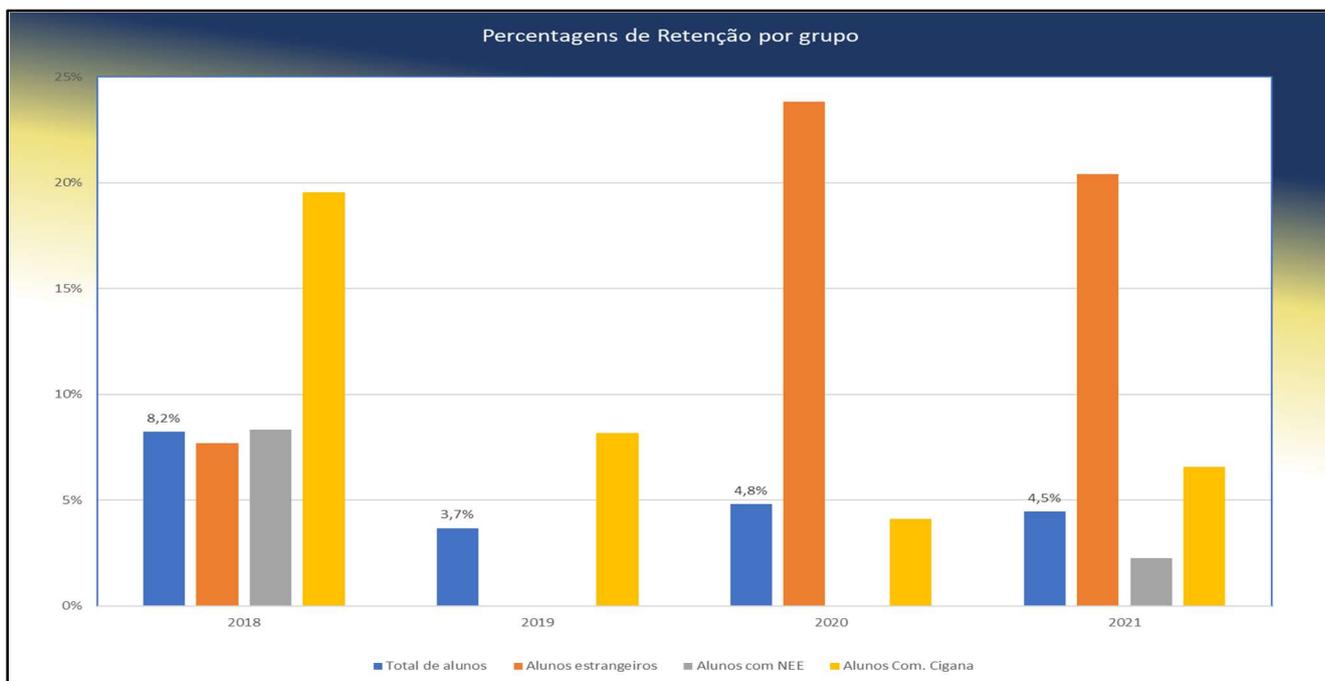


Gráfico 67: Direito Desenvolvimento: percentagens de retenção por grupo de alunos

Com efeito, os dados registados no gráfico acima revelam que a percentagem global de retenção tem oscilado entre os 8,2% e os 3,7%, tendo-se situado em 2021 nos 4,5%.

Analisando os restantes grupos de alunos, os dados mostram que a percentagem de retenções no grupo dos alunos estrangeiros subiu significativamente em 2020 chegando aos 23,8% e manteve-se acima dos 20% em 2021. No que respeita aos alunos com **NEE** a percentagem de retenções desceu significativamente para 2021, tendo ficado nos 2,2% que é o valor mais baixo de todos os grupos. Também no grupo dos alunos de etnia cigana essa percentagem desceu significativamente de 2018 para 2020 quando atingiu os valores de 4,1%, tendo subido para 2021 para 6,6%.

Isto dito concluímos que as percentagens totais de retenção não se revelaram demasiado elevadas. Os alunos estrangeiros são os que apresentaram uma percentagem de retenções, em média, mais elevada. A percentagem de retenção dos alunos de etnia cigana caiu consideravelmente para 2021.

Os dados gerais da retenção parecem ser satisfatórios. E se analisada a retenção por ciclos, que conclusões tirar? Veremos, no seguimento.

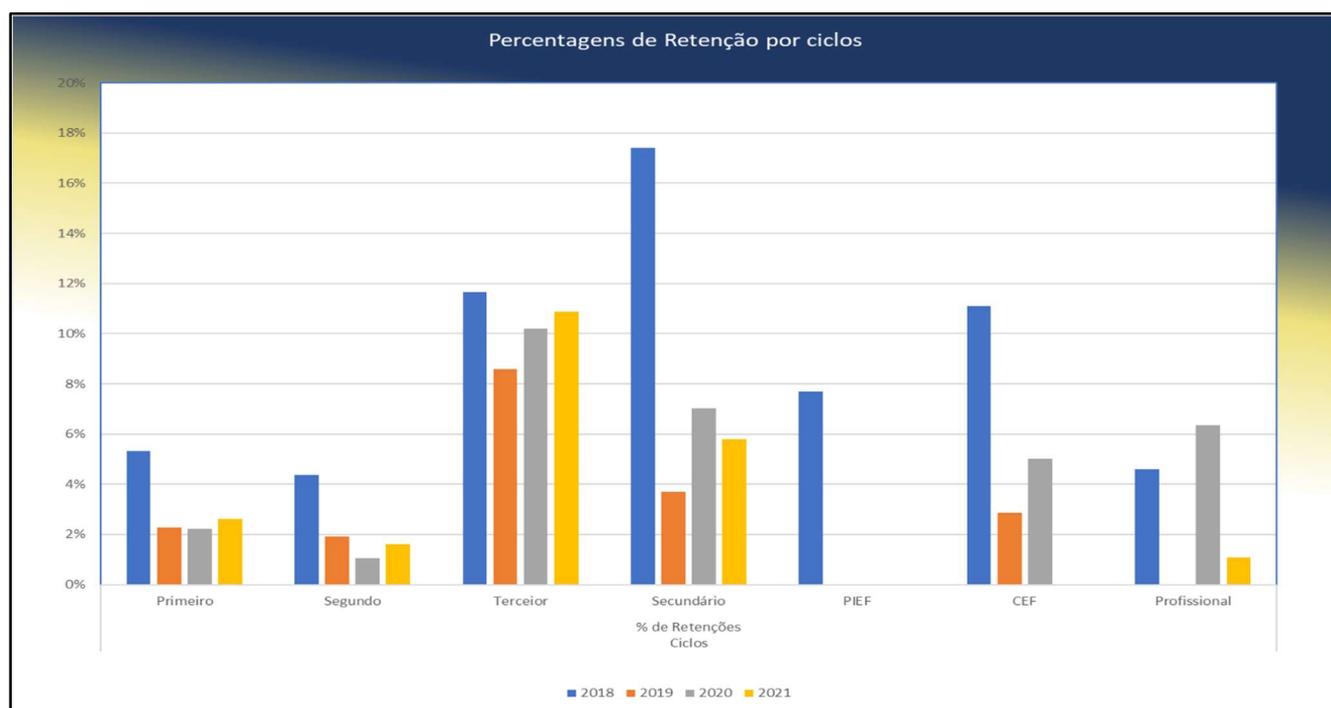


Gráfico 68: Direito Desenvolvimento: retenção por ciclos

Os dados registados no gráfico acima demonstram que as retenções atravessam todos os ciclos de ensino, sendo que o PIEF apenas regista retenções em 2018. O ciclo com maior percentagem de retenções e mais homogéneo é o 3.º, seguido pelo secundário. O 3.º ciclo revelou uma maior percentagem de retenções que oscilaram entre os 11,7% e os 8,6%, sendo que em 2021 se situou em 10,9%. O ensino secundário, em 2018, atingiu uma percentagem

de 17,4%, como mais alta e de 3,7% em 2019, como a mais baixa, sendo que em 2021 se situou nos 5,8%.

Concluimos que o 3.º ciclo é o que apresenta as taxas de retenção mais altas o que pode significar problemas de integração e adaptação dos alunos à escola que urge combater.

Para finalizar a abordagem deste direito, dizer que os dados apresentados revelam que a sua concretização é efetiva. As crianças e os Jovens do concelho de Macedo de Cavaleiros têm acesso à educação e este direito está devidamente adquirido.

4.3.6 Abordagem do Direito ao Desenvolvimento nos questionários aplicados

Depois de termos apresentado e analisado os dados quantitativos relativos ao Direito em causa, passaremos a apresentar e analisar os dados qualitativos registados nos questionários aplicados tendo em conta os direitos incluídos no Direito ao Desenvolvimento. Abordaremos, assim, o Direito a brincar, o Direito à educação e a Relação com os pares

4.3.6.1 O Direito a Brincar

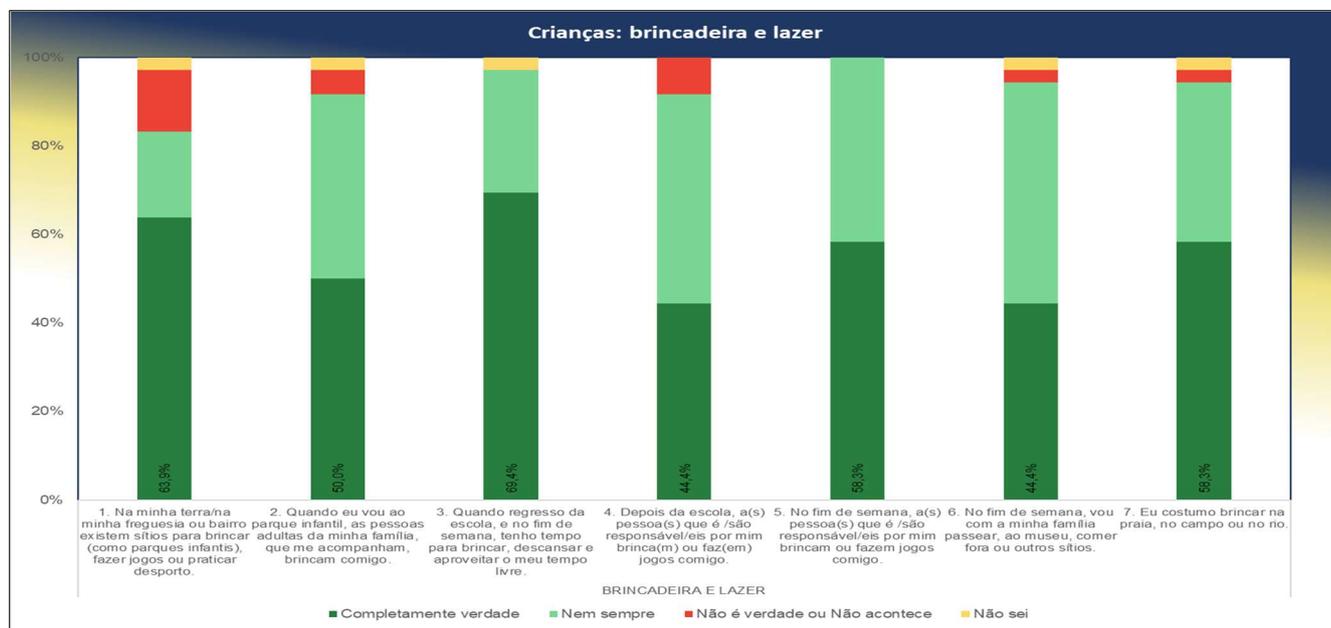


Gráfico 69: Direito Desenvolvimento: crianças, brincadeira e lazer

Iniciando, então pelo direito a brincar e pelo questionário das **crianças** podemos, desde logo registar que as respostas “**CV**” são maioritárias no conjunto das mesmas. Apenas em duas afirmações essas respostas não atingem os 50%: a 4 e a 6.

Podemos, assim, concluir que, apesar dos adultos nem sempre terem tempo para brincar com as crianças depois da escola ou quando os acompanham ao parque infantil, apesar de nem sempre irem passear ao fim de semana, este direito está consolidado nas crianças.

Passando para o questionário dos **jovens** registar, desde logo, que em metade das

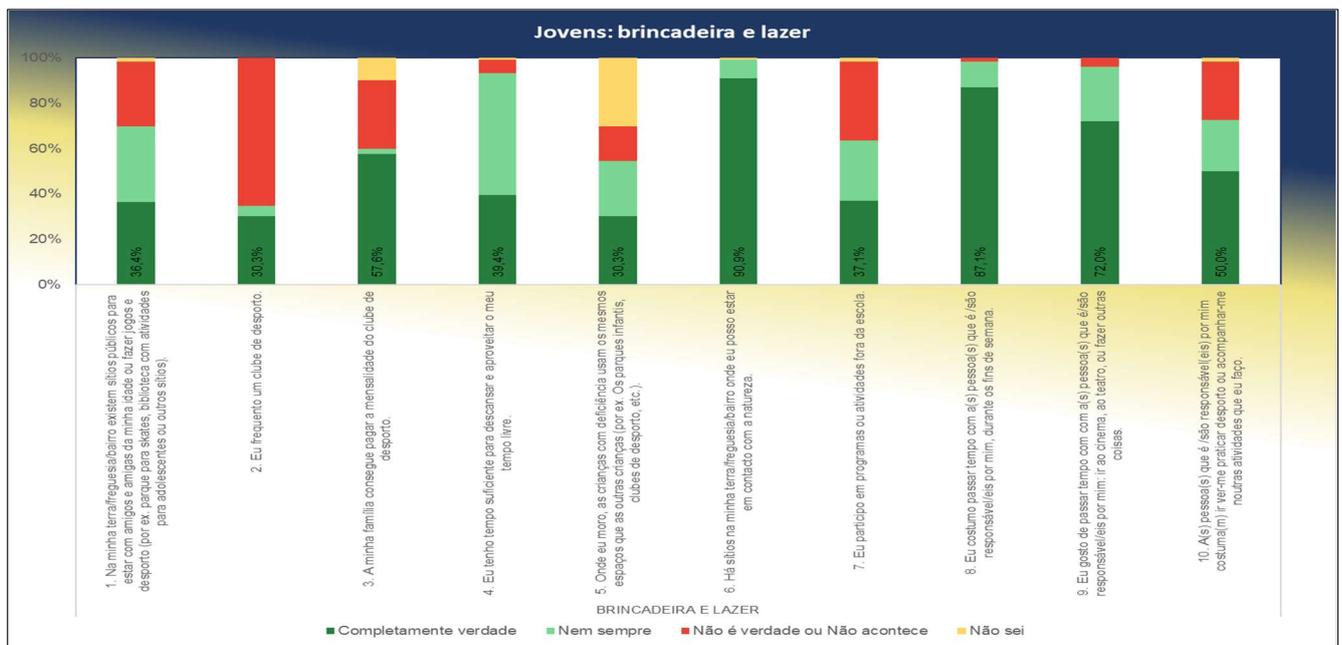


Gráfico 70: Direito Desenvolvimento: jovens, brincadeira e lazer

afirmações a respostas “**CV**” não chega aos 50%: a 1, 2, 4, 5 e 7. Deste grupo destacamos a afirmação 2 de acordo com a qual apenas 30% dos jovens frequentam um clube desportivo. Esta percentagem de respostas encontra algum eco nas dadas às afirmações 1, 4.e 7 Com efeito, apenas 39% dos jovens diz ter tempo para “descansar e aproveitar o tempo livre” e, 36% refere existirem sítios públicos para estar com os amigos, fazer jogos e praticar desportos. Por isso, ou não, 37% dos jovens diz participar em programas fora da escola.

Registem-se as respostas dadas à afirmação 5, onde as respostas “**CV**” obtiveram 30%.

De acordo com os resultados deste questionário, devemos, então, registar que os jovens, na sua maioria, pensam que na sua localidade não há locais públicos para convívio ou para a prática de desporto; que também não lhes sobra tempo para essas atividades e talvez, por isso, participem pouco em atividades fora da escola. Uma minoria frequenta um clube desportivo, quando a maior parte das famílias consegue pagar a respetiva mensalidade. Talvez esta situação também seja decorrente da falta de tempo. Por último, referir que parece que os jovens deficientes não dividem os mesmos espaços com os restantes jovens.

Para apresentação dos dados relativos ao Direito a Brincar decorrentes do questionário aplicado às **famílias** dividiremos em três grupos estas onze afirmações.

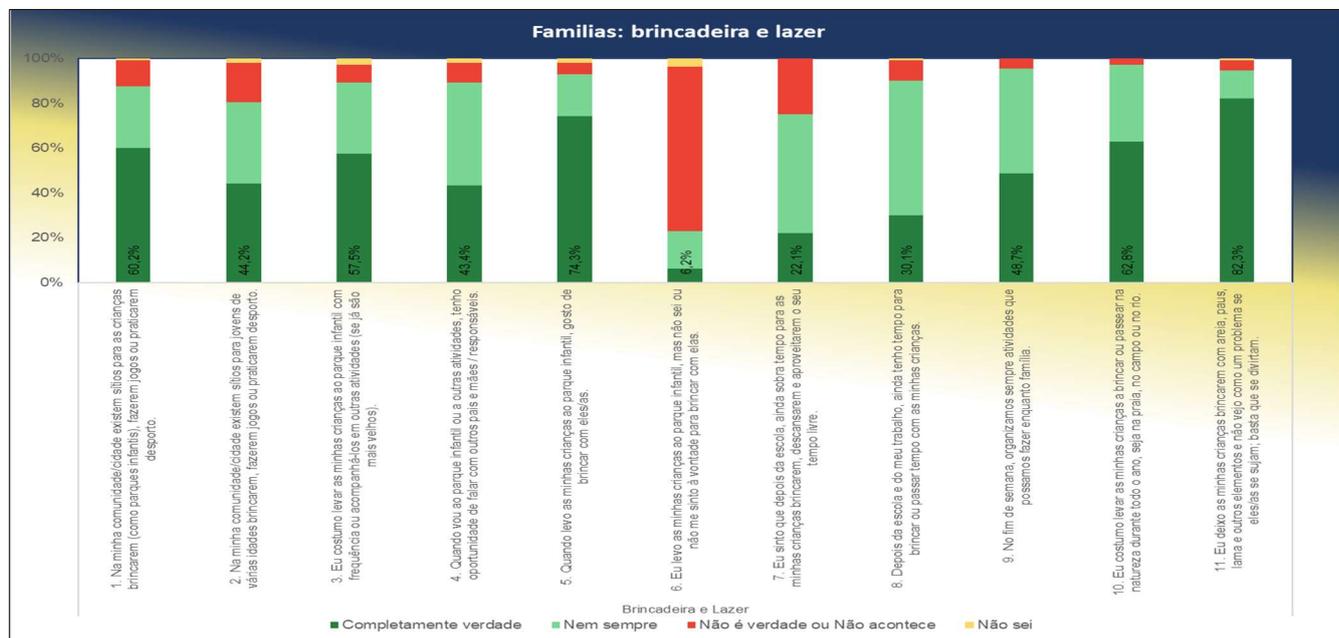


Gráfico 71: Direito Desenvolvimento: famílias, brincadeira e lazer

Assim, as primeiras duas afirmações formarão um grupo que responde à existência de espaços condignos para a prática de desportos; as quatro seguintes, da 3 à 6, debruçam-se sobre aos espaços de lazer existentes no espaço público e respetivo acompanhamento pelos pais para esses espaços e formam o segundo grupo e as restantes cinco centram-se mais no tempo livre das crianças dos jovens e dos pais para conviverem e formam o último grupo.

No respeitante ao primeiro grupo referir que as respostas à afirmação um atingem os 60% de respostas “**CV**” e à afirmação dois 44%. Estes resultados vêm ao encontro daqueles registados nos questionários das crianças e dos jovens.

Sobre o segundo grupo referir que a afirmação 3 e 5 registam maioritariamente respostas “**CV**” e as 4 a 6 registam-nas minoritariamente. A afirmação 6 é aquela que ao contrário de todas as outras regista uma larga maioria de respostas “**NVNA**”. Sobre estas respostas referir que elas respondem à pergunta “*Eu levo as minhas crianças ao parque infantil, mas não sei ou não me sinto à vontade para brincar com elas*”. Esta pergunta analisada individualmente pode ser de difícil entendimento porque não se consegue perceber a que parte da pergunta se está a responder, ou seja, os pais responderam a “*Eu levo as minhas crianças ao parque infantil...*” ou a “*não sei ou não me sinto à vontade para brincar com elas*”. Este esclarecimento é importante porque interfere substancialmente nos resultados.

Vejam os resultados das restantes afirmações. De acordo com as respostas à afirmação 3, na qual as respostas “**CV**” atingiram os 57% concluímos que estes pais levam as crianças e jovens a diferentes atividades, incluindo parques infantis, havendo uma pequena percentagem que diz não ser verdade. Destes, a esmagadora maioria 74% aproveita para brincar com elas, ao mesmo tempo que podem também trocar impressões com os outros pais, 43%.

Sobre o último grupo de afirmações dizer que 22% dos pais concorda que as crianças têm tempo para a brincadeira e o lazer depois das atividades escolares e que 30% acha que tem tempo depois do trabalho.

Isto dito, percebemos que a resposta à afirmação levantada acima é que os pais responderam à segunda parte da afirmação, negando o facto de não se sentirem à vontade para brincarem com os filhos quando os acompanham nas brincadeiras, e assumindo que levam as crianças ao parque infantil. Aliás, as respostas à afirmação 6 são o inverso das dadas à afirmação 5. Só há uma ligeira diferença nas respostas “**NS**”. Percebemos, assim que os pais, na sua maioria, acompanham as crianças nas suas brincadeiras e acompanham os mais velhos nas suas atividades; interagem com outros pais quando estão nestas atividades e a maioria deles participa nas brincadeiras das crianças.

Terminada a análise deste direito, sistematizemos algumas conclusões:

Pontos fortes

- O direito a Brincar está consolidado nas crianças;
- Cerca de 1/3 dos jovens frequenta um clube desportivo;
- A maior parte das famílias consegue pagar a mensalidade do clube;

Pontos fracos

- Inexistência de locais públicos para convívio ou para a prática de desporto;
- Inexistência de tempo para atividades extraescola;
- Parece que os jovens deficientes não dividem os mesmos espaços que os restantes.
- O tempo para a brincadeira é escasso quer para os adolescentes quer para os pais.

4.3.6.2 A Relação com os Pares

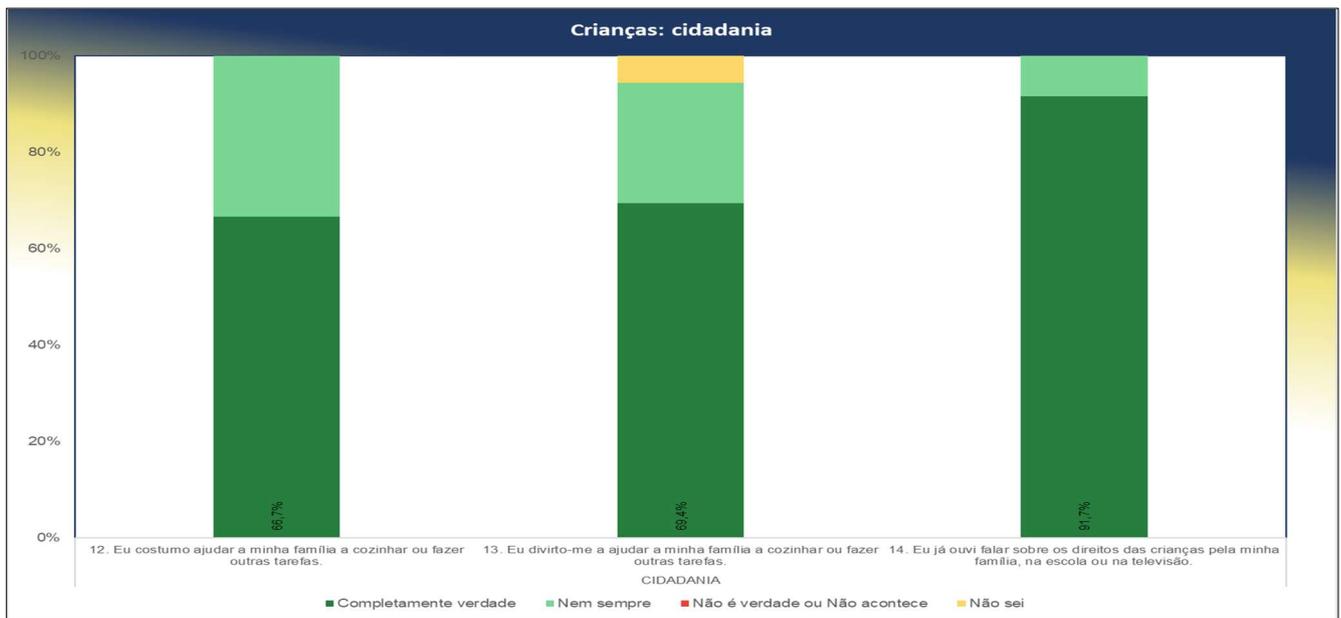


Gráfico 72: Direito Desenvolvimento: crianças, cidadania

Sobre as respostas dadas no âmbito em análise referir que no que concerne às **crianças** as respostas “completamente verdade” são claramente maioritárias. Isto quer dizer que ao nível da partilha e da relação com os seus pares as crianças apresentam resultados francamente positivos.

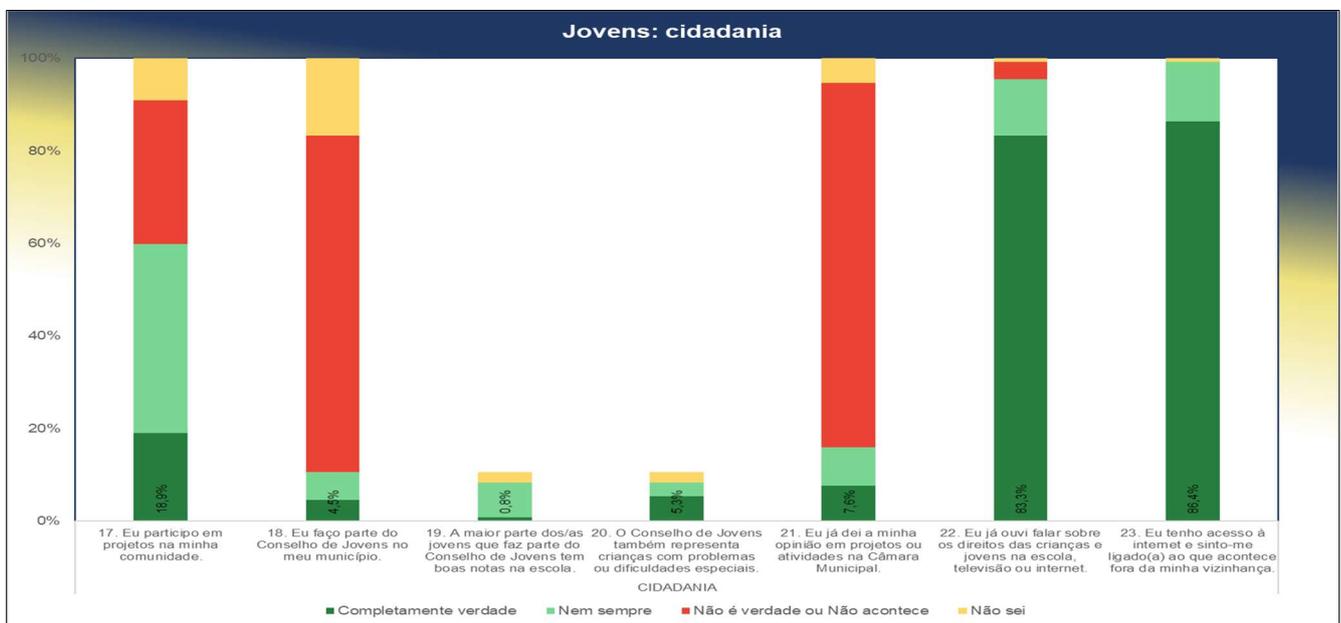


Gráfico 73: Direito Desenvolvimento: jovens, cidadania

No que concerne aos **jovens**, as respostas são maioritariamente negativas. Isolemos as respostas 22 e 23 para as quais as respostas foram maioritariamente “completamente verdade” com 83% e 86%, respetivamente. A esmagadora maioria dos jovens tem acesso à internet e também já ouviu falar dos direitos das crianças ou jovens.

As respostas relativas ao Conselho de Jovens são muito fracas, tendo havido mesmo jovens que não responderam às afirmações 19 e 20. A participação em projetos, afirmação 17 e a intervenção cívica, afirmação 21, também são muito pouco valorizados.

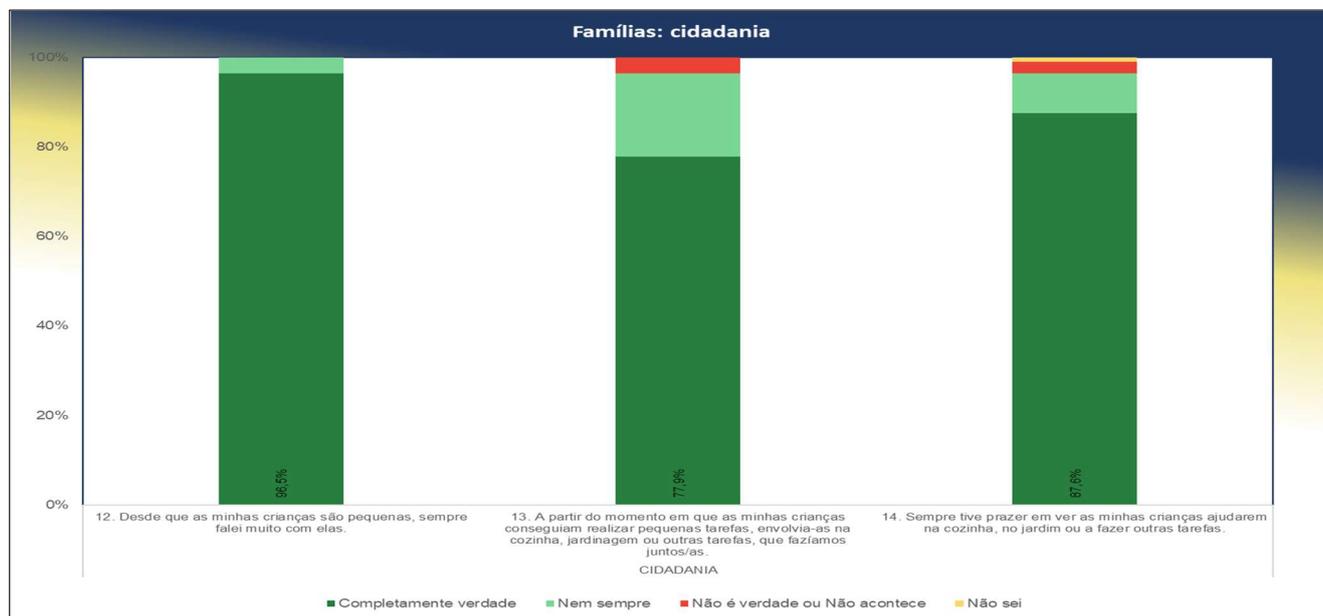


Gráfico 74: Direito Desenvolvimento: famílias, cidadania

No respeitante às famílias as respostas a este grupo de afirmações são bastante positivas já que em todas as respostas “completamente verdade” é claramente maioritária.

Assim, no respeitante a afirmações de cidadania podemos concluir que:

- As crianças e a família, na sua maioria, interagem mutuamente, de forma positiva;
- Os jovens não conhecem a existência do Conselho de Jovens;
- Muitos jovens não participam em projetos na sua comunidade, nem na vida do município;
- As crianças e os jovens têm consciência da existência dos direitos das crianças e dos jovens;
- Os jovens respondentes têm acesso à internet.

4.3.6.3 Direito à Educação

No respeitante à educação e cingindo-nos, primeiramente, sobre o questionário aplicado às **crianças**, assinalamos à partida que as respostas “completamente verdade” e “nem sempre” são maioritárias em todas as afirmações, à exceção da 42.

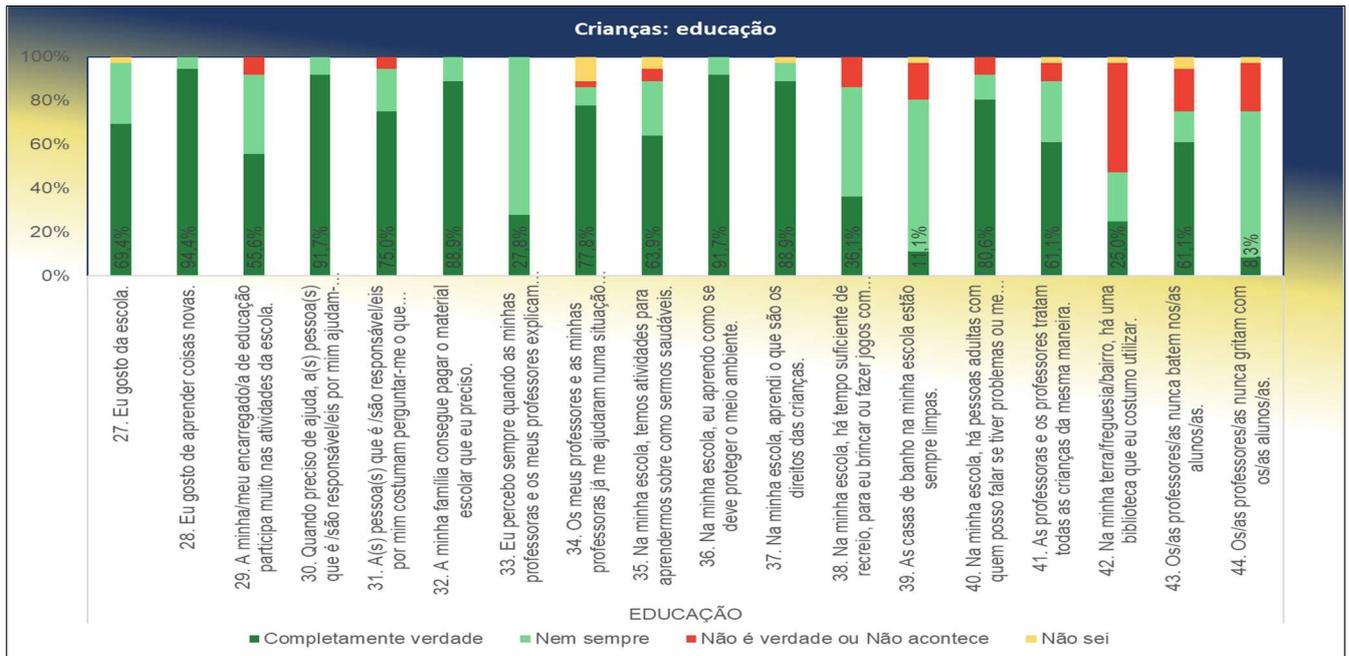


Gráfico 75: Direito Desenvolvimento: crianças, educação

Além disso, as afirmações 27, 28, 30, 32, 33, 36 e 37 não apresentam qualquer resposta “**NVNA**” e apenas a 27 e a 37 registam respostas de “**NS**”, embora numa pequena percentagem. Não obstante, neste grupo devemos isolar as respostas à afirmação 33 na qual o “**CV**” ronda os 27%.

No seguimento salientem-se as respostas às afirmações 38, 39, 42 e 44, nas quais as respostas “**CV**” são minoritárias e ainda apresentam uma percentagem relevante de respostas “**NVNA**”. Por último, registemos os resultados das respostas à afirmação 43. a “**CV**” atinge os 61% e o “**NVNA**” chega perto dos 20%.

Apresentados os dados, poderemos concluir que a esmagadora maioria das crianças gosta da escola e de aprender coisas novas, o que poderá ser uma novidade para algumas pessoas. As crianças dizem ter o material escolar de que precisam e são ajudadas nos trabalhos de casa. Também dizem não ter problemas de entendimento da matéria e que nesse sentido aprendem coisas sobre o meio ambiente e sobre os direitos das crianças. As pessoas responsáveis pelas crianças, quer em casa quer na escola, são percecionadas positivamente. No que concerne à vida na escola percebe-se que a maior parte dos intervenientes interage positivamente com as crianças:

No outro extremo da análise podemos dizer que a uma percentagem significativa de crianças não entende o que os professores explicam, o que certamente, influenciará o seu rendimento e a sua motivação escolar. As crianças também se queixam da falta de tempo de recreio na escola. Esta queixa é tanto mais significativa, quanto a importância destes espaços e atividades para a sua socialização. Ainda na escola, as crianças consideram que existe falta de limpeza nas casas de banho e, ainda, que os professores “gritam” com os alunos.

Conseguimos perceber esta estratégia dos professores, mas talvez não seja a mais correta, apesar de nem sempre ser fácil manter o tom de voz em níveis aceitáveis. Contudo, seria importante fazer um esforço porque não é falando alto que se alteram os comportamentos, ou melhor, nos fazemos ouvir, apesar de termos essa sensação. Registe-se o facto de uma percentagem significativa de crianças não ter conhecimento ou não utilizar uma biblioteca.

Por último referir que apesar de 61% das crianças responderem que é “completamente verdade” que os professores “nunca batem nos alunos”, cerca de 20% delas afirmam o contrário. 20% é um número demasiadamente grande.

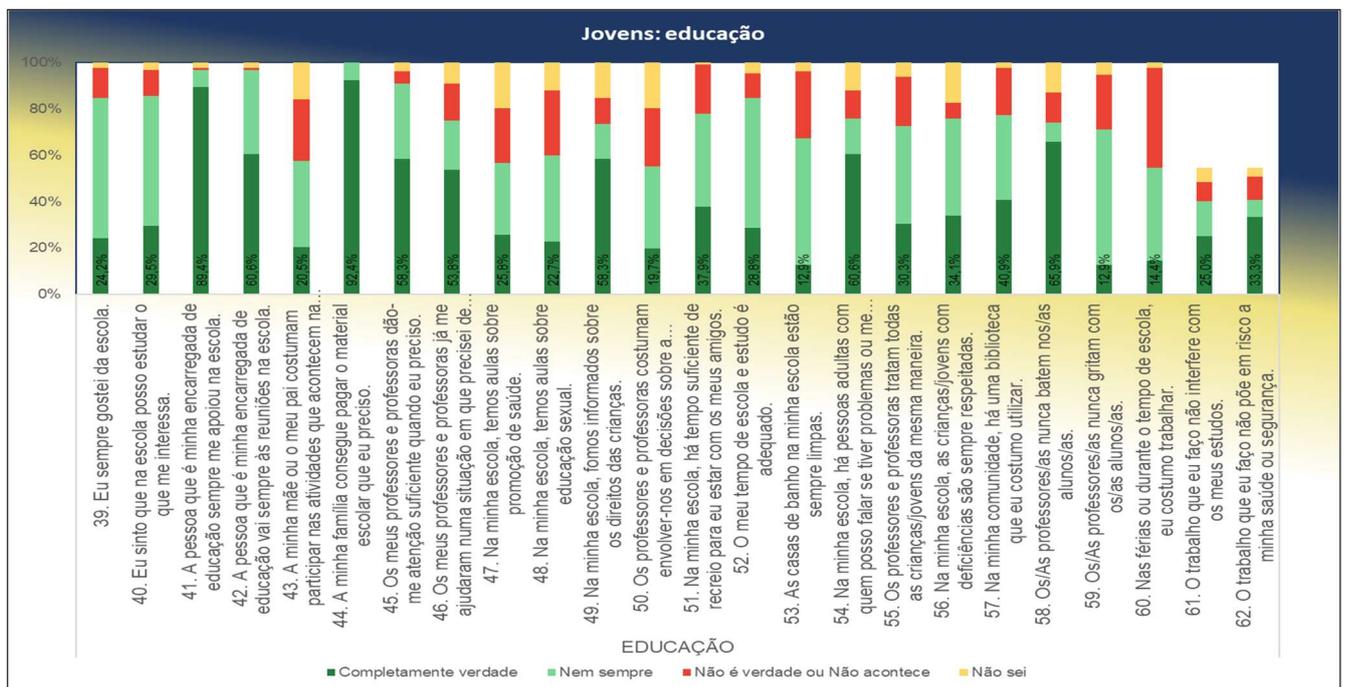


Gráfico 76: Direito Desenvolvimento: jovens, educação

Passando para o questionário dos jovens e utilizando a metodologia adotada, apenas nas respostas às afirmações 61 e 62 as respostas “**CV**” e “**NSp**” não são maioritárias, no entanto, neste caso, apenas uma afirmação não obteve respostas “**NVNA**”, a 44. Por outro lado, temos um conjunto enorme de afirmações cujas respostas “**CV**” não são maioritárias. Por ordem, temos a 53 e 59, 60, 50, 43, 48, 39, 61, 47, 52, 40, 55, 62, 56, 37 e 40. Começamos em percentagens na ordem dos 13% e atingimos os 41%.

À semelhança do questionário anterior devemos isolar as respostas à afirmação 58.

Apresentados os dados podemos dizer que a esmagadora maioria dos jovens não sente falta de material escolar e considera que as famílias conseguem pagar o material escolar de que necessitam. Os jovens também se sentem apoiados na escola pelo respetivo encarregado de educação, pelos professores ou por outro adulto que o ajuda a resolver os seus problemas. Os jovens confirmam que os Direitos das Crianças são falados na escola e sentem que são informados sobre o assunto.

No extremo oposto reencontramos o tema da limpeza das casas de banho e o facto dos professores gritarem com os jovens. Por outro lado, cerca de 1/4 dos jovens afirma perentoriamente gostar da escola ou que a escola corresponde aos seus interesses. Uma percentagem reduzida de pais participa regularmente nas atividades realizadas na escola. A maior parte deles fá-lo de forma irregular ou não participa de todo. A promoção da saúde, a educação sexual e a organização da escola são temáticas pouco abordadas na escola ou não abordadas de todo. Uma parte considerável dos jovens sente que os professores não agem com todos da mesma forma e também que as crianças deficientes nem sempre são respeitadas. Por último, referir que a percentagem de jovens que trabalha durante as férias situa-se nos 14%. Portanto, a esmagadora maioria não o faz. Por isso, não será de estranhar os resultados das respostas às duas últimas afirmações. Com efeito, cerca de 50% dos jovens não responderam a essas afirmações, provavelmente pelo facto de não trabalharem nas férias.

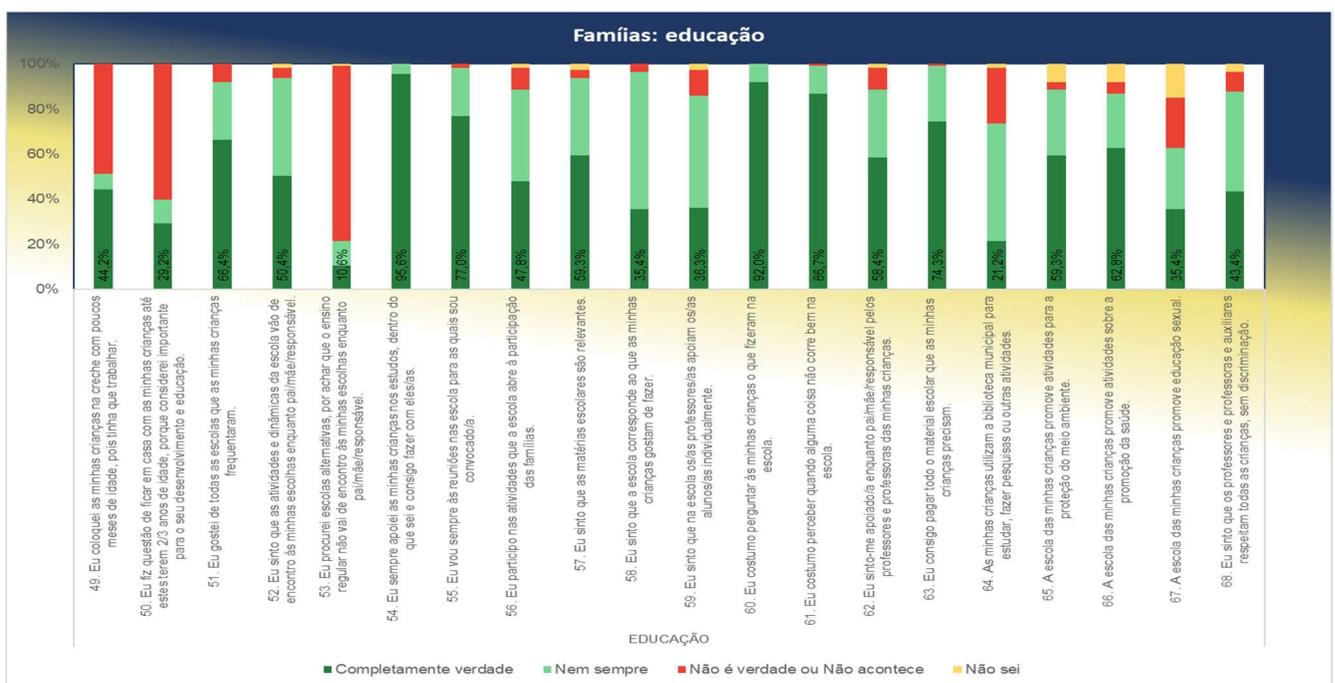


Gráfico 77: Direito Desenvolvimento: famílias, educação

Passando, para finalizar, para o questionário das famílias observamos que apenas nas afirmações 50 e 53 as respostas “CV” e “NSp” não são maioritárias. As afirmações 54 e 60 não obtiveram respostas “NVNA”. Por outro lado, temos um conjunto enorme de afirmações cujas respostas “CV” isoladamente não são maioritárias. Por ordem, temos a 64, 33, 40, 67, 59, 68 e 49. Começamos em percentagens na ordem dos 20% e atingimos os 44%.

Apresentados estes dados regista-se que a maioria dos pais tem uma boa impressão das escolas frequentadas pelos filhos e também que as atividades nelas desenvolvidas vão de encontro às suas expectativas. A maior parte dos pais apoia os seus educandos nos

estudos e faz um acompanhamento próximo e atento das crianças/jovens, participando nas atividades que a escola abre às famílias; nas reuniões de escola; perguntando sobre as atividades realizadas na escola ou mesmo deduzindo a existência de algum problema. As matérias escolares são consideradas relevantes pela maioria dos pais que também consideram existir atividades com vista à proteção do ambiente e à promoção da saúde. No mesmo sentido, a maioria dos pais sente-se apoiada pelos professores.

Por outro lado, pouco mais de $\frac{1}{3}$ dos pais considera que a escola corresponde aos gostos das crianças, o que nos permite concluir que a maioria acha que a escola está desfasada dos interesses das crianças. Se, por um lado, os pais se sentem devidamente apoiados pelos professores, o mesmo já não acontece com as crianças. Com efeito, o grosso dos pais considera que a escola não apoia individualmente os alunos, mas mais, considera que há, na escola, discriminação no tratamento das crianças e também que não se promove a educação sexual.

Por último, analisar as respostas à afirmação 53. Estas demonstram que os pais não procuraram outra escola para além daquela que o filho frequenta. Isto poderia querer dizer que a escola que o filho frequenta é a que os pais consideram ser a melhor e a que vai de encontro às suas escolhas. Isto até poderia ser verdade se, por acaso, houvesse possibilidade de escolha. Ora, no concelho de Macedo de Cavaleiros só há a escola pública e uma escola pública, neste caso o Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros. Não havendo possibilidade de escolha, as respostas a esta afirmação são irrelevantes.

Finalizamos este ponto, sistematizando algumas conclusões:

Pontos Fortes:

- A esmagadora maioria das crianças gosta da escola;
- As crianças têm o material escolar de que necessitam e as famílias consideram que o podem pagar;
- A maior parte dos intervenientes do processo educativa interage com as crianças positivamente;
- Os direitos das crianças estão presentes no discurso da escola.
- Os jovens sentem-se acompanhados, na escola, por todos os intervenientes;
- A maioria dos pais tem uma boa impressão da escola;
- Os pais fazem um acompanhamento próximo dos seus filhos;
- As matérias escolares são consideradas relevantes

Pontos Fracos

- Uma percentagem significativa de crianças não entende o que os professores explicam;
- As crianças não têm tempo para brincar;
- Na escola a falta de limpeza das casas de banho é tema recorrente
- 20% das crianças considera que os professores batem nos alunos
- Ao contrário das crianças, apenas $\frac{1}{4}$ dos jovens afirma gostar da escola;
- A escola não corresponde aos interesses dos jovens e talvez por isso participam pouco nas atividades que lá se desenvolvem;
- Os jovens sentem que os professores não agem todos da mesma forma e que os deficientes nem sempre são respeitados;
- Os pais sentem que a escola não corresponde aos gostos das crianças;
- A escola não apoia individualmente os alunos;
- Na escola existe discriminação.

Por último, e em jeito de conclusão, podemos dizer que, apesar das deficiências encontradas, o direito à educação é claramente cumprido.

4.4 A situação das crianças/jovens em confronto com o direito à proteção

Ao longo deste onto são tidas em consideração a satisfação de necessidades associadas a vulnerabilidades específicas com base nos Relatórios Anuais de Atividades e Avaliação da CPCJMC dos anos de 2018 a 2021. A análise realizada no seguimento deste trabalho será feita tendo como ano charneira o de 2018. Neste âmbito analisaremos a evolução processual, o número de crianças sinalizadas, as problemáticas diagnosticadas e, ainda, as medidas aplicadas.

Iniciaremos, pois, pela evolução do volume processual.

4.4.1 Evolução do volume processual da CPCJ

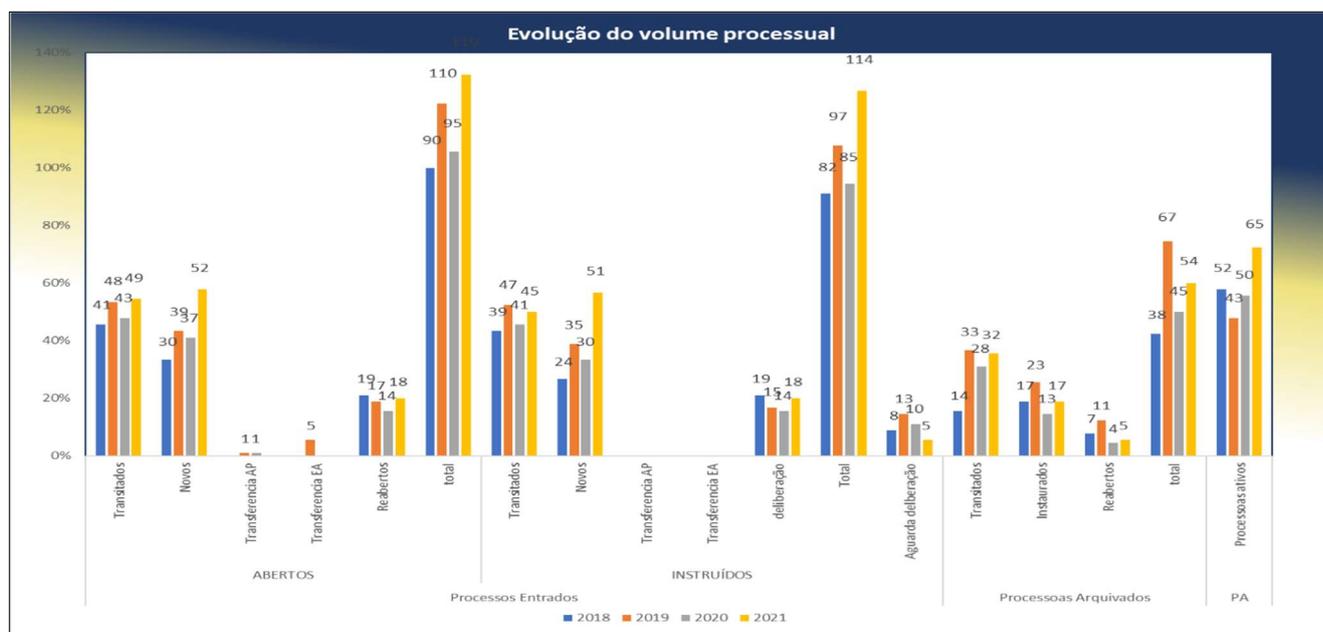


Gráfico 78: Direito Proteção: CPCJMC, volume processual

No respeitante ao volume processual da CPCJMC e tendo como ano charneira o de 2018 percebe-se, observando o gráfico acima, que o total de processos abertos vem aumentando desde o primeiro ano de análise para atingir, em 2021, uma percentagem acima dos 130% tendo em conta o número de processos abertos em 2018. Com efeito, passamos de 90 processos abertos em 2018 para 119 em 2021. A concorrer para este número encontramos aquele que reflete a abertura de novos processos, 53. O mesmo acontece com o número dos processos instruídos. Efetivamente, o número de processos instruídos em 2021 superou o atingido em todos os anos anteriores, atingindo 114. Destes, tal como nos abertos, são os novos processos que se destacam com a instrução de 51 processos.

O ponto analisado permite indicar que a CPCJMC regista um volume processual significativo atendendo à baixa densidade populacional do concelho. Face às problemáticas registadas, faz sentido promover a consolidação de uma verdadeira articulação entre a CPCJMC e outras instituições diretamente ligadas às crianças, jovens e suas famílias, como forma de enriquecer os meios capazes de efetivamente prevenir, minimizar e erradicar as situações de perigo.

Vejamos, no seguimento, como se comporta a sinalização de crianças

4.4.2 Número/percentagem de crianças sinalizadas: total, por sexo e grupo etário

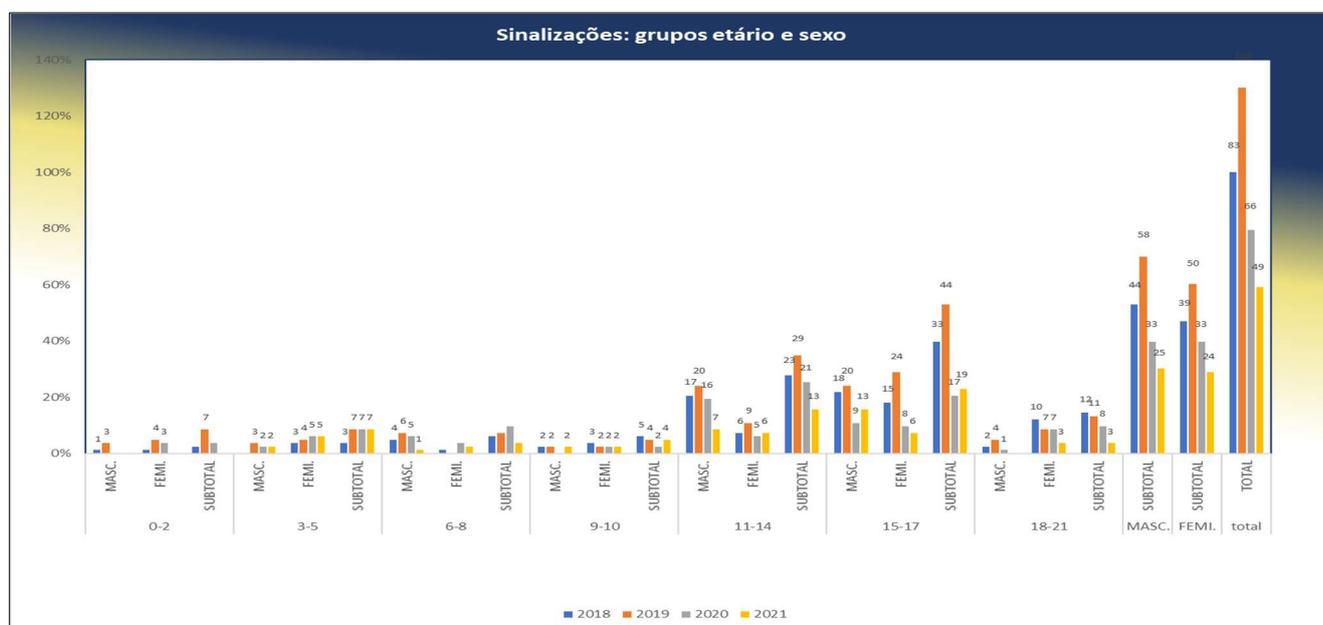


Gráfico 79: Direito Proteção: CPCJMC, sinalizações

No atinente ao número de crianças e jovens sinalizados, o ano que regista maior número de comunicações é o ano de 2019, particularmente nas faixas etárias dos “11-14” e “15-17”. Tal facto poder-se-á explicar por se tratar de grupos etários cujas características, próprias podem levar a situações de exposição a algum perigo. Por outro lado, circunscrevem-se num momento particular de pandemia que por si só pode explicar o maior número de circunstâncias de perigo. Desde esse ano, o número de crianças sinalizadas tem vindo a diminuir consideravelmente.

Vejamos o que acontece relativamente às problemáticas.

4.4.3 Problemáticas diagnosticadas por ano de análise

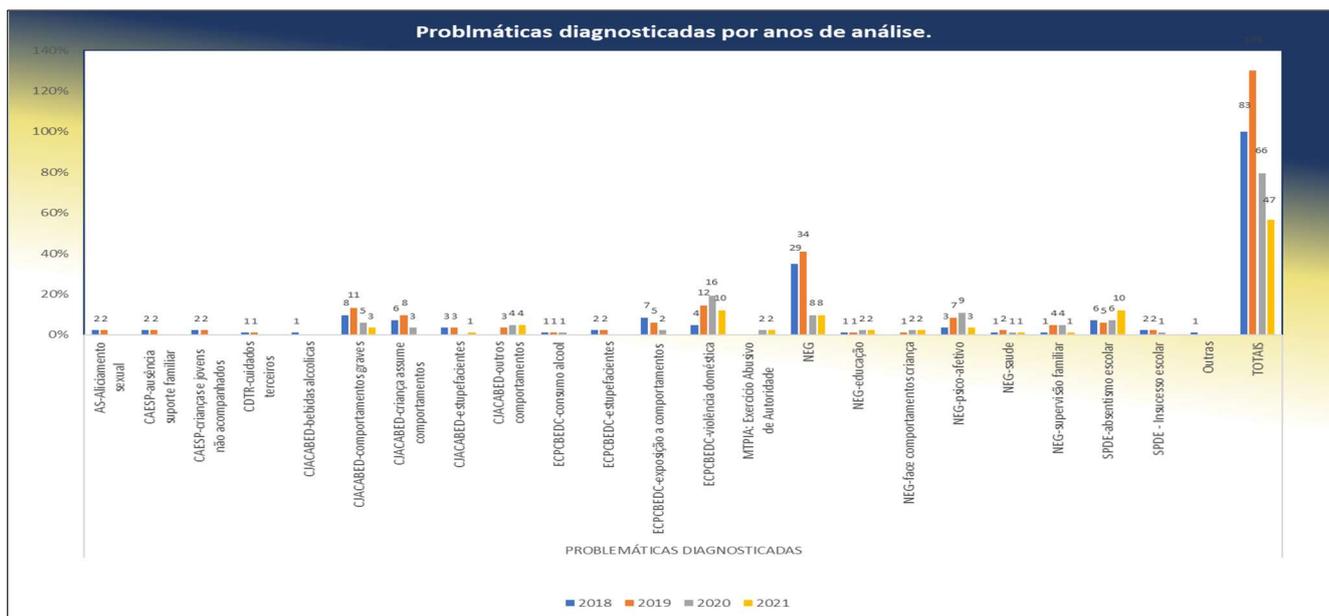


Gráfico 80: Direito Proteção: CPCJMC, problemáticas

De acordo com os motivos de sinalização, surge novamente o ano de 2019 como aquele que regista o maior número de ocorrências. No entanto, os anos subsequentes evidenciam uma tendência marcadamente descendente.

No registo das diversas tipologias de perigo de destacar os comportamentos graves ou antissociais e a assunção de comportamentos de risco ocorridos em particular nos anos de 2019 e 2018. Segue-se por ordem crescente a exposição a comportamentos de violência doméstica registados nos anos civis em análise, destacando-se o ano de 2020 e a negligência ao nível das responsabilidades parentais, em particular nos anos de 2018 e 2019.

Será importante perceber a forma como estas problemáticas se dividem por escalões etários. Será o objeto do ponto seguinte.

4.4.4 Problemáticas diagnosticadas por escalões etários, nos anos em análise

Ao longo deste ponto apresentaremos as problemáticas diagnosticadas nos escalões dos 0-2, dos 3-5, dos 6-8, dos 9-10, dos 11-14, dos 15-17 e dos 18-21 anos.

a) Escalão dos 0 aos 2 anos

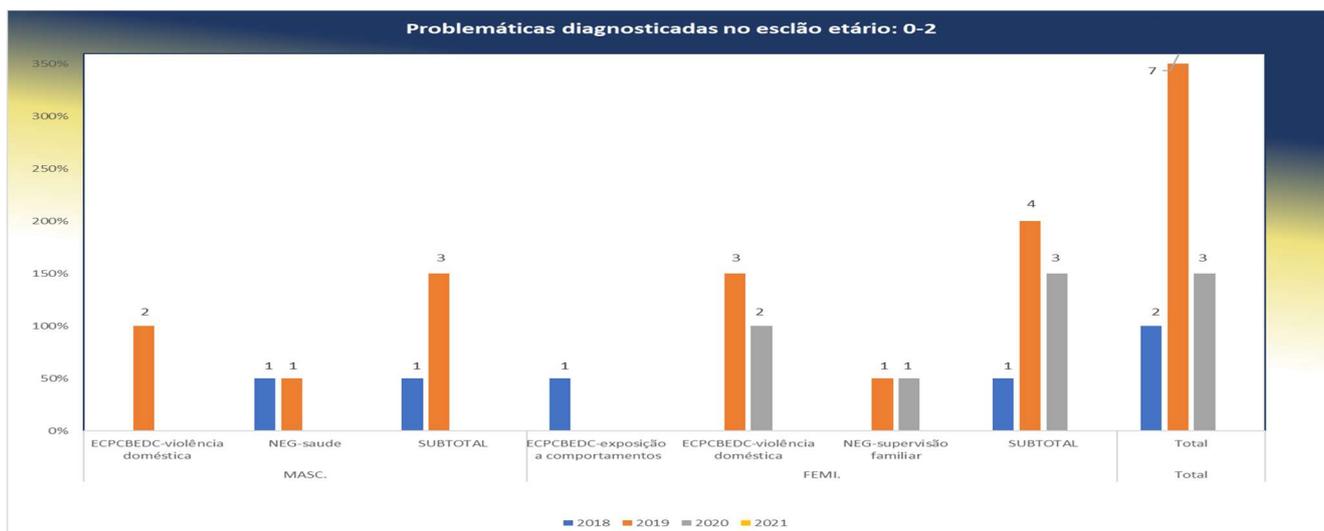


Gráfico 81: Direito Proteção: CPCJMC, problemáticas 0-2

No escalão em análise, os dados registam um aumento de mais de 200% de 2018 para 2019, havendo uma redução significativa para o ano de 2020. Não se registam ocorrências de problemáticas neste escalão etário no ano de 2021. Neste escalão as sinalizações acontecem, sobretudo, ao nível da violência doméstica.

b) Escalão dos 3 aos 5 anos

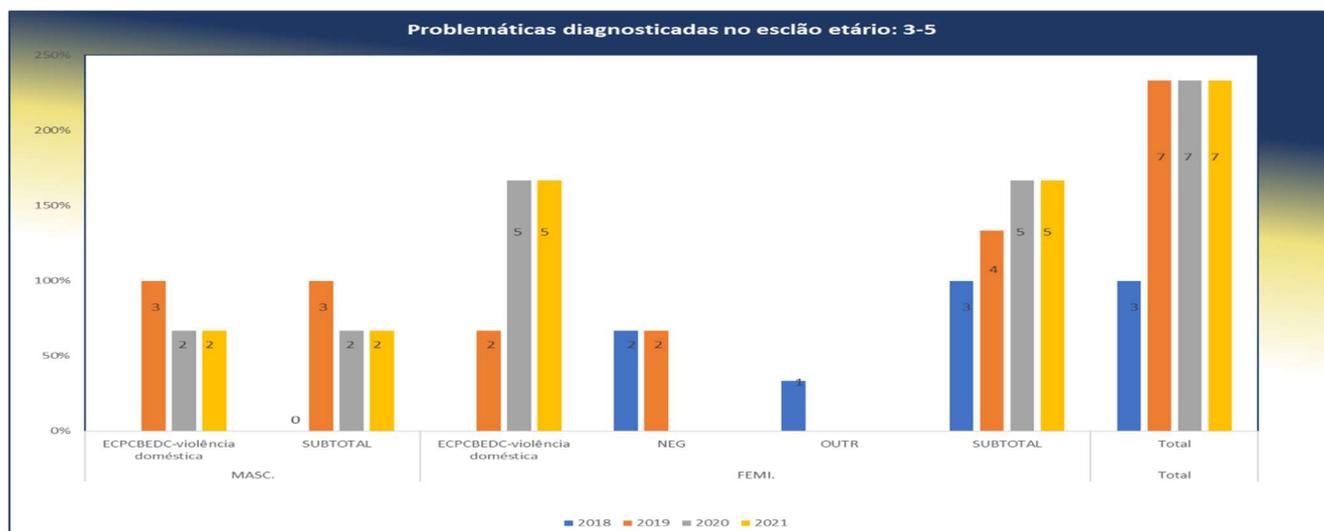


Gráfico 82: Direito Proteção: CPCJMC, problemáticas, 3-5

No escalão em análise, os dados registam um aumento de casos de mais de 200% de 2019 a 2021, relativamente a sinalizações por ECPCBEDC-violência doméstica. Neste escalão etário verificou-se que em 2018, não houve qualquer situação desta tipologia de perigo. De registar ainda que é no mesmo ano e no sexo feminino que se registam situações de perigo por negligência.

c) Escalão dos 6 aos 8 anos.

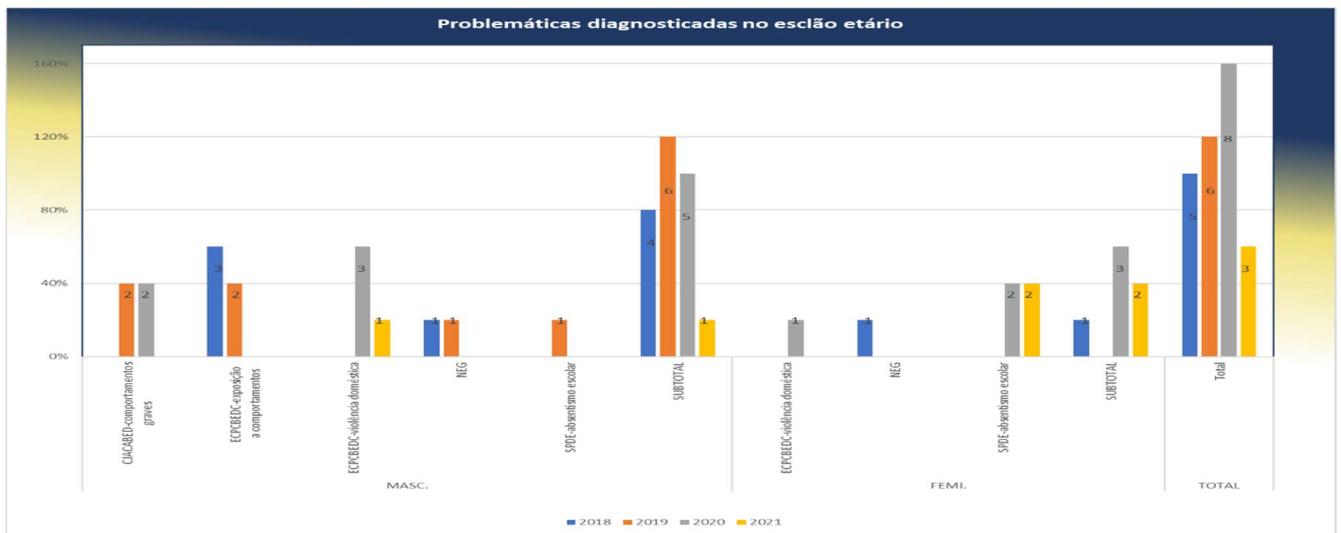


Gráfico 83: Direito Proteção: CPCJMC, problemáticas, 6-8

Os dados aqui apresentados mostram-nos que na totalidade deste escalão etário, é o ano de 2020 que regista o maior número de situações de perigo, situando-se acima dos 150%. Esta percentagem baixa consideravelmente no ano de 2021.

De salientar que a situação de perigo mais evidente, continua a ser a “*ECPCBEDC-violência doméstica*”, seguindo-se os comportamentos graves anti sociais ou/e de indisciplina, bem como a negligência e o absentismo escolar.

d) Escalão dos 9 aos 10 anos

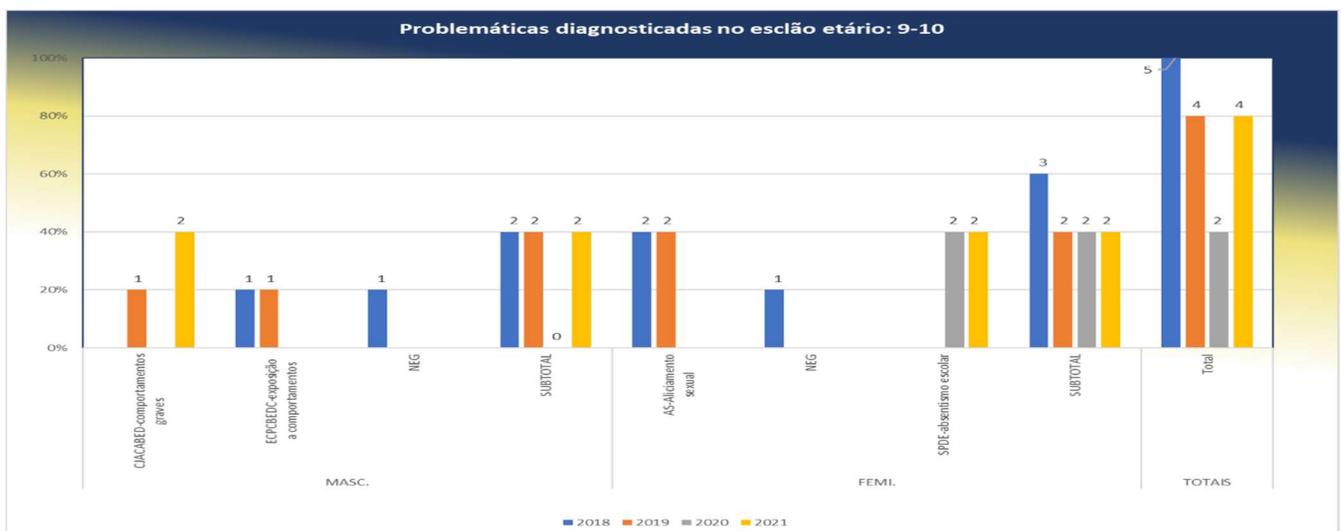


Gráfico 84: Direito Proteção: CPCJMC, problemáticas, 9-10

Os dados apresentados mostram-nos que na totalidade deste escalão etário, é o ano de 2018 que regista o maior número de situações de perigo, situando-se nos 100%. Esta percentagem baixa consideravelmente nos dois anos seguintes, voltando a registar um aumento em 2021.

De salientar que as situações de perigo mais recorrentes são ECPCBEDC-violência doméstica, os comportamentos graves anti sociais ou/e de indisciplina, bem como a negligência e aliciamento sexual.

e) Escalão dos 11 aos 14 anos

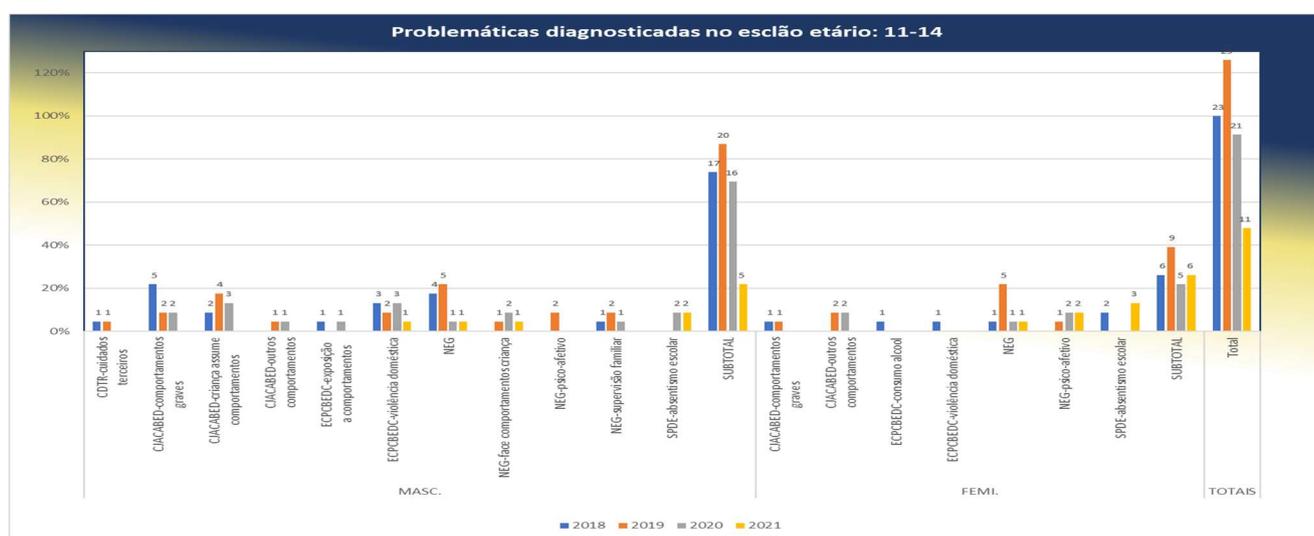


Gráfico 85: Direito Proteção: CPCJMC, problemáticas, 11-14

Os dados apresentados mostram-nos que, na totalidade deste escalão etário, é o ano de 2019 que regista o maior número de situações de perigo, situando-se acima dos 100%. Esta percentagem baixou consideravelmente nos dois anos seguintes.

As situações de perigo que mais se evidenciam são ECPCBEDC-violência doméstica, os comportamentos graves anti sociais ou/e de indisciplina, assunção de comportamentos que põem em causa o seu bem estar e desenvolvimento, bem como a negligência a vários níveis.

f) Dos 15 aos 17 anos

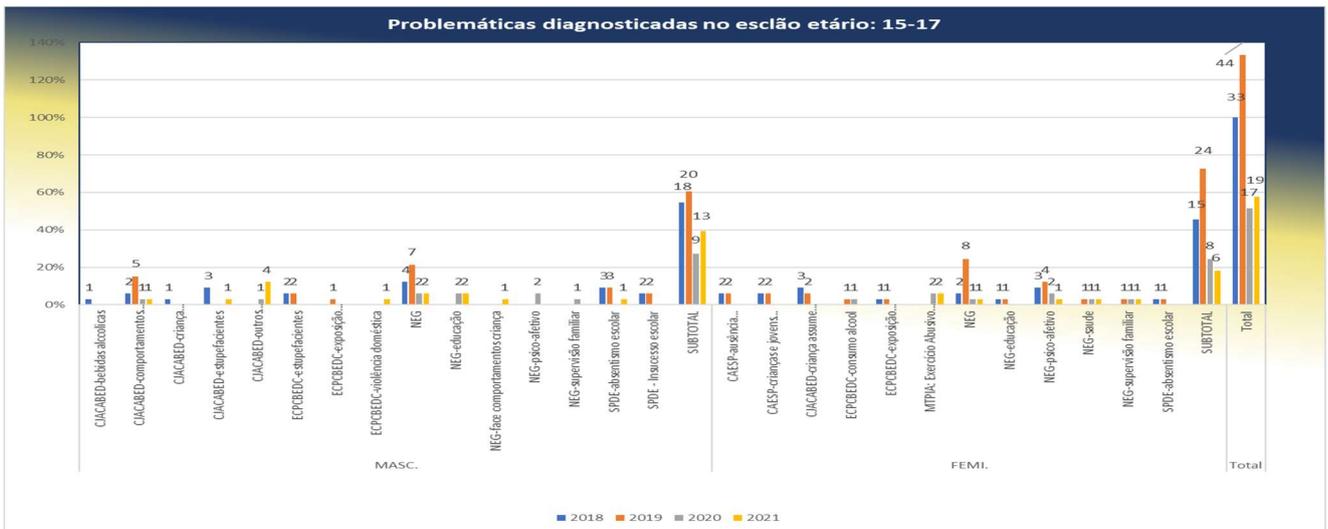


Gráfico 86: Direito Proteção: CPCJMC, problemáticas, 15-17

No escalão em análise, os dados registam um aumento de casos de mais de 100% em 2019 comparativamente a 2018, 2020 e 2021. Destacam-se as tipologias de perigo enquadradas em Crianças e Jovens que assumem comportamentos que afetam o seu bem estar e desenvolvimento(CJACABED), nomeadamente comportamentos de indisciplina, consumo de álcool e estupefacientes; a exposição a comportamentos que podem comprometer o seu bem estar e desenvolvimento (ECPCBEDC), como a violência doméstica; a Negligência nas suas variáveis psico-afetiva, falta de supervisão, a nível educacional; as situações de perigo em que está em causa o direito à educação(SPDE).

g) Dos 18 aos 21 anos.

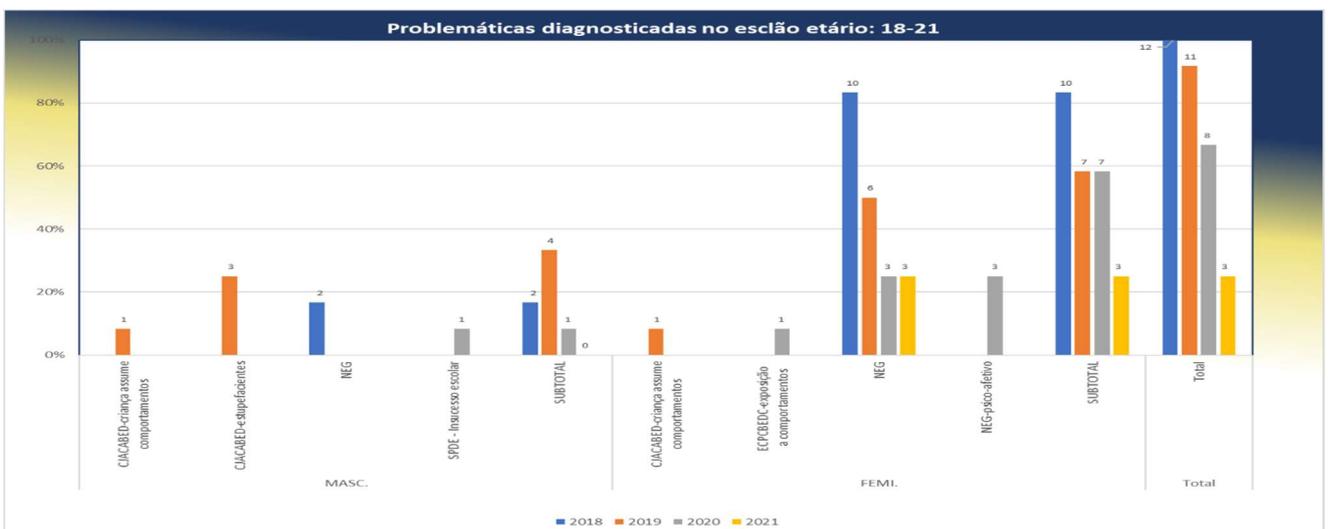


Gráfico 87: Direito Proteção: CPCJMC, problemáticas, 18-21

No escalão em análise, os dados mostram um maior número de situações de perigo no ano de 2018. As situações surgem, nos anos seguintes em decrescendo, registando uma descida significativa em 2021. Destacam-se as tipologias de perigo enquadradas em Crianças e Jovens que assumem comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento (CJACABED), nomeadamente comportamentos de indisciplina e o consumo de estupefacientes; regista-se ainda a exposição a comportamentos que podem comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento (ECPCBEDC) e a Negligência.

4.4.5 Problemáticas: número de ocorrências por escalão etário

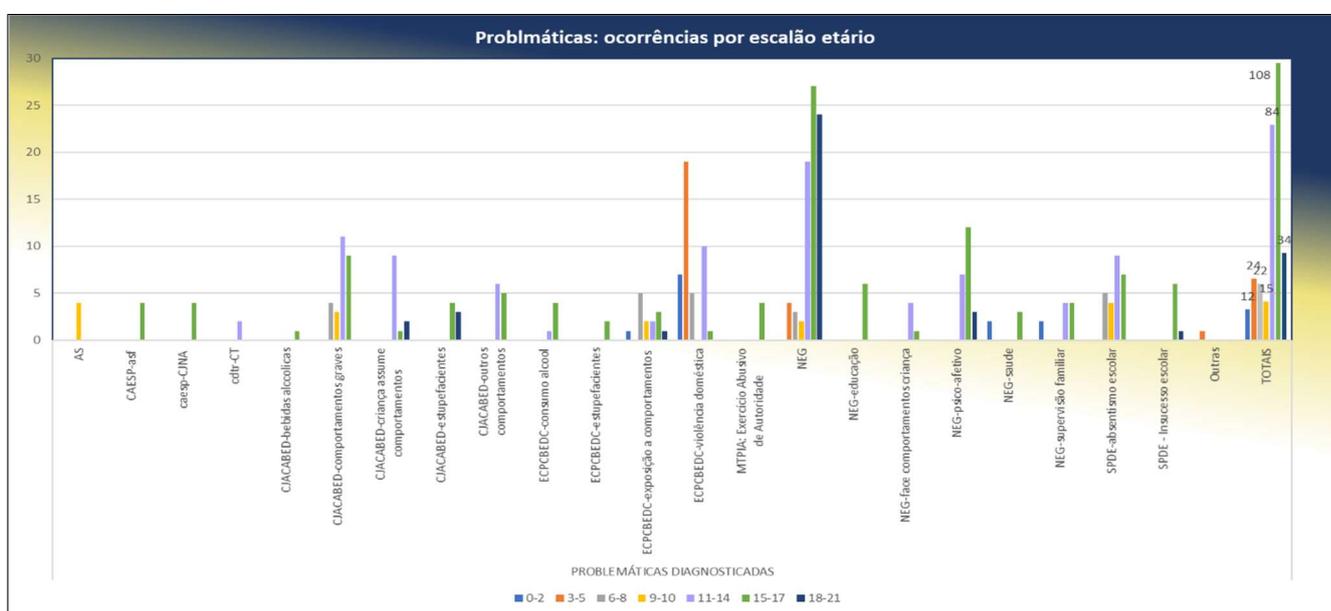


Gráfico 88: Direito Proteção: CPCJMC, problemáticas. ocorrências por escalão etário

No que concerne às problemáticas diagnosticadas distribuídas por escalões etários, ao longo dos quatro anos em análise, observa-se, desde logo, graças ao gráfico 88, acima, que o escalão “15-17” é o que apresenta maior número de ocorrências, 108, ao longo dos anos em análise. No seguimento temos o escalão “11-14”, com 84 e o escalão “18-21” com 34. Os restantes situam-se entre as 12 ocorrências do escalão “0-2” e as 24 do “3-5”.

Tendo em conta o número de problemáticas diagnosticadas e descendo do maior para o menos temos o escalão “15-17” como o que apresenta o maior número, 20 ocorrências. Destas as que sobressaem são a “NEG” e “CJACABED – comportamentos graves”. No seguimento temos o escalão “11-14”, com 12 ocorrências. Destas, destacam-se a “NEG”, “CJACABED – comportamentos graves” e “ECPCBEDC – violência doméstica”. A uma distância considerável em termos de ocorrências, aparecem os restantes escalões. O “18-21”

com 6 ocorrências, destacando-se a “NEG”, os “6-8” e “9-10” com 5 ocorrências cada, destacando-se para o primeiro a “ECPCBEDC – violência doméstica” e a “ECPCBEDC – exposição a comportamentos” e para o segundo o “SPDE – absentismo escolar” e o “AS”. Por últimos temos os escalões dos “0-2” e dos “3-5”, com 3 ocorrências cada, destacando-se para os dois a “ECPCBEDC – violência doméstica”.

Isto dito, concluímos que os escalões etários mais atingidos pelas sinalizações problemáticas são, por ordem, o dos “15-17” e dos “11-14”. Ao nível das situações de perigo aparecem, por ordem decrescente, os casos de “NEG”, “ECPCBEDC – violência doméstica”, “CJACABED – comportamentos graves” e “ECPCBEDC – exposição a comportamentos”

Vejamos, no seguimento o número de processos arquivados e respetivos motivos.

4.4.6 Número de processos arquivados por motivo

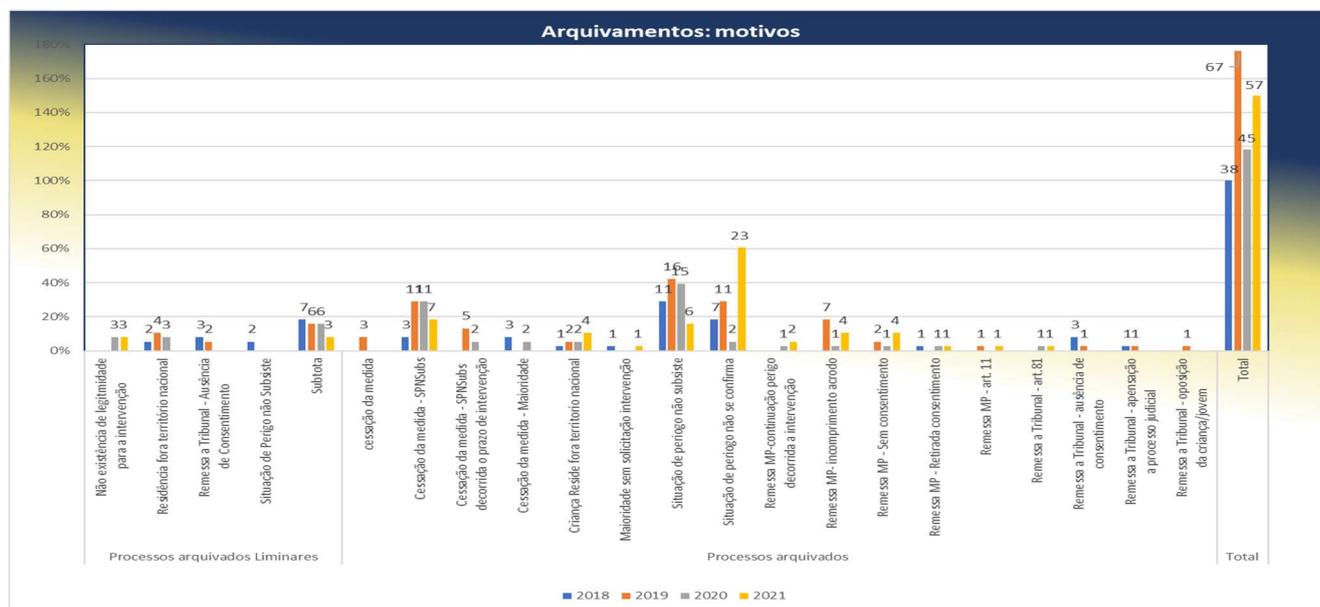


Gráfico 89: Direito Proteção: CPCJMC, arquivamentos

No que respeita ao arquivamento de processos de promoção e proteção, o gráfico elenca todas as situações em que tal aconteceu. De destacar o facto, por ser significativo, em particular no ano 2019, o arquivamento de processos por a situação de perigo não subsistir. Isto quer dizer que a situação de perigo teria sido removida.

Deve ser também assinalado o facto de um número considerável de processos ser remetido ao Ministério Público por incumprimento do acordo de promoção e proteção. Esta

remissão pode justificar-se pela inconsistência da participação dos subscritores no compromisso assumido. Poderá, ainda, ter a ver com facto das intervenções realizadas não terem sido as mais ajustadas à situação.

Importa, pois, avaliar até que ponto as famílias se sentem parte integrante na elaboração dos acordos e refletir sobre a forma como este aspeto pode ser melhorado.

Por último, debruçemo-nos sobre as medidas da promoção e proteção aplicadas.

4.4.7 Medidas de promoção e proteção aplicadas nos anos em análise

Tipo e número de Medidas de Promoção e Proteção aplicadas pela CPCJ	Número de crianças em instituições de acolhimento (CAT e LIJ), por sexo e idade
Acolhimento Residencial – 40	0 -1 – SM – 1 criança 9-10 – SM – 1 criança 13-14 - SM – 2 jovens 15-16 - SM – 2 jovens
Apoio Junto dos Pais – 152	13-14 – SF – 2 jovens 15-16 – SF – 1 jovem 18-21 – SF - 2 jovens
Apoio Junto de Outro familiar – 9	

Tabela 2: Direito Proteção: CPCJMC, medidas aplicadas anos em análise

No atinente às medidas aplicadas é privilegiado o apoio em meio natural de vida junto dos pais em todos os anos por ser aquela que se revela adequada para que se possam manter e incentivar os laços familiares, de modo a que as relações parentais sejam enriquecidas e duradouras.

Por outro lado, esta medida de apoio, dada a sua especificidade a nível do acompanhamento prestado às crianças/jovens e família, aponta para a necessidade de reforçar intervenções preventivas na educação parental, nomeadamente na promoção da parentalidade positiva e no combate à negligência parental. Considerando ainda a tendência

evolutiva para as situações de exposição a comportamentos de violência doméstica, urge promover medidas de apoio às vítimas de violência doméstica bem como medidas de apoio ao tratamento e reintegração de cidadãos com consumos diversos.

Aqui chegados cumpre tecer algumas conclusões decorrentes dos dados quantitativos analisados anteriormente:

Pontos Fortes:

- O número de crianças sinalizadas tem vindo a diminuir consideravelmente desde 2019
- O número de problemáticas diagnosticadas tem vindo a diminuir desde 2019 significativamente.

Pontos Fracos

- O número de processos instruídos aumentou para 2021;
- Os grupos etários de maior sinalização são os 11-14 e 15-17;
- As problemáticas diagnosticadas com maior incidência são a Negligência, a Violência Doméstica, os Comportamentos Graves, o Absentismo Escolar e a Negligência Psico-afetiva.
- Nos escalões dos 3-5 e dos 18-21 a maior parte das sinalizações recaíram no sexo feminino;
- Nos escalões dos 6-8, dos 11-14 e dos 15-17 a maior parte das sinalizações recaíram sobre o sexo masculino.
- A negligência é uma problemática transversal a todos os grupos etários, à exceção do 0-2, sendo os escalões etários compreendidos entre os 11 e os 21 anos os mais afetados;
- A mesma situação acontece com a “exposição a comportamentos” mas aqui exceto o 3-5;
- A violência doméstica é transversal a todos os escalões etários, exceto dos 9-10 e dos 18-21, sendo mais recorrente no escalão dos 3-5
- A medida de proteção mais aplicada é a “apoio junto dos pais”;
- Os motivos de arquivamento mais recorrentes são “situação de perigo não subsiste”, “situação de perigo não se confirma” e “cessação da medida.

Passaremos, seguidamente, à abordagem deste direito nos questionários aplicados.

4.4.8 Abordagem do Direito à Proteção a partir dos questionários aplicados

4.4.8.1 Proteção e segurança

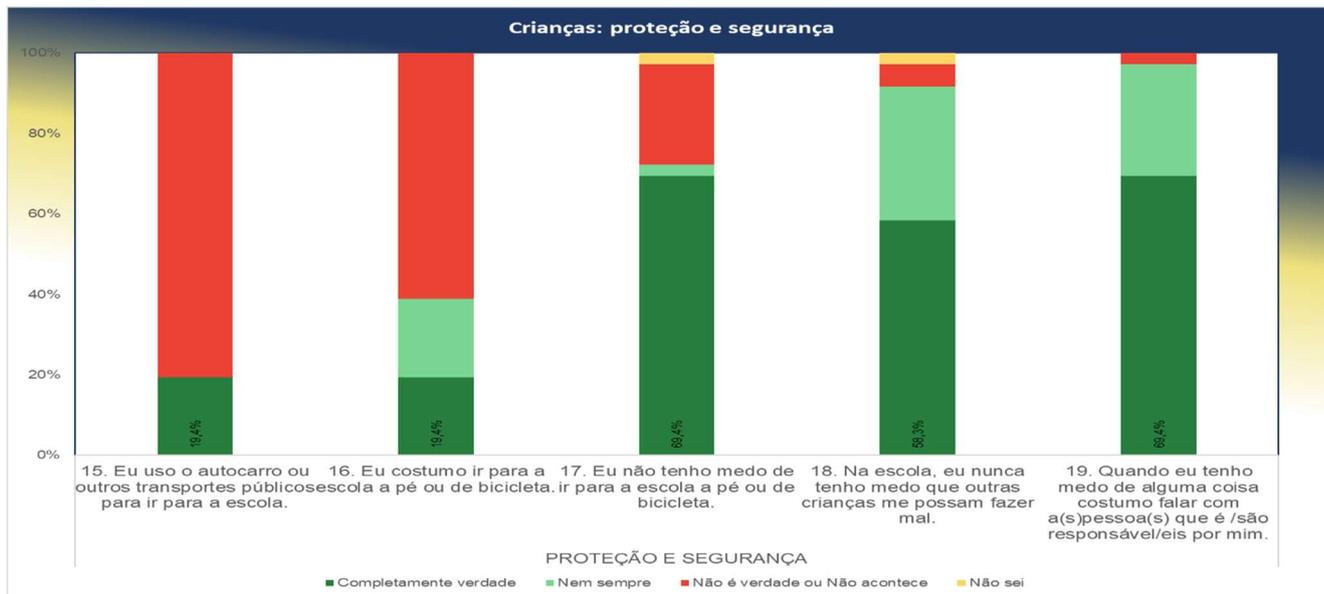


Gráfico 90: Direito Proteção: crianças, proteção e segurança

Iniciando esta análise pelas respostas dadas pelas **crianças**, à temática em análise, observamos que nas duas primeiras afirmações as respostas “**CV**” e “**NSp**” não são maioritárias, ao contrário das três restantes. Nas duas primeiras afirmações as respostas “**CV**” isoladamente também não são maioritárias.

Assim, podemos concluir que a maioria das crianças respondentes sente-se segura na deslocação para a escola, espaço onde a maioria não sente medo dos colegas, e sabe a quem se dirigir em situações de perigo.

As deslocações para a escola são feitas utilizando o autocarro público, 19%, a pé ou bicicleta, 19% e, deduzimos nós, os restantes em automóvel da família, cerca de 60%.

Passando para o questionário dos **jovens** salientamos que em todas as afirmações as respostas “**CV**” e “**NSp**” são maioritárias. Ainda que, as respostas à afirmação 30 não apresentam qualquer valor “**NVNA**”. E, por fim, que apenas na afirmação 27 as respostas “**CV**” não são maioritárias.

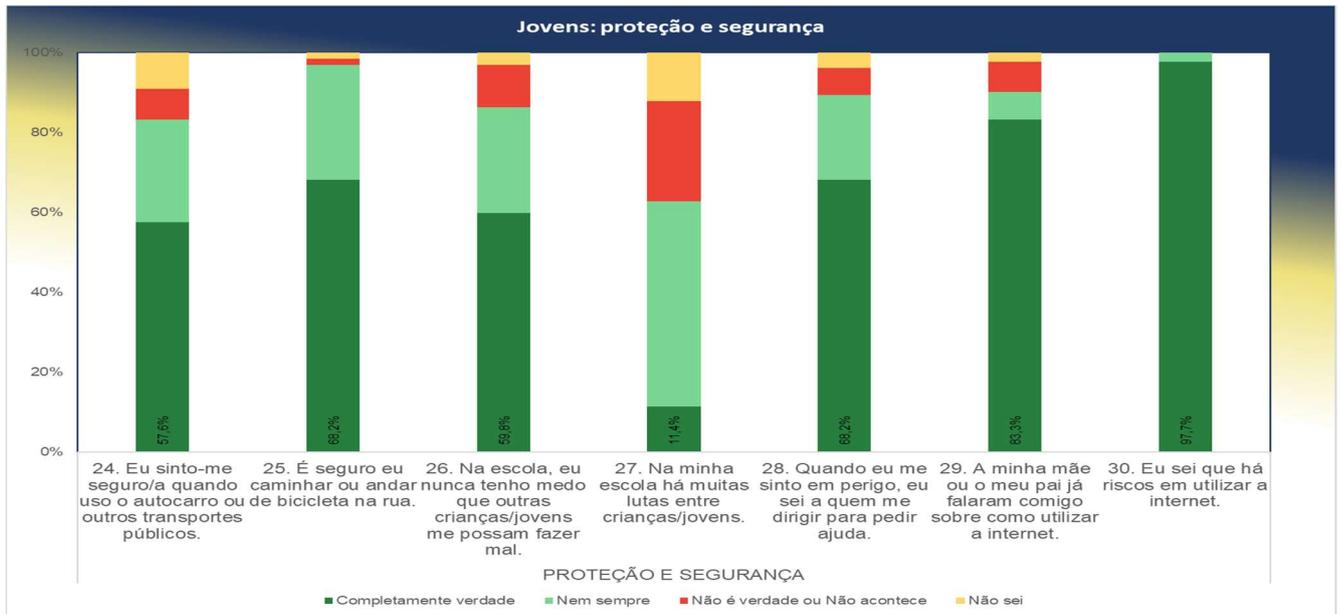


Gráfico 91: Direito Proteção: jovens, proteção e segurança

Isto dito percebemos que os jovens se sentem seguros quando viajam nos transportes escolares, bem como quando circulam nas ruas do concelho. No que respeita à escola, à semelhança das crianças, sentem ser um espaço seguro. Não receiam os outros jovens e se sentem algum perigo sabem a quem se dirigir para pedir ajuda. No atinente aos perigos da internet, a grande maioria sabe que há riscos no seu uso e falam sobre o assunto com os pais.

Atentemos aos dados fornecidos pela afirmação 27. 11% dos jovens concorda em haver muitas lutas entre jovens na escola, 51% também concorda, embora não sejam muito recorrentes e 25% discorda desse facto.

Conclui-se desta forma que parece haver um número significativo de lutas entre os jovens na escola, embora este facto não altere o sentimento de segurança da maioria dos jovens. Portanto, se os jovens dizem claramente que não têm medo dos seus colegas é porque estas lutas não são percecionadas como muito graves.

Relativamente à variável em análise e no que respeita às **famílias** constata-se que em todas as afirmações as respostas “**CV**” e “**NSp**” são maioritárias. Contudo, isolando a “**CV**”, nas afirmações 24, 26, 28, 29 e 23 ela não é maioritária.

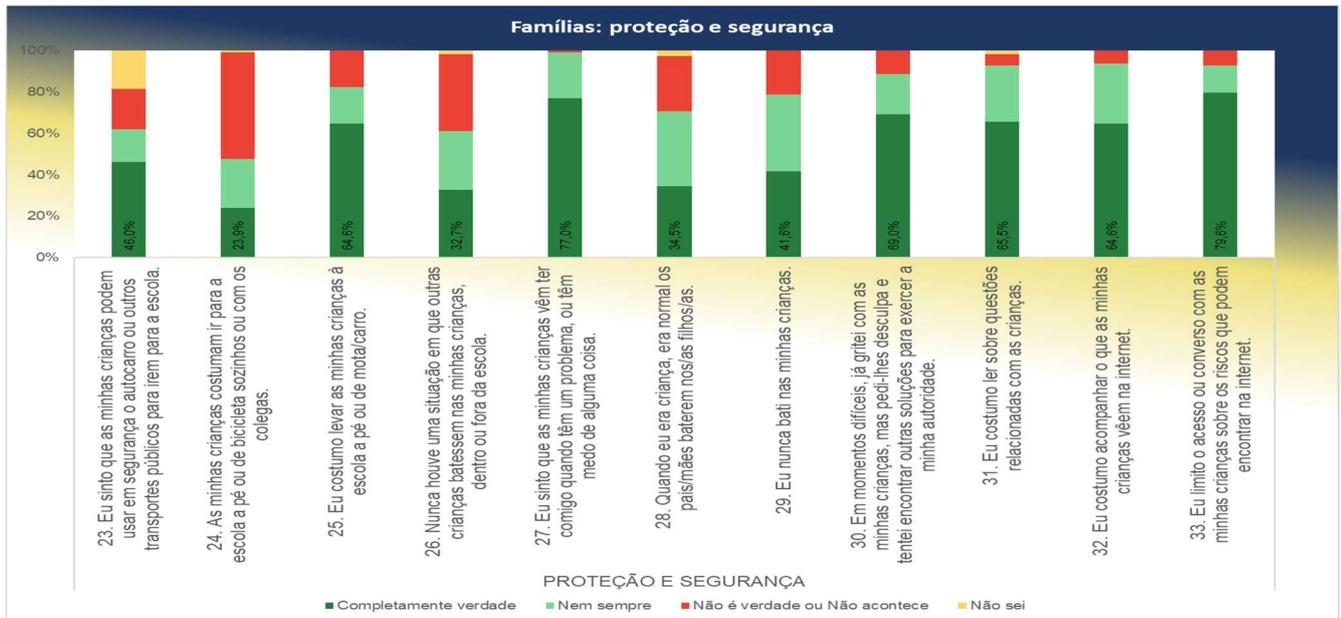


Gráfico 92: Direito Proteção: famílias, proteção e segurança

Isto dito, constata-se que a esmagadora maioria dos pais considera que os filhos os consultam quando aqueles têm um problema, o que deixa antever um bom ambiente familiar. O acompanhamento das famílias, no que respeita à utilização da internet e aos respetivos perigos parece ser efetivo já que cerca de 80% delas diz fazê-lo e cerca de 64% das acompanha o que as crianças veem online.

Ao nível das atitudes, a agressão verbal é considerada como prática no exercício da autoridade, ainda que depois se tentem encontrar outros meios para tal, já que 69% das famílias admite tê-lo feito. Na mesma linha, cerca de 20% das famílias admite já ter batido nos filhos e cerca de 40% admite fazê-lo ocasionalmente. Ainda sobre a agressividade, as famílias consideram recorrentes as situações de agressões mútuas entre crianças/jovens. Percebe-se, assim, que a violência latente ou concreta parece estar presente no dia a dia das crianças/jovens.

Sobre o questionário das **instituições** refira-se que todas as afirmações apresentam uma maioria de respostas “CV” e “NSp” e apenas uma afirmação apresenta respostas de “NVNA”. Por outro lado, as afirmações 29 e 34, 33 e 30 e 32 e 36 não apresentam valores de “CV” maioritários.

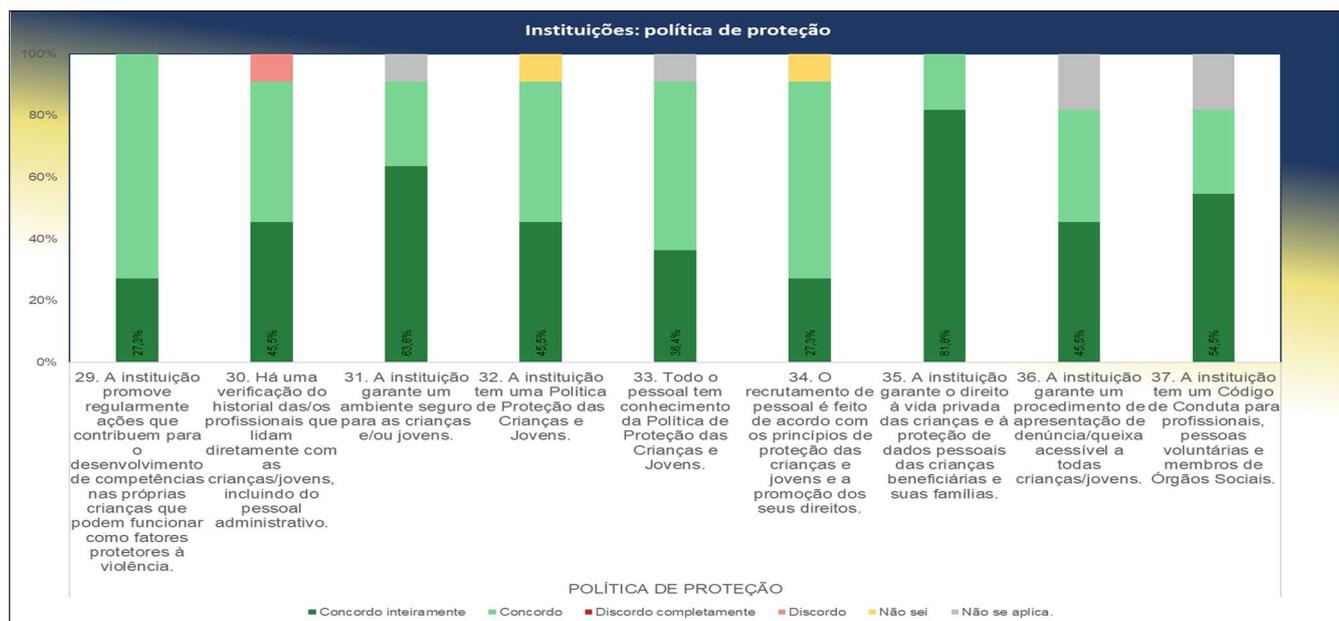


Gráfico 93: Direito Proteção: instituições, política de proteção

Assim sendo, as instituições consideram garantir um ambiente seguro para as crianças e jovens. Esta ideia é partilhada pelas crianças e pelos jovens, mas não pelas famílias. As instituições também consideram garantir o direito à vida privada das crianças e jovens protegendo os seus dados pessoais tendo tido o cuidado de instituir um “Código de Conduta” para os seus colaboradores.

Por outro lado, deve investir-se na realização de ações que contribuam para o desenvolvimento integral e harmonioso das crianças e jovens, assim como na verificação das condições pessoais dos profissionais que lidam com as crianças ou no rigor da seleção do pessoal que deve atender aos princípios de proteção das crianças e à promoção dos seus direitos. Este investimento deve ainda assentar na definição e publicitação de uma política de proteção das crianças e jovens.

4.4.8.2 Proteção na vida pessoal

No que respeita à proteção da vida pessoal, o questionário das **Crianças** apresenta uma maioria esmagadora de respostas “**CV**” e “**NSp**”. Por outro lado, apenas as respostas à afirmação 49 não apresentam valores de “**CV**” maioritários. Isto dito podemos concluir que em casa de todas as crianças há livros e brinquedos o que nos permite deduzir que o direito à brincadeira está assegurado, mas também o contacto com os livros. O facto das crianças se sentirem seguras nos espaços públicos está também aqui patente, já que uma larga maioria refere nunca ter sido agredida por outra criança fora da escola.

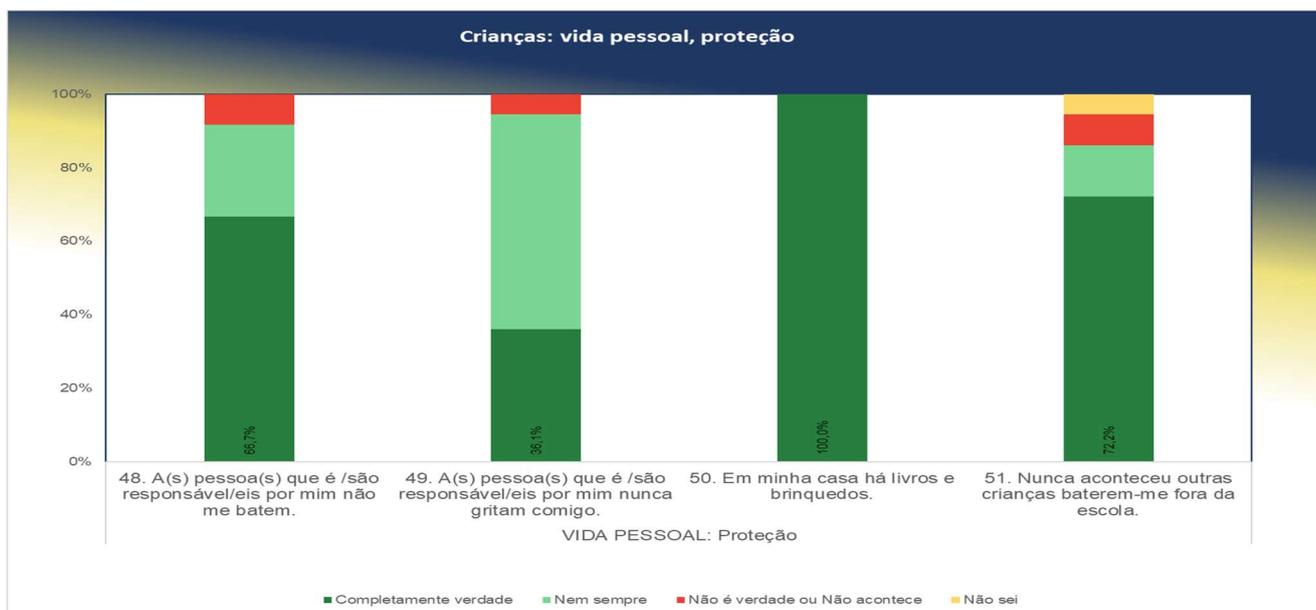


Gráfico 94: Direito Proteção: crianças, vida pessoais, proteção

Sobre as pessoas que são responsáveis pelas crianças, elas têm sentimentos dispares. Sobre o exercício de violência física, cerca de 67% das crianças refere que ela não acontece, havendo, contudo, cerca de 25% que refere existir, embora não constante, e cerca de 8% que diz existir. Quanto à agressividade verbal, o número de respostas que a excluem situam-se nos 36%, sendo que as respostas de “NSp” são as maioritárias com cerca de 58%. A percentagem de respostas que assume a sua existência é de cerca de 5%. Repare-se na consistência das respostas já que esta situação se encontra refletida no questionário das famílias.

Percebemos, assim que a violência física perpetrada à criança por um adulto continua a existir, embora em número reduzido, e que a agressividade verbal ainda é bastante recorrente.

Passando para o questionário dos **jovens** é a ausência de respostas às 4 últimas afirmações que salta imediatamente à atenção. Depois referir que em apenas uma afirmação o “CV” é maioritário, na 66. Nas restantes, essas respostas não ultrapassam os 43%. Apresentados os dados podemos concluir que a falta de respostas às últimas afirmações não nos permite perceber a opinião dos jovens quanto à atuação da **CPCJMC**. Estes dados seriam muito importantes, mas infelizmente não aconteceu.

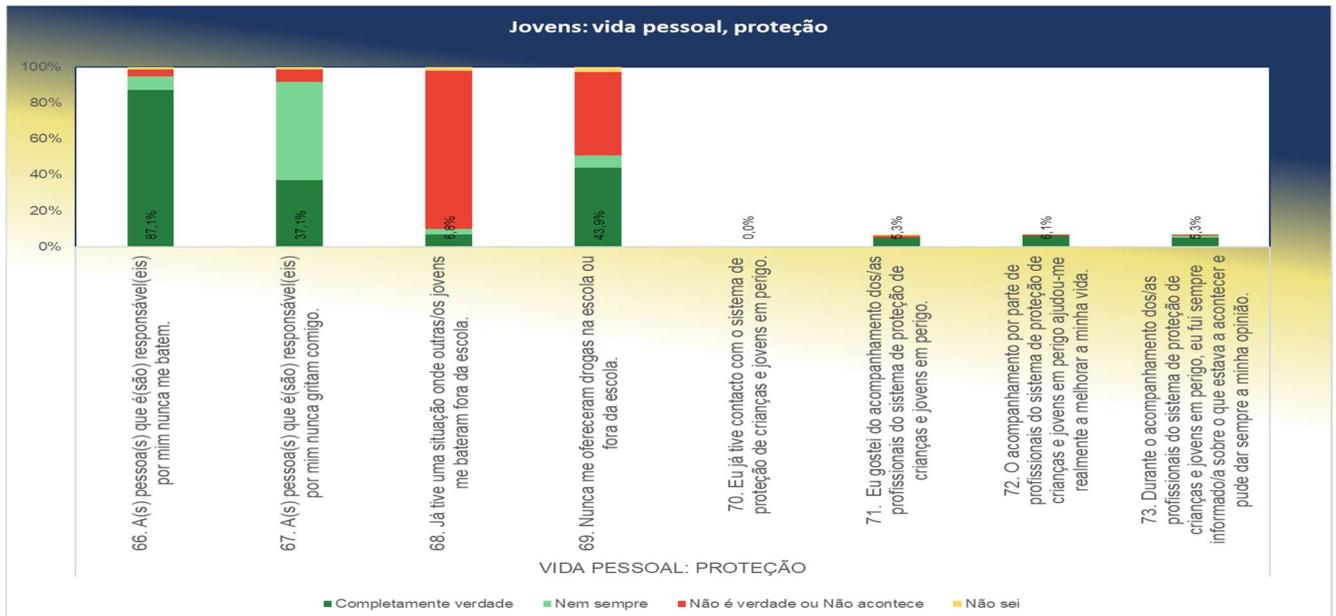


Gráfico 95: Direito Proteção: jovens, vida pessoal, proteção

Paralelamente ao questionário das crianças, também os jovens se sentem seguros já que cerca de 87% das respostas referem nunca ter havido situações de violência entre crianças; elegem, também, a agressividade verbal como a situação mais recorrente de manifestação de autoridade. Com efeito as respostas às afirmações 67 e 49 são muito semelhantes. O mesmo já não acontece quando falamos de violência física. Neste questionário ela praticamente desaparece, o que nos permite concluir que à medida que as crianças vão crescendo vai diminuindo a necessidade dos pais imporem a sua autoridade recorrendo à violência física. O sentimento de segurança também

Já sobre a oferta de estupefacientes em contexto escolar e fora dele, 46,2% dos inquiridos refere não ser verdade que nunca lhe tenham sido oferecidas drogas.

Finalizamos este ponto, sistematizando os pontos fortes e os fracos:

Pontos Fortes:

- As crianças e os jovens sentem-se seguras na escola e no trajeto para a mesma;
- As crianças e os jovens não sentem receio dos seus colegas;
- Em situações de perigo, as crianças e os jovens sabem a quem se dirigir
- As crianças e os jovens têm consciência da existência de riscos na utilização da internet, temática que é discutida com os pais.
- O exercício da violência física diminui drasticamente com a idade.
- As instituições consideram garantir um ambiente seguro para os seus utilizadores, assim como defender o direito à vida privada;

Pontos Fracos

- Parece haver lutas na escola entre os jovens, mas que não alteram o sentimento de segurança.
- A agressão verbal é prática no exercício da autoridade;
- Cerca de 60% das famílias admite ter batido nos filhos;
- As famílias consideram ser recorrente a agressividade entre as crianças/jovens;
- As instituições devem investir na elaboração e publicitação de uma política de proteção das crianças e jovens.

Recordemos as conclusões a que chegamos no seguimento da análise dos dados quantitativos:

Pontos Fortes:

- O número de crianças sinalizadas tem vindo a diminuir consideravelmente desde 2019
- O número de problemáticas diagnosticadas tem vindo a diminuir desde 2019 significativamente.

Pontos Fracos:

- O número de processos instruídos aumentou para 2021;
- Os grupos etários de maior sinalização são os 11-14 e 15-17;
- As problemáticas diagnosticadas com maior incidência são a Negligência, a Violência Doméstica, os Comportamentos Graves, o Absentismo Escolar e a Negligência Psicoafetiva.
- Nos escalões dos 3-5 e dos 18-21 a maior parte das sinalizações recaíram no sexo feminino;
- Nos escalões dos 6-8, dos 11-14 e dos 15-17 a maior parte das sinalizações recaíram sobre o sexo masculino.
- A negligência é uma problemática transversal a todos os grupos etários, à exceção do 0-2, sendo os escalões etários compreendidos entre os 11 e os 21 anos os mais afetados;
- A mesma situação acontece com a “exposição a comportamentos” mas aqui exceto o 3-5;
- A violência doméstica é transversal a todos os escalões etários, exceto dos 9-10 e dos 18-21, sendo mais recorrente no escalão dos 3-5

- A medida de proteção mais aplicada é a “apoio junto dos pais”;
- Os motivos de arquivamento mais recorrentes são “situação de perigo não subsiste”, “situação de perigo não se confirma” e “cessação da medida.

Para finalizar a análise do Direito à Proteção parece que podemos afirmar que também este está a ser cumprido. Há, contudo, aspetos que terão que ser melhorados tal como foram identificados acima e que deverão ser objeto de análise e intervenção.

4.5 A situação das crianças/jovens em confronto com o direito à participação.

O cumprimento deste direito será analisado, apenas, com base nos inquéritos aplicados, às instituições, às famílias, aos jovens e às crianças. Procurar-se-á conhecer a expressão dos processos de participação das crianças no concelho e identificar práticas/mecanismos que fomentem essa participação.

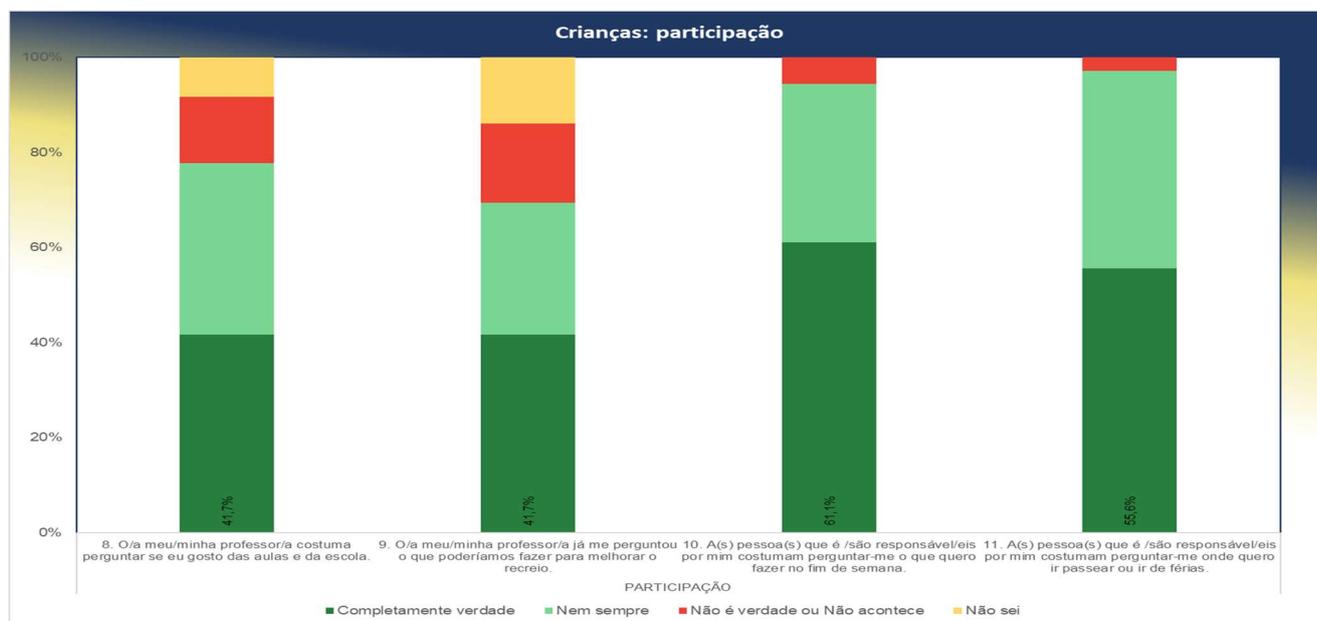


Gráfico 96: Direito Participação: crianças, participação

No respeitante ao Direito à Participação, o questionário das **crianças** revela que as respostas “**CV**” e “**NSp**” são maioritárias em todas as afirmações. Contudo, nas duas primeiras afirmações o “**CV**” não é maioritário e registam, também, uma percentagem significativa de “**NVNA**”. Assim sendo, percebemos que as crianças são convidadas à participação no geral, mas sobretudo em casa. As pessoas responsáveis por elas, regra geral, consultam a opinião das crianças sobre as atividades a realizar. O convite à participação é menos efetivo na escola e com os professores. Com efeito a percentagem das crianças que responde afirmativamente ronda os 41%, havendo, mesmo uma percentagem de cerca de 15% de respostas “**NVNA**”.

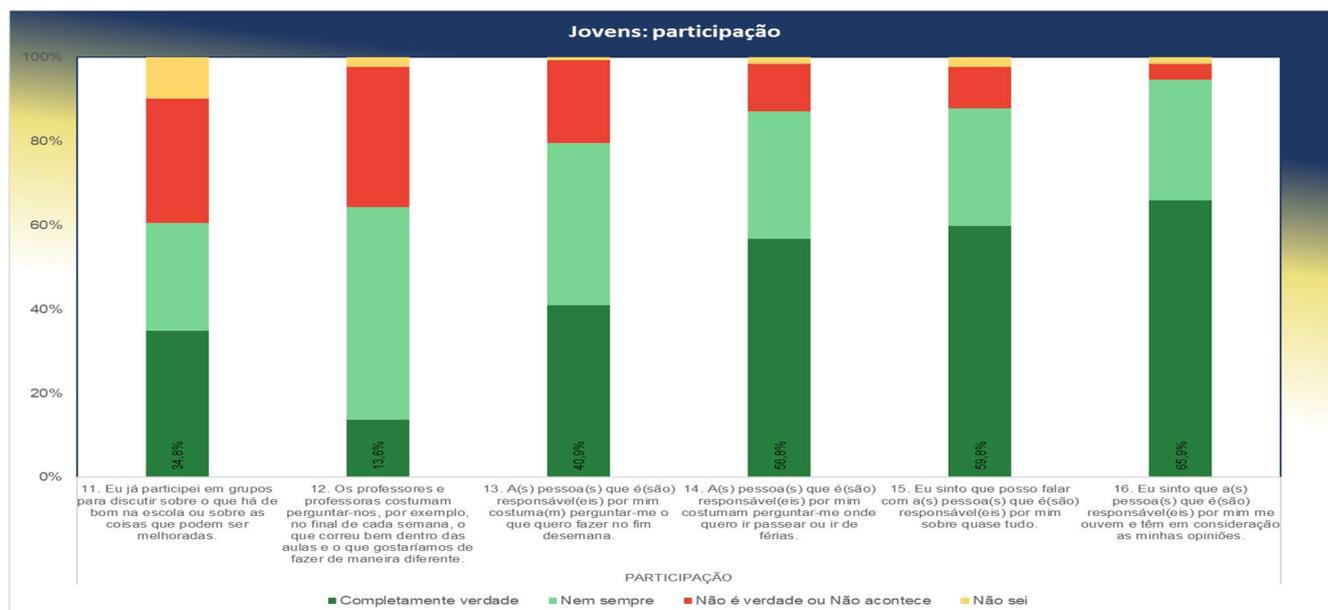


Gráfico 97: Direito Participação: jovens, participação

No que respeita aos **jovens**, as respostas revelam também uma maioria significativa de “**CV**” e “**NSp**”. Sobre a maioria de respostas “**CV**” as afirmações dividem-se equitativamente, sendo a afirmação 12 a que apresenta uma menor percentagem de respostas “**CV**”. Curiosamente, as afirmações estão ordenadas da menor para a maior percentagem de respostas “**CV**” e “**NSp**”. A pergunta com maior percentagem de respostas “**NVNA**” é a 12.

Isto dito, podemos concluir que as pessoas responsáveis pelos jovens têm em conta a opinião e vontade deles nas situações do dia a dia. O mesmo já não acontece na escola. Com efeito, apenas cerca de 13% das respostas confirmam a vontade dos professores em saber o que correu menos bem no final de um determinado período. Mais de metade das respostas referem que essa situação acontece, mas sem regularidade e cerca de 1/3 refere que isso nunca acontece. Acompanham estes resultados os registados na pergunta 11, embora mais satisfatórios. Na verdade, cerca de 35% das respostas confirma a participação em grupos de discussão sobre melhorias a produzir na escola e cerca de 1/4 diz que isso acontece às vezes e as que referem nunca acontecer são cerca de 29%.

Passemos, no seguimento, à análise das respostas dadas pelas famílias e pelas instituições, sobre a problemática da participação.

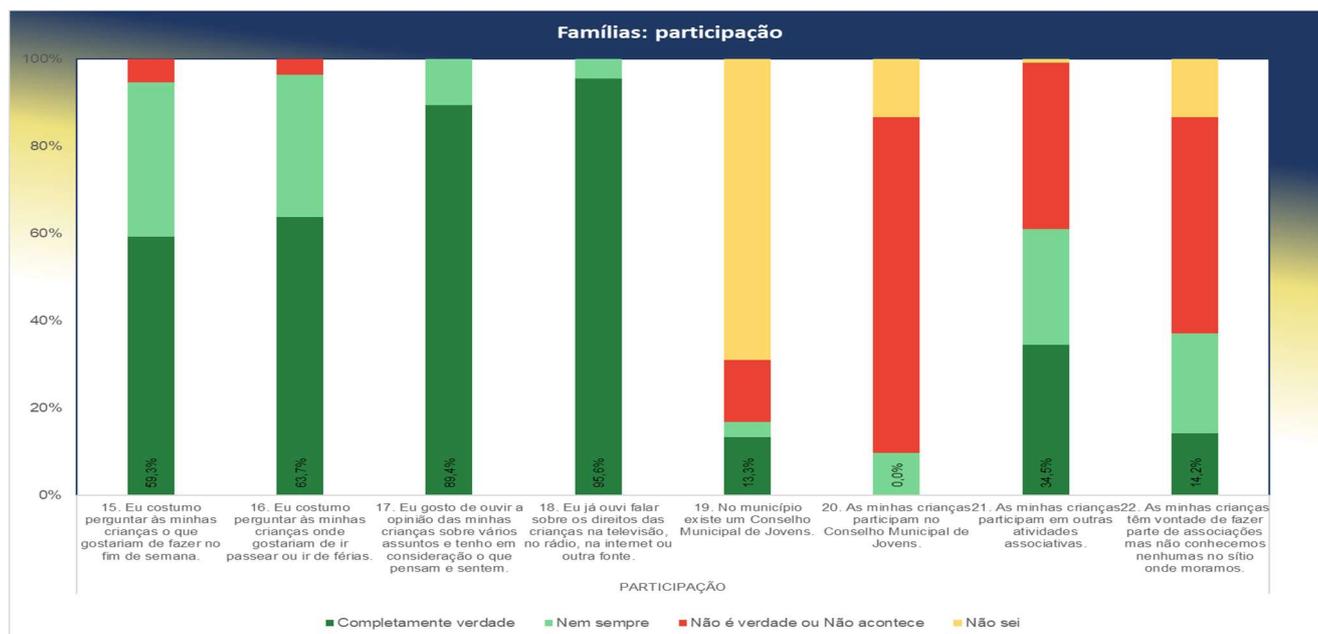


Gráfico 98: Direito Participação: famílias, participação

Sobre a afirmação em análise e no que respeita ao questionário das **famílias** referir que as respostas “**CV**” e “**NSp**” são maioritárias em todas as afirmações, à exceção das 19, 20 e 22. As afirmações 17 e 18 não apresentam qualquer respostas de “**NVNA**”. A afirmação 20 não apresenta qualquer resultado de “**CV**”.

Assim iniciando pelas três primeiras afirmações, dizer que as suas respostas vêm confirmar o que já foi afirmado relativamente aos resultados dos questionários das crianças e dos jovens. Mais uma vez as respostas são consistentes. Com efeito as respostas das famílias confirmam a preocupação destas em dar oportunidade às crianças e aos jovens de serem ouvidos e a participarem nas decisões que os afetam, garantindo-lhes o direito de expressar livremente as suas opiniões em todos os assuntos e decisões que lhes dizem respeito. Percebemos também que as famílias, à semelhança das crianças e dos jovens estão familiarizadas com a existência dos Direitos das Crianças.

A participação cívica já não é tão evidente. As famílias na sua maioria desconhecem a existência de uma Conselho Municipal da Juventude, mas afirmam que os seus filhos não participam nesse órgão. A participação em associações também é reduzida, havendo mesmo uma maioria que refere não haver participação das crianças. Quando à afirmação 22, a sua interpretação é ambígua. Há, uma percentagem maioritária de respostas “**NVNA**”. Mas não é evidente a que parte da afirmação as famílias estão a responder. As famílias estão a dizer que as crianças/jovens têm vontade de se associar, mas não conhecem associações na sua área de residência, ou estão a dizer que as crianças/jovens não têm vontade de se associar, apesar

de conhecerem várias associações na sua área de residência. Devido a esta ambiguidade não teceremos comentários sobre esta afirmação.

Vejamos o que registaram as instituições sobre o assunto em apreço.

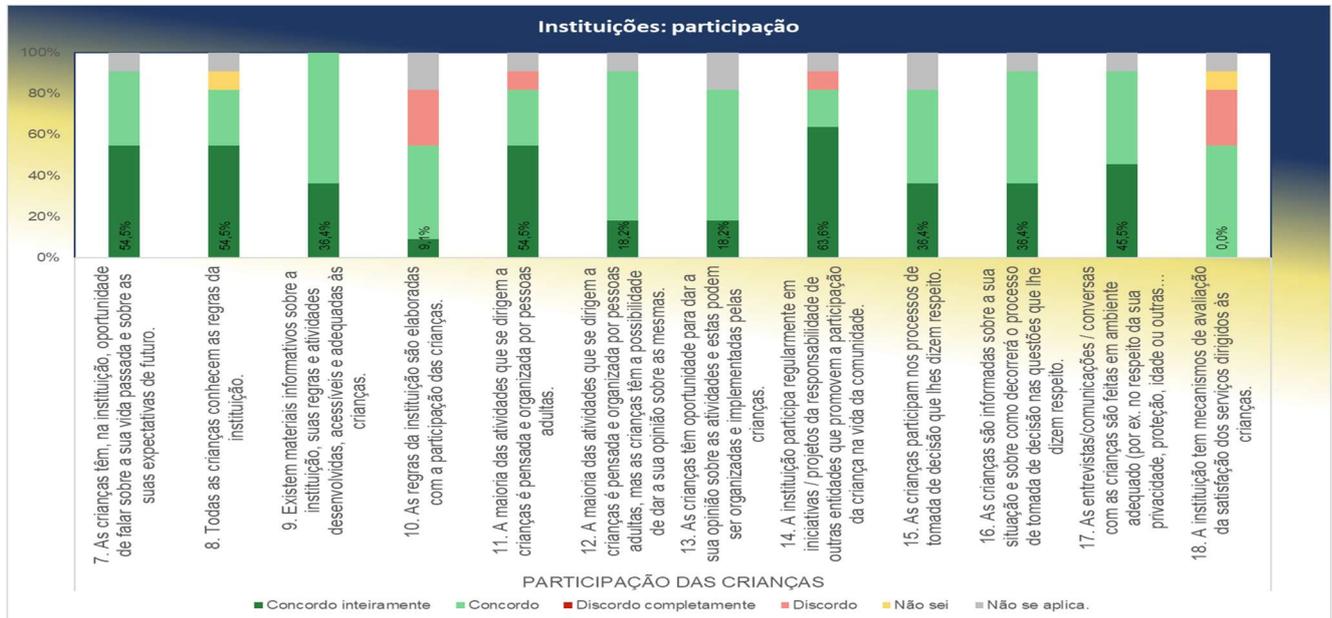


Gráfico 99: Direito Participação: instituições, participação

Analisando as respostas dadas pelas **Instituições** participantes percebemos que, também, neste caso as respostas “**CI**” e “**Conc.**” são maioritárias em todas as afirmações. De referir que, à exceção das perguntas 10, 11, 14 e 18, nenhuma outra afirmação apresenta respostas negativas. As respostas negativas nas afirmações identificadas estão no nível mais baixo. Saliente-se para finalizar que a afirmação 18 não registou qualquer resposta de “**CI**”. Isto dito, ressalta que, ao nível da participação, as crianças têm, na instituição, oportunidade de falar sobre a sua vida passada e sobre as suas expectativas de futuro, conhecem as regras da instituição e existem documentos informativos sobre a instituição, suas regras e atividades desenvolvidas, acessíveis e adequadas às crianças.

Porém, ao nível da elaboração das regras da instituição, as mesmas não são definidas com a participação das crianças em 27,3% das 11 instituições com competência em matéria de infância e juventude inquiridas. Será, pois, pertinente promover essa participação junto das instituições no sentido de que haja uma sensibilização para a importância dessa participação, na medida em que a mesma aumenta a possibilidade de um maior compromisso no cumprimento das regras definidas. As atividades desenvolvidas nas instituições, apesar de dirigidas às crianças, são desenvolvidas, pensadas, organizadas e implementadas por adultos. Talvez seja importante envolver as crianças e os jovens no planeamento e execução dessas atividades.

Outra lacuna identificada por estas instituições é a inexistência de avaliação da satisfação das crianças e jovens com as atividades que lhes são dirigidas.

Finalizamos este ponto, sistematizando as conclusões a que fomos chegando:

Pontos fortes:

- Regra geral a opinião das crianças e dos jovens é tida em conta no contexto familiar

Pontos Fracos

- Esta participação é menos solicitada na escola e pelos professores.
- Apesar da opinião das crianças/jovens ser tida em conta no contexto familiar ainda é necessário investir nesta situação já que ainda subsiste uma percentagem de respostas “**NSp**” e “**NVNA**” elevada;
- A participação cívica das crianças é fraca ou inexistente;
- As regras elaboradas pelas instituições não contemplam a opinião das crianças/jovens

Isto dito parece-nos que para o cumprimento integral deste direito deverá ser dado às crianças/jovens mais oportunidades de intervir ativamente na regulação da sociedade do concelho de macedo de Cavaleiros em todas as suas vertentes: educacional, política e cultural.

4.6 A situação das crianças/jovens em confronto com o direito à não discriminação

À semelhança do anterior, a análise do cumprimento deste direito também será realizada recorrendo, apenas aos resultados qualitativos. Neste caso recorrendo, apenas, ao inquérito aplicado às Instituições. Nos restantes não foi possível identificar um conjunto de afirmações sobre esta problemática, embora, como veremos abaixo, haja algumas afirmações integradas noutros domínios que podem fornecer-nos algumas informações sobre este direito.

Atentemos, então, aos resultados presentes no questionário das instituições.

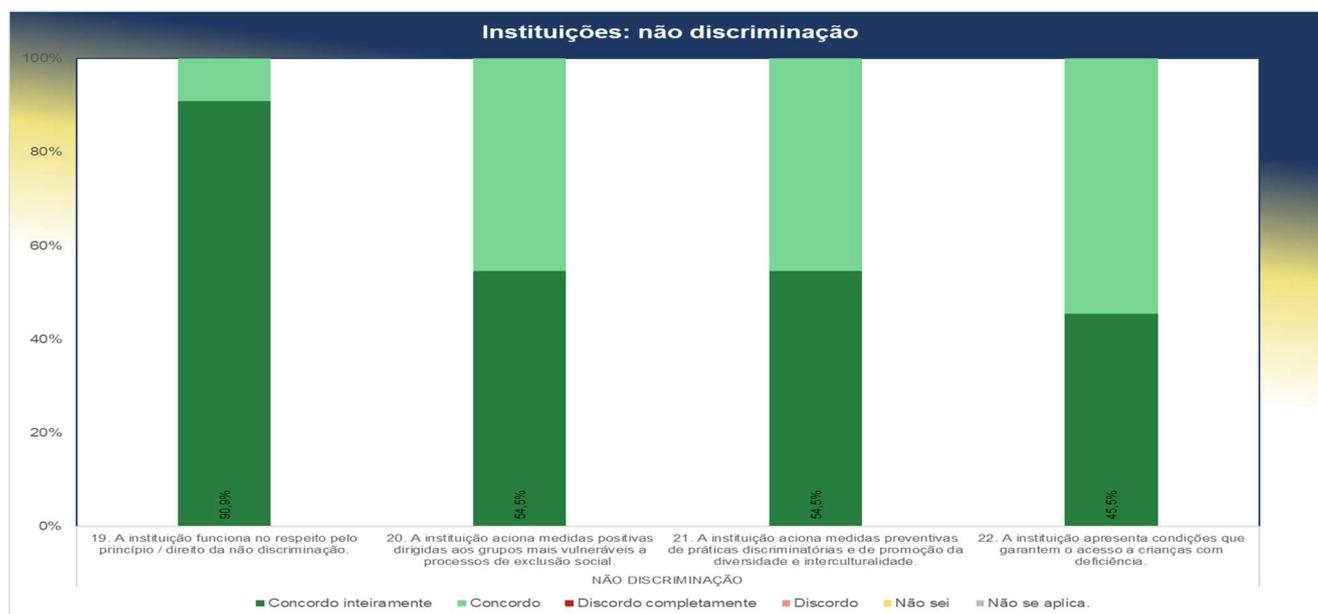


Gráfico 100: Direito não Discriminação: Instituições, não discriminação

Os dados recolhidos sobre esta problemática revelam as respostas a todas as perguntas se situam no “**CI**” ou no “**Conc.**”. Portanto, com base nestes resultados ressalta, como aspeto positivo, o facto de as práticas existentes irem no sentido da promoção da não discriminação. Num universo de 11 instituições, todas funcionam no respeito pelo princípio / direito da não discriminação.

As mesmas 11 entidades promovem medidas positivas dirigidas aos grupos mais vulneráveis a processos de exclusão social e medidas preventivas de práticas discriminatórias e de promoção da diversidade e interculturalidade.

Embora não verdadeiramente enquadrado na discriminação, a verdade é que a informação é uma forma de a evitar. Por isso analisemos os resultados dessa dimensão no questionário das instituições.

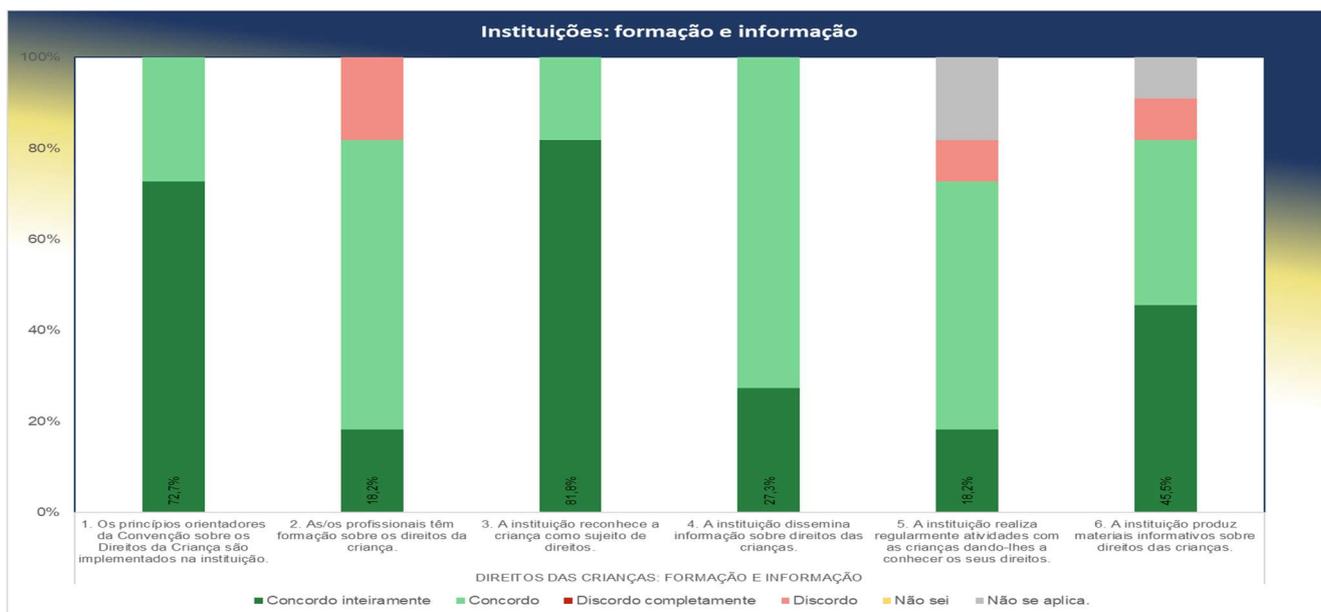


Gráfico 101: Direito não Discriminação: Instituições, formação e informação

Analisemos, então, as respostas dadas pelas Instituições a este respeito. Salienta-se desde logo que apenas as afirmações 2, 5 e 6 apresentam valores de “**Disc.**”. As restantes respostas situam-se entre o “**CI**” e o “**Conc.**”. No entanto, as afirmações 2, 4 e 5 apresentam valores de “**CI**” relativamente baixos.

Podemos assim perceber que em todas as instituições a Convenção sobre os Direitos da Criação é respeitada e todas reconhecem a criança como sujeito de direitos. Com efeito, numa pequena percentagem, os profissionais têm formação adequada ao trabalho com as crianças, sensivelmente a mesma que diz não ter. A publicitação dos direitos das crianças também não é regular em todas as instituições e não se realizam com regularidade atividades que visem a disseminação do conhecimento dos Direitos das Crianças. Esta publicitação é essencial para o conhecimento abrangente dos Direitos das Crianças como forma também, de combater a discriminação.

Ainda sobre a afirmação da Discriminação devemos sistematizar algumas conclusões a que fomos chegando ao longo da apresentação dos dados qualitativos. Assim, quanto a este aspeto devemos ter em linha de conta os resultados das afirmações 5, 55, 56 do questionário dirigido aos **jovens** e a afirmação 68 do questionário dirigido às **famílias**. A afirmação 5, inserida no âmbito da brincadeira e lazer regista que 30% dos jovens confirma que as crianças com deficiência utilizam os mesmos espaços que as restantes e há uma percentagem de cerca de 10% que diz o contrário. Parece resistir alguma dose de discriminação em relação às crianças deficientes. As afirmações 55 e 56 inseridas no âmbito da educação registam que 30% dos jovens consideram que os professores tratam todos os jovens da mesma forma e

certa de 20% considera o contrário, sendo que uma larga maioria refere que “tem dias”. Na mesma linha, aparecem as respostas à afirmação 56 à qual responde afirmativamente apenas 34% dos respondentes. Estes dados e estas interpretações são de certa forma confirmados pelas respostas à afirmação 68. Também esta se enquadra na dimensão da educação e nela 43% dos pais respondem afirmativamente à pergunta formulada e 44% respondem que nem sempre isso acontece, sendo que cerca de 9% responde que nunca acontece.

Portanto, temos que o direito à não discriminação, apesar do que as instituições referem, não está devidamente cumprido, ainda não é uma realidade para todos, nomeadamente em contexto escolar. De algum modo, estes dados colocam em causa uma educação baseada na igualdade, no combate à discriminação, na cidadania e nos direitos humanos.

Finalizamos este ponto, sistematizando os pontos fortes e os fracos:

Pontos Fortes:

- As práticas existentes nas Instituições vão no sentido da promoção da não discriminação;
- As instituições respondentes promovem medidas positivas dirigidas a público mais vulneráveis;
- Em todas as Instituições a Convenção dos Direitos da Crianças é respeitada;
- Todas as instituições reconhecem as crianças como sujeitos de direitos;

Pontos Fracos:

- Existe um grupo significativo de profissionais a trabalhar nas instituições sem formação adequada;
- Nem a publicitação dos Direitos das Crianças, nem a realização de atividades que visem o conhecimento desses direitos são regulares;
- Parece que as crianças com deficiência não utilizam os mesmos espaços que as outras;
- Uma percentagem considerável de crianças/jovens considera que os professores não tratam todos os alunos da mesma forma;
- Uma grande percentagem de pais também tem essa ideia.

4.7 A parentalidade positiva: visão dos intervenientes.

No primeiro ponto do nosso trabalho procurámos definir, embora sumariamente, o conceito de Parentalidade à luz da literatura específica. Recorrendo à aquisição do conhecimento patrocinada por esse ponto procuraremos, seguidamente, perceber se os pais de Macedo de Cavaleiros praticam uma parentalidade positiva e em que grau. Para esse fim tomámos como referência os cinco princípios educativos definidos por Cruz (2014) anteriormente referidos e agora lembrados: **Satisfação das Necessidade Básicas (SNB); Satisfação das Necessidades de Afeto, Confiança e Segurança (SNACS); Organização de um Ambiente Familiar Estruturado (OAFE); Organização de um Ambiente Familiar Positivo e Estimulante (OAFPE) e o Supervisão e Disciplina Positiva (SDP).**

Com esses princípios como referência selecionamos, dos questionários aplicados às crianças, aos jovens e às famílias, as afirmações que entendemos responderem a cada um deles, sinalizando-as com a sigla respetiva e mantendo a integração nas diferentes dimensões anteriormente identificadas. Sobre o questionário das instituições foi isolada a dimensão “trabalho com as famílias”, na íntegra.

O princípio transversal a estes cinco apresentado pela autora – o ânimo de cada elemento parental – contudo, não será objeto dessa análise porque não encontramos referências nos questionários. No entanto, como concluímos, no ponto referente à população, que o número de divórcios tem aumentado exponencialmente, podemos perspetivar alguma perturbação no seio dos casais. Não obstante, o facto não nos permite deduzir, à partida, a existência de problemas na educação das crianças.

Feitos os esclarecimentos devidos, passemos, então à apresentação e discussão dos resultados obtidos.

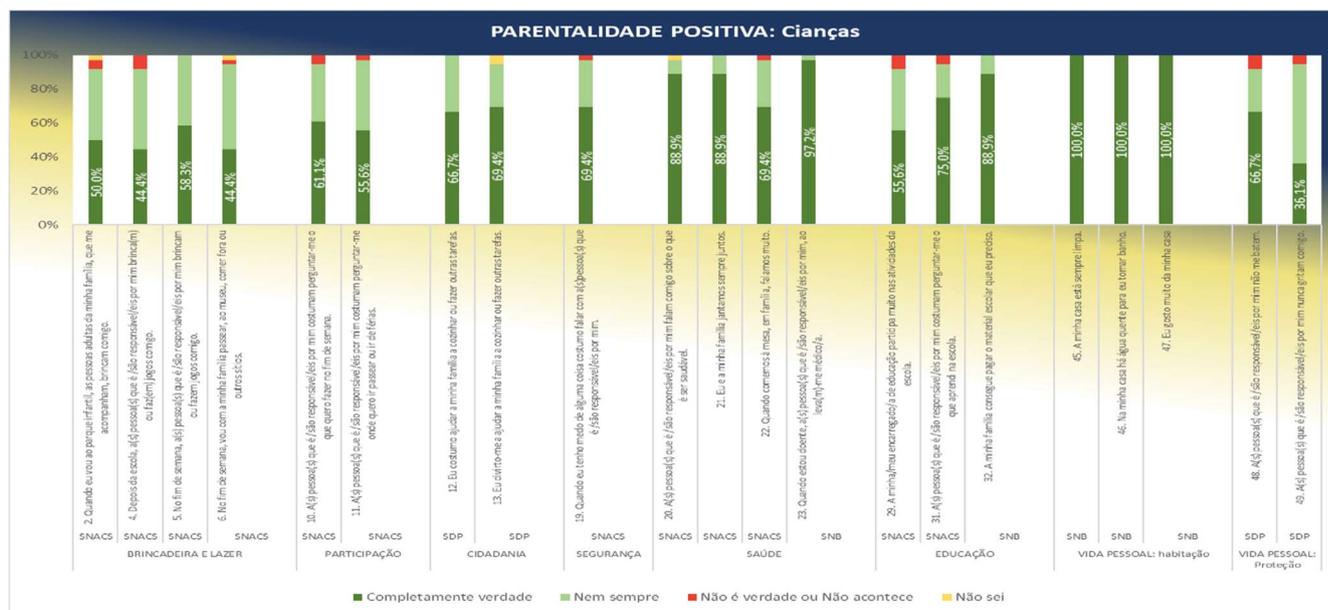


Gráfico 102: Parentalidade Positiva: Crianças

Iniciando, então, pelos resultados do questionário das crianças registemos que as afirmações identificadas abrangem os princípios **“SNB”**, **“SNACS”** e **“SDP”**.

No respeitante ao **“SNB”** percebemos que as respostas atingem resultados plenos. Este princípio abrange as dimensões **“Vida Pessoal”**, **“Educação”** e **“Saúde”**. De acordo com estes resultados podemos concluir que para as crianças respondentes, a satisfação das necessidades básicas está perfeitamente assegurada.

O **“SNACS”** abrange as dimensões **“Brincadeira e Lazer”**, **“Participação”**, **“Segurança”**, **“Saúde”** e **“Educação”**. Os resultados da aplicação destes princípios revelam que as respostas **“CV”** só não são maioritárias nas respostas às afirmações 4. e 6. Por outro lado, as respostas **“CV”** às afirmações 20 e 21 atingem quase os 90%. Deve, ainda, salientar-se que as respostas às afirmações 2, 4, 6, 10, 11, 19, 22, 29 e 31 apresentam valores negativos. Assim sendo, percebemos que mais de 90% das crianças tem informação sobre o que é ser saudável e normalmente as famílias jantam juntas. Mas apenas 44% das crianças têm pessoas que brincam com elas, depois da escola, ou que no fim de semana vão passear com as famílias, sendo que na sua maioria são auscultadas sobre essas atividades.

Ao nível da **“SDP”** percebemos que este princípio abrange as dimensões da **“Cidadania”** e da **“Vida Pessoal: Proteção”**. As respostas no âmbito da **“Cidadania”** são claramente positivas. O mesmo já não acontece na restante dimensão. Assim sendo, percebemos que as crianças respondentes ajudam em algumas tarefas de casa e sentem-se bem a fazê-lo. No outro extremo, percebemos que há crianças a quem os pais batem e gritam.

Assim sendo, registamos, abaixo, os pontos positivos e os negativos deste questionário:

Pontos positivos

- As necessidades básicas das crianças estão asseguradas
- As crianças são informadas sobre o que é ser saudável;
- 75% dos pais costuma perguntar sobre as aprendizagens escolares
- Cerca de 70% das crianças conversa com os adultos sobre os seus medos/receios
- As crianças ajudam nas tarefas de casa

Pontos Negativos

- 25% dos pais não pergunta ou nem sempre pergunta sobre as aprendizagens escolares;
- 44% dos pais/encarregados de Educação não participa ou nem sempre participa nas atividades escolares;
- 30% das crianças não fala ou raramente dos seus medos/receios;
- 55% das crianças não têm adultos que brinquem ou que joguem com elas nem que as levem passear ao fim de semana;
- 33% das crianças referem que os adultos exercem violência física com elas;
- 63% das crianças referem que os adultos exercem violência verbal com elas.

Depois das crianças vêm os jovens. Vejamos as suas respostas.

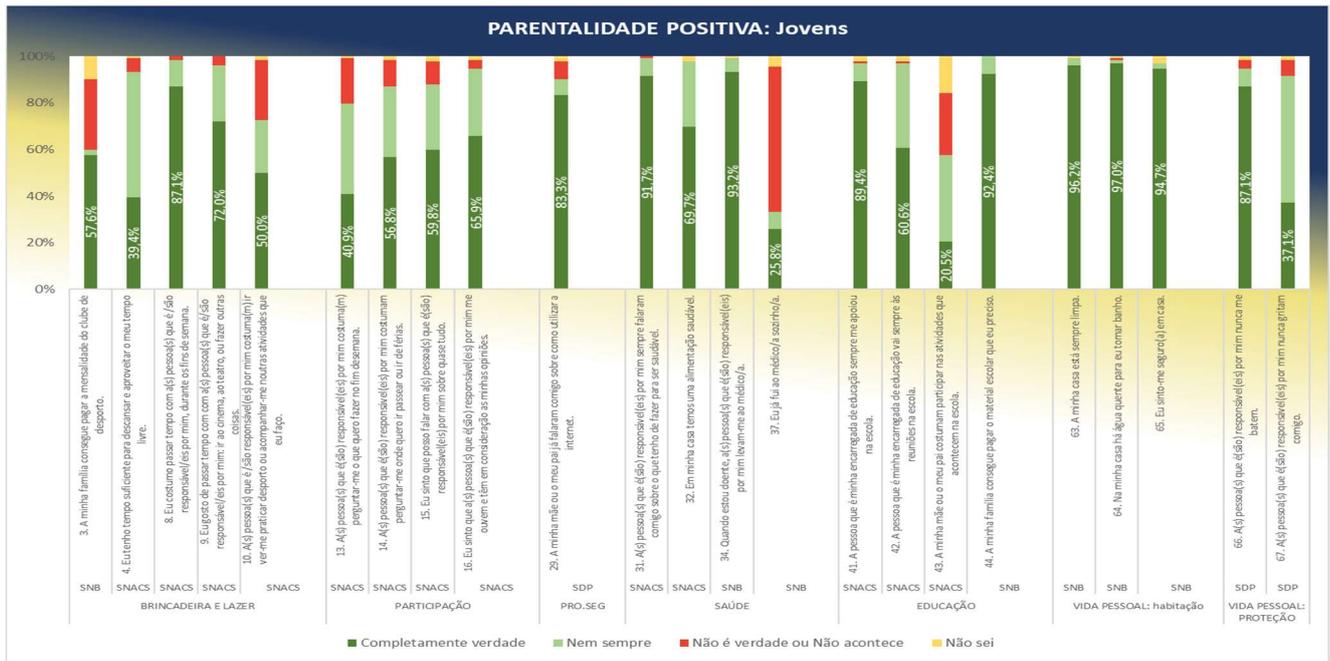


Gráfico 103: Parentalidade Positiva: Jovens

Os resultados do questionário dos jovens revelam que as respostas abarcam os princípios “SNB”, “SNACS” e “SDP”.

O “SNB” encontra eco nas afirmações 3, 34, 37, 44, 63, 64 e 65. Destas podemos isolar as afirmações 34, 44, 63, 64 e 65, cujos resultados positivos se situam acima dos 90%, sendo que as afirmações sobre a habitação estão acima dos 94%. No extremo oposto temos as respostas as restantes afirmações sendo que nelas os resultados positivos rondam os 60%.

O “SDP” regista-se nas afirmações 29, 66 e 67. Quanto a estas duas últimas afirmações dizer que os resultados se assemelham aos das crianças sendo que a percentagem dos jovens que refere não sofre de violência física é significativamente maior. Há também uma clara percentagem de jovens que referem serem elucidados sobre como utilizar a internet.

As restantes afirmações foram sinalizadas com o princípio “SNACS”. Destas salientamos as números 8, 31 e 41 que apresentam resultados de “CV” superiores a 80%. Na ordem dos 70% temos a 9, a 16 e a 32. Assim sendo, percebemos que o tema da saúde é abordado na família e a alimentação saudável também é recorrente. Uma percentagem significativa de jovens gosta de passar tempo com a sua família até porque eles sentem que são ouvidos no seio da família e que as suas opiniões são consideradas. Uma grande percentagem de jovens considera ser apoiada nos trabalhos escolares pelas pessoas responsáveis por eles. Por outro lado, uma percentagem significativa de jovens raramente ou nunca é consultada sobre as atividades de fim de semana ou de férias nem se sente à vontade para falar com os adultos responsáveis.

Isto dito, sistematizemos o que consideramos serem pontos positivos e pontos negativos:

Pontos positivos

- À semelhança das respostas dadas pelas crianças, a satisfação das necessidades básicas está claramente assegurada ao nível da habitação, ao nível do material escolar e ao nível da saúde;
- Cerca de 87% dos jovens referem não sofrer de violência física;
- Cerca de 84% dos jovens referem que os adultos os elucidam sobre a utilização da internet;
- Cerca de 90% dos jovens referem que os adultos responsáveis lhes explicam o que é ser saudável;
- Cerca de 70% dos jovens refere haver uma alimentação saudável em casa;
- Cerca de 90% dos jovens sentem-se apoiados nos trabalhos da escola

Pontos negativos

- Cerca de 33% dos jovens sempre ou muitas vezes foi ao médico sozinho;
- Cerca de 33% dos jovens refere que a família não consegue pagar a mensalidade do clube desportivo;
- Cerca de 62% dos jovens refere que os adultos gritam com eles, sempre, ou que gritam com frequência;
- Cerca de 40% dos adultos responsáveis não vão ou não vão regularmente às reuniões da escola;
- Cerca de 80% dos pais ou não participa ou não participa regularmente nas atividades que acontecem na escola.

Confrontemos, no seguimento, estas conclusões com aquilo que as famílias referiram no seu questionário, tendo em conta as afirmações nele identificadas.

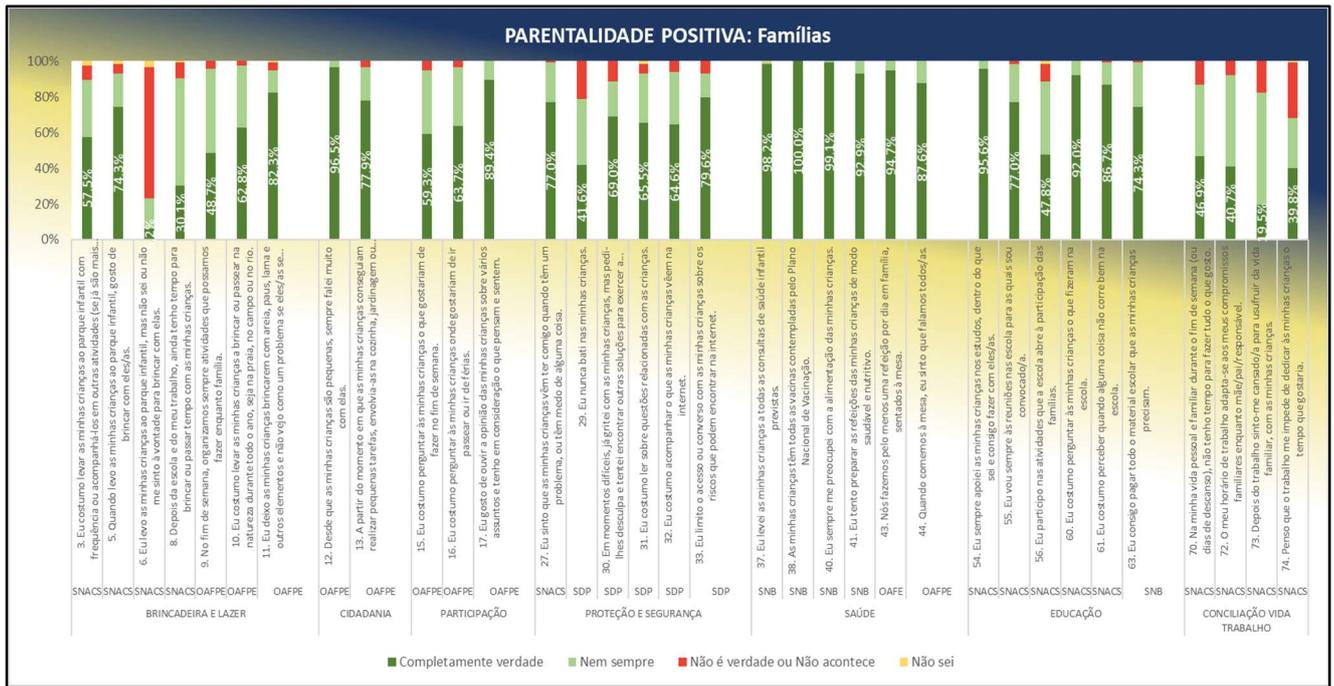


Gráfico 104: Parentalidade Positiva: Famílias

No que concerne às famílias observa-se imediatamente que as afirmações selecionadas se repartem pelos cinco princípios identificados: “SNB”, “SNACS”, “OAFE”, “OAFEP” e “SDP”.

Iniciando pelo princípio com menos ocorrências, o “OAFE” cuja afirmação que lhe corresponde é a 43, registemos que as respostas “CV” rondam os 95% e não há registo de respostas “NVNA”. Podemos assim concluir que se nota uma certa preocupação nas famílias em estabelecer algumas regras de convivência nem que não seja na altura das refeições. Não podemos estabelecer, contudo, uma conclusão global sobre este princípio uma vez que as ocorrências não no-lo permitem.

No que concerne ao princípio “SNB”, que vem no seguimento, verificamos que as afirmações que lhe correspondem são as números 37, 38, 40, 41 e 63. Destas, apenas a 63 apresenta resultados abaixo dos 90% de “CV” e uma pequena percentagem de respostas “NVNA”. Podemos, portanto, concluir que as famílias consideram cumprir integralmente com a satisfação das necessidades básicas dos seus filhos/educandos. A exceção que podemos apontar prende-se com a aquisição de material escolar, já que há uma percentagem significativa de famílias que refere não ter ou nem sempre ter condições para comprar todo o material escolar que as crianças/jovens precisam.

Com o mesmo número de afirmações do anterior temos o “SDP” no qual são identificadas as afirmações 29, 30, 31, 32 e 33. Registe-se que em todas estas afirmações

temos resultados “**NVNA**” identificados inicialmente, como sendo negativos. No entanto devemos alertar para o facto de estes resultados terem que ser considerados positivo no respeitante à afirmação 30. Com efeito, como a afirmação está colocada pelo lado negativo “eu já gritei” requer, para ser positivo, uma resposta contrária, “não é verdade”. Assim sendo, apenas cerca de 11% das famílias nunca gritou com a suas crianças. Sobre uma problemática semelhantes se debruça a afirmação 29. Os resultados desta dizem-nos que menos de metade das famílias respondentes nunca bateram nos filhos. Estes resultados permitem-nos concluir que as famílias respondentes ainda utilizam com bastante frequência a violência física e a verbal para com os filhos. No respeitante às restantes afirmações regista-se que 64% das famílias acompanha o que os filhos veem na internet e 79% limita o acesso ou conversa com os filhos sobre os riscos inerentes à internet. Isto quer dizer que temos um grupo de cerca de 30% de famílias que não acompanha ou nem sempre acompanha os que os filhos veem na internet, o que nos parece uma percentagem demasiado elevada. Finalizemos, dizendo que, de acordo com a perspectiva das famílias, parece-nos que este princípio precisa de um investimento maior para que se possam melhorar os seus indicadores.

Ao princípio “**OAFPE**” associamos as afirmações números 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16 e 17. Destas, aquelas cujos resultados “**CV**” são mais elevados são a 12, com 96%, e 17, com 89%, sendo que também não registam resultados “**NVNA**”. Parece que a comunicação é entendida como importante no seis destas famílias. Com efeito, referem que desde cedo falam com as suas crianças e que as opiniões destas são ouvidas e tidas em consideração. Estes resultados, contudo, não são muito coerentes com aqueles das afirmações 15 e 16. Com efeito, apenas cerca de 60% das famílias diz costumar perguntar às crianças o que elas gostariam de fazer no fim de semana ou nas férias. Isto quer dizer que há cerca de 30% das famílias que não pergunta ou nem sempre pergunta o que as crianças gostariam de fazer. Para finalizar, debrucemo-nos sobre os resultados da afirmação 9. 48% das famílias refere que procura organizar atividades a fazer em família nos tempos livres, fins de semana ou outros; 46% que isso só acontece, às vezes e cerca de 5% que isso nunca acontece. Isto permite-nos afirmar a existência de uma percentagem significativa de famílias onde essas atividades não acontecem, o que não facilitará a criação de laços afetivos entre os membros familiares porque não há “gasto” de tempo em conjunto.

Para finalizar, debrucemo-nos no princípio “**SNACS**” que abarca as restantes afirmações que se agrupam essencialmente nas dimensões “Brincadeira e Lazer”, “Educação” e “Conciliação Vida Trabalho”. Há uma que pertence à dimensão “Proteção e Segurança”, a 27. Os resultados desta registam que 77% das famílias considera que as suas crianças

partilham os seus medos ou problemas e que cerca de 22% partilham, mas nem sempre. Estes resultados parecem confirmar a existência de um clima de confiança estabelecido no seio familiar. Estes dados são confirmados pelos resultados do questionário das crianças, onde se registou que cerca de 70% delas dizem conversar com adultos sobre os seus medos/receios.

Este princípio inserido na dimensão “Brincadeira e Lazer” revela que cerca de 57% dos pais leva as suas crianças ao parque infantil ou as acompanha noutras atividades, quando mais velhos. Apenas cerca de 8% refere nunca ter essa atitude; cerca de 74% dos pais brinca com as crianças no parque infantil facto que é confirmado com os resultados da afirmação 6. Parece-nos que esta atitude, à semelhança, da referida acima, também contribui para um clima de confiança e bem-estar no seio da família. Por outro lado, apenas cerca de 30% dos pais afirma ter tempo para brincar ou passar tempo com as crianças depois da escola e do trabalho, os restantes dizem só ter tempo, às vezes, cerca de 60% e nunca cerca de 9%. Portanto, parece-nos haver uma percentagem significativa de famílias que sente não ter tempo para passar com os filhos, facto que é algo contraditório com os resultados anteriores.

Esta falta de tempo é confirmada pelos resultados do princípio em análise inserido na dimensão “Conciliação Vida Trabalho”. Com efeito, apenas 30% das famílias refere que o trabalho não impede a dedicação do tempo desejado às respetivas famílias e cerca de 40 concorda com esse impedimento, as restantes confirmam que esse impedimento acontece às vezes. Esta falta de tempo é confirmada pelos resultados da afirmação 70 na qual cerca de 47% dos pais refere não ter tempo para fazer tudo o que gosta, mesmo aos fins de semana ou dias de descanso. Tudo isto apesar de cerca de 40% deles dizerem que o horário de trabalho se adapta aos seus compromissos familiares e que apenas cerca de 10% se sente cansado após o trabalho para usufruir da vida familiar. Parece haver aqui uma certa contradição nos termos! Afinal o trabalho rouba tempo ou não? De que trabalho estamos a falar? Do profissional? Do familiar?

Sistematizemos, para concluir, os pontos positivos e os negativos:

Pontos positivos:

- A satisfação das necessidades básicas das crianças/jovens está assegurada ao nível da saúde e da alimentação;
- As famílias fazem, pelo menos, uma refeição juntos e sentados à mesa.
- Cerca de 70% das famílias acompanham os que os filhos veem na Internet;

- Mais de 90% das famílias refere conversar com as suas crianças ouvi-las ter em consideração as opiniões destas.
- Uma percentagem significativa de famílias considera que as respetivas crianças partilham os seus medos ou problemas;
- Cerca de 92% dos pais costuma levar ou leva às vezes as crianças ao parque infantil e brinca com elas;

Pontos Negativos

- Uma percentagem de cerca de 26% das famílias não tem ou nem sempre tem condições para comprar todo o material que as crianças/jovens precisam;
- Cerca de 20% das famílias diz bater nas suas crianças/jovens e cerca de 37% refere já ter batido, o que perfaz uma percentagem de cerca de 58% das famílias;
- Cerca de 70% das famílias já gritou com os filhos em momentos difíceis.
- Cerca de 30% das famílias ou não acompanha ou nem sempre acompanha o que os filhos veem na internet
- Cerca de 30% das famílias não pergunta ou nem sempre pergunta o que as crianças gostariam de fazer
- Uma percentagem significativa de famílias não organiza atividades conjuntas nos tempos livres;
- Cerca de 10% dos pais não costuma levar as crianças ao parque infantil;
- Cerca de 70% das famílias nunca tem ou só tem às vezes tempo para dedicar aos filhos.

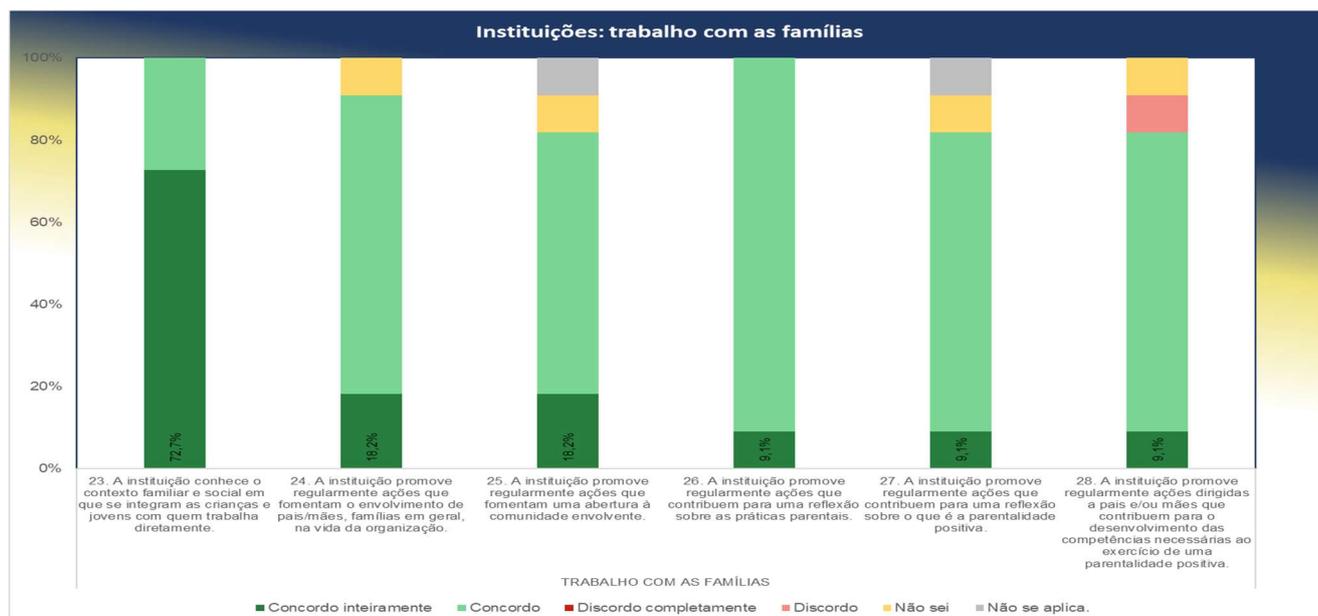


Gráfico 105: Parentalidade Positiva: instituições, trabalho com as famílias

Finalizaremos este ponto com a apresentação e discussão dos dados relativos ao questionário das instituições no âmbito da dimensão “Trabalho com as Famílias”. Destes resultados salientamos os inerentes à afirmação 26 na qual todas as instituições afirmaram promover com regularidade ações reflexivas sobre práticas parentais. As afirmações 27 e 28 debruçam-se sobre a parentalidade positiva e cerca de 80% das instituições referem que organizam ações nesse âmbito. No geral, os resultados demonstram que as instituições trabalham para comunidade em que estão inseridas e conhecem os contextos em que os seus atores estão inseridos: afirmações 23, 24 e 25.

Finalizaremos este ponto sistematizando as atitudes e comportamento dos pais que concorrem para a prática de uma parentalidade positiva e aquelas que têm que ser objeto de intervenção para que integrem essa parentalidade:

Assim, como atitudes e comportamento da parentalidade positiva temos:

- A satisfação das necessidades básicas das crianças/jovens está assegurada ao nível da saúde, da alimentação e da habitação;
- 75% dos pais costuma perguntar às crianças sobre as aprendizagens escolares
- Cerca de 70% das crianças conversa com os adultos sobre os seus medos/receios
- Cerca de 90% dos jovens referem que os adultos responsáveis lhes explicam o que é ser saudável;
- Cerca de 70% dos jovens refere haver uma alimentação saudável em casa;
- Cerca de 90% dos jovens sentem-se apoiados nos trabalhos da escola

- Cerca de 87% dos jovens referem não sofrer de violência física;
- As famílias fazem, pelo menos, uma refeição em conjunto e sentados à mesa.
- Cerca de 70% das famílias acompanham os que os filhos veem na Internet;
- Cerca de 84% dos jovens referem que os adultos os elucidam sobre a utilização da internet;
- Mais de 90% das famílias refere conversar com as suas crianças ouvi-las ter em consideração as opiniões destas.
- Uma percentagem significativa de famílias considera que as respetivas crianças partilham os seus medos ou problemas;

Como atitudes a investir temos:

- 25% dos pais não pergunta ou nem sempre pergunta sobre as aprendizagens escolares;
- 44% dos pais/encarregados de Educação não participa ou nem sempre participa nas atividades escolares;
- 30% das crianças não fala ou raramente fala dos seus medos/receios;
- 55% das crianças não têm adultos que brinquem ou que joguem com elas nem que as levem passear ao fim de semana;
- 33% das crianças referem que os adultos exercem violência física com elas;
- 63% das crianças referem que os adultos exercem violência verbal com elas;
- Cerca de 62% dos jovens refere que os adultos gritam com eles, sempre, ou que gritam com frequência;
- Cerca de 40% dos adultos responsáveis não vão ou não vão regularmente às reuniões da escola;
- Cerca de 80% dos pais ou não participa ou não participa regularmente nas atividades que acontecem na escola;
- Cerca de 33% dos jovens sempre ou muitas vezes foi ao médico sozinho;
- Uma percentagem de cerca de 26% das famílias não tem ou nem sempre tem condições para comprar todo o material que as crianças/jovens precisam;
- Cerca de 20% das famílias diz bater nas suas crianças/jovens e cerca de 37% refere já ter batido, o que perfaz uma percentagem de cerca de 57% das famílias;
- Cerca de 70% das famílias já gritou com os filhos em momentos difíceis.

- Cerca de 30% das famílias ou não acompanha ou nem sempre acompanha o que os filhos veem na internet
- Cerca de 30% das famílias não pergunta ou nem sempre pergunta o que as crianças gostariam de fazer
- Uma percentagem significativa de famílias não organiza atividades conjuntas nos tempos livres;

Concluimos, então, dizendo que os resultados dos questionários demonstraram que há famílias, no seio das quais, se cumpre a parentalidade positiva. Com efeito foram identificadas, como acima vimos, várias atitudes e comportamentos integrantes desse tipo de parentalidade. No entanto, também identificámos um grande conjunto de comportamentos ou de percentagens comportamentais negativas para as quais terá que haver um grande investimento dos pais e das instituições de forma a reduzi-las e a transformá-las em atitudes e comportamentos da parentalidade positiva. Poderemos, por ventura, afirmar que estaremos a meio caminho da efetivação de uma parentalidade positiva.

5. Síntese geral: problemas, desafios, recursos e potencialidade.

Tendo concluído o autodiagnóstico, o diagnóstico da realidade infantojuvenil e o grau de implementação dos comportamentos/atitudes parentais com vista à efetividade de uma parentalidade positiva, importa, agora, traçar o rumo de atuação futura assente no conhecimento criado pela análise das diferentes fontes.

Assim sendo, apresentaremos nos dois pontos seguintes a análise SWOT realizada de acordo com os resultados do autodiagnóstico e as linhas estratégicas de intervenção decorrentes dos resultados obtidos no diagnóstico da realidade infantojuvenil, para que no ponto seguinte, possamos apresentar o nosso Plano Estratégico Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças, doravante Plano Estratégico.

5.1 Análise SWOT

Fatores positivos

Fatores negativos

Fatores Internos

FORÇAS

- Equipa empenhada e colaborante;
- Conhecimento dos normativos de enquadramento legal na atuação junto das famílias;
- Bom domínio dos instrumentos de trabalho
- Apoio de uma docente como colaboradora administrativa
- Diversidade das instituições representadas na CPCJ e sua complementaridade
- Facilidade de articulação com os parceiros locais

FRAQUEZAS

- Disponibilidade de tempo para acompanhamento dos casos dado o volume processual não ser equitativo entre os membros;
- As instalações não garantem a privacidade do atendimento
- Baixo envolvimento e sentimento de pertença de alguns membros da CPCJMC

Fatores externos

OPORTUNIDADES

- Rentabilizar mais os recursos existentes na comunidade através de uma parceria mais eficaz;
- A rede social revela alguma preocupação com crianças e jovens do concelho
- Formação POISE dinamizada pela CNPDPCJ para os membros da comissão que vai decorrer em Macedo de Cavaleiros

AMEAÇAS

- Poucos recursos ao nível das entidades locais com capacidade interventiva ajustada às necessidades;
- Desinformação na comunidade em geral sobre os problemas que afetam os jovens e as crianças do concelho;
- Situação de pandemia que estamos a viver e consequências que daí podem advir.

5.2 As linhas estratégicas

Apoiando-nos no conhecimento adquirido ao longo da realização do autodiagnóstico, do diagnóstico da realidade infantojuvenil e do grau de implementação de uma parentalidade positiva debruçamo-nos sobre o rumo de atuação futura de forma a poder potencializar o que já fazemos bem e melhorar o que ainda não está tão bem.

Deste trabalho de reflexão e análise crítica surgiu a construção de um Plano Estratégico assente em cinco Eixos Estratégicos e consubstanciado em fichas de planeamento da ação. Este Plano estratégico foi pensado para um horizonte de quatro anos e tem como data de início o ano de 2023. O referido plano estrutura-se da forma que passamos a descrever:

Eixo Estratégico 01: - **“Em busca da melhoria contínua”**.

Este eixo pretende dar resposta aos problemas identificados no autodiagnóstico e para isso foram definidos 6 **objetivos operacionais** e 17 atividades associadas e repartidas pelos seis objetivos;

Eixo Estratégico 02: - **“Cooperação institucional”**.

Este eixo pretende dar resposta aos problemas identificados também no autodiagnóstico, mas tendo em linha de conta as situações de cooperação e parcerias. Para este eixo foram definidos 3 **objetivos operacionais** e 9 atividades associadas e repartidas pelos três objetivos;

Eixo Estratégico 03: - **“O Bem-estar e a proteção inclusiva”**.

Este eixo pretende dar resposta aos problemas identificados no diagnóstico, tendo em linha de conta as situações de perigo. Para este eixo foram definidos 6 **objetivos operacionais** e 20 atividades associadas e repartidas pelos seis objetivos;

Eixo Estratégico 04: - **“A participação cívica como potenciadora da inclusão e da construção de pessoas”**.

Este eixo pretende dar resposta aos problemas identificados no diagnóstico, tendo em linha de conta as situações de participação na vida do concelho. Para este eixo foram definidos 2 **objetivos operacionais** e 5 atividades associadas e repartidas pelos dois objetivos;

Eixo Estratégico 05: - **“A parentalidade positiva”**.

Este eixo pretende dar resposta aos problemas identificados no diagnóstico, tendo em linha de conta as situações integrantes da Parentalidade. Para este eixo foram definidos 3 **objetivos operacionais** e 9 atividades associadas e repartidas pelos três objetivos;

Chegamos, então, à construção de um Plano Estratégico composto por 5 **Eixos Estratégicos** que por sua vez integram 20 **objetivos operacionais**, cujos agrupam 60 **atividades**. A respetiva estrutura é apresentada no ponto 5.3.1, abaixo. Esta estrutura será consubstanciada e materializada em fichas de planeamento da ação das quais um modelo é apresentado no ponto 5.3.2. Cada eixo estratégico terá uma ficha de eixo que contemplará todos os objetivos delineados para esse eixo. Por sua vez, para cada objetivo será elaborada uma ficha objetivo que contemplara todas as atividades definidas para esse objetivo. Por último, cada atividade terá uma ficha atividade que definirá as ações necessárias à realização dessa atividade e, por arrasto, desse objetivo e, por consequência, desse eixo. As fichas de planeamento da ação detalharão as metas e os objetivos de cada componente definirão os intervenientes e o período de aplicação, entre outros aspetos.

Por último referir que os objetivos operacionais definidos neste Plano Estratégico serão enquadrados anualmente no PAA da CPCJMC. Como temos 20 objetivos operacionais para serem executados em 4 anos temos a obrigatoriedade de trabalhar anualmente 5 desses objetivos. Como temos 5 eixos estratégicos trabalharemos nos dois primeiros anos 1 objetivo por eixo estratégico.

Finalizamos dizendo que todo o trabalho de planeamento é por definição aberto à mudança e à adaptação. Assim sendo, também este Plano Estratégico assim é. E mediante a avaliação que irá sendo feita ele sofrerá as necessárias adaptações. É, contudo, nosso propósito cumpri-lo, na íntegra, nestes próximos anos e contribuir para uma melhoria significativa da situação geral das nossas crianças e jovens.

Para isso contamos com todos e precisamos de todos. Todos seremos poucos para a hercúlea empresa de proteger e educar uma criança! E se uma criança, no seu futuro, cede à violência, ao furto, à delinquência será porque em algum lado a sociedade falhou. Nós faremos todos os esforços para não falhar, se falharmos, não será por não termos tentado!

5.3 Plano estratégico

"Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas. Se você se conhece, mas não conhece o inimigo, para cada vitória ganha sofrerá também uma derrota. Se você não conhece nem o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas".

Sun Tzu: A arte da Guerra

Quando se navega sem destino nenhum vento é favorável, ou são-o todos.

Por aí

Missão:

“Promover os direitos das crianças e dos jovens e prevenindo ou pondo termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral, corresponsabilizando os diferentes agentes locais, dinamizando as parcerias e envolvendo toda a comunidade na promoção do bem-estar e dos direitos da criança.”

Visão:

“Ser reconhecida como uma entidade de referência na construção de uma comunidade protetora, securizante e promotora do desenvolvimento integral da criança/jovem, diminuindo os fatores de risco e de perigo e intervindo de forma integrada e constante.”

Valores:

- Respeito pelas crianças, jovens e adultos;
- Ética, responsabilidade e transparência;
- Compromisso com a verdade;
- Qualidade, agilidade e atendimento ativo;

- Eficiência e eficácia;
- Inovação.

5.3.1 O Planeamento

<u>EIXOS</u> <u>ESTRATÉGICOS</u>	<u>OBJETIVOS OPERACIONAIS</u>	<u>ATIVIDADES</u>	<u>INTERVENIENTES</u>
01 EM BUSCA DA MELHORIA	01.1 - Promover a formação/capacitação de todos os profissionais da CPCJ em áreas de intervenção inerentes às situações de perigo.	01.1.1 – Participação em ação de formação no âmbito do trabalho da CPCJMC	CPCJMC/ CNPDPCJ
		01.1.2 – Sessões conjuntas de reflexão sobre as temáticas específicas da CPCJMC	CPCJMC
	01.2 - Melhorar a comunicação através da partilha de informação/saberes entre os profissionais da CPCJ.	01.2.1 – Divulgação de procedimentos alusivos à ação da CPCJ	CPCJMC/ CNPDPCJ
		01.2.2 – Dinamização de sessões de análise/debate de casos	CPCJMC
		01.2.3 – Criação de um repositório online de partilha da informação com os intervenientes e de publicação de artigos	CPCJ/ CMMC
	01.3 - Aumentar o conhecimento sobre técnicas de intervenção/atuação na remoção/minimização das situações de perigo	0.1.3.1 Dinamização do conhecimento sobre os recursos disponibilizados pela CNPDPCJ	CPCJMC/ CMMC
		0.1.3.2 Produção de instrumentos de orientação potenciadores de uma melhor ação na defesa dos direitos das crianças e jovens	CPCJMC
		01.3.3 – Redação e publicação de artigos sobre a LPCJP pelos membros da CPCJMC	CPCJMC

<u>EIXOS ESTRATÉGICOS</u>	<u>OBJETIVOS OPERACIONAIS</u>	<u>ATIVIDADES</u>	<u>INTERVENIENTES</u>
	01.4 - Promover e garantir a avaliação da CPCJMC e da atuação dos seus profissionais	01.4.1 – Criação ou adaptação de instrumentos de avaliação	CPCJMC
		01.4.2 – Aplicação dos instrumentos avaliativos no processo de avaliação	CPCJMC
		01.4.3 – Análise e reflexão sobre os resultados da avaliação	CPCJMC
	01.5 – Definir procedimentos com base nos princípios orientadores da intervenção previstos na LPCJ (art.º 4.º)	01.5.1 – Promoção do conhecimento dos documentos orientadores da ação da CPCJMC emanados pela CNPDPCJ	CPCJMC/ CNPDPCJ
		01.5.2 – Definição de critérios de participação e audição de crianças/jovens na CPCJMC com vista ao seu superior interesse	CPCJMC/ CNPDPCJ
		01.5.3 - Elaboração de um guia orientador com vista à audição da criança	CPCJMC
	01.6 – Melhorar a elaboração anual do Plano Anual de Atividades	01.7.1 – Integração no PAA os objetivos, atividades e ações do PELPPDCJ	CPCJMC/ AEMC/ Entidades Locais
		01.7.2 – Avaliação anual do PAA e consequentemente do PELPPDCJ	CPCJMC/ CNPDPCJ
		01.7.3 – Produção ou adaptação de documentos de suporte à avaliação do PAA	CPCJMC

<u>EIXOS ESTRATÉGICOS</u>	<u>OBJETIVOS OPERACIONAIS</u>	<u>ATIVIDADES</u>	<u>INTERVENIENTES</u>
02 COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL	02.1 – Aprofundar as parcerias existentes com entidades do concelho e de fora do concelho	02.1.1 – Sensibilização das entidades envolvidas para questões de conflito familiar e violência doméstica.	CPCJMC/ NAAV/ CAFAP
		02.1.2 – Promoção de momentos de troca de conhecimentos sobre a atuação nas áreas de infância e juventude	CPCJMC/ NAAV/ CAFAP
		02.1.3 – Definição de um plano de atuação de acordo com as valências de cada instituição.	CPCJMC/ NAAV/ CAFAP
	02.2 – Instituir a CPCJMC como plataforma de unificação das diferentes respostas das entidades parceiras	02.2.1 – Promoção do conhecimento das várias valências das entidades parceiras	CPCJMC
		02.2.2 – Inclusão das várias entidades na resolução dos problemas diagnosticados	CPCJMC
		02.2.3 – Apoio às respostas institucionais para casos sinalizados de acordo com o exercício das respetivas competências.	CPCJMC/ AEMC/ Entidades Locais
	02.3 – Avaliar anualmente as parcerias e reajustar procedimentos.	02.3.1 – Produção ou adaptação de instrumentos de avaliação	CPCJMC
		02.3.2 – Elaboração de um Relatório de Avaliação	CPCJMC

<u>EIXOS ESTRATÉGICOS</u>	<u>OBJETIVOS OPERACIONAIS</u>	<u>ATIVIDADES</u>	<u>INTERVENIENTES</u>
		02.3.4 – Apresentação dos resultados da avaliação e reajuste de procedimentos	CPCJMC
03 O BEM-ESTAR E A PROTEÇÃO INCLUSIVA	03.1 – Promover um ambiente seguro no meio escolar e sua envolvimento	03.1.1 – Tipificação de situações específicas de falta de segurança em diferentes contextos. O que se entende por segurança?	CPCJMC/ AEMC/ CMMC/ GNR
		03.1.2 – Identificação de ambientes inseguros, seus diferentes rostos e espaços.	CPCJMC/ AEMC/ CMMC/ GNR
		03.1.3 – Realização de ações de vigilância e visibilidade policial, prioritariamente preventiva	CPCJMC/GNR
	03.2 – Combater a pobreza infantil e a exclusão social e a discriminação	03.2.1 – Orientação das famílias para os serviços sociais e profissionais disponíveis, de acordo com as suas necessidades.	CPCJMC/ EDUCAÇÃO/ SAÚDE/ SEGURANÇA/ AÇÃO SOCIAL
		03.2.2 - Sinalização de casos específicos ao IEFP tendo em conta as necessidades de formação ou de trabalho.	CPCJMC/IEFP
		03.2.3 – Conhecimento das tradições identitárias de grupos ou nacionalidades	CPCJMC/ EDUCAÇÃO/ AÇÃO SOCIAL

<u>EIXOS ESTRATÉGICOS</u>	<u>OBJETIVOS OPERACIONAIS</u>	<u>ATIVIDADES</u>	<u>INTERVENIENTES</u>
		03.2.4 – A visão do outro como reflexo de mim mesmo: é mais o que nos une do que o que nos separa.	CPCJMC/ EDUCAÇÃO/ AÇÃO SOCIAL
	03.3 – Promover a implementação da Educação para a saúde	03.3.1 – Apoio na implementação da educação para a saúde em meio escolar, em articulação com a Estratégia Nacional de Educação para a Saúde.	CPCJMC/ SAÚDE ESCOLAR /CLDS
		03.3.2 – Sensibilização parental para a necessidade de uma alimentação saudável.	CPCJMC/ SAÚDE ESCOLAR /CLDS
		03.3.3 – Articulação com a “Saúde Escolar” com vista à promoção da saúde infantojuvenil	CPCJMC/ SAÚDE ESCOLAR /CLDS
	03.4 - Investir na prevenção e promover o acompanhamento da saúde física e mental na infância e adolescência com vista ao desenvolvimento de gerações saudáveis.	03.4.1 – Monitorização dos serviços de saúde adaptados a crianças e jovens.	CPCJMC/ SAÚDE
		03.4.2 – Monitorização da implementação da educação para a saúde em meio escolar, em articulação com a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.	CPCJMC/ SAÚDE ESCOLAR
		03.4.4 - O papel da cultura como promotora da saúde e facilitadora do acompanhamento e inserção de crianças e jovens com	CPCJMC/ SAÚDE ESCOLAR

<u>EIXOS ESTRATÉGICOS</u>	<u>OBJETIVOS OPERACIONAIS</u>	<u>ATIVIDADES</u>	<u>INTERVENIENTES</u>
		vulnerabilidades ao nível da saúde física e mental.	
	03.5 – Desenvolver estratégias com vista à diminuição do número de sinalização problemáticas dos 11 aos 17 anos	03.5.1 - Tipificação de problemáticas com vista ao conhecimento de situações de risco	CPCJ/NACJR
		03.5.2 - Promoção da prevenção de situações de risco através de ações de sensibilização na comunidade	CPCJ/NACJR
		03.5.3 - Promoção da articulação interinstitucional e partilha de informação	CPCJ/NACJR
	03.6 – Acautelar os casos de violência doméstica e negligência nas idades mais precoces por forma a diminuir as restantes situações de perigo.	03.6.1 - Potenciamento do reconhecimento dos profissionais como pessoas de contacto e de referência.	CPCJ/NACJR
		03.6.2 – Acompanhamento, intrasectorialmente e intersectorialmente, do percurso da criança ou jovem.	CPCJ/NACJR
		03.6.3 - Garantir o apoio continuado e integral da criança ou jovem, evitando a revitimação.	CPCJ/NACJR
		04.1.1 – Sensibilizar os jovens para a importância da sua representação na CPCJMC	CPCJMC/ AEMC/ CMMC

<u>EIXOS ESTRATÉGICOS</u>	<u>OBJETIVOS OPERACIONAIS</u>	<u>ATIVIDADES</u>	<u>INTERVENIENTES</u>
04 A PARTICIPAÇÃO CÍVICA COMO POTENCIADORA DA INCLUSÃO E DA CONSTRUÇÃO DE PESSOAS	04.1 – Integrar a visão dos jovens na missão da CPCJMC	04.1.2 – Criação de critérios de nomeação de jovem/jovens para a Comissão Alargada da CPCJMC	CPCJMC/ AEMC/ CMMC
	04.2 – Promover o empenhamento cívico dos jovens de forma a poderem intervir nas decisões municipais.	04.2.1 – Dinamização da participação juvenil nas decisões municipais	CPCJMC/ AEMC/ CMMC
		04.2.2 – Motivação dos jovens para a participação no Conselho Municipal da Juventude	CPCJMC/ AEMC/ CMMC
		04.2.3 – Dinamização da participação juvenil no Orçamento Participativo	CPCJMC/ AEMC/ CMMC
05.1 – Promover para uma parentalidade positiva das famílias.		05.1.1 Ações de formação para pais sobre a Parentalidade Positiva	CPCJ/ CAFAP
		05.1.2 – Ações de formação no âmbito das novas tecnologias	CPCJ/ CAFAP
		05.1.3 – Organização da semana da Parentalidade Positiva	CPCJMC/ AEMC/ CMMC/ AP

<u>EIXOS ESTRATÉGICOS</u>	<u>OBJETIVOS OPERACIONAIS</u>	<u>ATIVIDADES</u>	<u>INTERVENIENTES</u>
05 A PARENTALIDADE POSITIVA	05.2 – Sensibilizar os pais, relativamente à utilização de estratégias educativas, baseadas na parentalidade positiva.	05.2.1 - Divulgação do Guia de Igualdade Parental (Associação Portuguesa para a Igualdade Parental e Direito dos Filhos)	CPCJMC
		05.2.2 – Workshop sobre castigos e punições	CPCJMC
		05.2.3 – Workshop sobre tempo de qualidade e outros.	CPCJMC
	05.3 – Capacitar as famílias para o exercício da parentalidade positiva	05.4.1- Distribuição de informação relativa à Parentalidade Positiva.	CPCJMC
		05.4.2 – Contribuições para a instalação de uma “escola de pais”	CPCJMC/ AEMC/ CMMC/ AP
		05.4.3 – Promoção da participação dos pais/Encarregados de Educação/ Responsáveis pelas crianças nas formações decorrentes da “escola de pais”.	CPCJMC/ AEMC/ CMMC/ AP

5.3.2 As fichas

Eixo Estratégico

Ano: 2022
Designação
Em Busca da Melhoria
Código Eixo

01

Entidade Responsável

CPCJ Macedo de Cavaleiros

Entidades Intervienientes

CPCJMC

Descrição e metas

Com este eixo estratégico pretende instituir uma cultura de autoavaliação e de melhoria contínua no seio da CPCJ de Macedo de Cavaleiros

Objetivos Operacionais

Código	Descrição	custo		Participantes
		Previsto	Real	
01.1	Promover a formação/capacitação de todos os profissionais da CPCJ em áreas de intervenção inerentes às situações de perigo.			CPCJMC/ CNPDPCCJ
01.2	Melhorar a comunicação através da partilha de informação/saberes entre os profissionais da CPCJ.			CPCJMC/ CNPDPCCJ/ CMMC
01.3	Aumentar o conhecimento sobre técnicas de intervenção/atuação na remoção/minimização das situações de perigo			CPCJMC/ CMMC
01.4	Promover e garantir a avaliação da CPCJMC e da atuação dos profissionais da CPCJ			CPCJMC
01.5	Definir procedimentos com base nos princípios orientadores da intervenção previstos na LPCJ (art.º 4.º)			CPCJMC/ CNPDPCCJ
01.6	Melhorar a elaboração anual do Plano Anual de Atividades			CPCJMC/ CNPDPCCJ/ AEMC/ Entidades Locai
Custos Totais		0.00	0.00	

Atividade

Ano: 2022

Designação

Participação em ação de formação no âmbito do trabalho da CPCJMC

Código Objetivo

01.1

Código Actividade

01.1.1

Serviço Coordenador

CPCJMC

Responsável

CPCJMC

Duração dActividade

Início: 01-01-2023

Fim: 31-12-2023

Nº Horas: 100

Intervenientes

CPCJ – Comissão restrita

Objectivos

(descrição dos objetivos parciais a atingir de acordo com o objetivo estratégico)

Trabalhar as áreas da Violência doméstica e do absentismo escolar

Ações para realização da Actividade

Conclusão

1	Contacto com entidades formadoras		
2	Informação sobre as formações possíveis		
3	Seleção da(s) formação(ões) a ministrar		
4	Contacto e inscrição de participantes		
5	Agregação de meios materiais de apoio		

Especificação de limitações e constrangimentos na realização da actividade

Descrição

Data da conclusão da actividade:

Especificação da não obtenção dos objectivos

Atividade

Ano: 2022

Designação

Sessões conjuntas de reflexão sobre as temáticas específicas da CPCJMC

Código Objetivo

01.1

Código Actividade

01.1.2

Serviço Coordenador

CPCJMC

Responsável

CPCJMC

Duração dActividade

Início: 01-01-2023

Fim: 31-12-2023

Nº Horas:

Intervenientes

CPCJ – todos os comissários

Objectivos

(descrição dos objetivos parciais a atingir de acordo com o objetivo estratégico)

Promover a partilha de conhecimentos;
Facilitar o conhecimento de situações concretas e específicas de forma a atuações harmonizadas

Ações para realização da Actividade

Conclusão

- | 1 | Convocação das sessões | |
|---|-------------------------------|--|
| 2 | Definição dos temas a abordar | |
| 3 | Orientação das Sessões | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |

Especificação de limitações e constrangimentos na realização da actividade

Descrição

Data da conclusão da actividade:

Especificação da não obtenção dos objetivos

Objetivo Operacional

Ano:	2022
-------------	-------------

Designação

Melhorar a comunicação através da partilha de informação/saberes entre os profissionais da CPCJ.

Código Objetivo

01.2

Código Eixo

01

Entidade Responsável

CPCJ

Período de Aplicação

Início: 01-01-2023

Fim: 31-12-2023

Entidades Intervenientes

CPCJMC

Descrição e metas do objetivo

Actividades

Código	Actividades	Custo		Participantes
		Previsto	Real	
01.2.1	Divulgação de procedimentos alusivos à ação da CPCJ	20€		CPCJ
01.2.2	Dinamização de sessões de análise/debate de casos	10€		
01.2.3	Criação de um repositório online de partilha da informação com os intervenientes e de publicação de artigos	100€		
Custos Totais		130,00 €	0.00	

Referências

- Albuquerque, S. D. (2016). Género e Estilos Parentais: um estudo sobre a relação entre género dos pais e dos filhos e práticas de estilos parentais. Instituto Superior de Educação e de Ciências. Obtido em 19 de 05 de 2022, de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/19163/1/vers%C3%A3o%20final.pdf>
- Alves, M. d. (2009). *Avaliação e Qualidade das Organizações*. Lisboa: Editora Escolar.
- Clímaco, M. d. (2005). *Avaliação de Sistemas em Educação*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Comité de Ministros do Conselho da Europa. (2019). Recomendação rec(2006) 19. CNPDPCJ. Obtido em 18 de 05 de 2022, de <https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/19464/Recomenda%C3%A7%C3%A3o+2006/e36ba3eb-d849-4ebb-9827-688de3e92f94>
- Cruz, O. (28 de 03 de 2014). Que parentalidade? Centro de Estudos Juciciários. Obtido em 18 de 05 de 2022, de <https://docplayer.com.br/129346889-Que-parentalidade-orlanda-cruz.html>
- Dias, M. G. (s.d.). Crianças Felizes. Esfera dos livros.
- education, E. A. (17 de 05 de 2022). *Estatísticas da Agência Europeia sobre Educação Inclusiva*. Obtido de https://www.european-agency.org/sites/default/files/easie_key_messages_and_findings_2014-2016_pt_0.pdf
- Lima, I. M. (2018). Promover a Parentalidade Positiva - O Triple P em Portugal. *VI Seminário Internacional Cognição, Aprendizagem e Desempenho*, p. 19. Obtido em 18 de 05 de 2022, de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/117087/2/289945.pdf>
- Lucien, R. (2016). *revistapmkt*. Obtido de Repensando o uso da escala Likert: tradição ou escolha técnica?: www.revistapmkt.com.br
- Meuret, D. (2002). O papel da auto-avaliação dos estabelecimentos de ensino na regulação dos sistemas educativos. Em J. A. Costas, A. Neto-Mendes, & A. Ventura, *Avaliação de organizações educativas* (pp. 39-50). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Negrão, M. (s.d.). SER MÃE, SER PAI - Os desafios da parentalidade (Durante e Após a Pandemia). Ordem dos Psicólogos. Obtido em 19 de 05 de 2022, de

https://www.ordendopsicologos.pt/ficheiros/documentos/ser_mae_pai_desafios_parentalidade.pdf

PORDATA. (2022). Obtido de Municípios: <https://www.pordata.pt/>

Priberam Informática, S. (18 de 05 de 2021). *Parentalidade*. Obtido de Priberam Dicionário: <https://dicionario.priberam.org/parentalidade>

Quingostas, A. (2011). Um Programa de Educação/Treino Parental, Parentalidade Positiva - "Pais atentos...Pais Presentes". Lisboa, Portugal: Universidade Técnica de Lisboa. Obtido em 19 de 05 de 2022, de <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/3690>

Rinhel-Silva, C. M., Constantino, E. P., & Rondini, C. A. (2012). Família, adolescência e estilos parentais. *Estudos de Psicologia*. Campinas, Brasil. Obtido em 18 de 05 de 2022, de <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/YQbwcW8cDpLPYbSsHpmYzkR/?format=pdf&lang=pt>

Satúrio-Pires, C. d. (2009). Estilos Educativos Parentais, Autoconceito e Desempenho Académico. Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Obtido em 19 de 05 de 2022, de <https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/3562/1/10406.pdf>

unicef. (2019). Convenção sobre os direitos da criança e protocolos facultativos. Comité Português para a UNICEF. Obtido em 18 de 05 de 2022, de chrome-extension://https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf

Weber, L. N. (2004). Identificação de Estilos Parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Universidade Federal do Pará. Obtido em 18 de 05 de 2022, de <https://www.scielo.br/j/prc/a/xP7PmbNp3Q5W76DPMzL935C/?format=pdf&lang=pt>

wikipedia. (20 de 02 de 2021). Obtido de escala Likert: https://pt.wikipedia.org/wiki/Escala_Likert

ANEXOS



1. Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ

1.1 Identifico-me com a missão e a visão da CPCJ	
1.2 Dissemino a missão e a visão da CPCJ por todos os novos membros, a quando a sua entrada	

2. Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99)

2.1 Sei que a CPCJ adotou critérios para avaliar/determinar o superior interesse da criança	
2.1.1 Se tais critérios existem, por favor identifique quais:	<i>escreva aqui a sua resposta:</i>
2.1.2 Se não existem critérios, por favor reflita sobre como é que este princípio é implementado?	<i>escreva aqui a sua resposta:</i>
2.2 Sei que a CPCJ adotou critérios para apoiar a audição e participação das crianças	
2.2.1 Se tais critérios existem, por favor identifique quais:	<i>escreva aqui a sua resposta:</i>

<p>2.2.2 Se não existem critérios, por favor reflita sobre como é que este princípio é implementado?</p>	<p><i>escreva aqui a sua resposta :</i></p>
--	---

3. Sobre a Liderança

<p>3.1 Enquanto elemento da Presidência reconheço-me como alguém comprometido com a missão da CPCJ</p>	
<p>3.2 Enquanto elemento da Presidência comunico orientações que considero claras</p>	
<p>3.3 Considero que o tempo que dedico à CPCJ é adequado, conseguindo imprimir um ritmo apropriado para o desenvolvimento da ação da CPCJ</p>	
<p>3.4 Costumo planear as reuniões e o trabalho, de forma eficaz e eficiente</p>	
<p>3.5 Posso formação adequada e conhecimentos específicos, nas áreas de intervenção da CPCJ</p>	
<p>3.6 Comunico de forma frequente, adequada e transparente, demonstrando capacidade para aceitar os diferentes pontos de vista</p>	
<p>3.7 Consigo mobilizar para uma visão partilhada e um objetivo comum, promovendo distribuição de tarefas de forma equitativa entre os membros</p>	
<p>3.8 Posso competências de negociação, resolução de conflitos e problemas, prestando atenção às preocupações, necessidades e contributos individuais dos diferentes membros</p>	
<p>3.9 Promovo uma participação efetiva dos parceiros e das famílias/crianças/jovens, de forma que a mesma seja eficiente e eficaz</p>	
<p>3.10 Empenho-me na obtenção de recursos (humanos, logísticos, físicos, financeiros...), para a CPCJ</p>	
<p>3.11 Contribuo para que o papel da CPCJ seja clarificado e reconhecido na comunidade, como instituição de referência na promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens</p>	
<p>3.12 Empenho-me em promover o sentimento de pertença de todos os membros e demais entidades da comunidade</p>	
<p>3.13 Sou avaliada/o pelos membros da CPCJ</p>	
<p>3.14 Delego grande parte das minhas funções noutro elemento da CPCJ</p>	
<p>3.15 Supervisiono ativamente o trabalho das/os profissionais apoiando-os/as onde sentem mais dificuldade e criando estratégias de trabalho efetivas para a equipa</p>	

3.16 Discuto a avaliação individual com cada técnica/o	
3.17 Revejo, com cada profissional, as estratégias de trabalho e defino os progressos a alcançar	
3.18 Incentivo as/os técnicas/os a partilhar as suas ideias e experiências	



1. Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99)

1.1 Eu recebi informação escrita sobre os princípios orientadores da intervenção da CPCJ quando me juntei à equipa	
1.2 Eu conheço a política interna sobre a proteção das crianças da CPCJ	
1.3 Eu conheço os critérios da CPCJ para avaliar/determinar o superior interesse da criança	
1.4 Eu não tenho dificuldade em aplicar os critérios da CPCJ para avaliar/determinar o superior interesse da criança, na minha intervenção direta, junto das crianças e jovens	
1.5 Eu conheço os critérios da CPCJ para implementar a audição e participação das crianças e jovens	
1.6 Eu não tenho dificuldade em aplicar os critérios da CPCJ para implementar a audição e participação das crianças e jovens, na minha intervenção direta, junto das crianças e jovens	
1.7 Eu informo todas as crianças/jovens <u>oralmente</u> sobre a sua situação	
1.8 Eu informo todas as crianças/jovens <u>oralmente</u> sobre como decorrerá o processo de tomada de decisão	
1.9 Eu dou informação <u>por escrito</u> a todas as crianças/jovens sobre como decorrerá o processo de tomada de decisão	
1.10 Eu informo todas as crianças/jovens sobre a possibilidade de colocar questões e providencio respostas às suas dúvidas, de modo a que a criança/jovem compreenda	
1.11 As entrevistas/comunicações com as crianças são feitas em ambiente adequado (por ex. em respeito à sua privacidade, proteção, idade ou outras necessidades)	
1.12 As crianças/jovens participam ativamente no processo de tomada de decisão. Quando a decisão final é contrária ao desejo da criança/jovem, eu explico-lhes o porquê da tomada dessa decisão e não aquela que a criança/jovem preferia	

1.13 A partir dos 12 anos de idade ou de acordo com a sua maturidade e capacidades, eu peço sempre a declaração de não oposição/oposição <u>por escrito</u> a todas as crianças/jovens	
1.14 Eu informo todas as crianças/jovens <u>oralmente</u> sobre os seus direitos, dos motivos que determinam a intervenção e da forma como esta se processa	
1.15 Eu informo todas as crianças/jovens <u>por escrito</u> sobre os seus direitos, dos motivos que determinam a intervenção e da forma como esta se processa	
1.16 Eu informo todos os pais/mães ou representantes legais <u>oralmente</u> sobre os seus direitos, os motivos que determinam a intervenção e a forma como esta se processa	
1.17 Eu informo todos os pais/mães ou representantes legais <u>por escrito</u> sobre os seus direitos, os motivos que determinam a intervenção e a forma como esta se processa	

2. Outros princípios fundamentais de direitos da criança

2.1 Todos os contactos e comunicações com crianças/jovens são feitos, por mim, no respeito pela sua privacidade e dignidade	
2.2 Acho que a CPCJ dissemina informação sobre os seus serviços junto da população infantil/juvenil	
2.3 Considero que a localização e horário de funcionamento da CPCJ são adequados às necessidades das crianças/jovens em idade escolar que necessitem de acesso aos seus serviços/atendimento	
2.4 Sei que a CPCJ dissemina informação sobre os direitos das crianças junto da população infantil/juvenil e famílias	
2.5 No relacionamento direto com as crianças/jovens tenho uma atitude inclusiva, independentemente do contexto de proveniência da criança, nacionalidade, orientação sexual ou outro estatuto	
2.6 Em cada caso individual, eu procuro dar oportunidade à criança/jovem para expressar a sua satisfação em relação aos serviços providenciados, oralmente, ou por escrito, incluindo a sua satisfação acerca da atitude das/os profissionais, atendimento e outras questões	
2.7 Conheço os grupos que a CPCJ procura identificar como sendo os mais vulneráveis ao nível do concelho	
2.8 Proponho medidas para cada criança que têm não apenas um carácter de proteção, mas também de promoção do seu bem-estar numa perspetiva holística	

3. Sobre a liderança

3.1 Reconheço a/o Presidente como alguém comprometido com a missão da CPCJ	
3.2 Conheço as orientações comunicadas pela/o Presidente e considero claras tais orientações	
3.3 Considero que o tempo que a/o Presidente dedica à CPCJ é adequado, conseguindo imprimir um ritmo apropriado para o desenvolvimento da ação da CPCJ	
3.4 Considero que a/o Presidente planeia as reuniões e o trabalho, de forma eficaz e eficiente	
3.5 Considero que a/o Presidente possui formação adequada e conhecimentos específicos, nas áreas de intervenção da CPCJ	
3.6 Considero que a/o Presidente comunica de forma frequente, adequada e transparente, demonstrando capacidade para aceitar os diferentes pontos de vista	
3.7 Considero que a/o Presidente consegue mobilizar para uma visão partilhada e um objetivo comum, promovendo distribuição de tarefas de forma equitativa entre os membros	
3.8 Considero que a/o Presidente possui competências de negociação, resolução de conflitos e problemas, prestando atenção às preocupações, necessidades e contributos individuais dos diferentes membros	
3.9 Considero que a/o Presidente promove uma participação efetiva dos parceiros e das famílias/crianças/jovens, de forma que a mesma seja eficiente e eficaz	
3.10 Considero que a/o Presidente está empenhado/a na obtenção de recursos (humanos, logísticos, físicos, financeiros...), para a CPCJ	
3.11 Considero que a/o Presidente contribui para que o papel da CPCJ seja clarificado e reconhecido na comunidade, como instituição de referência na promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens	
3.12 Considero que a/o Presidente está empenhada/o em promover o sentimento de pertença de todos os membros e demais entidades da comunidade	
3.13 Sei que a/o Presidente é avaliado/a pelos membros da CPCJ	

3.14 Sei que a/o Presidente delega grande parte das suas funções noutro elemento da CPCJ	
3.15 Considero que a/o Presidente supervisiona ativamente o trabalho das/os técnicas/os, apoiando-as/os onde sentem mais dificuldade e criando estratégias de trabalho efetivas para a equipa	
3.16 O/A Presidente discute a avaliação individual com cada técnica/o	
3.17 Considero que a/o Presidente revê, com cada profissional, as estratégias de trabalho e define os progressos a alcançar	
3.18 Considero que a/o Presidente incentiva as/os técnicas/os a partilhar as suas ideias e experiências	

4. Planeamento e Avaliação

4.1 Enquanto profissional que lido diretamente com crianças/jovens sou avaliada/o, tendo em conta as minhas competências e desempenho.	
4.2 Conheço os planos anuais de atividades da CPCJ	
4.3 Conheço as metas, objetivos e indicadores de progresso e avaliação incluídos no plano	
4.4 Eu participo na elaboração do plano anual	
4.5 Sei que o plano anual de atividades é monitorizado semestralmente	
4.6 Sei que o plano anual de atividades é avaliado anualmente	
4.7 Sei que a avaliação do plano anual de atividades inclui a recolha formal da perspetiva das entidades da comunidade	
4.8 Sei que a avaliação do plano anual de atividades inclui a recolha formal da perspetiva das famílias, bem como das crianças/jovens	
4.9 Sei que os resultados da avaliação do plano são utilizados para definir novas metas e objetivos	
4.10 Sei que a CPCJ efetua um diagnóstico em matéria de infância e juventude	
4.11 Sei que a CPCJ tem um plano de ação local para a infância e juventude, visando a promoção, defesa e concretização dos direitos das crianças e jovens	

4.12 Conheço as metas, objetivos e indicadores de progresso e avaliação que o plano de ação local para a infância e juventude inclui	
4.13 Sei que o plano de ação local para a infância e juventude é avaliado	
4.14 Sei que a avaliação do plano de ação local para a infância e juventude inclui a recolha formal da perspectiva das entidades da comunidade	
4.15 Sei que a avaliação do plano de ação local para a infância e juventude inclui a recolha formal da perspectiva das famílias, bem como das crianças/jovens	
4.16 Sei que o trabalho de planeamento e avaliação é liderado por membros especializados / formados para esse propósito	

5. Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo

5.1 Considero que o tempo entre a sinalização e a avaliação da situação de cada criança/jovem em risco/perigo é sempre adequado às suas necessidades individuais	
5.2 Considero que em todos os processos em que trabalho, é garantida a não-revitimação das crianças/jovens	
5.3 Considero que todas as crianças/jovens têm um gestor/a de caso	
5.4 Sei que cada gestor/a de caso é efetivamente apresentado/a como tal às crianças, jovens e suas famílias	
5.5 Atuo no sentido de, independentemente da situação da criança/jovem, esta nunca ser entrevistada múltiplas vezes para o mesmo propósito e por profissionais diferentes	
5.6 Todas as medidas de proteção/promoção que proponho incluem um plano individualizado, desenvolvido em consulta com a criança/jovem, de acordo com as suas capacidades e maturidade	
5.7 Quando faço a avaliação da situação de cada criança/jovem contemplo os fatores de risco do ambiente social/familiar, bem como, os fatores de proteção e resiliência (individuais, na família e na comunidade)	
5.8 Em todas as medidas é deliberado e implementado apoio às famílias	
5.9 Integro uma equipa que tem um carácter verdadeiramente multidisciplinar	
5.10 Enquanto elemento da CPCJ colaboro com a rede local de apoio às crianças (centro de saúde, escola, ATLS, clubes desportivos, etc.)	

5.11 Nas situações que acompanho, as crianças/jovens vítimas de crime são imediatamente conduzidas para serviços especializados	
5.12 Conheço os serviços locais que podem apoiar as crianças/jovens com medidas de proteção/promoção	
5.13 Tenho consciência de que os serviços locais têm a qualidade necessária para apoiar efetivamente cada criança/jovem com uma medida de proteção/promoção, de modo holístico e no respeito pelos seus direitos	
5.14 Conheço os recursos locais existentes que podem facilitar o acesso a alojamento de emergência para crianças/jovens que assim necessitem	
5.15 Sei que a CPCJ acompanha efetivamente todas as crianças/jovens com medidas de proteção/promoção	
5.16 De um modo geral, eu sinto que a CPCJ reúne todas as condições para garantir uma intervenção atempada, eficaz, de qualidade e no respeito pelos direitos de todas as crianças/jovens	

6. Desenvolvimento e Capacitação dos Membros

6.1 Desde que iniciei a minha colaboração com a CPCJ, todos os anos tem sido efetuado um diagnóstico de necessidades de formação e definido um plano de formação contínua para todos os membros	
6.2 Eu frequentei formação inicial para o exercício das minhas funções	
6.3 Eu já frequentei ações de formação contínua para o exercício das minhas funções	
6.4 Eu tenho formação especializada sobre os direitos das crianças	
6.5 Sei que a CPCJ faz uso de consultoria externa no âmbito das suas competências / atribuições / ações	
6.6 Sei que os membros mais experientes apoiam os mais recentes, no âmbito do desenvolvimento das tarefas inerentes à atividade da CPCJ	
6.7 A minha prática profissional tem beneficiado da colaboração e partilha de boas práticas com outras CPCJ	

7. Recursos Humanos e Logísticos

7.1 Face ao volume e complexidade do meu trabalho da CPCJ disponho do tempo necessário para o meu desenvolvimento	
---	--

7.2 Considero que tenho o perfil humano (temperamento, motivação, etc.) e técnico (formação, experiência, etc.) adequado ao tipo de trabalho que desenvolvo na CPCJ	
7.3 Acho que existe espaço físico adequado e confortável para as/os profissionais	
7.4 Acho que os espaços físicos disponíveis são adequados para o atendimento das famílias	
7.5 Acho que os espaços físicos disponíveis são adequados para o atendimento das crianças/jovens (amigos das crianças – “ <i>child friendly</i> ”)	
7.6 Sinto que existem condições de garantia de segurança para o desenvolvimento do trabalho	
7.7 Considero que a CPCJ promove iniciativas com vista à prevenção do <i>burnout</i> e outros riscos psicossociais, e à de promoção do meu bem-estar	



1. Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ

1.1 Identifico-me com a missão e a visão da CPCJ	
1.2 Quando entrei para a CPCJ tive imediatamente conhecimento da sua missão e visão	
1.3 A missão e a visão da CPCJ estão compreendidas e assimiladas por todos os membros	
1.4 Conheço a legislação que enquadra o funcionamento e competências da CPCJ	
1.5 Conheço os princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99)	
1.6 Tenho conhecimento da política interna sobre a proteção das crianças	

2. Composição e estrutura da CPCJ

2.1 Sei que a composição da modalidade alargada da CPCJ obedece ao artigo 17º da Lei 147/99	
2.2 Enquanto membro da modalidade alargada cumprio com a afetação mínima de 8h mensais, realizadas em período normal de trabalho	
2.3 Sei que os membros da modalidade alargada cumprem com a afetação mínima de 8h mensais, realizadas em período normal de trabalho	
2.4 Enquanto membro da modalidade alargada tenho conhecimento das minhas competências/funções na CPCJ	
2.5 Tenho conhecimento do regulamento interno que foi aprovado pela Comissão / Modalidade Alargada	
2.6 Sei que o Regulamento interno da CPCJ foi elaborado a partir do regulamento-tipo da CNPDPCJ	

3. Funcionamento da CPCJ

3.1 Tenho conhecimento atempado da calendarização e agenda das reuniões	
3.2 Cumpro com as minhas funções na modalidade alargada, de acordo com o previsto no artigo 18º da Lei 147/99	
3.3 Sinto-me livre para participar e expressar o meu parecer	
3.4 Participo na concretização de ações de prevenção	
3.5 Participo com a periodicidade mínima mensal nas reuniões da Comissão Alargada	
3.6 Participo em grupos de trabalho para assuntos específicos	
3.7 Articulo regularmente com todos os membros para a concretização das ações da CPCJ	
3.8 Tenho um papel atribuído no âmbito da planificação da atividade da CPCJ	

4. Sobre a Liderança

4.1 Reconheço a/o Presidente como alguém comprometido com a missão da CPCJ	
4.2 Conheço as orientações comunicadas pela/o Presidente e considero claras tais orientações	
4.3 Considero que o tempo que a/o Presidente dedica à CPCJ é adequado, conseguindo imprimir um ritmo apropriado para o desenvolvimento da ação da CPCJ	
4.4 Considero que a/o Presidente planeia as reuniões e o trabalho, de forma eficaz e eficiente	
4.5 Considero que a/o Presidente possui formação adequada e conhecimentos específicos, nas áreas de intervenção da CPCJ	
4.6 Considero que a/o Presidente comunica de forma frequente, adequada e transparente, demonstrando capacidade para aceitar os diferentes pontos de vista	
4.7 Considero que a/o Presidente consegue mobilizar para uma visão partilhada e um objetivo comum, promovendo distribuição de tarefas de forma equitativa entre os membros	
4.8 Considero que a/o Presidente possui competências de negociação, resolução de conflitos e problemas, prestando atenção às preocupações, necessidades e contributos individuais dos diferentes membros	

4.9 Considero que a/o Presidente promove uma participação efetiva dos parceiros e das famílias / crianças / jovens, de forma que a mesma seja eficiente e eficaz	
4.10 Considero que a/o Presidente está empenhado/a na obtenção de recursos (humanos, logísticos, físicos, financeiros...), para a CPCJ	
4.11 Considero que a/o Presidente contribui para que o papel da CPCJ seja clarificado e reconhecido na comunidade, como instituição de referência na promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens	
4.12 Considero que a/o Presidente está empenhada/o em promover o sentimento de pertença de todos os membros e demais entidades da comunidade	
4.13 Sei que a/o Presidente é avaliado/a pelos membros da CPCJ	
4.14 Sei que a/o Presidente delega grande parte das suas funções noutro elemento da CPCJ	



1. Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ

1.1 A CPCJ tem a sua missão e a visão em documento escrito	
1.2 A missão e a visão da CPCJ são disseminadas a todos os novos membros, aquando a sua entrada	
1.3 A missão e a visão da CPCJ estão compreendidas e assimiladas por todos os membros	
1.4 A legislação que enquadra o funcionamento e competências da CPCJ é conhecida por todos os membros	
1.5 Os princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99) são conhecidos por todos os membros da CPCJ	
1.6 Existem documentos com orientações para os membros da CPCJ implementarem os princípios orientados da intervenção na sua ação	
1.7 Os documentos orientadores são disseminados a todos os novos membros, aquando a sua entrada	
1.8 Existem linhas orientadoras e papéis claros da função da CPCJ e dos respetivos membros	
1.9 A CPCJ tem uma política interna sobre a proteção das crianças	

2. Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99)

2.1 A CPCJ adotou critérios para avaliar/determinar o superior interesse da criança	
2.2 A CPCJ adotou critérios para apoiar a audição e participação das crianças	

2.3 As crianças são informadas sobre a sua situação e como decorrerá o processo de tomada de decisão	
2.4 As entrevistas/comunicações com as crianças são feitas em ambiente adequado (por ex. em respeito à sua privacidade, proteção, idade ou outras necessidades)	
2.5 As crianças participam ativamente no processo de tomada de decisão. Quando a decisão final é contrária ao desejo da criança, é-lhe explicado o porquê da tomada dessa decisão e não a que a criança preferia	

3. Outros princípios fundamentais de direitos da criança

3.1 A CPCJ dissemina informação sobre os seus serviços junto da população infantil/juvenil	
3.2 A localização e horário de funcionamento da CPCJ são adequados às necessidades das crianças/jovens em idade escolar que necessitem de acesso aos seus serviços/atendimento	
3.3 A CPCJ dissemina informação sobre os direitos das crianças junto da população infantil/juvenil e famílias	
3.4 Todas/os as/os técnicas/os que lidam diretamente com as crianças/jovens têm uma atitude inclusiva, independentemente do contexto de proveniência da criança, nacionalidade, orientação sexual ou outro estatuto	
3.5 Em cada caso individual, é dada oportunidade à criança/jovem para expressar a sua satisfação em relação aos serviços providenciados, oralmente, ou por escrito, incluindo satisfação acerca da atitude das/os profissionais, atendimento e outras questões	
3.6 A CPCJ procura identificar pró-ativamente quais os grupos mais vulneráveis ao nível do concelho	
3.7 As medidas identificadas para cada criança têm não apenas um carácter de proteção, mas também de promoção do seu bem-estar holístico e das suas oportunidades de desenvolvimento/vida	

4. Funcionamento da CPCJ

4.1 Todos os membros da CPCJ têm conhecimento atempado da calendarização e agenda das reuniões	
4.2 As competências/funções da modalidade alargada, previstas no artigo 18º da Lei 147/99 são regularmente investidas e asseguradas por todos os membros da CPCJ	

4.3 Todos os membros da CPCJ se sentem livres para participar e expressar o seu parecer, havendo possibilidade de voto secreto	
4.4 A CPCJ concretiza ações de prevenção de forma sistemática, planeada e intencional, durante todo o ano	
4.5 A CPCJ reúne com periodicidade mínima mensal, o que é do conhecimento de todos os membros	
4.6 Na CPCJ existem grupos de trabalho proactivos, para assuntos específicos	
4.7 Todos os membros se articulam e coordenam entre si, na concretização das ações da CPCJ	
4.8 São atribuídos e assumidos papéis/funções a todos os membros, no âmbito da planificação da atividade da CPCJ	
4.9 Todos os membros/entidades representadas na modalidade alargada da CPCJ, comparecem com regularidade às reuniões	

5. Planeamento e Avaliação

5.1 A CPCJ efetua um diagnóstico em matéria de infância e juventude	
5.2 A CPCJ tem um plano anual de atividades	
5.3 O plano anual de atividades inclui metas, objetivos e indicadores de progresso e avaliação	
5.4 O plano anual de atividades é monitorizado semestralmente	
5.5 O plano anual de atividades é avaliado anualmente	
5.6 A avaliação do plano anual de atividades inclui a recolha formal da perspetiva das entidades da comunidade	
5.7 A avaliação do plano anual de atividades inclui a recolha formal da perspetiva das famílias, bem como das crianças/jovens	
5.8 Os resultados da avaliação do plano são utilizados para definir novas metas e objetivos	

5.9 A CPCJ tem um plano de ação local para a infância e juventude, visando a promoção, defesa e concretização dos direitos da criança e do jovem	
5.10 A CPCJ não tem um plano de ação local para a infância e juventude, mas reconhece na comunidade a existência de vontade para apoiar a sua elaboração	
5.11 O plano de ação local para a infância e juventude inclui metas, objetivos e indicadores de progresso e avaliação	
5.12 O plano de ação local para a infância e juventude é monitorizado semestralmente	
5.13 O plano de ação local para a infância e juventude é avaliado	
5.14 A avaliação do plano de ação local para a infância e juventude inclui a recolha formal da perspetiva das entidades da comunidade	
5.15 A avaliação do plano de ação local para a infância e juventude inclui a recolha formal da perspetiva das famílias, bem como das crianças/jovens	
5.16 Os resultados da avaliação do plano são utilizados para definir novas metas e objetivos	
5.17 O(s) plano(s) são conhecidos e assimilados por todos os membros	
5.18 O trabalho de planeamento e avaliação é liderado por membros especializados/formados para esse propósito	
5.19 Todos os/as profissionais que lidam diretamente com crianças/jovens são avaliados/as, tendo em conta as suas competências e atuações	
5.20 A avaliação dos/as profissionais é discutida com os/as mesmos/as, para rever estratégias e definir progressos	

6. Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo

6.1 O tempo entre a sinalização e a avaliação da situação de cada criança/jovem em risco/perigo é sempre adequado às suas necessidades individuais	
6.2 Todas as crianças/jovens têm um/a gestor/a de caso	

6.3 Todas as medidas de proteção/promoção incluem um plano individualizado, desenvolvido em consulta com a criança/jovem, de acordo com as suas capacidades e maturidade	
6.4 A avaliação da situação de cada criança/jovem contempla os fatores de risco do ambiente social/familiar, bem como, os fatores de proteção e resiliência (individuais, na família e na comunidade)	
6.5 Em todas as medidas é deliberado e implementado apoio às famílias	
6.6 As equipas que trabalham diretamente com crianças e jovens têm um carácter verdadeiramente multidisciplinar	
6.7 A CPCJ tem uma colaboração efetiva com a rede local de apoio às crianças (centro de saúde, escola, ATLS, clubes desportivos, etc.)	
6.8 As crianças/jovens vítimas de crime são imediatamente conduzidas para serviços especializados	
6.9 A CPCJ conhece os serviços locais que podem apoiar as crianças/jovens com medida de proteção/promoção	
6.10 Existem serviços locais com a qualidade necessária para apoiar efetivamente cada criança/jovem com uma medida de proteção/promoção, de modo holístico e no respeito pelos seus direitos	
6.11 A CPCJ conhece os recursos locais que existem e podem facilitar o acesso a alojamento de emergência para crianças/jovens que assim necessitem	
6.12 A CPCJ acompanha efetivamente todas as crianças/jovens com medida de proteção/promoção	
6.13 A CPCJ reúne todas as condições para garantir uma intervenção atempada, eficaz, de qualidade e no respeito pelos direitos de todas as crianças/jovens	

7. Divulgação e Participação de Intervenientes-Chave na Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens

7.1 A CPCJ efetua recolha estruturada e respetivo tratamento de informação (ex. entrevistas, questionários ou outros), a fim de se conhecerem as necessidades, interesses e/ou preocupações em matéria de infância e juventude, junto das entidades da comunidade	
---	--

7.2 A CPCJ efetua recolha estruturada e respetivo tratamento de informação (ex. entrevistas, questionários ou outros), a fim de se conhecerem as necessidades, interesses e/ou preocupações em matéria de infância e juventude, junto das famílias	
7.3 A CPCJ efetua recolha estruturada e respetivo tratamento de informação (ex. entrevistas, questionários ou outros), a fim de se conhecerem as necessidades, interesses e/ou preocupações em matéria de infância e juventude, junto das crianças/jovens	

8. Desenvolvimento e Capacitação dos Membros

8.1 A CPCJ efetua um diagnóstico de necessidades de formação e define um plano de formação contínua para todos os membros	
8.2 Todos os membros da CPCJ frequentam formação inicial para o exercício das suas funções	
8.3 Todos os membros da CPCJ frequentam formação contínua para o exercício das suas funções	
8.4 Todos os membros da CPCJ têm formação especializada sobre os direitos das crianças	
8.5 A CPCJ faz uso de consultoria externa no âmbito das suas competências/atribuições/ações	
8.6 Os membros mais experientes apoiam os mais recentes, no âmbito do desenvolvimento das tarefas inerentes à atividade da CPCJ	
8.7 A CPCJ colabora com outras CPCJ do seu distrito e/ou nacionalmente, de modo a melhorar as suas ações e capacitar os seus membros	
8.8 Todos/as os/as profissionais que lidam diretamente com as crianças/jovens têm formação creditada/licença profissional, incluindo o pessoal administrativo.	
8.9 Há uma verificação do historial dos profissionais que lidam diretamente com as crianças/jovens, incluindo o pessoal administrativo.	

9. Identificação, Valorização e Concertação em Rede

9.1 Todos os membros da CPCJ articulam de forma intencional e sistemática com entidades com competência em matéria de infância e juventude	
--	--

9.2 Existem regularmente projetos, ações e iniciativas, planeadas e intencionais, concertadas entre diferentes entidades locais no âmbito da promoção dos direitos das crianças e das atribuições da CPCJ	
9.3 As entidades locais valorizam iniciativas/projetos que promovem os direitos das crianças e jovens	
9.4 A promoção dos direitos da criança é um objetivo de desenvolvimento local assumido pelas entidades locais	
9.5 Existe, localmente, capacidade de negociação, respeito mútuo, compreensão e confiança na concertação e trabalho em parceria	
9.6 Na concertação e trabalho em parceria, a nível local, o grosso do trabalho de planeamento e execução fica quase sempre concentrado nas mesma(s) Entidade(s)/Elementos(s)	
9.7 Existe conhecimento dos recursos e talentos existentes no território que são necessários para um trabalho de parceria em prol da promoção dos direitos da criança?	

10. Recursos Humanos e Logísticos

10.1 A CPCJ dispõe de apoio logístico (artigo 14º da Lei 147/99)	
10.2 A CPCJ dispõe de fundo de maneiio (alínea a), nº 3, artigo 14º da Lei 147/99)	
10.3 A CPCJ dispõe de seguro para os membros (alínea b), nº 3, artigo 14º da Lei 147/99)	
10.4 A CPCJ dispõe de apoio administrativo (nº 4, artigo 14º da Lei 147/99)	
10.5 Os recursos logísticos, financeiros e administrativos de que a CPCJ dispõe, são suficientes	
10.6 Os recursos informáticos e material de desgaste são suficientes	
10.7 A CPCJ dispõe de transporte sempre que necessário	
10.8 Face ao volume e complexidade do trabalho da CPCJ, os membros e técnicos dispõem do tempo necessário para o desenvolvimento do seu trabalho	

10.9 Face ao tipo de trabalho desenvolvido na CPCJ, os seus membros e técnicos têm o perfil humano (temperamento, motivação, etc.) e técnico (formação, experiência, etc.) adequados	
10.10 Existe espaço físico adequado e confortável para as/os profissionais técnicos	
10.11 Existem espaços físicos adequados para o atendimento das famílias	
10.12 Existem espaços físicos adequados para o atendimento das crianças/jovens (amigos das crianças – “child friendly”)	

ANEXO 5 - DIAGNÓSTICO - CRIANÇAS

Questionário 6B | Ferramenta de diagnóstico para crianças

***Obrigatório**

Estamos a preparar o Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens que vai servir para melhorar as condições de vida das crianças no concelho e pôr toda a gente a pensar sobre os teus direitos.



Este questionário dirige-se a crianças com idades entre os 6 e os 12 anos e serve para conhecermos a tua opinião sobre alguns desses direitos – a forma como os vives e o que pensas sobre certos assuntos importantes. É muito importante que o preenchas. O questionário é anónimo – não tens que escrever o teu nome, em lado nenhum, apenas tens que ler com atenção cada uma das perguntas e colocar um X na resposta que achares ser mais certa. Se quiseres podes também, fazer comentários adicionais no final de cada secção. Agradecemos muito a tua participação!

1. Antes de iniciar o preenchimento deste questionário, declaro que é minha *
vontade participar no projeto Adélia, cujo objetivo é efetuar um diagnóstico local com vista a uma melhor implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança e à identificação de medidas possíveis para o Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens. Entendo que, embora concorde em participar, a qualquer momento poderei interromper o preenchimento deste questionário, sem quaisquer consequências. Entendo que nenhum dado de identificação pessoal é recolhido e que o resultado da minha participação será tratado de acordo com as regras de proteção de dados aplicáveis.

Marcar apenas uma oval.

Sim

2. Escreve aqui a tua idade: *

Marcar apenas uma oval.

- 6 anos
- 7 anos
- 8 anos
- 9 anos
- 10 anos
- 11 anos
- 12 anos

3. Diz que nível de ensino frequentas: *

Marcar apenas uma oval.

- 1º ano
- 2º ano
- 3º ano
- 4º ano
- 5º ano
- 6º ano
- 7º ano

4. Indica se és um rapaz ou uma rapariga: *

Marcar apenas uma oval.

- Rapaz
- Rapariga

Brincadeira e lazer

5. 1. Na minha terra/na minha freguesia ou bairro existem sítios para brincar (como parques infantis), fazer jogos ou praticar desporto. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

6. 2. Quando eu vou ao parque infantil, as pessoas adultas da minha família, que me acompanham, brincam comigo. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

7. 3. Quando regresso da escola, e no fim de semana, tenho tempo para brincar, descansar e aproveitar o meu tempo livre. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

8. 4. Depois da escola, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim brinca(m) ou faz(em) jogos comigo. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

9. 5. No fim de semana, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim brincam ou fazem jogos comigo. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

10. 6. No fim de semana, vou com a minha família passear, ao museu, comer fora ou outros sítios. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

11. 7. Eu costumo brincar na praia, no campo ou no rio. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

12. Podes deixar aqui um comentário sobre a tua opinião acerca da brincadeira e lazer

A minha participação e cidadania

13. 8. O/a meu/minha professor/a costuma perguntar se eu gosto das aulas e da escola. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

14. 9. O/a meu/minha professor/a já me perguntou o que poderíamos fazer para melhorar o recreio. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

15. 10. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim costumam perguntar-me o que quero fazer no fim de semana. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

16. 11. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim costumam perguntar-me onde quero ir passear ou ir de férias. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

17. 12. Eu costumo ajudar a minha família a cozinhar ou fazer outras tarefas. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

18. 13. Eu divirto-me a ajudar a minha família a cozinhar ou fazer outras tarefas. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

19. 14. Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças pela minha família, na escola *
ou na televisão. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

20. Podes deixar aqui um comentário sobre a tua opinião acerca da tua participação e cidadania

A minha segurança e proteção

21. 15. Eu uso o autocarro ou outros transportes públicos para ir para a escola. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

22. 16. Eu costumo ir para a escola a pé ou de bicicleta. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

23. 17. Eu não tenho medo de ir para a escola a pé ou de bicicleta. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

24. 18. Na escola, eu nunca tenho medo que outras crianças me possam fazer mal. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

25. 19. Quando eu tenho medo de alguma coisa costumo falar com a(s) pessoa(s) * que é /são responsável/eis por mim.

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

26. Podes deixar aqui um comentário sobre a tua opinião acerca da tua segurança e proteção

A minha saúde

27. 20. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim falam comigo sobre o que é ser saudável. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

28. 21. Eu e a minha família jantamos sempre juntos. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

29. 22. Quando comemos à mesa, em família, falamos muito. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

30. 23. Quando estou doente, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim, *
ao leva(m)-me médico/a.

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

31. 24. O médico/a ou enfermeiro/a costuma falar diretamente comigo. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

32. 25. Quando o/a médico/a decide o tratamento para a minha doença, explica- *
me o que devo fazer para ficar melhor ou como tomar os medicamentos.

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

33. 26. Eu percebo sempre tudo o que o/a médico/a me explica. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

34. Podes deixar aqui um comentário sobre a tua opinião acerca da tua saúde

A minha educação

35. 27. Eu gosto da escola. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

36. 28. Eu gosto de aprender coisas novas. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

37. 29. A minha/meu encarregado/a de educação participa muito nas atividades da escola. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

38. 30. Quando preciso de ajuda, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim ajudam-me nos trabalhos de casa. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

39. 31. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim costumam perguntar-me o que aprendi na escola. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

40. 32. A minha família consegue pagar o material escolar que eu preciso. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

41. 33. Eu percebo sempre quando as minhas professoras e os meus professores explicam as coisas. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

42. 34. Os meus professores e as minhas professoras já me ajudaram numa situação em que precisei de ajuda. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

43. 35. Na minha escola, temos atividades para aprendermos sobre como sermos saudáveis. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

44. 36. Na minha escola, eu aprendo como se deve proteger o meio ambiente. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

45. 37. Na minha escola, aprendi o que são os direitos das crianças. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

46. 38. Na minha escola, há tempo suficiente de recreio, para eu brincar ou fazer jogos com os meus amigos e amigas. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

47. 39. As casas de banho na minha escola estão sempre limpas. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

48. 40. Na minha escola, há pessoas adultas com quem posso falar se tiver problemas ou me sentir mal. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

49. 41. As professoras e os professores tratam todas as crianças da mesma maneira. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

50. 42. Na minha terra/freguesia/bairro, há uma biblioteca que eu costumo utilizar. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

51. 43. Os/as professores/as nunca batem nos/as alunos/as. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

52. 44. Os/as professores/as nunca gritam com os/as alunos/as. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

53. Podes deixar aqui um comentário sobre a tua opinião acerca da tua educação

A minha vida pessoal

54. 45. A minha casa está sempre limpa. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

55. 46. Na minha casa há água quente para eu tomar banho. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

56. 47. Eu gosto muito da minha casa. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

57. 48. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim não me batem. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

58. 49. A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim nunca gritam comigo. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

59. 50. Em minha casa há livros e brinquedos. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

60. 51. Nunca aconteceu outras crianças baterem-me fora da escola. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

61. Podes deixar aqui um comentário sobre a tua opinião acerca da tua vida pessoal

Os nossos agradecimentos pela sua participação!



Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

ANEXO 6

Questionário 6A | Ferramenta de diagnóstico para jovens

*Obrigatório

1. Email *

Estamos a preparar o Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens que vai servir para melhorar as condições de vida das crianças no concelho e pôr toda a gente a pensar sobre os teus direitos.



Este questionário dirige-se a jovens com idades entre os 13 e os 18 anos e serve para conhecermos a tua opinião sobre alguns desses direitos – a forma como os vives e o que pensas sobre certos assuntos importantes. É muito importante que o preenchas. O questionário é anónimo – não tens que escrever o teu nome, em lado nenhum, apenas tens que ler com atenção cada uma das perguntas e colocar um X na resposta que achares ser mais certa. Se quiseres podes também, fazer comentários adicionais no final de cada secção. Agradecemos muito a tua participação!

2. Antes de iniciar o preenchimento deste questionário, declaro que é minha vontade participar no projeto Adélia, cujo objetivo é efetuar um diagnóstico local com vista a uma melhor implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança e à identificação de medidas possíveis para o Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens. Entendo que, embora concorde em participar, a qualquer momento poderei interromper o preenchimento deste questionário, sem quaisquer consequências. Entendo que nenhum dado de identificação pessoal é recolhido e que o resultado da minha participação será tratado de acordo com as regras de proteção de dados aplicáveis. *

Marcar apenas uma oval.

Sim

3. Escreve aqui a tua idade: *

Marcar apenas uma oval.

13 anos

14 anos

15 anos

16 anos

17 anos

18 anos

4. Diz que nível de ensino frequentas: *

Marcar apenas uma oval.

- 5º ano
- 6º ano
- 7º ano
- 8º ano
- 9º ano
- 10º ano
- 11º ano
- 12º ano
- Ensino Superior

5. Indica se és um rapaz ou uma rapariga: *

Marcar apenas uma oval.

- Rapaz
- Rapariga

Brincadeira e lazer

6. 1. Na minha terra/freguesia/bairro existem sítios públicos para estar com amigos e amigas da minha idade ou fazer jogos e desporto (por ex. parque para skates, biblioteca com atividades para adolescentes ou outros sítios). *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

7. *Marcar apenas uma oval.*

Opção 1

8. 2. Eu frequento um clube de desporto. *

Marcar apenas uma oval.

Completamente verdade

Nem sempre

Não é verdade ou não acontece

Não sei

9. 3. A minha família consegue pagar a mensalidade do clube de desporto. *

Marcar apenas uma oval.

Completamente verdade

Nem sempre

Não é verdade ou não acontece

Não sei

10. 4. Eu tenho tempo suficiente para descansar e aproveitar o meu tempo livre. *

Marcar apenas uma oval.

Completamente verdade

Nem sempre

Não é verdade ou não acontece

Não sei

11. 5. Onde eu moro, as crianças com deficiência usam os mesmos espaços que as outras crianças (por ex. Os parques infantis, clubes de desporto, etc.). *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

12. 6. Há sítios na minha terra/freguesia/bairro onde eu posso estar em contacto com a natureza. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

13. 7. Eu participo em programas ou atividades fora da escola. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

14. 8. Eu costumo passar tempo com a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim, durante os fins de semana. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

15. 9. Eu gosto de passar tempo com com a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim: ir ao cinema, ao teatro, ou fazer outras coisas. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

16. 10. A(s) pessoa(s) que é /são responsável(eis) por mim costuma(m) ir ver-me praticar desporto ou acompanhar-me noutras atividades que eu faço. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

17. Podes deixar aqui um comentário sobre a tua opinião acerca da brincadeira e lazer

A minha participação e cidadania

18. 11. Eu já participei em grupos para discutir sobre o que há de bom na escola ou sobre as coisas que podem ser melhoradas. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

19. 12. Os professores e professoras costumam perguntar-nos, por exemplo, no final de cada semana, o que correu bem dentro das aulas e o que gostaríamos de fazer de maneira diferente. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

20. 13. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim costuma(m) perguntar-me o que quero fazer no fim de semana. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

21. 14. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim costumam perguntar-me onde quero ir passear ou ir de férias. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

22. 15. Eu sinto que posso falar com a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim sobre quase tudo. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

23. 16. Eu sinto que a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim me ouvem e têm em consideração as minhas opiniões. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

24. 17. Eu participo em projetos na minha comunidade. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

25. 18. Eu faço parte do Conselho de Jovens no meu município. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece *Avançar para a pergunta 28*
- Não sei *Avançar para a pergunta 28*

26. 19. A maior parte dos/as jovens que faz parte do Conselho de Jovens tem boas notas na escola. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

27. 20. O Conselho de Jovens também representa crianças com problemas ou dificuldades especiais. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

28. 21. Eu já dei a minha opinião em projetos ou atividades na Câmara Municipal. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

29. 22. Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças e jovens na escola, televisão *
ou internet.

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

30. 23. Eu tenho acesso à internet e sinto-me ligado(a) ao que acontece fora da *
minha vizinhança.

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

31. Podes deixar aqui um comentário sobre a tua participação e cidadania

A minha segurança e proteção

32. 24. Eu sinto-me seguro/a quando uso o autocarro ou outros transportes públicos. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

33. 25. É seguro eu caminhar ou andar de bicicleta na rua. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

34. 26. Na escola, eu nunca tenho medo que outras crianças/jovens me possam fazer mal. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

35. 27. Na minha escola há muitas lutas entre crianças/jovens. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

36. 28. Quando eu me sinto em perigo, eu sei a quem me dirigir para pedir ajuda. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

37. 29. A minha mãe ou o meu pai já falaram comigo sobre como utilizar a internet. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

38. 30. Eu sei que há riscos em utilizar a internet. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

39. Podes deixar aqui um comentário sobre a tua opinião acerca da tua segurança e proteção

A minha saúde

40. 31. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim sempre falaram comigo sobre o que tenho de fazer para ser saudável. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

41. 32. Em minha casa temos uma alimentação saudável. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

42. 33. Eu consigo controlar o que como, por exemplo, a quantidade de doces ou outros alimentos que não são saudáveis. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

43. 34. Quando estou doente, a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim levam-me ao médico/a. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

44. 35. O médico/a, ou enfermeiro/a, costuma falar diretamente comigo. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

45. 36. No meu centro de saúde existe um atendimento especializado para adolescentes. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

46. 37. Eu já fui ao médico/a sozinho/a. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

47. 38. Eu tenho uma doença crónica ou outra condição para a qual preciso de tratamento constante. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

48. Podes deixar aqui um comentário sobre a tua opinião acerca da tua saúde

A minha educação

49. 39. Eu sempre gostei da escola. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

50. 40. Eu sinto que na escola posso estudar o que me interessa. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

51. 41. A pessoa que é minha encarregada de educação sempre me apoiou na escola. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

52. 42. A pessoa que é minha encarregada de educação vai sempre às reuniões na escola. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

53. 43. A minha mãe ou o meu pai costumam participar nas atividades que acontecem na escola. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

54. 44. A minha família consegue pagar o material escolar que eu preciso. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

55. 45. Os meus professores e professoras dão-me atenção suficiente quando eu preciso. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

56. 46. Os meus professores e professoras já me ajudaram numa situação em que precisei de ajuda. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

57. 47. Na minha escola, temos aulas sobre promoção de saúde. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

58. 48. Na minha escola, temos aulas sobre educação sexual. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

59. 49. Na minha escola, fomos informados sobre os direitos das crianças. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

60. 50. Os professores e professoras costumam envolver-nos em decisões sobre a organização da escola. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

61. 51. Na minha escola, há tempo suficiente de recreio para eu estar com os meus amigos. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

62. 52. O meu tempo de escola e estudo é adequado. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

63. 53. As casas de banho na minha escola estão sempre limpas. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

64. 54. Na minha escola, há pessoas adultas com quem posso falar se tiver problemas ou me sentir mal. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

65. 55. Os professores e professoras tratam todas as crianças/jovens da mesma maneira. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

66. 56. Na minha escola, as crianças/jovens com deficiências são sempre respeitadas. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

67. 57. Na minha comunidade, há uma biblioteca que eu costumo utilizar. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

68. 58. Os/As professores/as nunca batem nos/as alunos/as. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

69. 59. Os/As professores/as nunca gritam com os/as alunos/as. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

70. 60. Nas férias ou durante o tempo de escola, eu costumo trabalhar. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece *Avançar para a pergunta 73*
- Não sei *Avançar para a pergunta 73*

71. 61. O trabalho que eu faço não interfere com os meus estudos. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

72. 62. O trabalho que eu faço não põe em risco a minha saúde ou segurança. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

73. Podes deixar aqui um comentário sobre a tua opinião acerca da tua educação

A minha vida pessoal

74. 63. A minha casa está sempre limpa. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

75. 64. Na minha casa há água quente para eu tomar banho. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

76. 65. Eu sinto-me seguro(a) em casa. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

77. 66. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim nunca me batem. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

78. 67. A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim nunca gritam comigo. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

79. 68. Já tive uma situação onde outras/os jovens me bateram fora da escola. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

80. 69. Nunca me ofereceram drogas na escola ou fora da escola. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

81. 70. Eu já tive contacto com o sistema de proteção de crianças e jovens em perigo. *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não *Avançar para a pergunta 85*
- Não sei/Prefiro não responder *Avançar para a pergunta 85*

82. 71. Eu gostei do acompanhamento dos/as profissionais do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

83. 72. O acompanhamento por parte de profissionais do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo ajudou-me realmente a melhorar a minha vida. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

84. 73. Durante o acompanhamento dos/as profissionais do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo, eu fui sempre informado/a sobre o que estava a acontecer e pude dar sempre a minha opinião. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou não acontece
- Não sei

85. Podes deixar aqui um comentário sobre a tua opinião acerca da tua vida pessoal

Os nossos agradecimentos pela sua participação!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

ANEXO 7

Questionário 7 | Adélia - A participação das famílias no diagnóstico local

*Obrigatório

Sem título

Estamos a preparar o Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens. Este questionário tem como objetivo conhecer a sua opinião sobre a verificação dos direitos da criança no seu concelho de residência. Para as suas respostas deverá considerar as crianças até aos 18 anos de idade.



O presente questionário é de autoaplicação, anónimo e confidencial. Por favor considere que não há respostas certas ou erradas. Apenas tem que ler, com atenção, cada uma das perguntas e colocar um X na resposta que achar ser mais correta. Agradecemos muito a sua participação!

1. Antes de iniciar o preenchimento deste questionário, declaro que é minha *
vontade participar no projeto Adélia, cujo objetivo é efetuar um diagnóstico local com vista a uma melhor implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança e à identificação de medidas possíveis para o Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens. Entendo que, embora concorde em participar, a qualquer momento poderei interromper o preenchimento deste questionário, sem quaisquer consequências. Entendo que nenhum dado de identificação pessoal é recolhido e que o resultado da minha participação será tratado de acordo com as regras de proteção de dados aplicáveis.

Marcar tudo o que for aplicável.

Sim

Brincadeira e lazer

2. 1. Na minha comunidade/cidade existem sítios para as crianças brincarem (como parques infantis), fazerem jogos ou praticarem desporto. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

3. 2. Na minha comunidade/cidade existem sítios para jovens de várias idades brincarem, fazerem jogos ou praticarem desporto. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

4. 3. Eu costumo levar as minhas crianças ao parque infantil com frequência ou acompanhá-los em outras atividades (se já são mais velhos). *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

5. 4. Quando vou ao parque infantil ou a outras atividades, tenho oportunidade de falar com outros pais e mães / responsáveis. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

6. 5. Quando levo as minhas crianças ao parque infantil, gosto de brincar com eles/as. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

7. 6. Eu levo as minhas crianças ao parque infantil, mas não sei ou não me sinto à vontade para brincar com elas. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

8. 7. Eu sinto que depois da escola, ainda sobra tempo para as minhas crianças brincarem, descansarem e aproveitarem o seu tempo livre. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

9. 8. Depois da escola e do meu trabalho, ainda tenho tempo para brincar ou passar tempo com as minhas crianças. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

10. 9. No fim de semana, organizamos sempre atividades que possamos fazer enquanto família. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

11. 10. Eu costumo levar as minhas crianças a brincar ou passear na natureza durante todo o ano, seja na praia, no campo ou no rio. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

12. 11. Eu deixo as minhas crianças brincarem com areia, paus, lama e outros elementos e não vejo como um problema se eles/as se sujarem; basta que se divirtam. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

13. Pode deixar aqui um comentário sobre o tema Brincadeira e Lazer

Participação e cidadania

14. 12. Desde que as minhas crianças são pequenas, sempre falei muito com elas. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

15. 13. A partir do momento em que as minhas crianças conseguiam realizar pequenas tarefas, envolvia-as na cozinha, jardinagem ou outras tarefas, que fazíamos juntos/as. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

16. 14. Sempre tive prazer em ver as minhas crianças ajudarem na cozinha, no jardim ou a fazer outras tarefas. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

17. 15. Eu costumo perguntar às minhas crianças o que gostariam de fazer no fim de semana. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

18. 16. Eu costumo perguntar às minhas crianças onde gostariam de ir passear ou ir de férias. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

19. 17. Eu gosto de ouvir a opinião das minhas crianças sobre vários assuntos e tenho em consideração o que pensam e sentem. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

20. 18. Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças na televisão, no rádio, na internet ou outra fonte. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

21. 19. No município existe um Conselho Municipal de Jovens. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

22. 20. As minhas crianças participam no Conselho Municipal de Jovens. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

23. 21. As minhas crianças participam em outras atividades associativas. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

24. 22. As minhas crianças têm vontade de fazer parte de associações mas não conhecemos nenhuma no sítio onde moramos. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

25. Pode deixar aqui um comentário sobre o tema Participação e Cidadania

Segurança e proteção

26. 23. Eu sinto que as minhas crianças podem usar em segurança o autocarro ou outros transportes públicos para irem para a escola. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

27. 24. As minhas crianças costumam ir para a escola a pé ou de bicicleta sozinhos ou com os colegas. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

28. 25. Eu costumo levar as minhas crianças à escola a pé ou de mota/carro. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

29. 26. Nunca houve uma situação em que outras crianças batessem nas minhas crianças, dentro ou fora da escola. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

30. 27. Eu sinto que as minhas crianças vêm ter comigo quando têm um problema, ou têm medo de alguma coisa. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

31. 28. Quando eu era criança, era normal os pais/mães baterem nos/as filhos/as. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

32. 29. Eu nunca bati nas minhas crianças. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

33. 30. Em momentos difíceis, já gritei com as minhas crianças, mas pedi-lhes desculpa e tentei encontrar outras soluções para exercer a minha autoridade. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

34. 31. Eu costumo ler sobre questões relacionadas com as crianças. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

35. 32. Eu costumo acompanhar o que as minhas crianças vêem na internet. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

36. 33. Eu limito o acesso ou converso com as minhas crianças sobre os riscos que podem encontrar na internet. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

37. Pode deixar aqui um comentário sobre o tema Segurança e proteção

Saúde

38. 34. Quando eu (ou a minha mulher esteve) estive grávida, participei no curso de preparação para o parto, promovido pelo Centro de Saúde. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

39. 35. O curso de preparação para o parto foi útil. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

40. 36. Depois de ser mãe (ou a minha mulher), fui chamada para participar no curso pós-parto, promovido pelo Centro de Saúde. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

41. 37. Eu levei as minhas crianças a todas as consultas de saúde infantil previstas. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

42. 38. As minhas crianças têm todas as vacinas contempladas pelo Plano Nacional de Vacinação. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

43. 39. Eu (ou a minha mulher conseguiu) consegui amamentar os/as filhos/as em exclusivo até aos 6 meses de idade. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

44. 40. Eu sempre me preocupei com a alimentação das minhas crianças. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

45. 41. Eu tento preparar as refeições das minhas crianças de modo saudável e nutritivo. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

46. 42. As minhas crianças só comem doces ou alimentos menos saudáveis em situações excepcionais, como por exemplo festas de aniversário. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

47. 43. Nós fazemos pelo menos uma refeição por dia em família, sentados à mesa. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

48. 44. Quando comemos à mesa, eu sinto que falamos todos/as. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

49. 45. Quando levo as minhas crianças ao/à médico/a, as/os profissionais de saúde costumam falar comigo mas também diretamente com os meus filhos ou com as minhas filhas. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

50. 46. Quando o/a médico/a decide o tratamento para a doença das minhas crianças, costuma explicar-lhes o que devem fazer para ficar melhor ou como tomar os medicamentos. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

51. 47. Eu percebo sempre tudo o que o médico/a me explica. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

52. 48. O/a médico/a costuma deixar-me à vontade para fazer perguntas ou falar *
de preocupações que tenho sobre das minhas crianças.

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

53. Pode deixar aqui um comentário sobre o tema Saúde

Educação

54. 49. Eu coloquei as minhas crianças na creche com poucos meses de idade, pois tinha que trabalhar. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

55. 50. Eu fiz questão de ficar em casa com as minhas crianças até estes terem 2/3 anos de idade, porque considerei importante para o seu desenvolvimento e educação. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

56. 51. Eu gostei de todas as escolas que as minhas crianças frequentaram. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

57. 52. Eu sinto que as atividades e dinâmicas da escola vão de encontro às minhas escolhas enquanto pai/mãe/responsável. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

58. 53. Eu procurei escolas alternativas, por achar que o ensino regular não vai de encontro às minhas escolhas enquanto pai/mãe/responsável. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

59. 54. Eu sempre apoiei as minhas crianças nos estudos, dentro do que sei e consigo fazer com eles/as. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

60. 55. Eu vou sempre às reuniões nas escola para as quais sou convocado/a. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

61. 56. Eu participo nas atividades que a escola abre à participação das famílias. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

62. 57. Eu sinto que as matérias escolares são relevantes. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

63. 58. Eu sinto que a escola corresponde ao que as minhas crianças gostam de fazer. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

64. 59. Eu sinto que na escola os/as professores/as apoiam os/as alunos/as individualmente. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

65. 60. Eu costumo perguntar às minhas crianças o que fizeram na escola. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

66. 61. Eu costumo perceber quando alguma coisa não corre bem na escola. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

67. 62. Eu sinto-me apoiado/a enquanto pai/mãe/responsável pelos professores e professoras das minhas crianças. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

68. 63. Eu consigo pagar todo o material escolar que as minhas crianças precisam. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

69. 64. As minhas crianças utilizam a biblioteca municipal para estudar, fazer pesquisas ou outras atividades. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

70. 65. A escola das minhas crianças promove atividades para a proteção do meio ambiente. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

71. 66. A escola das minhas crianças promove atividades sobre a promoção da saúde. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

72. 67. A escola das minhas crianças promove educação sexual. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

73. 68. Eu sinto que os professores e professoras e auxiliares respeitam todas as crianças, sem discriminação. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

74. Pode deixar aqui um comentário sobre o tema Educação

Conciliação entre vida familiar e trabalho

75. 69. Na minha vida do dia-a-dia raramente tenho tempo para fazer tudo o que queria. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

76. 70. Na minha vida pessoal e familiar durante o fim de semana (ou dias de descanso), não tenho tempo para fazer tudo o que gosto. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

77. 71. Normalmente, sinto-me apressado/a. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

78. 72. O meu horário de trabalho adapta-se aos meus compromissos familiares enquanto mãe/pai/responsável. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

79. 73. Depois do trabalho sinto-me cansado/a para usufruir da vida familiar, com as minhas crianças. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

80. 74. Penso que o trabalho me impede de dedicar às minhas crianças o tempo que gostaria. *

Marcar apenas uma oval.

- Completamente verdade
- Nem sempre
- Não é verdade ou Não acontece
- Não sei

81. Pode deixar aqui um comentário sobre o tema Conciliação entre vida familiar e trabalho

As respostas são confidenciais e de acesso restrito.

Os nossos agradecimentos pela sua participação!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

ANEXO 8

Questionário 8 | Adélia - Autodiagnóstico para entidades com competência em matéria de infância e juventude

***Obrigatório**

Com este instrumento pretende-se que as entidades com competência em matéria de infância e juventude possam refletir sobre o seu desempenho e identificar os principais aspetos que poderão ser melhorados, ao nível das práticas da instituição, com vista a uma melhor implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança e à identificação de medidas possíveis para o Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens. Para as suas respostas deverá considerar as crianças até aos 18 anos de idade. O presente questionário deve ser preenchido por um elemento da Direção, ou da coordenação técnica da entidade, com um bom conhecimento do funcionamento da organização.



O presente questionário é de autoaplicação, anónimo e confidencial. Por favor considere que não há respostas certas ou erradas. Apenas tem que ler, com atenção, cada uma das perguntas e colocar um X na resposta que achar ser mais correta. Agradecemos muito a sua participação!

1. Antes de iniciar o preenchimento deste questionário, declaro que é minha vontade participar no projeto Adélia, cujo objetivo é efetuar um diagnóstico local com vista a uma melhor implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança e à identificação de medidas possíveis para o Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens. Entendo que, embora concorde em participar, a qualquer momento poderei interromper o preenchimento deste questionário, sem quaisquer consequências. Entendo que nenhum dado de identificação pessoal é recolhido e que o resultado da minha participação será tratado de acordo com as regras de proteção de dados aplicáveis. *

Marcar tudo o que for aplicável.

Sim

A Convenção
sobre os Direitos
da Criança:
formação e
informação

Legenda:

A opção "Não sei" deve ser sinalizada quando, por falta de conhecimento, não é possível uma verdadeira avaliação da frase.

A opção "Não se aplica" deve ser sinalizada quando a política / medida / instrumento / metodologia ou prática não fizer sentido tendo em conta o tipo de trabalho desenvolvido pela instituição.

2. 1. Os princípios orientadores da Convenção sobre os Direitos da Criança são implementados na instituição. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não se aplica
- Não sei

3. 2. As/os profissionais têm formação sobre os direitos da criança. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

4. 3. A instituição reconhece a criança como sujeito de direitos. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

5. 4. A instituição dissemina informação sobre direitos das crianças. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

6. 5. A instituição realiza regularmente atividades com as crianças dando-lhes a conhecer os seus direitos. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

7. 6. A instituição produz materiais informativos sobre direitos das crianças. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

Participação
das crianças

Legenda:

A opção "Não sei" deve ser sinalizada quando, por falta de conhecimento, não é possível uma verdadeira avaliação da frase.

A opção "Não se aplica" deve ser sinalizada quando a política / medida / instrumento / metodologia ou prática não fizer sentido tendo em conta o tipo de trabalho desenvolvido pela instituição.

8. 7. As crianças têm, na instituição, oportunidade de falar sobre a sua vida passada e sobre as suas expectativas de futuro. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

9. 8. Todas as crianças conhecem as regras da instituição. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

10. 9. Existem materiais informativos sobre a instituição, suas regras e atividades desenvolvidas, acessíveis e adequadas às crianças. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

11. 10. As regras da instituição são elaboradas com a participação das crianças. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

12. 11. A maioria das atividades que se dirigem a crianças é pensada e organizada por pessoas adultas. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

13. 12. A maioria das atividades que se dirigem a crianças é pensada e organizada por pessoas adultas, mas as crianças têm a possibilidade de dar a sua opinião sobre as mesmas. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

14. 13. As crianças têm oportunidade para dar a sua opinião sobre as atividades e estas podem ser organizadas e implementadas pelas crianças. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

15. 14. A instituição participa regularmente em iniciativas / projetos da responsabilidade de outras entidades que promovem a participação da criança na vida da comunidade. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

16. 15. As crianças participam nos processos de tomada de decisão que lhes dizem respeito. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

17. 16. As crianças são informadas sobre a sua situação e sobre como decorrerá o processo de tomada de decisão nas questões que lhe dizem respeito. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

18. 17. As entrevistas/comunicações / conversas com as crianças são feitas em ambiente adequado (por ex. no respeito da sua privacidade, proteção, idade ou outras necessidades). *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

19. 18. A instituição tem mecanismos de avaliação da satisfação dos serviços dirigidos às crianças. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

Princípio da
não
discriminação

Legenda:

A opção "Não sei" deve ser sinalizada quando, por falta de conhecimento, não é possível uma verdadeira avaliação da frase.

A opção "Não se aplica" deve ser sinalizada quando a política / medida / instrumento / metodologia ou prática não fizer sentido tendo em conta o tipo de trabalho desenvolvido pela instituição.

20. 19. A instituição funciona no respeito pelo princípio / direito da não discriminação. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

21. 20. A instituição aciona medidas positivas dirigidas aos grupos mais vulneráveis a processos de exclusão social. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

22. 21. A instituição aciona medidas preventivas de práticas discriminatórias e de promoção da diversidade e interculturalidade. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

23. 22. A instituição apresenta condições que garantem o acesso a crianças com deficiência. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

**Trabalho
com as
famílias**

Legenda:

A opção "Não sei" deve ser sinalizada quando, por falta de conhecimento, não é possível uma verdadeira avaliação da frase.

A opção "Não se aplica" deve ser sinalizada quando a política / medida / instrumento / metodologia ou prática não fizer sentido tendo em conta o tipo de trabalho desenvolvido pela instituição.

24. 23. A instituição conhece o contexto familiar e social em que se integram as crianças e jovens com quem trabalha diretamente. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

25. 24. A instituição promove regularmente ações que fomentam o envolvimento de pais/mães, famílias em geral, na vida da organização. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

26. 25. A instituição promove regularmente ações que fomentam uma abertura à comunidade envolvente. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

27. 26. A instituição promove regularmente ações que contribuem para uma reflexão sobre as práticas parentais. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

28. 27. A instituição promove regularmente ações que contribuem para uma reflexão sobre o que é a parentalidade positiva. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

29. 28. A instituição promove regularmente ações dirigidas a pais e/ou mães que contribuem para o desenvolvimento das competências necessárias ao exercício de uma parentalidade positiva. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

Política
de
proteção

Legenda:

A opção "Não sei" deve ser sinalizada quando, por falta de conhecimento, não é possível uma verdadeira avaliação da frase.

A opção "Não se aplica" deve ser sinalizada quando a política / medida / instrumento / metodologia ou prática não fizer sentido tendo em conta o tipo de trabalho desenvolvido pela instituição.

30. 29. A instituição promove regularmente ações que contribuem para o desenvolvimento de competências nas próprias crianças que podem funcionar como fatores protetores à violência. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

31. 30. Há uma verificação do historial das/os profissionais que lidam diretamente com as crianças/jovens, incluindo do pessoal administrativo. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

32. 31. A instituição garante um ambiente seguro para as crianças e/ou jovens. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

33. 32. A instituição tem uma Política de Proteção das Crianças e Jovens. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

34. 33. Todo o pessoal tem conhecimento da Política de Proteção das Crianças e Jovens. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

35. 34. O recrutamento de pessoal é feito de acordo com os princípios de proteção das crianças e jovens e a promoção dos seus direitos. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

36. 35. A instituição garante o direito à vida privada das crianças e à proteção de dados pessoais das crianças beneficiárias e suas famílias. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

37. 36. A instituição garante um procedimento de apresentação de denúncia/queixa acessível a todas crianças/jovens. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

38. 37. A instituição tem um Código de Conduta para profissionais, pessoas voluntárias e membros de Órgãos Sociais. *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo completamente
- Discordo
- Concordo
- Concordo inteiramente
- Não sei
- Não se aplica

As respostas são confidenciais e de acesso restrito.

Os nossos agradecimentos pela sua participação!



Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários